

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS
(UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION)
Washington, D.C. 20549**

FORMULÁRIO 20-F

- ☐ **DECLARAÇÃO DE REGISTRO CONFORME A SEÇÃO 12(b) OU (g)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)**

OU

- ☒ **RELATÓRIO ANUAL CONFORME A SEÇÃO 13 OU 15 (d)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)**

Para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2017

- ☐ **RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO CONFORME A SEÇÃO 13 OU 15 (d)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)**

OU

- ☐ **RELATÓRIO DA *SHELL COMPANY* CONFORME A SEÇÃO 13 OU 15 (d)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)**

Número do arquivo: 1-14878

GERDAU S.A.
(Nome Exato do Inscrito Conforme consta em seus Estatutos)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição da Incorporação ou Organização)

N/D
(Tradução para inglês do nome do Inscrito)

**Av. das Nações Unidas, 8501 – 8º andar
São Paulo, São Paulo - Brasil CEP 05425-070**
(Endereço da sede) (Código postal)

Ações registradas conforme a Seção 12(b) da Lei:

Título de Cada Classe
Ações Preferenciais, sem valor nominal por ação, cada uma representada por um
American Depositary Share (ADS)

Nome das Bolsas nas quais
a ação está registrada
Bolsa de Valores de Nova Iorque

Ações registradas conforme a Seção 12(g) da Lei:

Nenhuma
Títulos para os quais há exigência de relatório
Conforme a Seção 15(d) da Lei: Nenhuma
O número total de ações emitidas em cada classe de ações da GERDAU S.A. em 31 de dezembro de 2017 era:

573.627.483 Ações Ordinárias, sem valor nominal por ação
1.146.031.245 Ações Preferenciais, sem valor nominal por ação

Favor indicar se o Inscrito é um emissor conhecido sazonal (*well-known seasoned issuer*) conforme a Regra 405 da Lei de Valores Mobiliários.

Sim ☒ Não ☐

Se este relatório for um relatório anual ou de transição, indique se o Inscrito não está sujeito a submeter relatórios conforme a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários de 1934.

Sim ☐ Não ☒

Indique se o Inscrito (1) submeteu todos os relatórios exigidos conforme a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários de 1934 durante os 12 meses imediatamente anteriores (ou durante períodos mais curtos nos quais foi exigido do Inscrito que submetesse tais relatórios), e (2) esteve sujeito a submeter tais relatórios nos últimos 90 dias.

Sim ☒ Não ☐

Indicar assinalando se o requerente enviou eletronicamente e lançou em seu Web site corporativo, se houver, qualquer Arquivo de Dados Interativos que deva ser submetido e lançado de acordo com a Regra 405 da Lei S-T (§232.405 desse capítulo) durante os 12 meses anteriores (ou para período mais curto solicitado pelo requerente para enviar e lançar esses arquivos).

Sim ☐ Não ☐

Indique se o Inscrito se enquadra no regime de entrega de relatório em prazo muito acelerado (*large accelerated*), prazo acelerado (*accelerated*), ou prazo não acelerado (*non-accelerated*).

Prazo muito acelerado (*large accelerated*) ☒ Prazo acelerado (*accelerated*) ☐ Prazo não acelerado (*non-accelerated*) ☐
Companhia de crescimento emergente (*Emerging growth company*) ☐

Se uma empresa de crescimento emergente que prepara suas demonstrações financeiras de acordo com os US GAAP, indique, se o registrante optou por não usar o período de transição estendido para cumprir com quaisquer normas contábeis novas ou revisadas † fornecida de acordo com a Seção 13 (a) do *Exchange Act*. ☐

† O termo “normas contábeis novas ou revisadas” refere-se a qualquer atualização emitida pelo Financial Accounting Standards Board para sua Codificação de Normas Contábeis após 5/04/2012.

Indicar assinalando qual base contábil o requerente usou para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste arquivamento.

☐ U.S. GAAP ☒ International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos ☐ Outro
pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Se a opção Outro tiver sido selecionada anteriormente, indique qual dos itens de demonstrações financeiras o Inscrito optou por utilizar.

Item 17_ Item 18_

Se este for um relatório anual, indicar assinalando se o requerente do registro for uma “empresa de fachada” (conforme definido na Regra 12b-2 da Lei de Valores).

Sim ☐ Não ☒

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO	4
PARTE I	6
ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSULTORES	6
ITEM 2. ESTATÍSTICAS E PREVISÃO DE CRONOGRAMA.....	6
ITEM 3. INFORMAÇÕES IMPORTANTES.....	6
ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA.....	24
ITEM 4A. QUESTÕES PENDENTES REFERENTES AOS COMENTÁRIOS DOS ANALISTAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION - SEC).....	58
ITEM 5. REVISÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL E PERSPECTIVAS.....	58
ITEM 6. CONSELHEIROS, ADMINISTRADORES E COLABORADORES.....	89
ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	103
ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS.....	105
ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM DE AÇÕES.....	111
ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	117
ITEM 11. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS A RESPEITO DE RISCOS DE MERCADO	133
ITEM 12. DESCRIÇÃO DE OUTROS TIPOS DE CAPITAL	134
PARTE II	135
ITEM 13. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS, DIVIDENDOS ATRASADOS E INADIMPLÊNCIA.....	135
ITEM 14. MODIFICAÇÕES SUBSTANCIAIS AOS DIREITOS DOS DETENTORES DE TÍTULOS E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	135
ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS	135
ITEM 16. [RESERVADO]	136
ITEM 16A. ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA	136
ITEM 16B. CÓDIGO DE ÉTICA.....	136
ITEM 16C. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E SERVIÇOS DO PRINCIPAL AUDITOR.....	137
ITEM 16D. ISENÇÕES DAS REGRAS DE LISTAGEM RELATIVAS AO COMITÊ DE AUDITORIA.....	137
ITEM 16E. AQUISIÇÃO DE AÇÕES PELA EMISSORA E COLIGADAS.....	138
ITEM 16F. MUDANÇA NA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE	138
ITEM 16G. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	138
ITEM 16H. DIVULGAÇÃO DE SEGURANÇA DE MINA.....	140
PARTE III	140
ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	140
ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	140
ITEM 19. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	140

INTRODUÇÃO

Salvo indicação em contrário, todas as referências contidas neste documento a:

- (i) “Companhia”, “Gerdau” ou “nós” são referências à Gerdau S.A., uma empresa constituída sob as leis da República Federativa do Brasil (“Brasil”) e suas subsidiárias consolidadas;
- (ii) “Açominas” é referência à Aço Minas Gerais S.A. – Açominas antes de novembro de 2003, cujo negócio era a operação da usina siderúrgica Ouro Branco. Em novembro de 2003, a empresa sofreu uma reorganização corporativa, recebendo todos os ativos e passivos operacionais brasileiros da Gerdau e sendo renomeada Gerdau Açominas S.A.
- (iii) “Gerdau Açominas” é referência à Gerdau Açominas S.A. após novembro de 2003, e à Açominas antes dessa data. Em julho de 2005, uma parcela dos ativos e passivos da Gerdau Açominas foi incorporada às seguintes novas empresas: Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações. Como resultado dessa cisão e incorporação, a partir de julho de 2005, as atividades da Gerdau Açominas se restringem à operação da usina de Ouro Branco.
- (iv) “Ações Preferenciais” e “Ações Ordinárias” dizem respeito aos títulos preferenciais e ordinários autorizados e em circulação da Companhia, todos sem valor nominal. Todas as referências contidas neste documento a “real”, “reais” ou “R\$” são referências ao real brasileiro, moeda oficial do Brasil. Todas as referências a (i) “dólares americanos”, “dólares”, “US\$” ou “\$” são referências a dólares dos Estados Unidos, (ii) “dólares canadenses” ou “Cdn\$” referem-se a dólares do Canadá, (iii) “Euro” ou “€” são referências ao euro da Europa, (iv) “bilhões”, são milhares de milhões, (v) “km”, são quilômetros, e (vi) “toneladas” expressam toneladas métricas;
- (v) “Capacidade instalada” significa a capacidade anual projetada para uma determinada unidade (excluindo a porção que não é atribuível a nossa participação em uma unidade pertencente a uma *joint venture*), calculada com base nas operações para 24 horas a cada dia de um ano e descontando o tempo de indisponibilidade para manutenções regulares;
- (vi) “Tonelada” refere-se à tonelada métrica, que equivale a 1.000 quilogramas ou 2.204,62 libras;
- (vii) “Embarques consolidados” significam os volumes combinados que são embarcados de todas as nossas operações no Brasil, América do Sul, América do Norte e Europa/Ásia, excluindo nossas empresas com controle compartilhado e empresas coligadas;
- (viii) “worldsteel” significa World Steel Association, “IABr” significa o Instituto Aço Brasil e “AISI” significa American Iron and Steel Institute;
- (ix) “IPC” significa Índice de Preços ao Consumidor, “CDI” significa Certificados de Depósito Interfinanceiro, “IGP-M” significa Índice Geral de Preços do Mercado medido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), “LIBOR” significa taxa interbancária de Londres (London Interbank Offered Rate), “PIB” significa Produto Interno Bruto;
- (x) “ON Brasil” significa Operação de Negócio Brasil, “ON América do Norte” significa Operação de Negócio América do Norte, “ON América do Sul” significa Operação de Negócio América do Sul, “ON Aços Especiais” significa Operação de Negócio Aços Especiais.
- (xi) “Reservas mineiras provadas ou prováveis” tem o significado definido pela SEC no Guia da Indústria 7.

A Companhia elaborou as demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste documento em conformidade com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os seguintes investimentos são contabilizados mediante o método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas: Investimentos na Bradley Steel Processor e MRM Guide Rail, todos na América do Norte, onde a Gerdau Ameristeel detém 50% do capital total destas empresas, o investimento na holding Gerdau Metaldom Corp., onde a Gerdau detém 45% de participação, o investimento na holding Corsa Controladora, S.A. de C.V., onde a Gerdau detém 49% de participação, que controla a Aceros Corsa S.A. de C.V. no México, o investimento na Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V., no México, onde a Gerdau detém 50% de participação, o investimento na Dona Francisca Energética S.A., no Brasil, na qual a Companhia detém uma participação de 51,82%, o investimento na Diaco S.A., na

Colômbia, na qual a Companhia detém 49,87% de participação e o investimento na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., no Brasil, na qual a Companhia detém participação de 58,73%.

Exceto quando indicado, todas as informações neste Formulário Anual de Informações têm como data base 31 de dezembro de 2017. Alterações subsequentes estão descritas no Item “8.B – Informações Financeiras – Mudanças Significativas”.

RESSALVA RELATIVA A DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS

Este Relatório Anual contém declarações prospectivas em conformidade com a *Private Securities Litigation Act* de 1995. Essas declarações dizem respeito a nossas perspectivas, desenvolvimentos e estratégias de negócios.

Declarações prospectivas são declarações preditivas por natureza, que dependam ou se refiram a eventos futuros ou que incluam termos como “esperar”, “antever”, “pretender”, “planejar”, “crenças”, “estimar” e expressões semelhantes. Embora acreditemos que essas declarações prospectivas sejam baseadas em pressuposições razoáveis, as mesmas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são apresentadas sob a luz de informações atualmente disponíveis.

É possível que nosso desempenho futuro possa diferir significativamente de nossas avaliações atuais em função de uma série de fatores, incluindo os seguintes:

- condições gerais econômicas, políticas e de negócios em nossos mercados, tanto no Brasil quanto no exterior, inclusive demanda e preços de produtos de aço;
- flutuações nas taxas de juros, inflação e flutuações na taxa de câmbio do real em relação ao dólar americano ou outras moedas nas quais a Companhia faz vendas significativas ou na qual seus ativos e passivos sejam denominados;
- nossa capacidade de obter financiamento em condições satisfatórias;
- preços e disponibilidade de matérias-primas;
- alterações no comércio exterior;
- alterações em leis e regulamentos;
- escassez de energia elétrica e respostas governamentais a essa questão;
- desempenho das indústrias siderúrgicas e dos mercados brasileiros e globais;
- concorrência regional, nacional e global no mercado siderúrgico;
- medidas protecionistas impostas por países importadores de aço; e
- outros fatores identificados ou discutidos em “Fatores de Risco”.

Nossas declarações prospectivas não são garantias de desempenho futuro, e os resultados ou desenvolvimentos reais podem diferir significativamente das expectativas expressas nas declarações prospectivas. Quanto às declarações prospectivas que se referem a resultados financeiros futuros e outras projeções, resultados reais serão diferentes devido à incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em função dessas incertezas, potenciais investidores não devem se basear nessas declarações prospectivas.

Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar publicamente quaisquer declarações prospectivas, seja como resultado de novas informações, eventos futuros ou outros.

PARTE I

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSULTORES

Não aplicável, pois a Companhia preencheu este formulário 20-F como um relatório anual.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS E PREVISÃO DE CRONOGRAMA

Não aplicável, pois a Companhia preencheu este formulário 20-F como um relatório anual.

ITEM 3. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras selecionadas da Companhia, incluídas nas seguintes tabelas, devem ser lidas em conjunto com, e qualificada na sua plenitude, as demonstrações financeiras da Companhia em IFRS e em conjunto com o item “Revisão Financeira e Operacional e Perspectivas”, que consta em outra parte deste Relatório Anual. Os dados financeiros consolidados referentes à Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013 têm origem nas demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o IFRS e são apresentados em Reais.

Informações Financeiras e Operacionais em IFRS

(em milhares de reais - R\$ exceto para quantidade de ações e valores por ação)					
	2017	2016	2015	2014	2013
Vendas líquidas	36.917.619	37.651.667	43.581.241	42.546.339	39.863.037
Custo das vendas	(33.312.995)	(34.187.941)	(39.290.526)	(37.406.328)	(34.728.460)
Lucro bruto	3.604.624	3.463.726	4.290.715	5.140.011	5.134.577
Despesas com vendas e marketing	(524.965)	(710.766)	(785.002)	(691.021)	(658.862)
Despesas gerais e administrativas	(1.129.943)	(1.528.262)	(1.797.483)	(2.036.926)	(1.953.014)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(1.114.807)	(2.917.911)	(4.996.240)	(339.374)	-
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	(721.682)	(58.223)	-	636.528	-
Outras receitas operacionais	260.618	242.077	213.431	238.435	318.256
Outras despesas operacionais	(168.887)	(114.230)	(116.431)	(150.542)	(140.535)
Reversão de passivos contingentes, líquido	929.711	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(34.597)	(12.771)	(24.502)	101.875	54.001
Lucro (Prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	1.100.072	(1.636.360)	(3.215.512)	2.898.986	2.754.423
Receitas financeiras	226.615	252.045	378.402	276.249	292.910
Despesas financeiras	(1.726.284)	(2.010.005)	(1.780.366)	(1.397.375)	(1.053.385)
Variação cambial, líquida	(4.057)	851.635	(1.564.017)	(476.367)	(544.156)
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	369.819	-	-	-	-
Ganhos e perdas com derivativos, líquido	(9.441)	(38.930)	87.085	36.491	2.854
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(43.276)	(2.581.615)	(6.094.408)	1.337.984	1.452.646
Corrente	(313.758)	(110.511)	(158.450)	(571.926)	(318.422)
Diferido	18.367	(193.803)	1.656.872	722.315	559.478
Imposto de renda e contribuição social	(295.391)	(304.314)	1.498.422	150.389	241.056
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(338.667)	(2.885.929)	(4.595.986)	1.488.373	1.693.702
Atribuído a:					
Participação do controlador	(359.360)	(2.890.811)	(4.551.438)	1.402.873	1.583.731
Participação dos acionistas não-controladores	20.693	4.882	(44.548)	85.500	109.971
	(338.667)	(2.885.929)	(4.595.986)	1.488.373	1.693.702
Lucros (Prejuízos) básicos por ação – em R\$					
Ordinária	(0,21)	(1,70)	(2,69)	0,82	0,93
Preferencial	(0,21)	(1,70)	(2,69)	0,82	0,93
Lucros (Prejuízos) diluídos por ação – em R\$					
Ordinária	(0,21)	(1,70)	(2,69)	0,82	0,93
Preferencial	(0,21)	(1,70)	(2,69)	0,82	0,93
Dividendos em dinheiro declarados por ação – em R\$					
Ordinária	0,05	0,05	0,15	0,25	0,28
Preferencial	0,05	0,05	0,15	0,25	0,28
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o ano (1)	571.929.945	571.929.945	571.929.945	571.929.945	571.929.945
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o ano (1)	1.137.012.265	1.132.626.373	1.117.034.926	1.132.483.383	1.129.184.775
Número de ações ordinárias em circulação no final do ano (2)	571.929.945	571.929.945	571.929.945	571.929.945	571.929.945
Número de ações preferenciais em circulação no final do ano (2)	1.137.327.184	1.137.018.570	1.114.744.538	1.136.613.562	1.132.285.402

⁽¹⁾ A informação expressa em quantidade de ações acima se refere à média ponderada durante cada ano.

(2) A informação expressa em quantidade de ações acima se refere ao saldo no final do ano.

	Em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhares de reais - R\$)				
Balanco Patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	5.063.383	5.648.080	3.049.971	2.099.224
Investimentos a curto prazo ⁽¹⁾	821.518	1.024.411	1.270.760	2.798.834	2.123.168
Ativo Circulante	17.982.113	17.796.740	22.177.498	20.682.739	18.177.222
Passivo Circulante	7.714.120	8.621.509	7.863.031	7.772.796	7.236.630
Capital circulante líquido ⁽²⁾	10.267.993	9.175.231	14.314.467	12.909.943	10.940.592
Imobilizado	16.443.742	19.351.891	23.255.730	22.131.789	21.419.074
Ativo líquido ⁽³⁾	23.893.941	24.274.653	31.970.383	33.254.534	32.020.757
Ativo Total	50.301.761	54.635.141	70.094.709	63.042.330	58.215.040
Financiamentos de curto prazo (incluindo parcela circulante dos financiamentos de longo prazo)	2.004.341	4.458.220	2.387.237	2.037.869	1.810.783
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante	14.457.315	15.959.590	23.826.758	17.148.580	14.481.497
Debêntures - curto prazo	-	-	-	-	27.584
Debêntures - longo prazo	47.928	165.423	246.862	335.036	386.911
Patrimônio Líquido	23.893.941	24.274.653	31.970.383	33.254.534	32.020.757
Capital social	19.249.181	19.249.181	19.249.181	19.249.181	19.249.181

(1) Inclui títulos para negociação.

(2) Total do ativo circulante menos total do passivo circulante.

(3) Total do ativo menos total do passivo circulante e total do passivo não-circulante.

Taxas de câmbio entre dólares americanos e reais

A tabela a seguir apresenta as taxas de câmbio, de acordo com o Banco Central do Brasil, para os períodos indicados entre dólares americanos e reais, moeda na qual preparamos nossas demonstrações financeiras incluídas neste relatório anual 20-F.

Taxa de conversão de dólares para reais				
Período	Final	Médio	Maior	Menor
Março-2018 (até 29/03)	3,3238	3,2792	3,3338	3,2246
Fevereiro-2018	3,2598	3,2419	3,2821	3,1730
Janeiro-2018	3,1624	3,2106	3,2697	3,1391
Dezembro-2017	3,3080	3,2919	3,3332	3,2322
Novembro-2017	3,2616	3,2593	3,2920	3,2136
Outubro-2017	3,2769	3,1912	3,2801	3,1315
Setembro-2017	3,1680	3,1347	3,1932	3,0852
2017	3,3080	3,1925	4,8707	3,0510
2016	3,2591	3,4833	4,1558	3,1193
2015	3,9048	3,3399	4,1949	2,5754
2014	2,6562	2,3547	2,7403	2,1974
2013	2,3426	2,1601	2,4457	1,9528

Dividendos

O capital social autorizado da Companhia é composto por ações ordinárias e ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha 571.929.945 ações ordinárias e 1.137.327.184 ações preferenciais em circulação (excluindo ações em tesouraria).

A tabela abaixo demonstra os dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia desde 2013. Os valores estão expressos em reais e convertidos em dólares americanos pela taxa do dólar comercial na data da deliberação sobre os dividendos.

Os dividendos por ação foram calculados por meio da divisão dos dividendos e juros sobre capital próprio pelo número de ações em circulação, excluídas as ações em tesouraria. A tabela abaixo apresenta o pagamento de dividendos trimestrais, exceto quando indicado o contrário:

Período	Data da	R\$ por Ação	\$ por Ação
	Deliberação	Ações Ordinárias ou Preferenciais	Ações Ordinárias ou Preferenciais
1º Trimestre 2013	07/05/2013	0,0200	0,0099
2º Trimestre 2013 ⁽¹⁾	01/08/2013	0,0700	0,0305
3º Trimestre 2013 ⁽¹⁾	31/10/2013	0,1200	0,0545
4º Trimestre 2013	21/02/2014	0,0700	0,0296
1º Trimestre 2014 ⁽¹⁾	07/05/2014	0,0700	0,0312
2º Trimestre 2014	30/07/2014	0,0600	0,0265
3º Trimestre 2014 ⁽¹⁾	05/11/2014	0,0500	0,0199
4º Trimestre 2014	04/03/2015	0,0700	0,0235
1º Trimestre 2015 ⁽¹⁾	06/05/2015	0,0600	0,0197
2º Trimestre 2015 ⁽¹⁾	12/08/2015	0,0500	0,0144
3º Trimestre 2015	29/10/2015	0,0400	0,0102
2º Trimestre 2016	09/08/2016	0,0300	0,0096
3º Trimestre 2016	08/11/2016	0,0200	0,0062
2º Trimestre 2017	08/08/2017	0,0200	0,0064
3º Trimestre 2017	07/11/2017	0,0300	0,0092
4º Trimestre 2017	27/02/2018	0,0300	0,0092

⁽¹⁾ Pagamentos de juros sobre o capital próprio.

A Lei Brasileira 9.249, de dezembro de 1995, prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos (Veja Item “8. Informações Financeiras – Juros sobre Capital”). As Sociedades Anônimas estão autorizadas a pagar aos seus acionistas juros sobre capital próprio até o limite calculado conforme a TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia ou 50% do lucro líquido do exercício, dentre os dois, o maior. Esse pagamento é considerado parte do dividendo obrigatório de cada ano fiscal, de acordo com a Lei Brasileira das Sociedades Anônimas. O pagamento dos juros sobre capital próprio aqui descrito estará sujeito à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Veja Item 10 – Informações Adicionais – Tributação.

A Gerdau possui um Plano de Reinvestimento de Dividendos (PRD), um programa que permite aos detentores de ADRs da Gerdau reinvestir o valor dos dividendos na aquisição de mais ADRs da Companhia, sem emissão de novas ações. A Gerdau também disponibiliza aos seus acionistas no Brasil um programa similar, que permite o reinvestimento de dividendos em ações adicionais, também sem emissão de novas ações.

B. CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

Não exigido.

C. RAZÕES PARA A OFERTA E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Não exigido.

D. FATORES DE RISCO

A Companhia está sujeita a diversos riscos e incertezas resultantes de mudanças nas condições concorrenciais, econômicas, políticas e sociais, que poderiam prejudicar os seus negócios, os resultados das suas operações ou sua situação financeira. Os riscos descritos abaixo podem afetar negativamente os negócios, a posição financeira consolidada, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia. Tais riscos não são os únicos enfrentados

pela Companhia. Outros riscos atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes poderiam afetar a Companhia negativamente.

Riscos relacionados ao nosso Negócio e à Indústria do Aço

A demanda por aço é cíclica, e uma redução nos preços atuais do aço no mercado mundial poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

A indústria do aço é altamente cíclica. Consequentemente, a Companhia fica exposta a grandes alterações de demanda por produtos de aço, o que, por sua vez, causa variações nos preços da maioria de seus produtos, eventualmente reduzindo o preço de seus estoques. Além disso, a situação financeira e os resultados operacionais das empresas do setor de aço são geralmente afetados pelas mudanças macroeconômicas na economia mundial e nas economias domésticas, e também pelas tendências gerais dos setores de aço, construção e automotivo. A partir de 2003, a demanda por produtos de aço em países em desenvolvimento (especialmente a China), a força do euro em relação ao dólar norte-americano e o crescimento econômico mundial contribuíram para que se estabelecesse um nível de preços altos para os produtos de aço da Companhia naquele período. Entretanto, desde o segundo semestre de 2008, e principalmente no início de 2009, as economias norte-americana e europeia apresentaram crescimento mais lento, o que afetou muitos outros países. O consumo global de aço reduziu o ritmo de crescimento ao longo dos últimos anos, porém os investimentos em aumento de capacidade não acompanharam, o que resultou em um maior excesso de capacidade instalada de aço global. Diante desse cenário, os preços têm experimentado uma elevada volatilidade no mercado global. A diminuição na demanda por aço ou exportações por países sem condições de consumir sua produção, pode ter um efeito adverso significativo nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia.

Crises globais e subsequentes desacelerações econômicas podem afetar adversamente a demanda de aço global. Em consequência, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente.

Historicamente, a indústria do aço tem se mostrado altamente cíclica e muito afetada pelas condições econômicas em geral, tais como a capacidade de produção mundial e as flutuações nas importações/exportações de aço e respectivas tarifas aduaneiras. Depois de um período contínuo de crescimento entre 2004 e 2008, a queda acentuada na demanda resultante da crise econômica global de 2008-2009 mais uma vez demonstrou a vulnerabilidade do mercado de aço à volatilidade dos preços internacionais de aço e matérias-primas. Essa crise foi causada pelo aumento significativo da inadimplência em financiamentos imobiliários de alto risco e execuções hipotecárias nos Estados Unidos, com graves consequências para bancos e mercados financeiros do mundo inteiro. Mercados desenvolvidos, como América do Norte e Europa, passaram por uma forte recessão devido ao colapso dos financiamentos imobiliários e à escassez global de crédito. Como resultado, a demanda por produtos de aço sofreu uma redução em 2009, mas a partir de 2010, apresentou gradual recuperação, principalmente nas economias em desenvolvimento. O setor do aço continua apresentando desafios devido, principalmente, ao excesso de capacidade instalada Global de aço, a desaceleração da China e a entrada de aço importado em países com economias mais abertas.

A retração econômica e as turbulências da economia global podem impactar negativamente os mercados consumidores, afetando o ambiente de negócios das empresas quanto aos seguintes itens:

- Redução nos preços internacionais de aço;
- Queda dos volumes internacionais de aço negociados;
- Crise nos setores automotivo e de infraestrutura; e
- Falta de liquidez no mercado internacional.

Se a Companhia não conseguir se manter competitiva nesses mercados em constante mudança, seus lucros e margens podem ser impactados negativamente. Um declínio na demanda por produtos de aço pode resultar em uma queda nas vendas e receitas da Companhia. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Os resultados e as condições financeiras da Companhia são afetados pelas condições de mercados globais e locais que não podem ser controladas ou previstas pela Companhia.

A Companhia está sujeita aos riscos inerentes a mudanças nas condições econômicas e políticas nacionais e globais. O setor em que opera a Companhia é cíclico por natureza e varia conforme os ciclos econômicos, sendo afetado inclusive pela atual instabilidade econômica global. Os mercados financeiros do mundo todo passaram por mudanças significativas em 2008, com as economias dos Estados Unidos, Europa e outras regiões entrando em recessão. A

recuperação após as mínimas de 2008 e 2009 não foi equivalente e tem enfrentado novos desafios, entre eles o agravamento da crise de dívidas soberanas da Europa, desde 2011, a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia e o aumento da incerteza política em diversos países. Não está claro se a crise de dívidas soberanas da Europa será contida e quais serão os impactos dela e da decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia. Adicionalmente, em 20 de janeiro de 2017, Donald Trump tornou-se Presidente dos Estados Unidos. Não é possível prever os efeitos do governo de Donald Trump ou suas políticas comerciais e outras. Há um nível considerável de incerteza com relação aos efeitos de longo prazo das políticas monetária e fiscal expansionistas que vêm sendo adotadas por bancos centrais e autoridades monetárias de algumas das maiores economias do mundo, entre elas a China. Tais políticas podem ter um impacto negativo nas economias locais e globais, e consequentemente nos negócios, condição financeira e resultados das operações da Companhia. Não é possível prever se medidas adotadas pelos Estados Unidos, Europa, China e outros países do mundo para lidar com a situação serão capazes de reduzir efetivamente a duração e os impactos da instabilidade econômica e incerteza política. A delicada situação econômica global pode levar bancos a limitar ou se recusar a conceder empréstimos à Companhia ou aos seus clientes, o que poderia ter um efeito material negativo sobre a liquidez da Companhia, suas operações ou sua capacidade de realizar os programas de investimento anunciados, ou ainda levar os seus clientes a diminuir o ritmo ou reduzir as compras de produtos da Companhia. A Companhia poderá enfrentar ciclos de venda mais longos, dificuldade em receber por suas vendas e menores preços por seus produtos. Não é possível garantir que qualquer um desses eventos não tenha um impacto material negativo sobre as condições de mercado, preços dos títulos e valores mobiliários ou capacidade da Companhia de obter recursos, além dos resultados das suas operações e da sua condição financeira.

A Companhia enfrenta concorrência significativa com relação a seus produtos siderúrgicos, inclusive no que se refere a preços de outros produtores nacionais ou estrangeiros, o que pode afetar adversamente sua lucratividade e participação no mercado.

A indústria siderúrgica mundial é altamente competitiva com relação a preços, qualidade do produto e atendimento ao cliente, assim como em relação aos avanços tecnológicos que permitem a redução dos custos de produção. A exportação brasileira de produtos siderúrgicos sofre a influência de diversos fatores, incluindo políticas protecionistas de outros países, política cambial do governo brasileiro e taxa de crescimento da economia mundial. Além disso, os avanços contínuos das ciências de materiais e as tecnologias resultantes facilitam o aperfeiçoamento de produtos como o plástico, o alumínio, a cerâmica e o vidro, permitindo que estes substituam o aço.

Devido aos altos custos de investimentos iniciais, a operação de uma planta siderúrgica de forma contínua pode encorajar as usinas a manterem altos níveis de produção, até mesmo em períodos de baixa demanda, o que aumentaria a pressão sobre as margens de lucro do setor. Uma pressão da concorrência que force a queda dos preços do aço também pode afetar a lucratividade da Companhia.

A indústria siderúrgica tem sofrido historicamente com o excesso de capacidade produtiva, que se agravou recentemente devido a um aumento substancial da capacidade produtiva nos países emergentes, principalmente China e Índia bem como em outros mercados emergentes. A China é, atualmente, a maior produtora global de aço. Adicionalmente, a China e certos países exportadores de aço possuem condições favoráveis (excesso de capacidade de aço, moeda desvalorizada ou altos preços de mercado para produtos siderúrgicos em mercados fora destes países) que podem impactar significativamente o preço do aço em outros mercados. Se a Gerdau não for capaz de se manter competitiva em relação à China ou outros países produtores de aço, seu resultado operacional e sua situação financeira podem ser adversamente afetados no futuro.

Um aumento na capacidade da China de produzir aço ou uma desaceleração de seu consumo de aço poderia causar um efeito adverso relevante nos preços de aço no mercado doméstico e global, resultando em um aumento das importações de aço nos mercados onde a Companhia opera.

Um fator significativo no mercado global de aço tem sido a alta capacidade de produção de aço da China que vem ultrapassando sua necessidade de consumo interno. Isso tem feito da China um exportador líquido de produtos de aço, aumentando sua relevância em diferentes países do mercado transoceânico, com consequente redução dos preços de aço internacionais. Além disso, a menor taxa de crescimento da China tem resultado em um menor ritmo do consumo de aço no país, com consequente redução na demanda de matérias-primas importadas, o que também, pressiona os preços globais de commodities. A aceleração desses fatores poderá afetar adversamente as exportações e os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Aumentos nos preços ou redução na oferta de sucata de aço podem afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

A sucata de aço é o principal insumo metálico para as *mini-mills* (usinas semi-integradas) da Companhia, usinas estas que correspondiam a 78,0% da capacidade total de produção de aço bruto pela Gerdau em 31 de dezembro de 2017. Os preços internacionais da sucata de aço são determinados essencialmente pelos preços da sucata nos Estados Unidos, principal exportador mundial, enquanto que os preços da sucata no mercado brasileiro são estabelecidos pela oferta e demanda internas. O preço da sucata de aço no Brasil varia de região para região e reflete a demanda e os custos de transporte. Se os preços dos produtos de aço acabado não acompanharem os aumentos de preço da sucata de aço, os lucros e as margens da Companhia poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços da sucata de aço ou a escassez na oferta para as unidades da Companhia afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam as margens operacionais da Companhia. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Aumentos nos preços de minério de ferro e carvão ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Companhia.

Quando os preços das matérias-primas que a Companhia utiliza para produzir aço em suas unidades integradas aumentam, especialmente o minério de ferro e o carvão coqueificável, os custos de produção de suas unidades integradas também se elevam. A Companhia utiliza minério de ferro para produzir ferro-gusa líquido em sua unidade de Ouro Branco e nas unidades de Barão de Cocais e Divinópolis, no estado de Minas Gerais.

A unidade de Ouro Branco é a maior usina da Companhia no Brasil, e seu principal insumo metálico para a produção de aço é o minério de ferro. Essa unidade representa 48,8% da capacidade de aço bruto da Operação de Negócio Brasil. A escassez de minério de ferro no mercado nacional poderia afetar negativamente a capacidade de produção de aço das unidades no Brasil, e o aumento dos preços deste minério poderia reduzir as margens de lucro.

A Companhia possui minas de minério de ferro no estado de Minas Gerais, Brasil. Para minimizar a exposição à volatilidade dos preços de minério de ferro, a Companhia investiu na ampliação da capacidade produtiva destas minas, sendo que ao final do ano de 2012 atingiu o ritmo de 100% da necessidade de minério de ferro da usina Ouro Branco.

Todo o carvão metalúrgico consumido nas unidades brasileiras da Companhia é importado devido à baixa qualidade e disponibilidade deste tipo de carvão no Brasil. O carvão metalúrgico é o mais importante insumo energético da usina Ouro Branco e é usado na unidade de coqueificação. Apesar dessa usina não ser dependente do suprimento de coque, a retração na oferta de carvão metalúrgico poderia afetar negativamente a operação integrada nessa unidade. Todo o carvão metalúrgico usado nesta usina é importado do Canadá, Estados Unidos, Austrália, Moçambique, Peru, Rússia e Colômbia. Uma escassez deste carvão no mercado internacional afetaria negativamente a capacidade de produção de aço da Companhia, e a elevação de seu preço poderia reduzir as margens de lucro, outro fator de risco para os custos de produção de aço é a desvalorização cambial à qual a Usina de Ouro Branco está exposta, uma vez que todo o carvão metalúrgico utilizado na operação é importado. Entretanto, o cenário de mercado para o abastecimento de carvões metalúrgicos encontra-se relativamente equilibrado no momento, contratos de longo prazo com preços negociáveis periodicamente minimizam riscos de desabastecimento.

Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Riscos Relacionados à nossas Operações

Os projetos da Gerdau estão sujeitos a riscos que podem causar aumento de custos, atraso ou ainda que eles não sejam devidamente implantados.

A Gerdau está constantemente desenvolvendo projetos para expansão e melhoria de produtividade de suas operações. Tais projetos estão sujeitos a diversos riscos que podem afetar negativamente o crescimento e lucratividade da Gerdau previstos, entre eles:

- a Gerdau pode enfrentar atrasos, problemas de disponibilidade ou custos acima do esperado com a obtenção dos equipamentos, serviços e materiais necessários para a construção e operação de um projeto;
- os esforços da Gerdau para desenvolvimento de projetos dentro do cronograma previsto podem ser prejudicados pela falta de infraestrutura, incluindo a disponibilidade de áreas para descarte de estéril e rejeitos, ou fontes confiáveis de energia e água;

- a Gerdau pode não ter sucesso na obtenção, ou ainda perder ou experimentar atrasos ou custos acima do esperado com a obtenção ou renovação de permissões, autorizações, licenças, concessões e/ou aprovações regulatórias para a construção ou continuidade de um projeto; e
- mudanças nas condições de mercado, legislação ou regulamentos podem reduzir a lucratividade de um projeto em relação ao esperado ou torná-lo economicamente inviável.

Qualquer um dos fatores acima, individual ou conjuntamente, pode impactar materialmente e negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Falhas inesperadas nos equipamentos podem gerar redução ou paralisação da produção.

Interrupções inesperadas na capacidade de produção das principais unidades e instalações da Gerdau aumentariam os custos de produção, reduzindo as vendas e os ganhos durante o período afetado. Tais interrupções decorrem de: (i) falhas imprevisíveis / periódicas em equipamentos essenciais para o desenvolvimento dos processos de produção da Gerdau, tais como fornos elétricos a arco, lingotamentos contínuos, fornos de reaquecimento a gás, usinas de laminação e equipamentos elétricos, transformadores de alta potência; e/ou (ii) eventos inesperados, como incêndios, explosões ou condições climáticas severas. Como resultado, a Gerdau tem experimentado períodos de paralisações ou produção reduzida nas usinas, o que poderá também ocorrer no futuro. Interrupções da capacidade de produção podem afetar negativamente a produtividade e os resultados operacionais da Gerdau. Além disso, qualquer interrupção da capacidade de produção pode exigir da Gerdau gastos adicionais para solucionar o problema, o que reduziria a quantidade de caixa disponível para as operações. O seguro contratado pela Gerdau pode não cobrir as perdas. Além do mais, longas interrupções do negócio podem prejudicar a reputação da Gerdau e levar à perda de clientes, o que pode ter um impacto negativo no negócio, nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

A não obtenção de autorizações e licenças necessárias poderiam afetar negativamente as operações da Companhia.

A Companhia depende da obtenção de autorizações e licenças concedidas por agências governamentais para a realização de algumas das suas atividades. A obtenção de tais licenças para determinadas atividades das quais sejam esperados impactos ambientais relevantes exige investimentos em conservação ambiental para compensação de qualquer impacto. A licença operacional exige, entre outras coisas, a divulgação periódica pela Companhia do seu cumprimento com os padrões de emissões estabelecidos pelas agências ambientais. A não obtenção, renovação ou cumprimento das obrigações de tais licenças operacionais poderia causar atrasos na realização de atividades, aumento de custos, multas pecuniárias ou até a suspensão da atividade afetada, causando um impacto adverso relevante na Companhia.

As mudanças climáticas podem afetar negativamente os negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxo de caixa da Companhia.

Um número substancial de cientistas, ambientalistas, organizações internacionais, reguladores e outros analistas defende que as mudanças climáticas globais contribuirão, e seguirão contribuindo, para o aumento da imprevisibilidade, frequência e gravidade de desastres naturais (entre eles, mas não limitados a furacões, secas, tornados, congelamentos, outras tempestades e incêndios) em algumas partes do mundo. Com isso, diversas medidas legais e regulatórias, além de medidas sociais, foram implantadas em diversos países visando reduzir as emissões de dióxido de carbono e de outros gases do efeito estufa e combater as mudanças climáticas globalmente. Tais reduções das emissões de gases do efeito estufa poderiam levar a um aumento dos custos com energia, transporte e insumos, além de exigir que a Companhia realize investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Embora não seja possível prever o impacto das mudanças climáticas globais, se houver algum, ou se as medidas legais, regulatórias e sociais em resposta às preocupações sobre mudanças climáticas, tais fatores poderiam afetar negativamente os negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxo de caixa da Companhia.

As operações da Companhia consomem muita energia elétrica e a escassez ou os preços altos de energia podem ter um efeito adverso nos resultados.

A produção de aço bruto é um processo que consome muita energia elétrica, principalmente nas aciarias que utilizam fornos elétricos a arco. A energia elétrica é um componente importante para a produção dessas unidades, da mesma forma que o gás natural, embora em menor escala. A eletricidade não pode ser substituída por outra fonte de energia nas usinas da Companhia, e o seu racionamento ou interrupções de fornecimento, podem afetar negativamente a produção dessas unidades.

Demissões de funcionários ou paralisações da força de trabalho podem gerar custos ou afetar de maneira negativa as operações da Companhia.

Parte dos empregados da Companhia são representados por sindicatos de trabalhadores de acordo com a legislação local e as condições do contrato de trabalho são reguladas por acordos ou convênios coletivos de trabalho que estão sujeitos a negociações periódicas. Greves ou paralisações trabalhistas ocorreram no passado e podem voltar a ocorrer devido a negociações de novos acordos trabalhistas ou em outros períodos por outras razões, incluindo-se o risco de demissões durante um período de recessão que poderia gerar custos rescisórios. Além disso, a Companhia também pode ser negativamente afetada por paralisações trabalhistas envolvendo partes não relacionadas que fornecem bens ou serviços à Companhia. As greves e outras paralisações trabalhistas de qualquer uma das operações da Companhia poderiam afetar a operação das unidades, bem como o tempo de conclusão e o custo de capital dos projetos.

A Companhia poderia ser prejudicada pelo mal funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado.

A Companhia depende dos seus sistemas de tecnologia da informação e maquinário automatizado para administrar processos de produção e operar os seus negócios. Contudo, sistemas de tecnologia e maquinários avançados estão sujeitos a defeitos, interrupções do funcionamento e quebras. Qualquer dificuldade por parte dos sistemas de segurança da informação e maquinário automatizado de operar conforme o previsto poderia prejudicar os negócios e resultar em erros de produção, ineficiência de processamento e perda de vendas e clientes, o que poderia levar a uma queda na receita, maiores custos gerais e administrativos, e excesso ou falta de estoque, causando um impacto negativo substancial nos resultados dos negócios da Companhia. Embora a Companhia tenha implementado procedimentos que visem prevenir e minimizar o impacto de uma falha potencial, inclusive um sistema de recuperação de desastres, instalações de backup para sistemas gerenciais, monitoramento 24 horas por dia dos servidores e um programa de segurança cibernética, não é possível garantir que tais medidas funcionem adequadamente ou que não haja qualquer impacto nos resultados das operações ou condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, os sistemas de tecnologia da informação e maquinário automatizado da Companhia podem estar vulneráveis a danos ou interrupção devido a circunstâncias que estão além do seu controle, tais como incêndios, desastres naturais, mal funcionamento de sistemas, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança, inclusive invasões aos sistemas de processamento de produção, que poderiam causar danos ao maquinário automatizado, interrupção da produção ou acesso a dados confidenciais financeiros, operacionais ou de clientes. Tais danos ou interrupções poderiam causar um efeito negativo adverso nos resultados dos negócios da Companhia, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial, prejudicando a reputação da Companhia perante seus clientes ou exigindo dela tempo e recursos significativos com o desenvolvimento, reparo ou atualização dos sistemas de tecnologia da informação e maquinário automatizado.

Adicionalmente, embora a Companhia conte com sistemas de backup de processamento de dados que poderiam ser utilizados em caso de desastre ou mal funcionamento dos sistemas primários, ela não possui ainda um plano integrado de recuperação de desastre ou centro de dados backup que cubra todas as suas unidades. Embora a Companhia busque se preparar contra quaisquer falhas da sua rede através de sistemas e procedimentos de backup, não é possível garantir que os seus sistemas e procedimentos atuais de backup operem de maneira satisfatória durante uma eventual emergência regional. Qualquer dificuldade substancial enfrentada pelos sistemas de backup em responder efetiva ou oportunamente poderia causar um efeito material adverso nos negócios e resultados das operações da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de tecnologia da informação relacionados à violação da segurança de informações sensíveis da companhia, dos seus clientes, funcionários e fornecedores, além de violação da tecnologia utilizada para gerir operações ou outros processos empresariais.

As operações de negócios da Companhia dependem de sistemas de tecnologia da informação seguros para a captura, processamento, armazenamento e reporte de dados. Apesar de contar com sistemas de segurança e controle projetados, implantados, atualizados e verificados independentemente por terceiros, os sistemas de tecnologia da informação da Companhia e de seus fornecedores podem estar sujeitos à má-fé de funcionários, ataques cibernéticos ou desastres naturais. Falhas na rede, em sistemas, aplicações e dados poderiam resultar em interrupções operacionais ou no extravio de informações. O acesso aos aplicativos internos necessários para planejar as suas operações, adquirir materiais, produzir e comercializar produtos e contabilizar pedidos pode ser negado ou utilizado indevidamente. Tais incidentes poderiam levar ao roubo de propriedade intelectual ou segredos comerciais e à divulgação indevida de informações confidenciais da Companhia, dos seus funcionários, clientes ou fornecedores. Tais falhas e/ou extravios de informações operacionais poderiam resultar na perda de vendas, atrasos nos negócios, publicidade negativa ou ter um impacto material nos negócios da Companhia.

Riscos relacionados à nossa operação de Mineração

As estimativas de recursos minerais da Gerdau são baseadas em interpretações e premissas e podem ser substancialmente diferentes das quantidades que realmente será possível extrair.

Os recursos de mineração da Gerdau referem-se às quantidades estimadas de minério e minerais. Há várias incertezas inerentes na estimativa das quantidades dos recursos, incluindo muitos fatores fora do controle, tais como fatores geológicos e tecnológicos. A engenharia de reservas envolve a estimativa de depósitos de minerais que não podem ser mensurados de forma exata, e a exatidão de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis, interpretação e julgamento geológico e de engenharia. Além disso, as estimativas de diferentes engenheiros podem variar. Consequentemente, não é possível garantir a quantidade de recursos minerais disponíveis que será extraída ou que possa ser extraída a taxas comercialmente viáveis, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.

Adicionalmente, ao determinar se um projeto deve ou não avançar para o estágio de desenvolvimento, a Gerdau depende de cálculos estimados com relação ao material mineralizado presente nas suas propriedades. Uma vez que a Gerdau pode não ter realizado um estudo de viabilidade demonstrando reservas comprovadas ou prováveis, as estimativas de conteúdo de material mineralizado são menos precisas do que seriam caso tivessem sido realizadas de acordo com a definição de reservas comprovadas e prováveis reconhecidas pela SEC. Além disso, até que o minério seja efetivamente minerado e processado, quaisquer reservas e graus de mineralização devem ser considerados apenas como estimativas. Tais estimativas são imprecisas e baseiam-se em interpretação geológica e dedução estatística a partir da análise de perfurações e amostras, as quais podem não ser confiáveis. Não é possível garantir que tais estimativas de material mineralizado sejam precisas e que esse material mineralizado possa ser extraído ou processado de maneira rentável. Assim, qualquer decisão de avançar ao estágio de desenvolvimento é naturalmente arriscada. Além disso, não é possível garantir que quaisquer minerais recuperados em testes de pequena escala sejam replicados em testes de larga escala em condições reais ou em escala de produção. Quaisquer alterações materiais nas estimativas de material mineralizado afetarão a viabilidade econômica de se levar uma propriedade à produção, bem como o retorno sobre o capital de tal propriedade. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A Companhia não possui reservas minerais comprovadas ou prováveis, e a decisão da Companhia de iniciar a produção industrial, a fim de abastecer suas atividades siderúrgicas e comercializar o volume excedente, não está baseada em estudos que demonstrem a recuperação econômica de quaisquer reservas minerais sendo, portanto, naturalmente arriscada. Quaisquer recursos empreendidos na exploração ou desenvolvimento podem não ser recuperados.

A Companhia não estabeleceu nenhuma reserva mineral comprovada ou provável em nenhuma de suas propriedades. Todas as atividades de exploração são baseadas em recursos minerais classificados como materiais mineralizados, uma vez que não obedecem às definições da SEC de reservas comprovadas ou prováveis. A Companhia está realizando estudos de exploração abrangentes com o objetivo de determinar, de acordo com as definições da SEC, a quantidade de material mineralizado que poderá se transformar em reservas comprovadas ou prováveis. Assim, parte do volume de materiais mineralizados informado e discutido neste relatório pode nunca chegar a atingir o estágio de desenvolvimento ou produção.

A fim de demonstrar a existência de reservas comprovadas ou prováveis, seria necessário conduzir atividades de exploração adicionais para demonstrar a existência de material mineralizado suficiente, com continuidade satisfatória e obter um estudo de viabilidade positivo demonstrando com razoável certeza que os depósitos podem ser extraídos e produzidos, econômica e legalmente. A ausência de reservas comprovadas ou prováveis torna mais provável que as propriedades da empresa deixem de ser lucrativas e que os recursos financeiros empregados na exploração e desenvolvimento nunca venham a ser recuperados, o que afetaria adversamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Riscos de perfuração e produção podem afetar adversamente o processo de mineração.

Após o descobrimento de depósitos minerais, pode-se levar inúmeros anos desde a fase inicial de perfuração até a viabilidade da produção, sendo que durante este período a viabilidade econômica da produção pode sofrer alterações. São necessários tempo e investimentos substanciais para:

- a criação de reservas minerais através de perfuração;

- o estabelecimento de processos adequados de mineração e metalurgia para a otimização da recuperação do metal contido no minério;
- obtenção de licenças ambientais e de outros tipos;
- construção de instalações de mineração e processamento, bem como da infraestrutura necessária para propriedades *greenfield*; e
- obtenção do minério ou extração dos minerais a partir do minério.

Caso um projeto de mineração demonstre ser economicamente inviável quando a Gerdau atingir o estágio para obtenção de lucro, poderemos incorrer em prejuízos substanciais e ser obrigados a realizar baixas contábeis de ativos minerais. Além disso, mudanças ou complicações potenciais envolvendo processos metalúrgicos ou tecnológicos durante o ciclo de um projeto podem causar atrasos e custos acima do esperado, tornando assim o projeto economicamente inviável e afetando adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui duas barragens de mineração para disposição de rejeitos e qualquer acidente ou defeito que afete a integridade estrutural de qualquer uma das barragens poderia afetar sua imagem, resultados operacionais, fluxos de caixa e condição financeira.

A Gerdau possui duas barragens de mineração em Minas Gerais. A Barragem de Bocaina encontra-se inativa desde 2011 e está praticamente seca, fator que minimiza o risco. É monitorada periodicamente e os dados da instrumentação apresentam-se dentro dos limites de segurança. A outra barragem, chamada de Barragem dos Alemães, encontra-se em operação, dentro de sua capacidade máxima, sendo monitorada periodicamente. Os dados da instrumentação encontram-se de acordo com os limites de segurança.

Ambas as barragens são classificadas como Classe C (risco baixo) constante no Cadastro Nacional de Barragens de Mineração disponível no site Agência Nacional de Mineração (ANM). A Gerdau possui Planos de Ações Emergenciais de Barragens de Mineração e ambos documentos são protocolizados nos órgãos reguladores, conforme preconiza a legislação vigente.

A Gerdau possui ainda outras estruturas tratadas como Barragens de Mineração pela ANM: Clarificação Bocaina, Baías da UTM 1, Baías da UTM 2, Dique Norte da Pilha de Disposição de Estéril 01 e Baías Norte e Sul da Pilha de Disposição de Estéril A. São estruturas que recebem águas pluviais e/ou efluentes de drenagens das Unidades de Tratamentos de Minérios, possibilitando a sedimentação dos sólidos, antes da água ser devolvida ao meio ambiente.

Essas estruturas também passam por auditorias externas que atestam a estabilidade geotécnica, além de inspeções e monitoramentos, que são realizados periodicamente.

Um acidente com barragem poderia resultar em consequências adversas graves, inclusive:

- Paralisação das atividades de mineração temporariamente/definitivamente e consequente necessidade de compra de minério para abastecimento das usinas;
- Grandes desembolsos para contingenciamento e recuperação das regiões/pessoas afetadas;
- Investimento alto para retomada das operações;
- Multas e indenizações;
- Eventuais impactos ambientais

Qualquer uma ou mais dessas consequências poderiam ter um impacto material adverso sobre nossos resultados operacionais, fluxo de caixa e situação financeira.

Riscos Financeiros

Um eventual rebaixamento na classificação de crédito da Companhia poderia afetar negativamente a disponibilidade de novos financiamentos e aumentar o seu custo de capital.

Em 2007, as agências internacionais de rating, Fitch Ratings e Standard & Poors, classificaram a Companhia como *investment grade*, possibilitando o acesso a financiamentos com taxas mais atrativas. Em dezembro de 2011, a Moody's classificou a Gerdau como *investment grade* "Baa3". Com a deterioração da economia brasileira, a S&P, Fitch e a Moody's rebaixaram o rating soberano do país. Apesar da perda de grau de investimento do Brasil em 2015, a

Companhia manteve seu grau de investimento pelas agências de rating Fitch e Standard & Poors. No entanto, a Companhia perdeu o grau de investimento pela agência Moody's.

A perda adicional de um rating de grau de investimento da Gerdau pode aumentar seu custo de capital, prejudicar a sua capacidade de obter capital e afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

O nível de endividamento da Gerdau pode afetar negativamente sua capacidade de captar recursos adicionais para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia ou na indústria e impedir o cumprimento de suas obrigações nos contratos de dívida.

O grau de alavancagem da Gerdau, em conjunto com a mudança na classificação pelas agências de ratings, pode ter consequências importantes, inclusive:

- Limitar a capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, dispêndios de capital, desenvolvimento de produtos, requisitos do serviço da dívida, aquisições e outras finalidades gerais e corporativas;
- Limitar a capacidade de declarar dividendos sobre as ações de emissão da Companhia e ADSs;
- Uma parte do fluxo de caixa das operações deve ser alocada ao pagamento de juros sobre dívidas existentes, não ficando disponível para outros fins, incluindo operações, dispêndios de capital e futuras oportunidades de negócio;
- Limitar a capacidade da Companhia de ajustar-se a mudanças nas condições do mercado, colocando-a em desvantagem em relação a seus concorrentes menos endividados;
- Maior vulnerabilidade durante uma piora das condições econômicas gerais;
- Possíveis ajustes no nível de recursos financeiros disponível para dispêndios de capital; e

Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Em setembro de 2015, a Companhia concluiu o processo de eliminação dos *covenants* financeiros em todos os contratos. Desde de outubro de 2015, apenas operações com o BNDES contemplam os índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato, porém com características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais (para mais informações, ver item 5.B. *Liquidez e Recursos de Capital - Índices de Endividamento*). Numa eventual quebra de indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de default.

Variações cambiais entre o dólar americano e as diversas moedas dos países onde a Companhia opera podem aumentar o custo de manutenção da dívida da Companhia em moeda estrangeira e afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações entre o real, moeda em que a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, e as diversas moedas dos países onde opera.

Por exemplo, a Operação de Negócio América do Norte apura seus resultados em dólares norte-americanos. Portanto, a variação das taxas de câmbio entre o real e o dólar norte-americano poderia afetar o resultado de suas operações. O mesmo ocorre com todas as unidades com sede fora do Brasil, em relação à taxa de câmbio da respectiva moeda local e o real.

A receita e as margens de exportação também são afetadas pelas flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano e de outras moedas locais, em relação ao real, de países onde a Companhia produz. Os custos de produção da Companhia são denominados em moeda local, mas as vendas de exportação são expressas em dólares norte-americanos. Quando o real se valoriza frente ao dólar, as receitas de exportações se reduzem quando convertidas para a moeda brasileira.

Em relação ao dólar norte-americano, o real desvalorizou 47,0% em 2015, valorizou 16,5% em 2016 e desvalorizou 1,5% em 2017.

A dívida contratada pela Companhia em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos, totalizava R\$ 13,3 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando 81,0% de sua dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures). Uma desvalorização significativa do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas poderia reduzir a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras expressas em moeda estrangeira, principalmente porque uma parte significativa de sua receita líquida é expressa em reais. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à LIBOR.

Em 27 de julho de 2017, a liderança da *Financial Conduct Authority* (FCA), expressou seu desejo de encerrar o uso da taxa LIBOR até o final de 2021. Devido à natureza recente das declarações da liderança da FCA, não há informações definitivas sobre a utilização futura da LIBOR ou sobre qualquer taxa que venha a substituí-la. Com isso, o efeito potencial de qualquer um destes eventos sobre a receita financeira de investimentos da Companhia não pode ser determinada e, neste momento, não é possível prever os efeitos do estabelecimento de qualquer outra taxa referencial ou outra alteração da LIBOR que possa ser aplicada no Reino Unido ou em outro país. A incerteza com relação à natureza de possíveis mudanças, taxas referenciais alternativas ou outras reformas poderia causar um efeito negativo substancial nos negócios, na condição financeira e nos resultados das operações da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e regulatórios podem afetar negativamente os resultados de nossas operações, fluxos de caixa e situação financeira.

Estamos envolvidos em várias disputas fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo valores significativos.

Os principais litígios são descritos mais detalhadamente em "Processos Judiciais". Entre os assuntos materiais para os quais nenhuma provisão foi estabelecida temos os seguintes:

- A Companhia e suas controladas, Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aço Minas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 443.137 mil.
- A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 309.581 mil, (ii) Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 438.843 mil, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 76.866 mil e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R\$ 370.175 mil.
- A controlada da Companhia, Gerdau Aços Longos S.A., é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 122.029 mil, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de “Pré-pagamento de Exportações” (PPE) ou de “Recebimento Antecipado de Exportações” (RAE). A companhia apresentou impugnação em 13/01/2017, que foi julgada improcedente pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em 05/06/2017, razão pela qual a Companhia apresentou Recurso Voluntário, em 04/07/2017, o qual está atualmente aguardando julgamento na primeira instância do CARF.
- A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.488.989 mil. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.317.381 mil correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 951.736 mil correspondem a um processo cuja discussão administrativa já se encerrou e atualmente se encontram em Execução Fiscal, em relação à qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que se encontram pendentes de julgamento em primeira instância, e (i.b) R\$ 365.645 mil correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e foi submetido a Recurso Especial, o qual foi parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017, e atualmente aguarda realização de redistribuição do processo para novo julgamento pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, para análise das matérias que não foram por ela analisadas anteriormente; e (ii) R\$ 171.608 mil correspondem a um

processo da Companhia, que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF, ao qual foi negado provimento, razão pela qual foi submetido a Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.

- A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 6.217.810 mil, dos quais: (i) R\$ 4.963.398 mil correspondem a quatro processos da Companhia e das controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, sendo que as Companhias já ofertaram garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, já tendo sido iniciadas as discussões judiciais em Embargos à Execução pela Controlada Gerdau Aços Longos S/A, em seus respectivos processos, que somam o montante de R\$ 3.195.379 mil, e, ainda, pela Companhia, em seu respectivo processo, que soma o montante de R\$ 364.370 mil; (ii) R\$ 600.101 mil correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Voluntário na primeira instância do CARF; (iii) R\$ 531.138 mil correspondem a dois processos da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado improcedente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), tendo sido apresentados Embargos de Declaração contra as referidas decisões, os quais estão pendentes de julgamento; e (iv) R\$ 123.172 mil correspondem a um processo da Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seus Embargos de Declaração, interpostos contra decisão que julgou improcedente o seu Recurso Voluntário, rejeitados em 07/12/2017, cuja decisão a empresa teve ciência em 19/12/2017, para a oposição do recurso cabível.

Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a “Operação”) estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos.

Considerando o envolvimento do nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, e na contratação de empresas que representam a Companhia nos casos perante o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação destas empresas incluíram cláusulas com a intenção de coibir a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos de contratação destas empresas incluíram a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima (“Investigação Interna”).

A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência.

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Companhia, de créditos devidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro podem afetar negativamente as receitas da Companhia.

A Companhia pode sofrer perdas decorrentes da inadimplência de nossos clientes. A Companhia possui uma ampla base de clientes ativos e, em caso de inadimplência permanente de um grupo de clientes ou mais, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Além disso, existe a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro, o que também poderia causar um efeito adverso nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Riscos Regulatórios

Medidas restritivas impostas por países importadores para conter o comércio de produtos de aço podem afetar os negócios da Companhia aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.

A Companhia é uma produtora de aço que abastece o mercado interno brasileiro e vários mercados no exterior. As exportações da Companhia enfrentam a concorrência de outros produtores de aço, assim como restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer um desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação, o que poderá impactar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Custos relacionados ao cumprimento de regulamentações ambientais podem aumentar se os requisitos se tornarem mais severos, o que poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As unidades industriais e demais atividades da Companhia devem cumprir uma série de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente e à operação das usinas em todos os países em que opera. Esses regulamentos incluem procedimentos de controle de emissões no ar, descarte de efluentes líquidos e manuseio, beneficiamento, armazenagem, descarte e reaproveitamento de resíduos sólidos perigosos ou não, entre outros controles necessários à operação siderúrgica.

O descumprimento das leis e regulamentos ambientais pode resultar em sanções administrativas ou criminais, ordens de fechamento, além da obrigação de reparar os eventuais danos causados a terceiros e ao meio ambiente como, por exemplo, através da remediação de eventual contaminação. Se as leis vigentes e futuras se tornarem mais rígidas, os gastos com ativos fixos e os custos para cumprimento da legislação poderão crescer e afetar negativamente a situação financeira da Companhia. Além disso, futuras aquisições poderão sujeitar a Companhia a gastos e custos adicionais para o cumprimento da legislação ambiental. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Leis e regulamentos que buscam reduzir os gases do efeito estufa e outras emissões no ar podem ser promulgados no futuro, podendo ter um impacto significativo adverso nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

Um dos possíveis efeitos do crescimento das exigências relacionadas à redução da emissão de gases do efeito estufa é o aumento em custos, principalmente pela demanda de energia renovável e a implementação de novas tecnologias na cadeia produtiva. Por outro lado, estima-se um crescimento constante na demanda por materiais recicláveis como o aço, que por ser um produto que pode ser reciclado infinitas vezes, sem perda de propriedades, resulta em menores emissões ao longo do ciclo de vida do produto.

A Companhia acredita que as operações nos países onde atua podem ser afetadas no futuro por iniciativas federais, estaduais e municipais relacionadas à mudança climática, que visam lidar com a questão dos gases do efeito estufa (GEEs) e outras emissões no ar. Neste sentido, um dos possíveis efeitos desse crescente conjunto de requisitos legais poderia ser o aumento no custo da energia. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

As operações da Companhia a expõe a riscos e desafios associados com a realização de negócios em conformidade com leis e regulamentos anti-suborno, anticorrupção e de defesa da concorrência aplicáveis.

A Companhia possui operações no Brasil, em outros países da América do Sul, América do Norte e Ásia. A Companhia enfrenta vários riscos e desafios inerentes à realização de negócios em nível internacional, onde a Companhia está sujeita a uma ampla gama de leis e regulamentos, tais como a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846/2013) a Lei de Defesa da Concorrência Brasileira (Lei 12.529/2011), o U.S. Foreign Corrupt Practices Act dos EUA, ou FCPA, e leis semelhantes anti-suborno, anticorrupção e de defesa da concorrência em outras jurisdições. Nos últimos anos, houve um maior enfoque sobre a corrupção no Brasil e também sobre as atividades de investigação e

aplicação dos Estados Unidos nos termos do FCPA e por outros governos com leis e regulamentos semelhantes. Essas leis geralmente proíbem pagamentos de subornos e propinas a funcionários governamentais e determinados pagamentos, presentes ou remunerações de ou para clientes e fornecedores.

As violações dessas leis e regulamentos poderão resultar em multas, condenações penais e/ou outras sanções contra a Companhia, nossos diretores ou nossos empregados, exigências para que a Companhia imponha programas de conformidade mais rigorosos, e proibições relativas à condução dos negócios da Companhia e da sua capacidade de participar de licitações públicas. A Companhia poderá incorrer em despesas e ter que reconhecer provisões e outras despesas relativas a essas questões. Além disso, o aumento da atenção para questões de responsabilidade como resultado de investigações, processos judiciais e reguladoras poderá prejudicar a imagem da Companhia ou afetar de outra forma o crescimento do negócio da Companhia. A retenção e renovação em muitos dos contratos da Companhia dependem da criação de um sentimento de confiança com nossos clientes, e qualquer violação destas leis e regulamentos poderão, irreparavelmente, corroer essa confiança e poderão levar ao término de tais relações e ter um efeito material adverso sobre a condição financeira da Companhia e sobre os resultados operacionais da Companhia. Se qualquer desses riscos se materializar, nossa reputação, estratégia, esforços de expansão internacional e nossa capacidade de atrair e preservar funcionários poderão ser negativamente afetados, e, consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa.

Em março de 2015 foi divulgado na imprensa que a Polícia Federal iniciou uma operação chamada Zelotes ("Operação"), para investigar se alguns contribuintes pessoas jurídicas tentaram influenciar as decisões do CARF através de meios ilegais. Em 06 de abril de 2015, a Companhia recebeu um Ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), solicitando esclarecimentos sobre as notícias que ligam a Companhia com a Operação. A Companhia esclareceu que, até aquele momento, não tinha sido contatada por qualquer autoridade pública relativamente à Operação.

Considerando o envolvimento do nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas a Operação, o Conselho de Administração decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação.

Em 25 de fevereiro de 2016, a Polícia Federal compareceu até escritórios da Gerdau para executar ordem judicial de buscas e apreensões, obtendo documentos e dados para exame. A Polícia Federal também colheu o depoimento de pessoas relacionadas à Gerdau, incluindo seu Diretor Presidente e um outro membro do Conselho de Administração. Na mesma data, a Gerdau informou a Bovespa e a New York Stock Exchange (NYSE), e fez comunicados públicos relativamente a este assunto para a CVM e SEC. A Investigação Interna está em andamento e a Companhia tem cooperado com a Polícia Federal. Veja a Nota Explicativa 17 das Demonstrações Financeiras Consolidadas (fiscais, cíveis e trabalhistas e ativos contingentes) para mais informações.

Embora a Companhia não acredita que atualmente estas questões terão um efeito material adverso sobre seus negócios, dadas as incertezas inerentes a tais situações, a empresa não pode fornecer nenhuma garantia de que essas questões não serão relevantes ao seu negócio no futuro.

Os processos de governança e compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir penalidades regulatórias e danos à reputação.

A Companhia opera em um ambiente global e suas atividades se estendem por diversas jurisdições e marcos regulatórios complexos, que têm visto um aumento dos esforços por aplicação das normas no mundo todo. Seus processos de governança e *compliance*, que incluem a revisão dos controles internos sobre divulgação financeira, podem não ser capazes de prevenir infrações futuras a normas legais, contábeis ou de governança. A Companhia pode estar sujeita a violações do seu Código de Ética e Conduta, políticas anticorrupção e protocolos de conduta empresarial, além de casos de comportamento fraudulento, práticas de corrupção e desonestidade por seus funcionários, fornecedores e outros agentes. O não cumprimento de quaisquer leis ou outras normas aplicáveis poderia sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, à perda de licenças operacionais ou a danos à sua reputação.

Riscos relacionados ao Brasil

Novos rebaixamentos da nota de crédito do Brasil poderiam afetar negativamente o preço das ações da Companhia.

A Companhia poderia ser afetada negativamente pela percepção de risco dos investidores com relação à nota de crédito soberano do Brasil. As agências de risco avaliam regularmente o Brasil e o seu crédito soberano, com base em diversos fatores, entre eles tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e perspectiva de mudanças em quaisquer destes fatores.

O Brasil perdeu o grau de investimento da sua nota de crédito soberano de acordo com as três principais agências de risco baseadas nos Estados Unidos: Standard & Poor's, Moody's e Fitch. A Standard & Poor's rebaixou a nota da dívida soberana do Brasil de BBB- para BB+ em setembro de 2015, com redução subsequente para BB em fevereiro de 2016 e manutenção da perspectiva negativa da nota, citando as dificuldades fiscais do Brasil e a contração da economia como sinais para piora da situação de crédito. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou em revisão a nota de crédito Baa3 da dívida soberana do Brasil, rebaixando nota de crédito soberano do país em fevereiro de 2016 para Ba2, com perspectiva negativa, citando a possível deterioração dos números da dívida pública em um cenário de recessão e o desafiador ambiente político. Já a Fitch rebaixou a nota de crédito soberano do Brasil para BB+ com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o acelerado crescimento do déficit fiscal e recessão mais intensa que o esperado, vindo a rebaixar a nota de crédito soberano do país novamente em maio de 2016 para BB, com perspectiva negativa. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB-BB, citando que as dúvidas cresceram sobre o resultado de uma eleição presidencial em outubro e um esforço para reduzir seu dispendioso sistema previdenciário, considerado vital para fechar um enorme déficit fiscal. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou o rating de crédito da dívida soberana do Brasil de BB para BB-menos, dizendo que o fracasso do país em colocar uma revisão da seguridade social em uma votação enfraquece as finanças públicas.

A dívida soberana do Brasil conta hoje com nota de crédito abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating. Consequentemente, os preços de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras foram negativamente impactados. O prolongamento ou piora da atual recessão por que passa o país e continuidade da incerteza política, entre outros fatores, poderiam levar a novos rebaixamentos da nota de crédito. Novos rebaixamentos da nota de crédito do Brasil poderiam aumentar a percepção de risco dos investidores e, consequentemente, afetar negativamente o preço das ações da Companhia.

O Brasil segue afetado pela instabilidade política, o que poderia causar um impacto adverso na Companhia.

Historicamente, o ambiente político no Brasil tem influenciado, e segue influenciando, o desempenho econômico do país. Crises políticas afetaram e seguem afetando a confiança de investidores e do público em geral, e resultaram historicamente em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras.

O Brasil passou por uma grande instabilidade econômica e política causada por diversas investigações em curso sobre alegações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pelo Ministério Público Federal, inclusive a maior destas investigações, conhecida por “Operação Lava Jato”, que causaram um impacto negativo na economia brasileira e no ambiente político, e contribuíram para a perda da confiança do mercado no Brasil.

Como resultado destas investigações, diversos políticos experientes, inclusive membros do Congresso Nacional, além de executivos do alto escalão de empresas públicas e privadas no Brasil foram presos, condenados por diversas acusações relacionadas à corrupção, celebraram acordos de delação premiada com procuradores federais e/ou deixaram ou foram destituídos dos seus cargos como resultado de tais investigações no âmbito da Operação Lava Jato.

Em meio a este cenário de incerteza política e econômica, a presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo em 12 de maio de 2016, quando o Senado brasileiro votou pela instauração do processo de impeachment contra a presidente. Dilma Rousseff foi substituída pelo Vice-Presidente Michel Temer, que assumiu interinamente a Presidência até a conclusão do processo de afastamento definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado, em 31 de agosto de 2016. O mandato do Presidente Michel Temer se encerra em dezembro de 2018.

O resultado potencial da Operação Lava Jato, bem como de outras investigações relacionadas à corrupção, é incerto, porém já causou um impacto negativo na imagem e na reputação das companhias citadas e na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e o mercado de capitais do Brasil. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou alegações levarão a novas ondas de instabilidade política e econômica, ou se novas alegações contra autoridades do governo surgirão no futuro ou afetarão negativamente a Companhia.

A inflação e as ações do governo para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar negativamente os negócios da Companhia.

Se o Brasil apresentar altos níveis de inflação novamente, poderia haver desaceleração da taxa de crescimento econômico do país, o que levaria a uma menor demanda pelos produtos da Companhia no Brasil. Provavelmente, a inflação também aumentaria alguns dos custos e despesas da Companhia que talvez não pudessem ser repassados aos

consumidores, levando à redução de suas margens de lucro. Além disso, a alta inflação geralmente conduz a taxas de juros internas mais altas, o que poderia levar ao aumento do custo da dívida da Companhia expressa em reais. A inflação também pode prejudicar o acesso a mercados de capitais, o que poderia impactar negativamente a capacidade da Companhia de refinar suas dívidas. Pressões inflacionárias também podem levar à adoção de políticas governamentais de combate à inflação, com possíveis impactos adversos para os negócios da Companhia. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A percepção de riscos e seus desdobramentos em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países emergentes, podem afetar adversamente os preços de mercado das ações da Companhia.

Os valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras são influenciados, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos e de países emergentes, especialmente de outros países latino-americanos. A reação dos investidores com a evolução econômica de um país pode fazer com que o mercado de capitais em outros países flutue. Desdobramentos ou condições econômicas adversas em outros países emergentes têm, por vezes, resultado em reduções significativas dos investimentos de fundos de investimento e na diminuição da quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas internacionais e de mercado, especialmente as condições econômicas e de mercado nos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, têm sido historicamente sensíveis às flutuações das taxas de juros e movimentos dos principais índices de ações dos Estados Unidos.

A evolução econômica em outros países e no mercado de capitais podem afetar adversamente os preços das ações e ADSs da Gerdau, o que poderia tornar mais difícil para a Companhia acessar o mercado de capitais e financiar as operações no futuro em termos aceitáveis, e poderia também ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Riscos relacionados a nossa Estrutura Corporativa

Os interesses do acionista controlador podem conflitar com os interesses dos acionistas não controladores.

Sujeito às disposições do Estatuto Social da Companhia, o acionista controlador tem poderes para:

- Eleger a maioria dos conselheiros e indicar diretores executivos, estabelecer a política administrativa e exercer controle total da administração da Companhia;
- Vender ou transferir as ações da Companhia; e
- Aprovar quaisquer atos que exijam a aprovação dos acionistas representando a maioria do capital social em circulação, inclusive reorganização societária, aquisição e venda de ativos e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Por possuir tais poderes, o acionista controlador pode tomar decisões conflitantes com os interesses da Companhia e demais acionistas, podendo afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Como emissora estrangeira, a Companhia segue diferentes obrigações de divulgação e outros requisitos em relação a empresas locais dos Estados Unidos.

Como emissora estrangeira, a Companhia pode estar sujeita a diferentes obrigações de divulgação e outros requisitos em relação a empresas locais dos Estados Unidos. Por exemplo, como emissora estrangeira, nos Estados Unidos, a Companhia não está sujeita às mesmas obrigações de divulgação que empresas registradas nos EUA de acordo com o *Securities Exchange Act* de 1934 dos Estados Unidos, conforme alterado (*Exchange Act*), inclusive exigências de elaboração e divulgação de relatórios trimestrais em Formulário 10-Q ou arquivamento de relatórios atuais em Formulário 8-K na ocorrência de eventos relevantes específicos, regras de votação aplicáveis a empresas registradas localmente nos EUA conforme a *Section 14* do *Exchange Act* ou regras sobre informações privilegiadas e realização de lucros de curto prazo (*short-swing profit*) aplicáveis a empresas registradas localmente nos EUA segundo a *Section 16* do *Exchange Act*. Adicionalmente, pretendemos contar com isenções de determinadas regras norte-americanas que nos permitem seguir as exigências legais brasileiras ao invés de determinadas exigências aplicáveis a empresas registradas localmente nos EUA.

Além disso, emissores estrangeiros devem arquivar o relatório anual em Formulário 20-F dentro de 120 dias após o encerramento de cada exercício fiscal, enquanto os emissores locais nos EUA em regime acelerado de arquivamento devem arquivar seus relatórios anuais em Formulário 10-K dentro de 75 dias após o encerramento de cada exercício fiscal. Com isso, embora a Companhia deva arquivar relatórios em Formulário 6-K, com a divulgação de informações que ela tenha tornado ou deva tornar públicas conforme as leis de Luxemburgo, ou deva prestar informações amplamente aos acionistas, e que sejam relevantes para a Companhia, investidores podem não receber o mesmo tipo ou quantidade de informações exigidas para empresas norte-americanas.

Como emissora estrangeira, a Companhia conta com isenções de determinadas normas de governança corporativa da NYSE, entre elas a exigência de que a maioria do conselho de administração seja composta por membros independentes. Isso poderia diminuir a proteção aos acionistas da Companhia.

As regras da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) exigem, entre outras coisas, que companhias listadas tenham a maioria dos seus conselhos de administração composta por conselheiros independentes e que contem com supervisão independente dos conselheiros para a remuneração de executivos, nomeação de conselheiros e assuntos de governança corporativa. Como emissora estrangeira e empresa controlada, a Companhia pode e segue as práticas do seu país de origem ao invés das exigências acima. A legislação brasileira, leis do nosso país de origem, não exigem que a maioria do conselho de administração seja composta por membros independentes ou a implementação de um comitê de remuneração ou um comitê de nomeação e governança corporativa e, portanto, o nosso conselho inclui menos membros independentes em relação às exigências das regras da NYSE aplicáveis à maioria das empresas norte-americanas. Enquanto contarmos com a isenção de emissora estrangeira às regras da NYSE, a maioria do nosso conselho de administração não precisará ser composta por membros independentes, nosso comitê de remuneração não precisará ser composto integralmente por conselheiros independentes, e não precisaremos contar com um comitê de nomeação e governança corporativa. Portanto, a abordagem do nosso conselho poderá ser diferente daquela dos conselhos que contam com maioria de membros independentes e, conseqüentemente, a supervisão da administração da Companhia poderá ser mais limitada se comparada às exigências das regras da NYSE aplicáveis à maioria das empresas norte-americanas.

Riscos relacionados às nossas ações preferenciais e ADSs

Caso a Companhia deixe de manter um registro de oferta e não haja mais isenção em relação ao Securities Act, os detentores norte-americanos de ADSs poderão não ser capazes de exercer direitos de preferência com relação às nossas ações preferenciais.

A Companhia pode não ser capaz de oferecer suas ações preferenciais aos detentores norte-americanos de ADSs residentes nos EUA (*U.S. holders*), nos termos dos direitos de preferência concedidos aos detentores das nossas ações preferenciais no âmbito de qualquer emissão futura das nossas ações preferenciais, salvo se estiver em vigor um registro de oferta nos termos do *Securities Act* com relação a tais ações preferenciais e direitos de preferência, ou esteja disponível uma isenção das exigências de registro do *Securities Act*. A Companhia não possui obrigação de arquivar ou manter um registro de oferta com relação a quaisquer ofertas de direitos de preferência em relação às suas ações preferenciais, e não é possível garantir que ela venha a arquivar ou manter tal registro de oferta. Caso tal registro de oferta não seja arquivado ou mantido e não exista uma isenção com relação a tal registro, a instituição depositária da Companhia tentará negociar os direitos de preferência e os investidores terão o direito de receber os recursos de tal venda. Contudo, tais direitos de preferência expirarão caso a instituição depositária não tenha sucesso em vendê-los, e os detentores norte-americanos de ADSs não receberão qualquer valor com relação à cessão de tais direitos de preferência. Ainda que haja um registro de oferta em vigor, a Companhia poderá decidir, e poderá não estender os direitos de preferência ou de subscrição a *U.S. Persons* (conforme definição no *Regulation S* do *Securities Act*) que sejam detentores das suas ações preferenciais e ADSs.

Decisões de tribunais brasileiros com relação às ações preferenciais serão pagas somente em reais.

Caso sejam instaurados processos em tribunais brasileiros buscando o cumprimento de obrigações com relação a ações preferenciais, a Companhia não será obrigada a quitar suas obrigações em outra moeda que não o real. Segundo as limitações de controle de câmbio brasileiras, uma obrigação no Brasil de pagamento de valores denominados em moedas que não o real somente poderá ser quitada na moeda brasileira, conforme a taxa de juros determinada pelo Banco Central do Brasil em vigor na data da decisão judicial, sendo tais valores ajustados para refletir quaisquer variações cambiais até a data do pagamento efetivo. A taxa de câmbio então aplicável poderá não ser suficiente para compensar plenamente investidores não brasileiros por quaisquer demandas oriundas ou relacionadas às obrigações da Companhia com relação às suas ações preferenciais ou ADSs.

Caso um detentor de ADS venha a solicitar o resgate de suas ADSs por ações preferenciais, ele correrá o risco de perder a capacidade de enviar moeda estrangeira para o exterior e algumas vantagens fiscais aplicáveis ao Brasil.

Detentores de ADSs se beneficiam de certificados eletrônicos de registro de capital estrangeiro obtidos pelo custodiante para as ações preferenciais representadas pelas ADSs no Brasil, que permitem ao custodiante converter dividendos e outros proventos relativos às ações preferenciais em moedas estrangeiras (não a brasileira) e o envio destes recursos para o exterior. Caso um detentor de ADS solicite o resgate das suas ADSs por ações preferenciais, ele terá o direito de continuar contando com o certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do custodiante somente por cinco dias úteis a partir da data do resgate. A partir de então, a alienação ou a distribuição de proventos relativos às ações preferenciais, salvo se o investidor obtiver o seu próprio registro eletrônico de registro de capital estrangeiro ou se qualifique conforme o regulamento brasileiro de investidores estrangeiros que permite que determinados investidores estrangeiros comprem e vendam ações nas bolsas de valores do Brasil sem a obtenção de certificados eletrônicos de registro de capital estrangeiro, tais ex-detentores de ADSs não poderiam enviar recursos para o exterior em moedas que não sejam o real. Adicionalmente, caso um detentor de ADS não se enquadre conforme os regulamentos de investimento estrangeiro, ela estará normalmente sujeita a tratamento fiscal menos favorável com relação a dividendos e proventos ou recursos provenientes da venda de ações preferenciais da Companhia.

Caso um detentor de ADS tente obter o seu próprio certificado de registro de capital estrangeiro, ele poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de solicitação, que poderiam atrasar a sua capacidade de receber dividendos e proventos relativos às ações preferenciais da Companhia ou o retorno do seu capital de maneira oportuna. O certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro da instituição depositária pode ainda ser afetado negativamente por futuras mudanças na legislação.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A. HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA COMPANHIA

A Gerdau S.A. é uma empresa brasileira de sociedade anônima constituída em 20 de novembro de 1961 de acordo com as leis do Brasil. Sua sede executiva localiza-se na Av. Nações Unidas, 8501 – 8º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, e número de telefone + 55 (11) 3094-6300.

História

A Companhia é o resultado de uma série de aquisições corporativas, fusões e outras transações realizadas a partir de 1901. A Companhia iniciou suas operações em 1901 com a fábrica de pregos Pontas de Paris, sediada em Porto Alegre e controlada pela família Gerdau, a qual ainda é a acionista controladora indireta da Companhia. Em 1969, a Pontas de Paris teve sua denominação alterada para Metalúrgica Gerdau S.A., a qual é hoje a holding controlada pela família Gerdau e controladora da Gerdau S.A.

De 1901 a 1969, a fábrica de pregos Pontas de Paris cresceu e expandiu seus negócios para uma variedade de outros serviços e produtos de aço. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, num esforço para expandir suas atividades e aumentar seu acesso a matérias-primas, a Gerdau adquiriu a Siderúrgica Riograndense S.A., uma produtora de aço também localizada em Porto Alegre. Em fevereiro de 1948, a Gerdau iniciou suas operações siderúrgicas, antecipando o consagrado modelo de *mini-mill* caracterizado pela produção de aço em fornos elétricos a arco utilizando sucata metálica como principal matéria-prima. Na época, a Companhia adotou uma estratégia de comercialização regional para garantir custos operacionais mais competitivos. Em 1957, a Companhia instalou uma segunda unidade no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Sapucaia do Sul, e em 1962, o crescimento consistente da produção de pregos levou à construção de uma fábrica maior e mais moderna na cidade de Passo Fundo, também no estado do Rio Grande do Sul.

Em 1967, a expansão da Companhia chegou ao estado brasileiro de São Paulo, com a compra da Fábrica de Arames São Judas Tadeu, produtora de pregos e arames, que posteriormente teve a sua denominação alterada para Comercial Gerdau e, finalmente, tornou-se o canal de distribuição brasileiro da Companhia para seus produtos. Em junho de 1969, a Gerdau expandiu-se em direção ao nordeste do país, iniciando a produção de aços longos por meio da Siderúrgica Açonorte no estado de Pernambuco. Em dezembro de 1971, a Gerdau assumiu o controle da Siderúrgica Guaíra, uma produtora de aços longos no estado do Paraná, na região sul do Brasil. A Companhia também criou uma nova empresa, a Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, para produzir madeira serrada de forma sustentável para as indústrias de móveis, celulose e aço. Em 1979, a Companhia assumiu o controle da Companhia Siderúrgica da Guanabara - Cosigua no Rio de Janeiro, que atualmente, é a maior usina semi-integrada ou *mini-mill* da América Latina. Desde então, por meio de uma série de aquisições e novas operações, a Gerdau S.A. expandiu sua presença nacional, possuindo hoje 12 usinas produtoras de aço e laminados no Brasil.

O processo de internacionalização da Gerdau teve início em 1980 com a aquisição da Gerdau Laisa S.A., a única produtora de aços longos do Uruguai. Em 1989, adquiriu a companhia canadense Gerdau Ameristeel Cambridge, uma produtora de aços longos laminados localizada em Cambridge, Ontário. Em 1992, a Gerdau assumiu o controle da Gerdau AZA S.A., uma produtora de aço bruto e de aços longos laminados no Chile. Com o passar dos anos, a Gerdau ampliou sua presença no mercado internacional por meio da aquisição de uma participação minoritária em uma laminadora na Argentina; uma participação majoritária na Diaco S.A., na Colômbia; e, principalmente, de participações adicionais na América do Norte, por meio da aquisição da Gerdau Ameristeel MRM Special Sections, uma produtora de seções especiais, e da antiga Ameristeel Corp., uma produtora de aços longos laminados comuns. Em 2002, a Companhia uniu seus ativos de produção de aço da América do Norte aos da empresa canadense Co-Steel, uma produtora de aços longos, para criar a Gerdau Ameristeel, atualmente a segunda maior produtora de aços longos da América do Norte, em termos de volume de produção de aço.

Em dezembro de 2003, a Gerdau Açominas S.A. assinou um acordo de compra com o Grupo Votorantim. Segundo o acordo, a Gerdau Açominas S.A. concordou em adquirir a propriedade e direitos de mineração da Companhia Paraibuna de Metais, uma subsidiária do Grupo Votorantim, cujas minas estão localizadas em Miguel Burnier, Várzea do Lopes e Gongo Soco, no estado de Minas Gerais. Os ativos inclusos na transação compreenderam concessões de extração. O preço acordado pela compra da propriedade e direitos de mineração mencionados acima foi de US\$ 30,0 milhões (R\$ 88,1 milhões na data da aquisição). Em 2012 se atingiu a autossuficiência em minério de ferro para a usina integrada (Ouro Branco).

Em setembro de 2005, a Gerdau assinou um acordo para a aquisição de 36% das ações da Sipar Aceros S.A., uma laminadora de aços longos, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. Essa participação, somada aos 38% já detidos pela Gerdau, representa 74% do capital social da Sipar Aceros S.A. Neste mesmo mês, a Gerdau concluiu a aquisição de uma participação de 57% na Diaco S.A., a maior produtora de vergalhões da Colômbia. Em janeiro de 2008, a Gerdau adquiriu participação societária adicional de 40% no capital da Diaco S.A. por US\$ 107,2 milhões (R\$ 188,7 milhões na data da aquisição), aumentando sua participação para 99% das ações do capital social, levando-se em conta ainda a diluição da participação minoritária, fato que justifica a Companhia ter um percentual maior se comparado aos percentuais das duas grandes aquisições feitas. Em junho de 2017, a Gerdau concluiu a operação de criação de uma joint-venture, a partir da venda de 50% de sua participação na Gerdau Diaco, na Colômbia, com a Putney Capital Management. A transação atribuiu à joint-venture um valor econômico de US\$ 165 milhões (R\$ 546 milhões na data da transação).

Em janeiro de 2006, a Gerdau concluiu, por meio de sua subsidiária Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company, a aquisição de 40% do capital social da Corporación Sidenor S.A., pelo valor de US\$ 219,2 milhões (R\$ 493,2 milhões na data da aquisição). Em dezembro de 2008, a Gerdau Hungria Holding Limited Liability Company adquiriu, por US\$ 288,0 milhões (R\$ 674,0 milhões na data da aquisição), uma participação de 20% na Corporación Sidenor S.A. Em face desta aquisição, a Gerdau tornou-se a acionista majoritária (60%) da Corporación Sidenor. Em janeiro de 2013, como resultado da liquidação de uma opção de venda detida pelo Grupo Santander, a Companhia adquiriu os 40% restantes da Corporación Sidenor S.A., por R\$ 599,2 milhões. Em maio de 2016, a Companhia concluiu a venda da Gerdau Holdings Europa S.A. na Espanha (detentora da Corporación Sidenor S.A. O valor econômico da transação foi de € 155 milhões (equivalente a R\$ 621 milhões na data da alienação) e o contrato de venda também estabelece a possibilidade de receber até € 45 milhões (equivalente a R\$ 180 milhões) adicionais ao final de cinco anos, a depender do desempenho futuro do negócio.

Em junho de 2006, a Gerdau S.A. venceu o leilão para aquisição de 50% mais uma ação do capital social da Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. (Siderperú), localizada na cidade de Chimbote, no Peru, pelo valor de US\$ 60,6 milhões (R\$ 134,9 milhões na data da aquisição). Em novembro de 2006, a Gerdau também venceu o leilão para aquisição de 324.327.847 ações emitidas pela Siderperú, que representam 33% do capital social total, pelo valor de US\$ 40,5 milhões, totalizando US\$ 101,1 milhões (R\$ 219,8 milhões na data da aquisição). Com essa aquisição, aliada à participação adquirida no início daquele ano, a Companhia passou a deter uma participação de 83% no capital social da Siderperú.

Em março de 2007, a Gerdau adquiriu a Siderúrgica Tultitlán, uma *mini-mill*, localizada na Cidade do México, que produz vergalhões e perfis. O valor pago nessa aquisição foi de US\$ 259,0 milhões (R\$ 536,0 milhões na data da aquisição).

Em maio de 2007, a Gerdau adquiriu uma participação de 30% na Multisteel Business Holdings Corp., uma *holding* das Industrias Nacionales, C. por A. ("INCA"), uma companhia localizada em Santo Domingo, na República Dominicana, produtora de aços laminados. Essa parceria permitiu à Companhia acessar o mercado caribenho. A

aquisição teve um custo total de US\$ 42,9 milhões (R\$ 82,0 milhões na data da aquisição). Em julho de 2007, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 19% na Multisteel Business Holdings Corp., resultando em uma participação de 49%. O custo total dessa segunda aquisição foi de US\$ 72,0 milhões (R\$ 135,2 milhões na data da aquisição). Em outubro de 2014, a Gerdau e o Complejo Metalúrgico Dominicano S.A. confirmaram a combinação das operações de suas empresas Industrias Nacionales e Metaldom, passando a chamar-se de Gerdau Metaldom. Essa combinação busca maior eficiência e competitividade na região do Caribe e América Central, além de garantir o abastecimento de produtos de aço para o setor da construção na República Dominicana.

Em junho de 2007, a Gerdau adquiriu 100% do capital social da Siderúrgica Zuliana C.A., uma companhia venezuelana que opera uma usina siderúrgica na cidade de Ojeda, na Venezuela. O custo total da aquisição foi de US\$ 92,5 milhões (R\$ 176,2 milhões na data da aquisição).

No mesmo mês, a Gerdau e o grupo indiano Kalyani iniciaram um acordo para estabelecer uma empresa de controle compartilhado para um investimento em Tadipatri, na Índia. Essa empresa incluiu uma participação de aproximadamente 45% na Kalyani Gerdau Steel Inc. O contrato previa o controle compartilhado, e o valor de compra totalizou US\$ 73,0 milhões (R\$ 127,3 milhões na data da aquisição). Em maio de 2008, a Gerdau anunciou a conclusão do negócio. Em julho de 2012, a Companhia passou a controlar a até então empresa com controle compartilhado Kalyani Gerdau Steel Ltd (KGS), sobre a qual a Companhia detinha uma participação de 91,28% na data de obtenção do controle. Em 2012, até a data que a Companhia passou a controlar a KGS, a Companhia efetuou integralizações adicionais de capital na KGS, as quais resultaram em um incremento na participação societária detida, que era de 80,57% em 31/12/2011, para 91,28%.

Em setembro de 2007, a Gerdau concluiu a aquisição da Chaparral Steel Company, aumentando a carteira de produtos da Companhia e incluindo uma linha de aços estruturais. O custo total da aquisição foi de US\$ 4,2 bilhões (R\$ 7,8 bilhões na data da aquisição), além da assunção de alguns passivos.

Em outubro de 2007, a Gerdau assinou uma carta de intenção para a aquisição de uma participação de 49% no capital social da *holding* Corsa Controladora, S.A. de C.V., sediada na Cidade do México. A *holding* é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e seus distribuidores. O valor da aquisição foi de US\$ 110,7 milhões (R\$ 186,3 milhões na data da aquisição). Em fevereiro de 2008, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição do negócio.

Em novembro de 2007, a Gerdau celebrou um contrato definitivo para a aquisição da operação siderúrgica da Quanex Corporation, a MacSteel. A MacSteel opera três usinas *mini-mills* localizadas em Jackson, Michigan; Monroe, Michigan; e Fort Smith, Arkansas. A empresa também opera seis unidades de transformação nos estados de Michigan, Ohio, Indiana e Wisconsin. O valor desembolsado nesta transação foi US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2,4 bilhões na data da aquisição), além da assunção de dívida e alguns passivos. A Gerdau concluiu essa aquisição em abril de 2008.

No mês de junho de 2008, a Metalúrgica Gerdau S.A. adquiriu do BNDESPAR, 29% do capital total da Aços Villares S.A. pelo preço de R\$ 1,3 bilhão. Como forma de pagamento, a Metalúrgica Gerdau S.A. emitiu debêntures com cláusula de permutabilidade por ações ordinárias de emissão da Gerdau S.A. de sua titularidade. Em dezembro de 2009, a participação da Gerdau na Aços Villares S.A. através da controlada Corporación Sidenor S.A. foi transferida para controle direto da Gerdau S.A. pelo valor de US\$ 218 milhões (R\$ 384 milhões na data da aquisição), detendo esta 59% do capital total da Aços Villares. Em 30 de dezembro de 2010, os acionistas da Gerdau S.A. e da Aços Villares S.A. aprovaram a incorporação da Aços Villares S.A. pela Gerdau S.A. A operação foi realizada por meio de uma troca de ações, em que os acionistas da Aços Villares S.A. receberam uma ação da Gerdau S.A. para cada lote de 24 ações detidas. As novas ações foram creditadas em 10 de fevereiro de 2011. Como resultado desta transação, a Aços Villares S.A., teve o registro de negociação de ações cancelado nas bolsa de valores do Brasil.

Em 30 de agosto de 2010, a Gerdau S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações ordinárias da Gerdau Ameristeel de que ainda não era detentora, direta ou indiretamente, pelo valor de US\$ 11,00 por ação, totalizando US\$ 1,6 bilhão (R\$ 2,8 bilhões na data da aquisição). Com esta operação foi cancelado o registro de negociação da Gerdau Ameristeel nas bolsas de valores de Nova York e Toronto.

Em 14 de julho de 2015, a Companhia aprovou a aquisição das participações minoritárias a seguir descritas, nas seguintes sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. e ArcelorMittal Netherlands BV. Essas aquisições de participações acionárias, no valor total de R\$ 1.986 milhões, permitiram a controlada Gerdau S.A. deter mais de 99% do capital total de cada uma das controladas. Em 10 de Agosto, 2015, a CVM solicitou esclarecimentos da Gerdau e da Companhia, referindo-se às declarações de um acionista, relativa

à operação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau. O acionista alegou um potencial conflito de interesse na transação. Em resposta, a Companhia identificou à CVM que a aquisição referenciada teve méritos exclusivamente comerciais, foi aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração da Gerdau e que os termos e condições para a aquisição levou em conta uma perspectiva de mercado a longo prazo.

Em janeiro de 2018 a Gerdau vendeu algumas de suas usinas produtoras de vergalhão, assim como, unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos para a Commercial Metals por US\$ 600 milhões (R\$ 2,0 bilhões na data da venda). O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Flórida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (Califórnia) e Sayreville (New Jersey). A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento.

Em fevereiro de 2018 a Gerdau vendeu suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento.

B. PANORAMA DO NEGÓCIO

A Indústria Siderúrgica

A indústria siderúrgica mundial é composta por centenas de instalações produtoras de aço e se divide em duas categorias principais baseadas no método de produção utilizado: usinas siderúrgicas integradas e usinas siderúrgicas não integradas, também chamadas de “mini-mills”. As usinas siderúrgicas integradas normalmente produzem aço a partir de óxido de ferro, o qual é extraído de minério de ferro fundido em altos-fornos, e refinam o ferro em aço, principalmente por meio do uso de fornos básicos a oxigênio ou, mais raramente, fornos elétricos a arco. As usinas siderúrgicas não integradas produzem aço por meio da fundição de sucata de aço em fornos elétricos a arco, que é ocasionalmente complementada com outros metais como ferro reduzido direto, ou ferro comprimido a quente. De acordo com a Associação Mundial do Aço (World Steel Association), em 2016, 25,7% da produção total mundial de aço bruto era executada por meio de mini-mills e os 74,3% remanescentes, por meio de processo integrado.

Produção de Aço Bruto, por Processo, em 2016*

Alto-forno	Produção de Aço Bruto (em milhões de toneladas)	Produção, por Processo (%)	
		Mini-mills	Integrada
Global	1.627	25,7%	74,3%
China	808	6,4%	93,6%
Japão	105	22,2%	77,8%
Índia	96	57,3%	42,7%
EUA	78	67,0%	33,0%
Rússia	71	30,8%	69,2%
Coréia do Sul	69	30,7%	69,3%
Alemanha	42	29,9%	70,1%
Turquia	33	65,9%	34,1%
Brasil	31	21,1%	78,9%

Fonte: worldsteel / World Steel in Figures

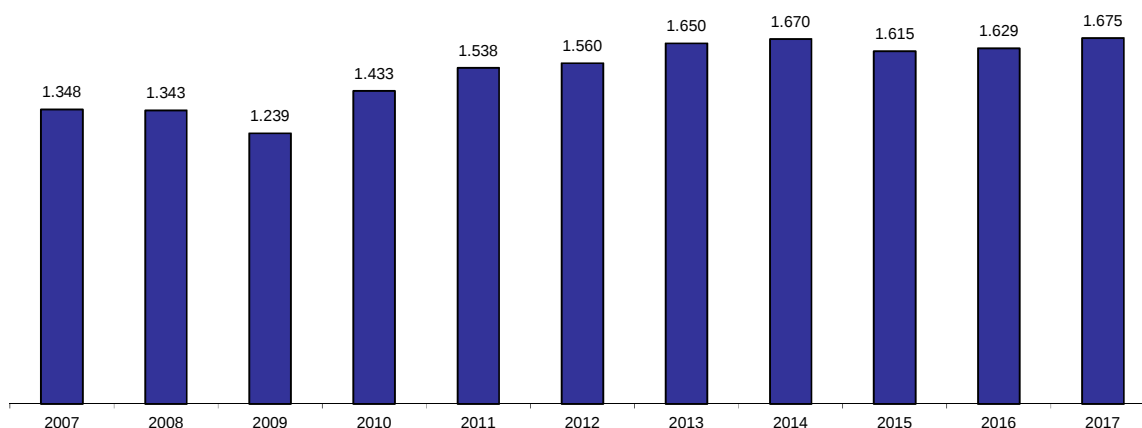
*Última informação disponível

De acordo com a worldsteel, nos últimos dez anos, a produção total anual de aço bruto passou de 1.348,1 milhões de toneladas em 2007 para 1.674,7 milhões de toneladas em 2017, representando um aumento médio anual de 2,9%.

O principal fator responsável pelo aumento na demanda por produtos de aço foi a China. Desde 1993, a China tornou-se o maior mercado siderúrgico do mundo, produzindo hoje mais que Estados Unidos e a Europa juntos.

No último ano, a produção anual total de aço bruto aumentou 2,8%, de 1.628,5 milhões de toneladas em 2016 para 1.674,7 milhões de toneladas em 2017.

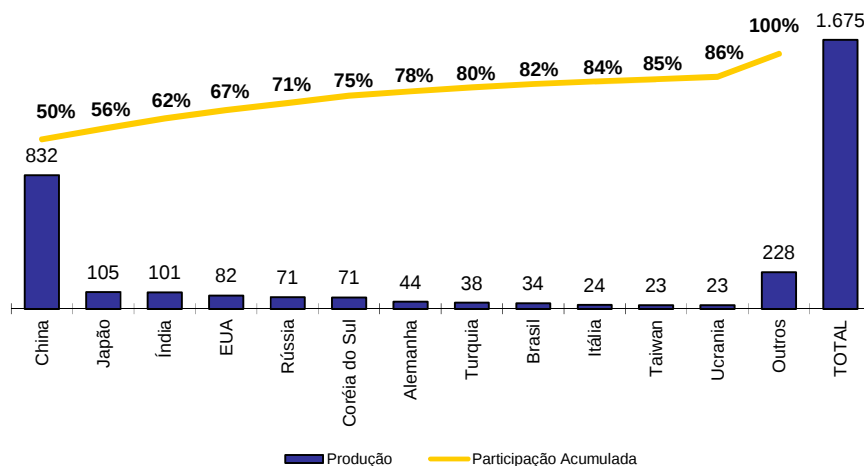
Produção de Aço Bruto (em milhões de toneladas)



Fonte: worldsteel/monthly statistics

A China está reequilibrando o seu crescimento econômico a fim de ser uma economia orientada para o mercado doméstico. O crescimento do PIB foi alinhado com a expectativa do governo e, apesar da injeção de crédito para os setores de construção e infraestrutura, o país apresentou uma redução do consumo de aço pelo terceiro ano consecutivo. A produção de aço bruto da China atingiu 831,7 milhões de toneladas em 2017, registrando um aumento de 2,9% em relação a 2016. Em 2017, a China foi responsável por 49,7% da produção mundial de aço bruto.

Produção de Aço Bruto por País em 2017 (em milhões de toneladas)



Fonte: worldsteel/monthly statistics

A Ásia produziu 1.151,8 milhões de toneladas de aço bruto em 2017, equivalente a um aumento de 5,7% em relação a 2016, sua participação na produção mundial de aço correspondeu a 69,0% em 2017. O grupo dos EU-28, registrou um aumento de 4,1% em relação a 2016, com uma produção de 168,7 milhões de toneladas de aço bruto em 2017, representando 10,0% do total global. Em 2017, a produção de aço bruto da América do Norte apresentou aumento de 4,9% em relação a 2016, um total de 116,0 milhões de toneladas. Os países da CEI registraram estabilidade na produção de aço relação em 2016, com um total de 102,0 milhões de toneladas.

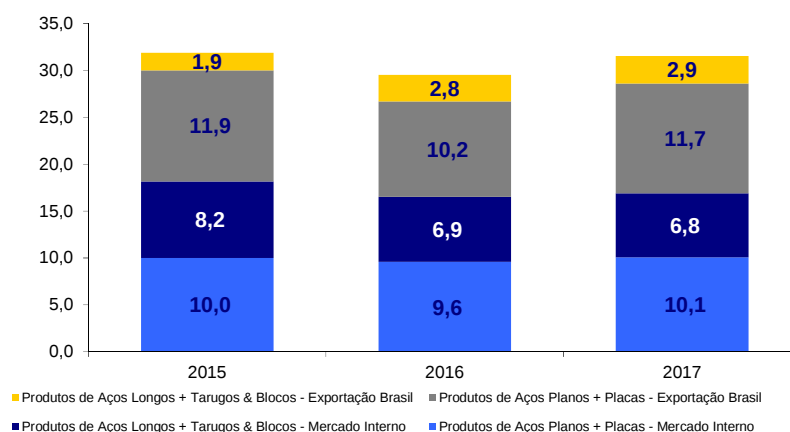
A Indústria Siderúrgica Brasileira

Em 2017, o Brasil foi o 9º maior produtor mundial de aço bruto, com uma produção de 34,4 milhões de toneladas, uma participação de 2,1% no mercado mundial, e de 78,7% da produção de aço da América do Sul em 2017.

A produção de aço bruto no Brasil somou 34,4 milhões de toneladas em 2017, 31,3 milhões de toneladas em 2016 e 33,3 milhões de toneladas em 2015, superando a demanda interna de 19,2 milhões em 2017, 18,4 milhões em 2016 e 21,3 milhões de toneladas em 2015. Em 2017, as vendas totais de aço no mercado interno aumentaram 2,3% em relação a 2016, passando de 16,5 milhões de toneladas para 16,9 milhões de toneladas.

As vendas totais de produtos de aço foram 31,6 milhões de toneladas em 2017, os produtos planos responderam por 69,1% das vendas totais ou 21,8 milhões de toneladas das quais 10,1 milhões de toneladas foram comercializadas no mercado doméstico e 11,7 milhões de toneladas foram exportadas. Os demais 30,9%, ou 9,7 milhões de toneladas, representam vendas de aços longos, compostas por vendas no mercado interno de 6,8 milhões de toneladas e exportações no montante de 2,9 milhões de toneladas.

Composição das Vendas de Aço Brasileiro (milhões de toneladas)



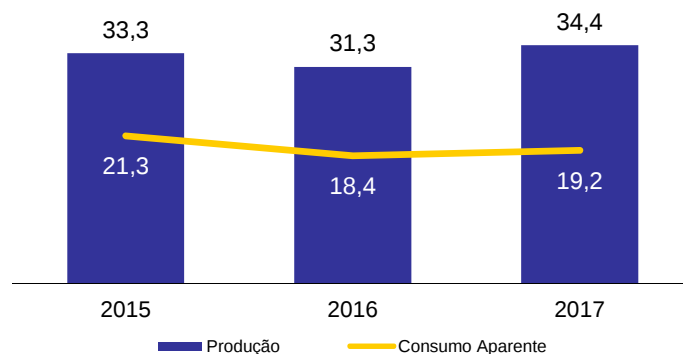
Fonte: Instituto Aço Brasil

Demanda Interna - Historicamente, a indústria siderúrgica brasileira foi impactada por variações significativas na demanda interna por aço. Apesar de o consumo interno per capita variar conforme o Produto Interno Bruto (PIB), as variações do consumo de aço tendem a ser mais acentuadas do que as alterações no nível de crescimento econômico. Em 2017, o PIB Brasileiro cresceu 1,0%, enquanto o consumo de aço apresentou crescimento de 4,3%.

Exportações e Importações - Nos últimos 20 anos, a indústria siderúrgica brasileira caracterizou-se por uma necessidade estrutural de exportar. O mercado siderúrgico brasileiro passou nos últimos anos por períodos de capacidade de produção excedente, demanda cíclica, e intensa concorrência. A demanda por produtos siderúrgicos acabados, baseada no consumo doméstico aparente, ficou menor em relação à oferta total (produção total + importações).

Em 2017, as exportações brasileiras de aço somaram 14,6 milhões de toneladas, representando 46,4% do total de vendas (mercado interno mais exportações). O Brasil possui um importante papel no mercado de exportação, principalmente como exportador de produtos semi-acabados (placas, blocos e tarugos) para uso industrial ou para relaminação em produtos acabados. As exportações brasileiras de produtos semi-acabados totalizaram 9,5 milhões de toneladas em 2017, 8,4 milhões de toneladas em 2016 e 8,7 milhões de toneladas em 2015, representando 64,8%, 64,3% e 63,5% do total de exportações de aço do Brasil, respectivamente.

Produção e Demanda Aparente de Produtos de Aço no Brasil (em milhões de toneladas)



Fonte: Instituto Aço Brasil

O Brasil historicamente importava um pequeno volume de produtos de aço. Considerando a redução dos preços de aço no mercado internacional ao longo de 2010, a apreciação do Real frente ao dólar americano e a redução na demanda por produtos de aço nos países desenvolvidos, o nível das importações Brasileiras cresceu de 2,3 milhões de toneladas em 2009 para 5,9 milhões de toneladas em 2010 (excluindo as importações realizadas pelas usinas siderúrgicas para evitar dupla contagem), ou 22,0% do consumo interno aparente. Em 2015, as importações foram 3,2 milhões de toneladas, reduziram para 1,9 milhão de toneladas em 2016 e aumentaram para 2,3 milhões de toneladas em 2017. Em 2017, as importações representaram 12,0% do consumo interno aparente, um aumento se comparado com os volumes de 2016 devido, principalmente, aos maiores preços do mercado doméstico na comparação com o mercado internacional.

Matérias-primas - Uma das principais vantagens competitivas do Brasil é o baixo custo de suas matérias-primas. O país possui grandes reservas de minério de ferro de alta qualidade. Vários produtores integrados encontram-se no estado de Minas Gerais, onde estão localizadas algumas das maiores minas de minério de ferro do mundo. O custo do minério de ferro de pequenos mineradores no Brasil é muito competitivo se comparado ao custo do minério de ferro na China, por exemplo.

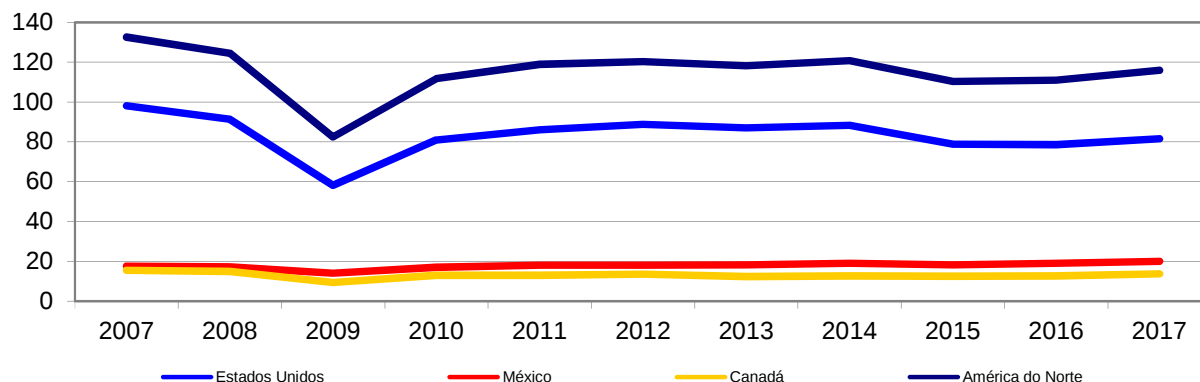
No Brasil, a maior parte da sucata metálica usada pelas usinas siderúrgicas é proveniente da região sudeste e sul. Seus fornecedores entregam a sucata metálica obtida de produtos obsoletos diretamente às usinas siderúrgicas.

O Brasil é um grande produtor de ferro-gusa. A maior parte da produção deste gusa é gerada no estado de Minas Gerais por pequenos produtores. O preço do ferro-gusa está associado ao mercado doméstico e internacional, sendo que, o preço do biorredutor e de minérios, são componentes importantes na formação do custo do ferro-gusa.

Indústria Siderúrgica da América do Norte

A indústria global do aço é altamente cíclica e competitiva devido ao grande número de produtores, dependência de consumidores cíclicos e alta volatilidade dos preços de energia e de matérias-primas. A indústria do aço da América do Norte enfrenta atualmente diversos desafios, como a volatilidade de preços, altos custos fixos e importações com baixos preços. O êxito dos produtores de aço norte-americanos dependerá de inúmeros fatores, como condições econômicas gerais, níveis e preços de importação do aço e a força do dólar norte-americano.

Produção de Aço Bruto por Países Norte-Americanos (em milhões de toneladas)



Fonte: worldsteel/monthly statistics

De meados do ano 2000 até 2002, a indústria siderúrgica norte-americana passou por um severo ciclo de queda devido ao excesso de capacidade de produção global; altos níveis de importação a preços baixos, incluindo preços abaixo dos custos combinados de produção e entregas; e condições econômicas gerais desfavoráveis. Essas forças resultaram em preços de produtos siderúrgicos mais baixos no país, e em um número relevante de fechamentos de capacidade interna. No final de 2001, diversos produtos siderúrgicos haviam atingido seu menor valor dos últimos 10 anos. Consequentemente, desde o início de 2000, mais de 20 empresas siderúrgicas dos Estados Unidos buscaram proteção sob o Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos.

Em resposta a essas condições, em março de 2002, o ex-presidente Bush impôs uma série de taxas e quotas a determinados produtos siderúrgicos importados nos termos da Seção 201 da *Trade Act* de 1974. A intenção dessas medidas era dar à indústria siderúrgica interna uma oportunidade de fortalecer sua posição competitiva via reestruturação e consolidação. Em 10 de novembro de 2003, o Órgão de Apelação da Organização Mundial de Comércio (OMC) confirmou a decisão inicial da OMC que declarava as taxas da Seção 201 sobre as importações siderúrgicas em violação das regras da OMC relativas a medidas de proteção. Em 4 de dezembro de 2003, o ex-presidente Bush assinou um decreto encerrando a cobrança de taxas de proteção ao aço, com o anúncio de que as taxas haviam alcançado seus objetivos e que as diferentes circunstâncias econômicas indicavam que era hora de extingui-las. Negociações comerciais internacionais em andamento, como as negociações do contrato de subsídio ao aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, e as negociações da Rodada de Doha da OMC, podem afetar as regras comerciais internacionais em relação ao comércio de produtos siderúrgicos no futuro.

A indústria siderúrgica da América do Norte passou por um período significativo de consolidações na última década. Siderúrgicas falidas, que já estiveram sobrecarregadas com insuficiência de fundos para aposentadoria, seguro-saúde e outros custos herdados, foram socorridas em suas obrigações e adquiridas por outros produtores de aço. Essas consolidações, incluindo a aquisição dos ativos da LTV Corporation, Bethlehem Steel Corporation, Trico Steel Co. LLC e da National Steel Corporation, criaram uma estrutura de custo operacional mais baixo para as empresas resultantes e uma indústria menos fragmentada. No setor de barras, a fusão da Gerdau North America e da Co-Steel, em outubro de 2002, e a aquisição da Birmingham Steel Corporation pela Nucor Corporation, em fevereiro do mesmo ano, consolidaram o mercado de modo significativo. A aquisição pela Gerdau dos ativos da North Star Steel pertencentes à Cargill em novembro de 2004, da Sheffield Steel Corporation, em 2006, e da Chaparral Steel Company, em setembro de 2007, contribuíram ainda mais para essa tendência de consolidação. Desde o início de 2007, a Tata Iron and Steel Co. Ltd. adquiriu o Corus Group PLC, a SSAB Svenskt Staal AB adquiriu a Ipsco Inc., a Essar Global Ltd. adquiriu a Algoma Steel Inc., a United States Steel Corporation adquiriu a Stelco Inc., e a ArcelorMittal Inc. adquiriu a Bayou Steel Corporation.

A indústria do aço apresentou um forte desempenho em meados de 2006 em face do aumento na demanda mundial por produtos siderúrgicos e da continuidade na tendência de consolidação entre produtores de aço. No início do outono de 2008 (no hemisfério norte), a indústria siderúrgica começou a sentir os efeitos negativos do grave período de desaceleração econômica provocado pela crise de crédito. O período de desaceleração econômica continuou no decorrer de 2009, resultando em uma redução substancial na produção e vendas de produtos siderúrgicos na América do Norte, bem como na queda das exportações de produtos siderúrgicos dos Estados Unidos para outras partes do mundo. Desde o início de 2010, a economia da América do Norte tem mostrado sinais de recuperação, contribuindo para uma gradual recuperação do setor do aço, com uma melhora importante no setor não residencial e automotivo. A Companhia acredita que esta tendência continuará ao longo de 2018.

Perfil da Companhia

A Gerdau dedica-se, principalmente, à produção e à comercialização de produtos de aço em geral, através, de usinas localizadas na Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Índia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e acredita ser uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo para o setor automotivo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Gerdau acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

A Gerdau detém uma participação significativa nos mercados siderúrgicos em quase todos os países onde opera, tendo sido classificada pela worldsteel como a 18ª maior produtora de aço do mundo com base em sua produção consolidada de aço bruto de 2016 (última informação disponível).

A Gerdau opera usinas siderúrgicas que produzem aço por meio de redução direta de minério de ferro (DRI), altos-fornos, e fornos elétricos a arco (EAF). No Brasil, a Companhia opera três usinas siderúrgicas com altos-fornos, incluindo sua maior usina, Ouro Branco, localizada no Estado de Minas Gerais. A Companhia possui atualmente um total de 41 unidades produtoras de aço em todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2017, a capacidade instalada consolidada, excluindo os investimentos da Companhia em empresas com controle compartilhado e associadas, era de 23,6 milhões de toneladas de aço bruto e 20,1 milhões de toneladas de produtos laminados. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía ativos totais consolidados de R\$ 50,3 bilhões, patrimônio líquido (incluindo participações dos acionistas não-controladores) de R\$ 23,9 bilhões, receita líquida consolidada de R\$ 36,9 bilhões e o resultado negativo líquido consolidado (incluindo participações dos acionistas não-controladores) de R\$ 338,7 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A Gerdau oferece diversos produtos de aço, os quais podem ser fabricados de acordo com as especificações dos clientes. O mix de produtos inclui aço bruto (placas, blocos e tarugos), vendidos a usinas de laminação; produtos acabados para a indústria da construção, como vergalhões, fio-máquina, perfis estruturais, bobinas laminadas a quente e chapas grossas; produtos acabados para a indústria, como barras de aço laminado comercial, perfis leves e arame; e produtos para a agricultura, como estacas, arame liso e arame farpado. A Gerdau também produz itens de aços especiais utilizando tecnologia avançada e, normalmente, com certo grau de personalização para a fabricação de ferramentas e maquinários, correntes, trancas e molas, principalmente para a indústria automotiva e mecânica.

Uma parcela significativa dos ativos de produção de aço da Gerdau está localizada fora do Brasil, em especial nos Estados Unidos e Canadá, assim como na América Latina e Ásia. A Companhia atualmente opera 16 unidades de produção de aço nos Estados Unidos, Canadá e México, e acredita ser uma das líderes de mercado na América do Norte em termos de produção de alguns produtos de aços longos, como vergalhões, fio-máquina e barras e vigas estruturais.

A estratégia de operação da Companhia baseia-se na aquisição ou construção de usinas siderúrgicas localizadas nas proximidades de seus clientes e das fontes de matérias-primas necessárias para a produção de aço, como sucata metálica, ferro-gusa e minério de ferro. Por essa razão, historicamente, a maior parte da produção tem sido direcionada para abastecer os mercados locais onde possui operações. No entanto, a Companhia também exporta uma parcela de sua produção para outros países.

A Companhia, por meio de empresas controladas e coligadas, também participa de outras atividades relacionadas à produção e venda de produtos siderúrgicos, incluindo projetos de reflorestamento; geração de energia elétrica; produção de minério de ferro e ferro-gusa; e unidades próprias de serviços (*fab shops*) e de transformação.

Operações

A Companhia vende seus produtos a uma lista diversificada de clientes para uso nas indústrias de transformação, construção civil e agrícola. As vendas da Companhia provenientes das operações no Brasil incluem vendas para o mercado interno e exportações. A maior parte das vendas provenientes das operações de negócio na América do Norte e América do Sul (exceto Brasil) destinam-se a seus respectivos mercados locais.

A Companhia faz a gestão das Operações de Negócios da seguinte forma:

- **ON Brasil** (Operação de Negócio Brasil) – inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais) e a operação de minério de ferro no Brasil;
- **ON América do Norte** (Operação de Negócio América do Norte) – inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais, além da empresa de controle conjunto e a empresa coligada, ambas localizadas no México;
- **ON América do Sul** (Operação de Negócio América do Sul) – inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, além da empresa de controle conjunto na República Dominicana e na Colômbia;
- **ON Aços Especiais** (Operação de Negócio Aços Especiais) – inclui as operações de aços especiais no Brasil, nos Estados Unidos e Índia.

As tabelas seguintes apresentam as entregas consolidadas da Companhia em tonelagem e receita líquida, por Operação de Negócio, para os períodos indicados:

<u>Entregas</u>			
<i>Entregas Consolidadas por Operação de Negócio ¹</i> (1.000 toneladas)	Ano findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
TOTAL AÇO	14.938	15.558	16.970
Brasil	5.608	6.067	6.457
América do Norte	6.313	5.965	6.232
América do Sul	1.723	2.088	2.222
Aços Especiais	1.977	2.102	2.621
Eliminações e ajustes	(683)	(665)	(562)

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

<u>Receita Líquida</u>			
<i>Receita Líquida Consolidada por Operação de Negócio¹</i> (R\$ milhões)	Ano findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
TOTAL	36.918	37.652	43.581
Brasil	12.563	11.635	12.977
América do Norte	15.433	15.431	17.312
América do Sul	4.026	4.776	5.477
Aços Especiais	6.229	6.885	8.882
Eliminações e ajustes	(1.333)	(1.075)	(1.067)

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

<u>Produção</u>			
<u>Gerdau S.A. Produção Consolida</u> <u>(milhões de toneladas)</u>	<u>Período findo em 31 de Dezembro</u>		
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Produção de aço bruto	<u>16.120</u>	<u>15.677</u>	<u>16.862</u>
Produção de aço laminado	<u>14.047</u>	<u>13.616</u>	<u>14.604</u>
Produção de minério de ferro	<u>7.265</u>	<u>8.647</u>	<u>7.419</u>

Operação de Negócio Brasil

Informações de Aço

A Operação de Negócio Brasil minimiza atrasos entregando seus produtos diretamente aos clientes por meio de empresas terceirizadas, sob a supervisão da Gerdau. As tendências de vendas de ambos os mercados, doméstico e de exportação, são projetadas mensalmente. A Operação de Negócio Brasil utiliza um sistema de informações próprio para manter-se atualizada em relação ao comportamento do mercado e poder, desse modo, responder rapidamente a flutuações de demanda. A Gerdau considera que sua flexibilidade para mudar entre mercados (doméstico e exportação) e sua capacidade de monitorar e otimizar os níveis de estoques da maior parte de seus produtos, adaptando-se a mudanças de demanda, estão entre os principais fatores de seu sucesso.

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas de aço no ano de 2017 apresentaram redução de 7,6% em relação ao ano de 2016, devido, principalmente, à queda de 15,6% das vendas no mercado externo em função da baixa rentabilidade por maiores custos. No mercado interno ocorreu uma leve redução de 2,5%, em função do menor nível de atividade da construção civil.

Em 2017, aproximadamente 15% da produção vendida no Brasil foi distribuída através do canal de distribuição da Companhia, com pontos de venda em todo o Brasil, além de unidades de transformação, atendendo anualmente um número expressivo de clientes. Outro importante canal de distribuição é a rede de independentes, formada por canais de vendas para os quais a Gerdau vende seus produtos, conferindo à Gerdau ampla cobertura nacional. As vendas realizadas por meio de rede de distribuição e para consumidores finais da indústria e da construção civil são realizadas por equipes próprias de vendas e representantes autorizados comissionados. Esta Operação de Negócio possui uma capacidade anual instalada de 9,2 milhões de toneladas de aço bruto e 7,1 milhões de toneladas de aço laminado.

Informações sobre minério de ferro

Os ativos minerais da Gerdau foram incorporados ao negócio através da aquisição das terras e direitos de mineração do Grupo Votorantim em 2004, que incluíram os complexos de Miguel Burnier, Várzea do Lopes e Gongo Soco, localizados no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Brasil. Entre 2004 e 2010, foram realizadas diversas pesquisas geológicas (perfuração e mapeamento geológico da superfície) a fim de se obter mais informações sobre os recursos adquiridos.

Operação de Negócio América do Norte

A Operação de Negócio América do Norte possui capacidade anual instalada de 11,5 milhões de toneladas de aço bruto e 8,6 milhões de toneladas de aço laminado. A operação possui uma rede verticalmente integrada de 16 unidades siderúrgicas, unidades de reciclagem de sucata, unidades de transformação, e unidades próprias de serviços (*fab shops*). Os produtos da Operação de Negócio América do Norte são geralmente vendidos para centros de serviços e fabricantes de aço, ou diretamente aos fabricantes de equipamentos de diversos setores, incluindo indústria da construção, automotiva, mineração, transmissão celular e elétrica, fabricação de construções metálicas e fabricação de equipamentos. A maior parte da matéria-prima utilizada nas operações das *mini-mills* é composta por sucata de aço reciclada.

As usinas dessa operação de negócio fabricam e comercializam uma ampla gama de produtos de aço, incluindo vergalhões, barras comerciais, vigas, perfis estruturais, seções especiais e fio-máquina. Alguns desses produtos são utilizados pelas unidades de transformação para fabricar produtos com maior valor agregado, essas unidades abrangem a produção de vergalhões, pregos, processamento de vigas super leves, guias para elevadores e telas metálicas.

A estratégia é ter unidades de transformação próximas aos locais das obras dos clientes, de modo que as entregas sejam feitas rapidamente para satisfazer suas necessidades e cronogramas de construção.

As vendas de produtos de aço acabados a clientes nos Estados Unidos e no Canadá são centralizadas no escritório de Tampa. A Companhia também possui um escritório em Selkirk, Manitoba, de onde administra as vendas de seções especiais, e um escritório no Texas para gerenciar as vendas de produtos estruturais e barras comerciais. Todas as unidades dispõem de representantes especializados para fornecer apoio técnico à equipe de vendas. As vendas de produtos trefilados a frio e vigas super leves são efetuadas por representantes de vendas localizados em suas respectivas unidades. Vergalhões e guias para elevadores são normalmente vendidos por meio de licitações, onde a equipe de vendas trabalha em conjunto com os clientes para atender às especificações, prazos de embarque e preços dos produtos.

Na Operação de Negócio América do Norte, as vendas atingiram o nível de 6,5 milhões de toneladas. O aumento da participação dos produtos importados continuou a impactar o mercado norte-americano.

A Operação de Negócio América do Norte foi responsável por 40,4% das vendas consolidadas da Gerdau. As operações do Canadá vendem uma parte significativa de sua produção para os Estados Unidos.

Operação de Negócio América do Sul

A Operação de Negócio América do Sul compreende 5 unidades de aço, além de unidades comerciais, unidades de corte de dobra e instalações de processamento de sucata. Toda a operação está focada nos mercados internos de cada país, operando usinas *mini-mills* com capacidade anual de 2,2 milhões de toneladas de aço bruto e 1,6 milhões de toneladas de aço laminado. As operações da América do Sul foram responsáveis por 11,5% das vendas consolidadas da

Gerdau, alcançando 1,7 milhões de toneladas em 2017, uma redução de 17,5% em relação a 2016. Os países da Operação de Negócio América do Sul são Argentina, Chile, Peru, Venezuela e Uruguai. A Gerdau também opera nos mercados da Colômbia e República Dominicana através de Joint-Ventures.

Operação de Negócio Aços Especiais

A Operação de Negócio Aços Especiais é composta por operações no Brasil (Charqueadas, Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes), nos Estados Unidos (Fort Smith, Jackson MI e Monroe) e na Índia (Tadipatri). Esta operação produz aços especiais para construção mecânica, aços ferramenta, cilindros de laminação e peças forjadas e fundidas de grande porte. Para atender às crescentes exigências dos mercados, essa operação está constantemente desenvolvendo novos produtos, como aços de alta resistência, aços de alta limpeza, aços de alta temperabilidade, aços de fácil usinabilidade, entre outros.

A Operação de Negócio Aços Especiais registrou uma redução de 5,9% no volume de vendas de 2017 em relação ao ano anterior, devido à alienação das unidades na Espanha, ocorrida em 2016. Desconsiderando este efeito, as vendas apresentaram aumento nas demais operações.

No Brasil, as unidades de aços especiais da Gerdau estão localizadas no Rio Grande do Sul (Charqueadas) e em São Paulo (Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes). As unidades de aços especiais no Brasil possuem uma capacidade anual de 1,4 milhão de toneladas de aço bruto e 1,9 milhão de toneladas de aço laminado. A operação possui mais de 300 clientes localizados principalmente no Brasil, porém seus produtos também são exportados, principalmente para a América do Sul, América do Norte e Europa.

Na América do Norte, a operação de aços especiais está presente nos Estados Unidos e possui três unidades localizadas em Jackson (Michigan), Monroe (Michigan) e Fort Smith (Arkansas). A companhia também opera seis unidades de transformação. A operação conta com uma capacidade instalada de 1,5 milhão de toneladas de aço bruto e 1,5 milhão de toneladas de produtos laminados e possui uma carteira com mais de 200 clientes localizados principalmente nos Estados Unidos, Canadá e México.

Na Índia, a Gerdau possui uma unidade para a produção de aços especiais com capacidade de 250 mil toneladas de aço bruto e de 300 mil toneladas de produtos laminados. A operação segue em evolução constante e performance melhor a cada ano.

Existem sinergias comerciais e operacionais entre as unidades desta operação de negócio.

Exportações

Em 2017, o mercado internacional apresentou dois momentos bastante distintos ao longo do ano, com o primeiro semestre ainda impactado pela sobreoferta de aço e os baixos preços do fim de 2016, e o segundo semestre com a notória redução da presença chinesa no mercado internacional e consequente aumento nos preços.

A diferença de cenários entre o primeiro e segundo semestre de 2017 é apresentada claramente quando apuramos os volumes exportados pela China durante o ano. As exportações chinesas de produtos acabados em 2017 apresentaram queda de 30,5% no ano alcançando 75 milhões de toneladas, de acordo com publicações especializadas. Em 2016, as exportações de produtos acabados alcançaram 109 milhões de toneladas. Comparando o mês de dezembro de cada ano, em 2017 as exportações chinesas alcançaram 5,7 milhões de toneladas, enquanto em 2016 alcançaram 7,8 milhões de toneladas.

Além da redução da participação chinesa no mercado internacional, o ano de 2017 foi marcado pelo aumento dos custos de produção, também suportando níveis de preços mais altos. A escassez mundial eletrodos e sua matéria-prima, o coque agulha, as interrupções no fornecimento de carvão metalúrgico e minério de ferro na Austrália por condições climáticas adversas, os cortes de capacidade produtiva obsoleta na China (fornos de indução) e o recente foco na rota de fornos elétricos (pressionando preços de sucata) foram os principais destaques das causas do aumento de custos. Mesmo com aumento sensível dos custos, o novo patamar de preços alcançando a partir do segundo semestre garantiu spreads históricos altos e consequente rentabilidade para usinas no mundo todo, principalmente na China.

Em 2017, as exportações brasileiras da Gerdau continuaram focadas na América do Sul, com 42% de participação, alavancadas pelo abastecimento das empresas do grupo. África e Oriente Médio apresentaram aumento significativo na participação das exportações devido ao maior direcionamento das exportações de tarugo para estas regiões.

A tabela a seguir apresenta as exportações brasileiras da Gerdau, por destino, para os períodos indicados:

Exportações Consolidadas da Gerdau Aços Brasil S.A., por Destino (porcentagem)	Ano findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Total incluindo embarques para subsidiárias (1.000 toneladas)	1.991	2.360	2.173
África	6%	3%	14%
América Central	21%	27%	11%
América do Norte	11%	22%	22%
América do Sul	42%	31%	26%
Ásia	6%	5%	6%
Europa	11%	12%	15%
Oriente Médio	2%	1%	7%

A Gerdau segue consolidando sua base de clientes ao redor do mundo, fator fundamental para a expansão do seu portfólio de produtos exportados e o cumprimento dos desafios de 2018.

Produtos

A Companhia fornece a seus clientes uma ampla variedade de produtos, incluindo produtos de aço e de minério de ferro:

Produtos Semi Acabados (Tarugos, Blocos e Placas)

Os produtos semi acabados (tarugos, blocos e placas) possuem um valor agregado relativamente baixo em comparação com outros produtos de aço. Tarugos são barras de seções quadradas de aços longos que servem como insumos para a produção de fio-máquina, vergalhões e barras laminadas. Eles constituem uma parte importante dos produtos da unidade Ouro Branco. Os blocos são utilizados para a fabricação de produtos como molas, peças forjadas, formas estruturais pesadas e tubos sem costura. As placas são usadas na indústria siderúrgica para a laminação de uma ampla gama de aços laminados planos, principalmente, para a produção de bobinas laminadas quentes e frias, chapas grossas, placas pesadas e perfis.

Os produtos semi acabados são produzidos por meio de lingotamento contínuo e, no caso dos blocos e parte dos tarugos, ainda há um processo posterior de laminação.

Produtos de Aços Longos Comuns

Os produtos de aços longos comuns representam uma grande parcela da produção da Companhia. Os principais produtos de aços longos laminados incluem vergalhões, fio-máquina, barras e perfis leves e estruturais, que são usados principalmente pelas indústrias da construção civil e manufatura.

Produtos Trefilados

Produtos trefilados incluem arame liso e farpado, arame galvanizado, cercas, tela metálica de reforço para concreto, pregos e grampos. Esses produtos não são exportados e normalmente são vendidos às indústrias de manufatura, construção civil e agrícola.

Produtos de Aços Especiais

Os aços especiais requerem avançados processos de fabricação pois possuem características físicas e metalúrgicas específicas para aplicações com alta exigência mecânica. Insumo fundamental na cadeia automotiva, é aplicado em autopeças e sistemas de veículos leves, pesados e máquinas agrícolas. Os aços especiais atendem também a

outros mercados relevantes, como óleo e gás, energia eólica, máquinas e equipamentos, mineração e o ferroviário, entre outros.

Produtos Planos

A unidade Ouro Branco produz bobinas laminadas a quente e chapas grossas destinadas ao mercado interno e exportação. A Companhia, por meio de seu canal de distribuição e por venda direta, distribui essas bobinas laminadas a quente, além de revender produtos de aço planos fabricados por outros produtores brasileiros de aço, agregando mais valor por meio de processamento adicional em seus centros de serviço de aço planos.

Minério de Ferro

A Gerdau possui três minas para produção de minério de ferro, localizadas no Estado de Minas Gerais (Várzea do Lopes, Miguel Burnier e Gongo Soco). Seus produtos são: *sinter feed* (baixo teor de contaminantes e boas propriedades metalúrgicas permitem o uso como material base); *pellet feed/concentrado* (qualidade superior permite o uso como corretivo químico na sinterização e também, é adequado para pelletização, qualidade alto forno - PPC baixo); hematitinha (pequena escala dedicada à alimentação dos fornos Gerdau); e granulado (alta qualidade, destinado principalmente para consumo próprio na Usina Ouro Branco).

A tabela abaixo apresenta os principais produtos e a representatividade sobre a receita líquida e o lucro líquido, por Operação de Negócio, para os períodos indicados:

	Brasil ¹			América do Norte			América do Sul			Aços Especiais			Eliminações e Ajustes		
Produtos	Vergalhões, barras, perfis e treliçados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais, bobinas laminadas a quente, chapas grossas e minério de ferro.			Vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.			Vergalhões, barras e treliçados.			Aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas e fio-máquina.			-		
Ano	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Receita Líquida (R\$ milhões)	12.562,7	11.634,9	12.977,3	15.433,4	15.430,8	17.312,2	4.025,7	4.775,6	5.477,2	6.228,5	6.884,7	8.882,1	(1.332,8)	(1.074,3)	(1.067,6)
% da Receita Líquida Consolidada	34,0%	30,9%	29,8%	41,8%	41,0%	39,7%	10,9%	12,7%	12,6%	16,9%	18,3%	20,4%	-3,6%	-2,9%	-2,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ milhões)	302,3	(36,7)	(671,7)	-956,3	-2.591,9	(1.468,1)	154,4	134,2	(154,2)	475,4	162,5	(2.297,3)	-314,5	-554,1	(4,7)
% do Lucro (Prejuízo) Líquido	-89,3%	1,3%	14,6%	282,4%	89,8%	31,9%	-45,6%	-4,7%	3,4%	-140,4%	-5,6%	50,0%	92,9%	19,2%	0,1%

¹ Contempla receita líquida de minério de ferro.

Processo de Produção

No Brasil, a Companhia tem um processo de produção descentralizado, por meio de *mini-mills* (usinas semi-integradas) e unidades integradas. Para produzir produtos de aço fora do Brasil a Gerdau utiliza basicamente o modelo de *mini-mill*.

Processo semi-integrado (usinas semi-integradas ou mini-mills)

A Companhia opera 39 *mini-mills* em todo o mundo. As *mini-mills* são equipadas principalmente com fornos elétricos a arco que podem fundir sucata de aço e produzir produtos de aço conforme as especificações fornecidas pelos clientes. Após carregar o forno com uma mistura pré-ajustada de matéria-prima (sucata, ferro-gusa e ferro esponja), aplica-se energia elétrica de acordo com o perfil de fundição controlado por computador. Em geral, o processo de produção da Gerdau em *mini-mills* consiste nas seguintes etapas: obtenção de matéria-prima, fundição, lingotamento, laminação e trefilação. A diferença básica entre esse processo e o processo de produção integrada, descrito a seguir, está na primeira etapa do processamento, ou seja, a fabricação do aço. As *mini-mills* são unidades menores que as unidades integradas, e a Companhia considera que elas têm certas vantagens sobre as usinas integradas, incluindo:

- Custos de capital mais baixos;
- Riscos operacionais mais baixos devido à descentralização do capital e capacidade instalada em uma única unidade de produção;
- Proximidade das unidades de produção às fontes de matéria-prima;
- Proximidade aos mercados locais e maior facilidade para ajustar os níveis de produção; e

- Estrutura gerencial mais efetiva devido à relativa simplicidade do processo de produção.

Processo integrado

A Gerdau opera cinco usinas integradas, três delas localizadas no Brasil, uma no Peru e uma na Índia. A usina de Ouro Branco é a maior unidade integrada que a Companhia opera. Apesar de produzir aço em alto-forno, essa usina tem algumas das vantagens de uma *mini-mill*, pois está muito próxima a seus fornecedores principais e aos portos a partir dos quais a Companhia exporta a maior parte de sua produção.

O processo de fabricação de aço da Companhia em unidades integradas consiste em quatro etapas básicas: preparação de matéria-prima, produção de ferro-gusa, produção de aço e produção de aço semi-acabado (tarugos, blocos e placas). Na etapa inicial da fabricação do aço, sinter (uma mistura de minério de ferro e fundentes), coque e outras matérias primas são consumidos no alto-forno para a produção de ferro-gusa. O coque age como combustível e agente redutor nesse processo. Os altos-fornos da Companhia possuem uma capacidade anual instalada de 5,9 milhões de toneladas de ferro-gusa líquido por ano.

O ferro-gusa produzido é transportado através de linhas férreas para a unidade de dessulfuração para reduzir o conteúdo de enxofre no aço. Após esse processo, o ferro-gusa com baixo teor de enxofre é transformado em aço por meio de conversores de oxigênio do tipo LD. O processo de fabricação de aço LD utiliza ferro-gusa líquido e sucatas para produzir aço soprando oxigênio sobre a carga metálica dentro dos conversores. O processo não exige nenhuma fonte externa de energia, uma vez que é totalmente suprido pelas reações químicas que ocorrem entre o oxigênio e as impurezas do ferro-gusa líquido. O processo de fabricação de aço LD é atualmente o mais usado no mundo. Algumas usinas refinam ainda mais a produção dos conversores de LD com fornos panela e processo de desgaseificação.

O aço líquido é então enviado aos equipamentos de lingotamento contínuo, onde são solidificados na forma de tarugos, blocos ou placas. Estes produtos podem ser vendidos diretamente a clientes, serem transferidos para transformação em outras Unidades Gerdau ou serem transformados em produtos acabados laminados nas próprias unidades integradas. As unidades integradas da Gerdau no Brasil possuem laminadores de vergalhão, barras e perfis, fio-máquina, perfis estruturais, bobinas a quente e chapas grossas.

Logística

A Gerdau vende seus produtos por meio de distribuidores independentes, venda direta da usina e via sua rede de distribuição.

Os custos de logística formam um componente relevante na maioria dos negócios das usinas de aço e representam um elemento importante para a manutenção de preços competitivos no mercado doméstico e externo. As unidades Gerdau estão estrategicamente distribuídas em diversas regiões geográficas. A Companhia acredita que a proximidade de suas usinas a fontes de matérias-primas e mercados consumidores importantes proporciona-lhe uma vantagem competitiva na prestação de serviços a seus clientes e na obtenção de matérias-primas a custos competitivos. Isto representa uma importante vantagem competitiva na logística de abastecimento e distribuição.

Com o objetivo de adequar e reduzir os custos de logística, a Gerdau se utiliza de soluções específicas, direcionadas para a multimodalidade de transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo e cabotagem), terminais, tecnologias e equipamentos. A Gerdau busca implementar continuamente sua performance para o recebimento de insumos, bem como para a entrega de produtos aos clientes ou portos de destino. Nesse sentido, a Gerdau desenvolve e mantém relacionamentos de longo prazo com fornecedores de logística especializados, tanto nas operações de insumos, como nas operações de produtos siderúrgicos.

Em 1996 a Gerdau adquiriu uma participação na MRS Logística, a principal empresa ferroviária do Brasil, que opera conectando os principais centros econômicos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta participação proporciona o uso garantido deste meio para o transporte de matérias-primas (sucata e ferro-gusa) bem como de produtos finais.

A Gerdau utiliza diversos portos para a entrega de produtos a partir de toda a costa brasileira. A maioria das exportações é embarcada a partir do terminal privado de Praia Mole, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo.

No exterior, a Gerdau tem um terminal portuário privativo em Chimbote (Peru), onde a Companhia possui uma usina siderúrgica, que serve para descarregar insumos, matérias primas e produtos para aquela operação.

Concorrência

O mercado de aço está dividido entre fabricantes de produtos de aços longos, produtos de aços planos e de aços especiais.

O mercado mais importante da Gerdau é o de aços longos, onde a Companhia atende aos seguintes segmentos de clientes: (i) construção civil, para a qual fornece vergalhões, barras, pregos e telas; (ii) manufatura, para a qual fornece produtos para maquinários e equipamentos agrícolas, ferramentas e outros produtos industriais; e (iii) outros mercados, para os quais fornece arames e postes para instalações agrícolas e projetos de reflorestamento. Na América do Norte, a Companhia também fornece seções especiais, incluindo guias para elevadores e vigas super leves. A Companhia também fornece a seus clientes produtos de maior valor agregado a partir de unidades de corte e dobra de vergalhões e de produtos ampliados que são fabricados a partir do fio-máquina.

A Gerdau atua no mercado de aços planos por meio da unidade Ouro Branco, que produz placas utilizadas como matéria-prima do processo de laminação de produtos planos como bobinas de aço laminadas a quente e a frio e chapas grossas que são vendidas no mercado interno e externo. A Companhia, por meio de sua rede de distribuição, distribui essas bobinas e chapas grossas, além de revender produtos de aços planos fabricados por outros produtores brasileiros, agregando mais valor por meio de processamento adicional em seus centros de serviço de aços planos.

A Companhia produz aços especiais e aços inoxidáveis utilizados em ferramentas e maquinários, correntes, trancas, pinos de trem, bobinas de aços especiais, lâminas de moto niveladoras, barras fundidas (*smelter bars*), vigas “I” super leves, guias para elevadores e outros produtos, feitos sob encomenda para os clientes da Companhia nas suas unidades de aços especiais no Brasil, nos Estados Unidos e na Índia.

Posição Competitiva - Brasil

O mercado de aço brasileiro é altamente competitivo. Em 2017, a ArcelorMittal Brasil e a Gerdau foram as maiores produtoras de aço bruto no Brasil, de acordo com o Instituto Aço Brasil.

A demanda mundial por aço laminado longo comum é atendida principalmente por usinas semi-integradas ou *mini-mills* e, em proporção bem menor, por produtores de aço de usinas integradas. No mercado brasileiro não há nenhuma companhia que concorra com a Gerdau em toda sua linha de produtos. A Companhia vem sofrendo a concorrência das importações de aços longos comuns, principalmente oriundos da Turquia, com mais intensidade a partir de 2010. A Companhia acredita que a diversificação de seus produtos, o desenvolvimento de soluções por meio de suas unidades de corte e dobra e a descentralização de seus negócios proporcionam uma vantagem competitiva sobre seus principais concorrentes.

No mercado interno, a Gerdau é fornecedora quase exclusiva de blocos e tarugos para clientes bem definidos e fiéis, que têm comprado com regularidade nos últimos quinze anos. A concorrência entre a Companhia e a ArcelorMittal nos mercados de placas e fio-máquina é acirrada. Com relação ao mercado de vergalhões, a concorrência no mercado interno brasileiro aumentou nos últimos anos devido a dois novos entrantes (Simec e Silat), além a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN que passou a produzir este produto.

Posição Competitiva – Exterior

No exterior, principalmente na América do Norte, a Companhia aumentou sua participação de mercado por meio de aquisições e acredita ser atualmente a segunda maior produtora de aço pelo processo de usina semi-integrada ou *mini-mill* da América do Norte, com capacidade de produção anual de 9,3 milhões de toneladas de aço bruto e 6,9 milhões de toneladas de produtos laminados.

O mercado geográfico na América do Norte compreende principalmente os Estados Unidos e Canadá. A Companhia enfrenta forte concorrência de diversos competidores na venda de cada um de seus produtos. Vergalhões, barras e perfis estruturais são produtos siderúrgicos para os quais o preço é o principal fator competitivo. Devido ao alto custo do frete em relação ao valor dos produtos, a concorrência de produtores não regionais é relativamente limitada. A proximidade entre estoques e clientes, aliada a custos de frete competitivos e processos de fabricação de baixo custo, são fatores-chave para a manutenção das margens na venda de vergalhões e barras. As entregas de vergalhões concentram-se normalmente em um raio de 350 milhas (563,27 km) das usinas *mini-mills*; e as entregas de barras, em um raio de 500 milhas (804,67 km). Alguns itens produzidos pelas usinas *mini-mills* de Selkirk, Midlothian, Jacksonville, Jackson, Cartersville e Petersburg são enviados a distâncias maiores, inclusive ao exterior.

Entre os principais concorrentes da Companhia estão a Commercial Metals Company (CMC), Nucor Corporation, Steel Dynamics Inc., e ArcelorMittal Inc.

Na América do Sul, cada país possui uma posição competitiva específica a qual depende das condições de seus respectivos mercados. Em sua maioria, as empresas competem internamente, enfrentando ainda concorrência significativa dos importados. Mais de 70% dos embarques das operações da Gerdau na América do Sul são provenientes do Chile, Peru e Colômbia. Neste mercado, as principais barreiras enfrentadas pela Gerdau são os custos de frete e transporte, e a oferta de produtos importados. Os principais produtos vendidos no mercado da América do Sul são para a indústria da construção civil, mecânica, agricultura e da indústria de mineração.

Atualmente, a Operação de Aços Especiais na América do Norte possui uma participação de aproximadamente 19,5% do mercado de aços especiais; no Brasil, a operação da Gerdau é a principal fabricante de aços especiais do País, detendo participação de cerca de 60,4% do mercado; e, na Índia, a produção e a comercialização de produtos laminados tiveram início em 2013 e seguem em aceleração, propiciando gradual penetração no mercado indiano.

Sazonalidade e Ciclicidade do Negócio

A indústria do aço mundial é altamente cíclica. Consequentemente, a Companhia está exposta às alterações de demanda por produtos de aço que, por sua vez, causam variações nos preços desses produtos. Além disso, considerando que a indústria do aço brasileira tem uma capacidade produtiva superior à sua demanda, o setor é dependente dos mercados de exportação. A demanda por produtos de aço e, portanto, as condições financeiras e os resultados operacionais das empresas da indústria do aço, incluindo da própria Companhia, são geralmente impactadas por flutuações da economia mundial e, principalmente, pelo desempenho dos setores de manufatura, construção civil e automotivo. Desde 2003, o bom desempenho da economia mundial, em especial das economias em desenvolvimento, com destaque para a China, resultou em uma forte demanda por produtos de aço, o que contribui para níveis históricos de preços elevados para os produtos de aço da Gerdau. Entretanto, com a crise econômica que ocorreu em meados de 2008, estes preços não se mantiveram, especialmente em vista da expansão da capacidade instalada mundial ou do recente menor nível de demanda. No segundo semestre de 2008, e especialmente no início de 2009, os Estados Unidos e as economias europeias mostraram fortes sinais de queda, por sua vez afetando muitos outros países. Ao longo dos últimos anos as economias em desenvolvimento mostraram sinais de recuperação gradual, enquanto que as economias desenvolvidas ainda apresentam um ambiente de demanda desafiador. A Companhia acredita que em 2018 o mercado de aço continuará desafiador apresentando volatilidade, porém a projeção é de que o consumo de aço cresça 1,6% na comparação com 2017.

Nas operações da Companhia no Brasil e na América do Sul, as vendas do segundo e terceiro trimestres do ano tendem a ser maiores que os do primeiro e quarto trimestres, em razão da redução na atividade de construção. Nas operações da Companhia na América do Norte, a demanda sofre a influência do inverno, quando o consumo de eletricidade e outras fontes de energia (ou seja, gás natural) para aquecimento aumenta, podendo ainda ser agravada por condições climáticas desfavoráveis, o que contribui para a elevação de custos e redução da atividade de construção levando, por sua vez, a uma queda no volume de vendas.

Informação sobre o Grau de Dependência da Companhia

A Gerdau não depende de contratos industriais, comerciais ou financeiros (incluindo contratos com clientes e fornecedores) ou de novos processos de produção que sejam relevantes ao seu negócio ou lucratividade. Em complemento, possui uma política de diversificação de fornecedores que a permite substituir fornecedores sem afetar suas operações em caso de descumprimento contratual, exceto para fornecimento de energia e gás natural.

Além das regulamentações governamentais que se aplicam ao setor em geral, a Gerdau não está sujeita a quaisquer regulamentações específicas que tenham um impacto negativo ou relevante nos seus negócios.

Em caso de falta de energia não existem alternativas de fornecimento na maioria das usinas Gerdau devido ao grande volume e tensão necessários para a operação dessas usinas. Algumas plantas pequenas da Gerdau podem optar, como alternativa, pelo uso de geradores para compensar a escassez de energia. Além disso, a unidade de Ouro Branco gera 70% das suas necessidades energéticas internamente usando gases gerados no processo siderúrgico.

Em caso de racionamento de gás natural seria possível adaptar os equipamentos para utilização de diesel e GLP.

A Gerdau está distribuída em diversas regiões, o que propicia uma diversificação do risco de uma possível falta de abastecimento de energia elétrica ou gás natural no país.

A distribuição de energia elétrica e gás natural é um monopólio regulamentado na maioria dos países, o que leva os distribuidores a serem os únicos fornecedores em cada região geográfica. Em alguns países, a regulamentação prevê a escolha de energia elétrica ou fornecedor de commodities de gás natural, permitindo à Gerdau diversificar sua carteira de contratos de fornecimento.

Insumos de Produção

Volatilidade de preços

Os processos de produção da Gerdau baseiam-se principalmente no conceito de usinas semi-integradas ou *mini-mills*, equipadas com fornos elétricos a arco que derretem a sucata ferrosa e produzem itens de aço conforme as especificações dos clientes. A principal matéria-prima utilizada nessas usinas é a sucata ferrosa, a qual em algumas unidades é misturada com ferro-gusa. As proporções da mistura podem mudar de acordo com os preços e a disponibilidade desses componentes, de modo a otimizar os custos com matéria-prima. O ferro e o minério de ferro (usados em altos-fornos) e ligas metálicas também são importantes.

Embora os preços internacionais da sucata ferrosa sofram forte influência do mercado interno dos Estados Unidos (uma vez que este país é o maior exportador de sucata), no Brasil eles variam de região para região, sendo influenciados pela demanda e pelos custos de frete.

Operação de Negócio Brasil e Operação de Negócio Aços Especiais - As usinas brasileiras da Gerdau utilizam sucata e ferro-gusa adquiridos de fornecedores locais. Devido a natureza de algumas matérias-primas empregadas em seus processos, a Gerdau tem contratos de fornecimento com fornecedores de sucatas de fontes industriais, para suas usinas *mini-mills* no Brasil e adquire sucata de acordo com a necessidade de cada usina. Os preços da sucata das operações brasileiras são expressos em reais, assim, os preços dessa matéria-prima não sofrem o impacto direto da variação cambial.

Em função do seu porte, a usina Ouro Branco desenvolveu nos últimos anos uma estratégia de diversificação de matérias-primas que vêm sendo fornecidas através de diferentes modalidades de contrato bem como de múltiplas origens que incluem: (i) Carvões metalúrgicos importados da Colômbia, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Austrália, Peru, dentre outras origens com menor expressão em volumes, além do coque petróleo adquirido da Petrobrás e moinha de carvão vegetal adquirida também de outros produtores nacionais; (ii) ligas metálicas, das quais 76% são adquiridas no mercado interno; e (iii) minério de ferro, principalmente produzido em suas próprias unidades e parcialmente comprado de mineradoras, em sua maioria localizadas estrategicamente nas proximidades da usina.

Operação de Negócio América do Norte - A principal matéria-prima das usinas da Companhia na América do Norte é a sucata ferrosa, e tem obtido um suprimento regular adequado, não dependendo de um número pequeno de fornecedores. Em função de os Estados Unidos ser um dos maiores exportadores de sucata no mundo, os preços dessa matéria-prima, nesse país, poderão oscilar conforme a oferta e demanda no mercado mundial de sucata.

Operação de Negócio América do Sul - A principal matéria-prima das usinas da Gerdau na América do Sul é a sucata ferrosa. Esta operação está exposta a flutuações de mercado, com seus preços variando de acordo com cada mercado local.

Sucata Ferrosa

A sucata ferrosa está classificada em duas grandes categorias: (i) sucata de obsolescência, composta por aço de procedências variadas, desde latas até carcaças de veículos e produtos da linha branca; e (ii) sucata industrial, composta basicamente por sucata de estamparia, forjarias e até mesmo por sobras geradas pelo processo de produção nas usinas da Gerdau. No Brasil, o uso de sucata nos fornos elétricos a arco varia entre sucata de obsolescência e sucata industrial. As usinas de Aços Especiais utilizam principalmente sucata industrial.

Em 2017, a Gerdau utilizou aproximadamente 12 milhões de toneladas de sucata, representando ganhos significativos devido aos custos operacionais cada vez mais competitivos.

Por ter a sucata ferrosa como uma de suas principais matérias-primas para a produção do aço, a Gerdau dedica-se ao aperfeiçoamento de sua cadeia de fornecedores em diversos países, com o objetivo de desenvolver e integrar micro e pequenos fornecedores aos negócios da Companhia. No Brasil, grande parte dos fornecedores de sucata são pequenos coletores de sucata que vendem toda sua matéria-prima para a Gerdau, proporcionando, assim, um custo competitivo

para a Companhia. Na América do Norte, esse número é menor, mas ainda expressivo, garantindo a competitividade do negócio na região.

Operações de Negócio Brasil e Aços Especiais - O preço da sucata no Brasil varia de região para região, dependendo da oferta local, demanda e custos de transporte. A região sudeste é a mais industrializada do país e, portanto, gera o maior volume de sucata, mas a concorrência na região é mais intensa devido à grande concentração de siderúrgicas. A Gerdau também conta com seis trituradores, incluindo um mega triturador instalado na usina Cosigua, no Rio de Janeiro, com capacidade para processar sucata em volumes superiores a 200 carcaças de veículos por hora.

Operação de Negócio América do Norte – A sucata ferrosa é a principal matéria-prima. A disponibilidade desse insumo varia de acordo com o nível da atividade econômica, a sazonalidade, os níveis de exportação, condições climáticas e as flutuações de preço. Certas unidades da operação de negócios América do Norte possuem instalações voltadas ao processamento de sucata dentro das usinas, incluindo trituradores que suprem grande parte de sua demanda de sucata. Considerando que nem toda a sucata consumida provém de seus pátios, o restante da demanda é garantido por meio de aquisições diretas ou via revendedores que originam e preparam a sucata.

Na América do Norte, todas as unidades de produção são usinas semi-integradas ou *mini-mills*, nas quais os resultados das operações estão estreitamente relacionados ao custo da sucata ferrosa e seus substitutos, que constituem o principal insumo das usinas *mini-mills*. Os preços da sucata ferrosa são relativamente mais elevados durante os meses de inverno no hemisfério norte devido ao impacto do clima na coleta e fornecimento. Os preços da sucata ferrosa estão sujeitos a forças de mercado que fogem ao controle da Companhia, incluindo a demanda dos Estados Unidos e de produtores siderúrgicos internacionais, custos de frete e especulação.

Operação de Negócio América do Sul - O preço da sucata na América do Sul varia conforme a demanda, os custos de transporte e a região.

Ferro-gusa e Ferro Esponja

Operação de Negócio Brasil – O Brasil é exportador de ferro-gusa. A maior parte do ferro-gusa brasileiro é produzida no estado de Minas Gerais por pequenos produtores. O ferro-gusa é um substituto natural da sucata e, no Brasil, é um importante componente do mix de metais utilizado para produção de aço nas usinas. O preço do ferro-gusa está associado à demanda interna e externa, e seu custo de produção é composto basicamente pelos redutores e minérios.

Operação de Negócio América do Norte - A disponibilidade de sucata possui um papel importante para as operações na América do Norte. O ferro esponja e o ferro-gusa são utilizados em quantias limitadas, apenas para a produção de aços com características particulares.

Minério de Ferro

O minério de ferro é o principal insumo utilizado para a produção de ferro gusa nos altos-fornos das operações da Gerdau localizadas no Estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil. O ferro gusa é utilizado nas aciarias juntamente com a sucata, para a produção de aço.

O minério de ferro é entregue nas usinas siderúrgicas em seu estado natural na forma de *lump ore*, *sinter feed* ou *pellet feed* ou aglomerado na forma de pelotas. O *lump ore* e as pelotas são adicionadas diretamente nos altos-fornos, ao passo que o *sinter feed* e o *pellet feed* precisam ser aglomerados na planta de sinterização antes de serem transformados em ferro gusa. Para a produção de uma tonelada de ferro gusa é necessário aproximadamente 1,6 milhão de toneladas de minério.

O consumo de minério de ferro nas operações da Gerdau foi de cerca de 6,8 milhões de toneladas em 2017, parcialmente fornecida por empresas de mineração adjacentes às usinas siderúrgicas e parcialmente fornecido por minas próprias.

Outros Insumos

Além da sucata, do ferro-gusa, ferro esponja e minério de ferro, as operações da Gerdau utilizam, ainda que em menores quantidades, outros insumos para a produção de aço como ligas metálicas, eletrodos, materiais refratários, oxigênio, nitrogênio, outros gases industriais e calcário. Outros insumos associados à produção de ferro-gusa incluem o biorredutor, utilizado nas usinas de alto-forno, e o gás natural, utilizado na unidade de redução direta.

Entre as matérias-primas importantes para a usina Ouro Branco estão os combustíveis sólidos, compreendendo o carvão metalúrgico, utilizado na fabricação do coque e para injeção pulverizada do alto-forno, este último proporciona aumento de produtividade e consequente redução no custo final do ferro-gusa. Além da utilização do carvão metalúrgico, a Companhia também utiliza o carvão mineral, combustível sólido usado para a produção do sinter. Os gases gerados nos processos de fabricação do coque e ferro-gusa são reutilizados na geração de energia térmica que pode ser convertida em energia elétrica para a planta.

As operações da América do Norte também utilizam outros insumos. Várias empresas nacionais e estrangeiras fornecem outras matérias-primas importantes ou suprimentos operacionais necessários à produção como refratários, ferro-liga e eletrodos de grafite, que são encontrados no mercado nacional e internacional. A operação de negócios América do Norte tem obtido quantidades suficientes dessas matérias-primas e suprimentos a preços competitivos de mercado. A Companhia não depende de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de qualquer material em particular e acredita que existam fornecedores alternativos disponíveis no mercado caso haja necessidade de substituir alguns dos atuais fornecedores.

Energia

A produção de aço é um processo que consome uma quantidade elevada de energia elétrica, principalmente em usinas que utilizam forno elétrico a arco. A energia elétrica representa um custo importante dentro do processo de produção, assim como o gás natural, utilizado principalmente em fornos para reaquecer tarugos durante a produção de aço laminado.

No Brasil, a energia elétrica fornecida atualmente às unidades industriais da Gerdau provém de dois tipos de contratos:

- Contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada, nos quais a Gerdau figura como “Consumidora Cativa”, que são utilizados nas seguintes unidades: Usiba e Açonorte. Esses contratos envolvem empresas estatais ou detentoras de concessões públicas. Nestes contratos, os preços são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- Contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, nos quais a Gerdau figura como “Consumidora Livre”, que são utilizados nas seguintes unidades: Araçariguama, Charqueadas, Cosigua, Cearense, Ouro Branco, Divinópolis, Barão de Cocais, Riograndense, Araucária, São José dos Campos, Cumbica, Cotia, Pindamonhangaba, Mogi das Cruzes e Mina de Miguel Bournier. Essas unidades possuem sua carga atendida por um portfólio de contratos e autogeração. Os contratos de compra de energia são celebrados diretamente com as companhias geradoras e/ou comercializadoras de energia elétrica, com preços definidos e ajustados de acordo com as condições pré-estabelecidas pelas partes. As taxas de transmissão e distribuição são reguladas e revisadas anualmente pela ANEEL. A usina Ouro Branco gera internamente aproximadamente 70% de suas necessidades energéticas, utilizando os gases produzidos durante o processo de fabricação do aço. Isso faz com que a usina tenha uma exposição significativamente menor ao mercado de energia do que as usinas mini-mills.

A Gerdau detinha em 2017 as seguintes concessões de geração de energia elétrica no Brasil:

- A Dona Francisca Energética S.A. (DFESA) opera uma usina de energia hidroelétrica com capacidade nominal de 125 MW, localizada entre Nova Palma e Agudo, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Seu objeto social inclui a operação, manutenção e maximização da utilização do potencial energético da usina hidroelétrica Dona Francisca. A DFESA faz parte de um consórcio (Consórcio Dona Francisca) com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). São acionistas da DFESA a Gerdau S.A. (51,8%), COPEL Participações S.A. (23,0%), Celesc (23,0%) e Statkraft (2,1%).
- As usinas hidroelétricas Caçu e Barra dos Coqueiros, localizadas no estado de Goiás (Brasil), que possuem capacidade total instalada de 155MW e iniciaram suas operações em 2010, tendo toda a energia disponibilizada para as unidades localizadas na região sudeste do país.
- A Gerdau também detém a concessão para instalação do Complexo Hidroelétrico São João — Cachoeirinha, localizado no estado do Paraná, Brasil. O complexo terá uma capacidade total instalada de 105 MW. O complexo aguarda atualmente a obtenção das licenças ambientais necessárias.

Os prazos dos contratos de concessão de geração mencionados acima são de 35 anos a partir da assinatura dos mesmos. Assim, o contrato da UHE Dona Francisca vence em 2033 e das UHEs Caçu e Barra dos Coqueiros e das UHEs São João – Cachoeirinha em 2037.

O fornecimento de gás natural a todas as unidades no Brasil é regulado e executado de acordo com contratos de longo prazo. As unidades de Barão de Cocais e Divinópolis não têm acesso ao fornecimento de gás natural.

Na América do Norte, existem basicamente dois tipos de mercado de energia elétrica: regulado e não-regulado. No mercado regulado, os contratos são aprovados por comissões de Utilidades Públicas e estão sujeitos a uma taxa de retorno aprovada. Tais tarifas reguladas são específicas para distribuidoras locais e refletem na maioria das vezes o custo médio de combustível da distribuidora. Nos mercados não-regulados, o preço da energia elétrica é determinado pelo recurso marginal e varia conforme a demanda. O mercado de gás natural na América do Norte é totalmente não-regulado. O mercado Norte Americano de energia está se beneficiando do crescimento na exploração de gás de xisto que está provocando redução nos preços de energia e gás natural.

No Uruguai, a energia elétrica é adquirida por meio de contratos regulados com renovação automática anual do provedor estatal UTE. O gás natural é adquirido da Montevideo Gas, com preços estabelecidos de acordo com a tarifa de exportação argentina (Óleo Combustível como substituto). Durante 2017 a planta operou a maior parte do tempo com óleo combustível por questões de competitividade.

No Peru, o contrato de energia elétrica está vigente até dezembro de 2025, a planta recebe GNC (Gás Natural Comprimido) através de caminhões, que são descomprimidos e distribuídos por dutos internos aos processos de produção.

Na Argentina é utilizado gás natural (gás liquefeito de petróleo – GLP – como substituto). O contrato de fornecimento de gás natural foi renovado por mais um ano. Em 2008, a Gerdau Sipar celebrou um contrato de longo prazo para o fornecimento das novas necessidades energéticas da usina.

No México, a energia elétrica é adquirida através de contratos regulados com o provedor estatal CFE (Compañía Federal de Electricidad) e contratos bilaterais com companhias privadas. Os contratos de gás natural possuem prazo anual e são renovados automaticamente, com preços indexados a Nymex.

Tecnologia e Controle de Qualidade

Todas as usinas da Gerdau possuem um Sistema de Gestão da Qualidade, apoiado em um amplo conjunto de ferramentas de controle da qualidade. Os projetos de desenvolvimento de produtos são liderados por especialistas que se utilizam de ferramentas da qualidade como o “Seis Sigma”, que consiste em um conjunto de métodos estatísticos destinados a aperfeiçoar a avaliação de variáveis de processo, e o conceito de “Desdobramento da Função Qualidade”, uma metodologia por meio da qual os técnicos conseguem identificar e implementar as necessidades dos clientes.

Tendo em conta este grau de gerenciamento de qualidade, as usinas possuem certificação ISO 9001 ou ISO TS 16949 bem como inúmeras certificações de produtos e laboratórios conforme necessidade. Em geral, as equipes da produção, serviços técnicos e qualidade são responsáveis pelo desenvolvimento de novos produtos para atender às necessidades dos clientes e do mercado.

A Gerdau utiliza um Sistema de Gestão da Qualidade desenvolvido internamente, que aplica testes de desenho do produto, processos de fabricação e especificações do produto final. Uma equipe especialmente treinada e modernas tecnologias também estão disponíveis para garantir os altos padrões de qualidade dos produtos fabricados. Os especialistas técnicos da Gerdau realizam visitas programadas, que podem ser selecionadas aleatoriamente ou agendadas, a seus clientes para avaliar a qualidade dos produtos entregues e garantir a satisfação do consumidor final em relação aos produtos adquiridos indiretamente.

Devido à natureza especializada de seus negócios, as usinas de aços especiais da Gerdau estão constantemente investindo em melhorias tecnológicas e em pesquisa e desenvolvimento. Essas usinas atuam no segmento automotivo e mantém um departamento de tecnologia (Pesquisa e Desenvolvimento) responsável por novos produtos e pela otimização dos processos existentes.

A maioria dos sofisticados equipamentos de produção utilizados pela Gerdau são fornecidos por fabricantes internacionais de máquinas e empresas especializadas em desenvolvimento de tecnologia em aço. Esses fornecedores geralmente firmam acordos de transferência de tecnologia com o comprador e fornecem amplo suporte técnico e

treinamento de funcionários para a instalação e preparação dos equipamentos. A Gerdau firma contratos de transferência de tecnologia e benchmarks com indústrias de reconhecido desempenho mundial.

Como é comum para produtores de aço de usinas *mini-mills*, a Gerdau geralmente adquire tecnologia no mercado, em vez de desenvolver nova tecnologia por meio de pesquisa e desenvolvimento intensivos de processo, uma vez que a tecnologia para produção do aço encontra-se disponível para compra.

A Companhia não depende de quaisquer patentes ou licenças, nem de novos processos de fabricação que sejam relevantes ao seu negócio. Para maiores informações, verificar o item “Informação sobre o Grau de Dependência da Companhia”.

Condições de Venda e Política de Crédito

Normalmente o prazo de faturamento das vendas da Companhia no Brasil é de 21 a 28 dias, em bases CIF (Cost, Insurance and Freight - custo, seguro e frete). A Comercial Gerdau, o segmento de varejo da Gerdau no Brasil, executa suas vendas com prazos em torno de 34 dias, principalmente em bases CIF. Os clientes no mercado interno estão sujeitos a um processo de avaliação para concessão de crédito. O limite para a concessão de crédito é controlado por um sistema corporativo (ECC/R3) que pode ser acessado por todos os canais de venda. O departamento de crédito e cobrança é responsável pela avaliação, definição e monitoramento do crédito conforme a política de limite de crédito. Esta política inclui a participação ativa de colaboradores de diversos canais de venda. Na Comercial Gerdau, em particular, as vendas no varejo também incluem práticas como o uso de serviços de cartão de crédito. As exportações da Gerdau são garantidas por meio de cartas de crédito e/ou pré-pagamento dos produtos antes do embarque. As exportações para as subsidiárias da Gerdau podem ser pagas a prazo, a taxas de juros de mercado.

As condições de crédito oferecidas aos seus clientes, pela Gerdau na América do Norte, são geralmente baseadas nas condições e práticas do mercado. O negócio da Companhia na América do Norte é sazonal, com mais pedidos nos segundos e terceiros trimestres do que nos primeiros e quartos trimestres, principalmente devido à desaceleração do setor de construção civil por razões climáticas.

As operações de aços especiais na América do Norte possuem seus próprios departamentos de crédito para a análise do crédito do consumidor.

A provisão da Companhia para devedores duvidosos tem se mantido em níveis baixos. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para devedores duvidosos foi de 4,7%, baseado nas contas a receber consolidadas conforme a Nota 5, em 31 de dezembro de 2016 a provisão foi de 5,6% e em 31 de dezembro de 2015 a provisão foi de 4,0% das contas a receber. A Gerdau tem aprimorado seus controles de aprovação de crédito e aumentado a credibilidade do seu processo de vendas por meio da utilização de indicadores de risco e controles internos.

Seguro

A Companhia mantém uma cobertura de seguro em montante que acredita ser adequado para a cobertura dos principais riscos de suas atividades operacionais. A Companhia contratou seguro para sua usina integrada de Ouro Branco contra perdas operacionais, com cobertura de até aproximadamente US\$ 4,9 bilhões (R\$ 16 bilhões, em 30 de abril de 2017), incluindo danos materiais às instalações (US\$ 4,5 bilhões) e perdas de receita bruta (US\$ 432 milhões), como paradas na produção decorrentes de interrupções causadas por acidentes, por um período de até doze meses. A apólice de seguro atual da Companhia para a usina de Ouro Branco permanecerá em vigor até 30 de abril de 2018. A apólice de seguros da Companhia prevê também a cobertura de suas usinas *mini-mill* contra perdas operacionais.

Investigações Comerciais e Protecionismo Governamental

Nos últimos anos, as exportações de produtos siderúrgicos de várias companhias e países, incluindo o Brasil, estiveram sujeitas a investigações relacionadas à política predatória de preços, tarifas compensatórias e outras investigações relacionadas a atividades comerciais em países importadores. A maioria dessas investigações resultou na imposição de taxas às companhias investigadas, de modo a limitar sua capacidade de acessar esses mercados importadores. Porém, até o momento, essas investigações não tiveram um impacto significativo no volume de exportações da Companhia.

Efeitos relevantes da regulação governamental nas atividades da Companhia

As atividades da Gerdau relacionadas à indústria do aço não estão sujeitas, além das licenças e autorizações comuns, a autorizações especiais. A Gerdau mantém um bom relacionamento com as autoridades responsáveis por emitir as autorizações ordinárias e não possui histórico de problemas em sua obtenção.

A Gerdau Aços Longos S.A. é Concessionária das Hidrelétricas Caçú e Barra dos Coqueiros, com potência total instalada de 155MW, localizadas no Sudoeste do Estado de Goiás, entre os Municípios de Caçu e Cachoeira Alta, conforme contrato de concessão número 089/2002.

A Chopim Energia S.A. (50% direta e 50% através de Itaguaí Comércio, Importação e Exportação Ltda.) detém a Concessão do Complexo Energético São João e Cachoeirinha, que corresponde às usinas de tipo UHE São João e Cachoeirinha, com potência instalada total de 105MW, localizadas no sudoeste do Paraná, entre os Municípios de Honório Serpa e Clevelândia, conforme contrato de concessão número 016/2002.

A Gerdau S.A. tem participação acionária de 51,8182% na Empresa Dona Francisca Energética S.A.- DFESA, que em consórcio com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE são detentoras da Concessão da usina de tipo UHE Dona Francisca, localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Rio Grande do Sul, com Potência Instalada de 125MW, conforme contrato de Concessão número 188/1998.

A Gerdau Açominas S.A. possui autorização para operação da central termelétrica UTE Açominas (103MW), localizada em Ouro Branco nas suas instalações industriais, autorizada pela Portaria nº 275/MME, de 23 de fevereiro de 1984 e resoluções posteriores.

A atividade de geração de energia elétrica é sujeita à obtenção de concessão ou autorização junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, portanto, se submete às regras e regulamentos dessa Agência, sendo por ela fiscalizada. As Licenças de Operação, que são emitidas pelas Secretarias ou Agências Ambientais Estaduais, são condicionantes obrigatórios para a operação das usinas hidrelétricas, bem como a observância às obrigações dos respectivos contratos de concessão. Todos os empreendimentos, dos quais somos participantes encontram-se em perfeito funcionamento, com as licenças vigentes e sem nenhuma objeção de operação, exceto a Chopim que não teve sua construção iniciada.

A exploração de atividade portuária é condicionada à outorga da União, regida pela lei 12.815 de 5 de junho de 2013. A Gerdau tem dois terminais portuários privativos fora de área de Porto Organizado, em Vitória-ES e Salvador-BA, denominados, respectivamente Terminal Portuário Privativo e de Uso Misto de Praia Mole e Terminal Marítimo Gerdau. O primeiro, com Contrato de Adesão número 112/2006, assinado em 30/06/2016, com prazo de vigência de 25 anos, com prorrogações sucessivas, de igual período asseguradas na forma da lei. Não há descrição específica das cargas, sendo autorizadas a movimentação e/ou armazenagem, no TERMINAL, de mercadorias próprias e a de terceiros, destinadas ou provenientes do transporte aquaviário. O segundo, com Contrato de Adesão 11/2017, assinado em 07/12/2017, com prazo de vigência de 25 anos, com prorrogações sucessivas, de igual período, asseguradas na forma da lei tem, autorizado a movimentar e armazenar granel sólido e carga geral próprio e terceiro.

Esta autorização é sujeita ao controle da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e, supletivamente, da Secretaria Especial de Portos – SEP.

As operações de mineração da Gerdau no Brasil estão sujeitas às regras estabelecidas pelo Código Brasileiro de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) e pela legislação minerária aplicável, consubstanciando-se a exploração mineral em Manifestos de Minas e Títulos Minerários.

A Gerdau adquiriu a superfície das áreas dos respectivos direitos minerários, bem como todos os demais Títulos Minerários e Manifestos de Minas, por meio de Contrato de Alienação de Bens e Cessão de Direitos celebrado pela Gerdau Açominas S.A. com a Companhia Paraibunas de Metais, Siderúrgica Barra Mansa S.A., Votorantim Metais Ltda., Votorantim International Holding N.V., em 19 de maio de 2004.

As atividades de exploração minerária da Companhia estão sujeitas às condições e limitações impostas pela Constituição Federal do Brasil, pelo Código Brasileiro de Mineração e pelas leis e regulamentos relacionados à matéria, que incluem requisitos acerca, dentre outros aspectos, a forma como os depósitos minerais são utilizados, saúde e segurança do trabalho, proteção ambiental e restauração, prevenção à poluição e saúde e segurança das comunidades locais onde as minas estão localizadas. O Código Brasileiro de Mineração também estabelece alguns requisitos para envio de notificações e informações.

Foi sancionada em 26 de dezembro de 2017 a lei nº 13.575 que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) além de alterar as Leis nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga ainda a Lei nº 8.876, de 02 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (código de Mineração). Tal lei foi derivada da MPV nº 791/2017 elaborada pelo Ministério das Minas e Energia – MME e encaminhada a comissão mista do Senado em meados de 2017 para aprovação. O texto da Lei foi publicado no DOU em 27/12/2017, Edição: 247, Seção: 1, Páginas: 1 a 4.

Extingue Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério de Minas e Energia com atribuições de promover a exploração mineral e o desenvolvimento do setor.

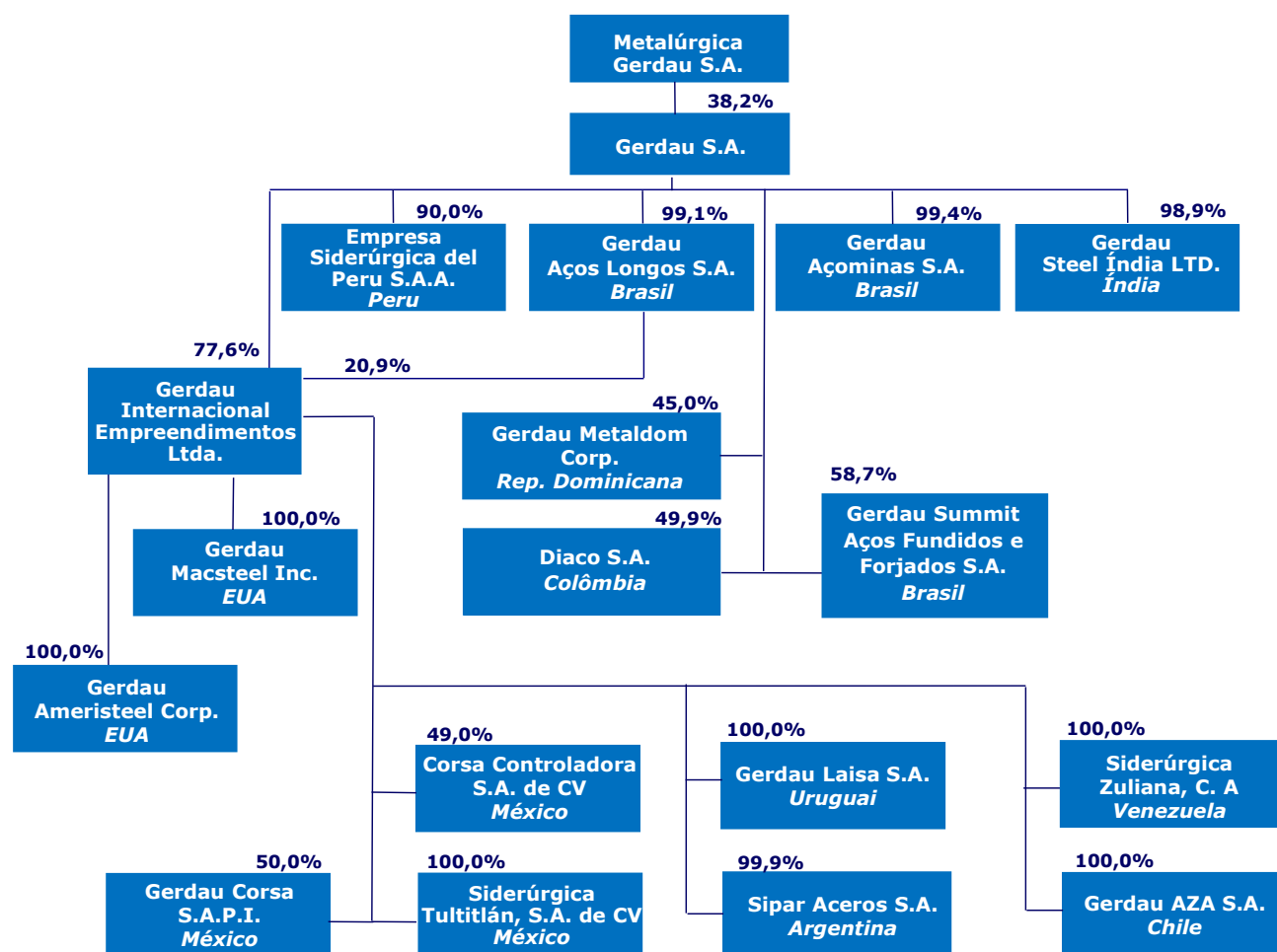
A Gerdau possui as respectivas licenças ambientais competentes para operar comercialmente as minas localizadas em Miguel Burnier, Várzea do Lopes e Gongo Soco, no estado de Minas Gerais, Brasil.

Os direitos de mineração detidos pela Gerdau compreendem 8.837,19 hectares e as concessões são válidas até a exaustão dos depósitos minerais, desde que sejam cumpridas anualmente as exigências legais. A tabela abaixo lista os processos do DNPM referentes aos direitos minerários de titularidade da Gerdau:

Processo DNPM	Município	Local / Mina / Projeto	Estado
1.978/1935	BARÃO DE COCAIS	GONGO SOCO	MG
724/1942	OURO PRETO / OURO BRANCO	MORRO GABRIEL	MG
4.575/1935	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
3.613/1948	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
5.303/1948	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
5.514/1956	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
5.975/1956	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
6.549/1950	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
930.600/2009	OURO PRETO	GM MIGUEL BURNIER	MG
3.583/1957	ITABIRITO / MOEDA	VÁRZEA DO LOPES	MG
3.584/1957	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG
3.585/1957	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG
8.141/1958	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG
6.255/1960	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG
317/1961	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG
5.945/1961	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG
932.705/2011	ITABIRITO	GM VÁRZEA DO LOPES	MG
833.209/2006	OURO PRETO / OURO BRANCO	DOM BOSCO	MG
832.090/2005	OURO PRETO / OURO BRANCO	DOM BOSCO	MG
832.044/2006	OURO BRANCO	DOM BOSCO	MG
830.158/2007	OURO PRETO	DOM BOSCO	MG
830.159/2007	OURO PRETO	DOM BOSCO	MG
830.160/2007	OURO PRETO	DOM BOSCO	MG
831.640/2003	OURO PRETO	DOM BOSCO	MG
830.475/2007	OURO PRETO	DOM BOSCO	MG
832.620/2006	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
830.798/2013	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
832.377/2014	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
832.375/2014	OURO PRETO	MIGUEL BURNIER	MG
833.018/2015	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG
832.625/2016	ITABIRITO	VÁRZEA DO LOPES	MG

C. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organograma abaixo apresenta a estrutura operacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, incluindo suas principais subsidiárias operacionais envolvidas na produção de aço:



A tabela abaixo apresenta as principais empresas consolidadas e os investimentos controlados direta ou indiretamente pela Gerdau, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Empresa controladas	País	Percentual de participação		
		Capital total ^(*)		
		2017	2016	2015
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e controladas (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00	100,00
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	99,36	99,35	99,35
Gerdau Aços Longos S.A. e controlada (2)	Brasil	99,12	99,11	99,11
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e controlada (3)	EUA	100,00	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4) (**)	Brasil	10,69	70,93	65,75
Gerdau América Latina Participações S.A. (nota 9)	Brasil	-	99,12	99,12
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e controladas (5)	Chile	99,00	99,00	99,99
Gerdau Aços Especiais S.A. (nota 9)	Brasil	-	99,55	99,56
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e controladas (6)	Hungria	100,00	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	90,03	90,03	90,03
Diaco S.A. e controlada (nota 3.4)	Colômbia	-	99,68	99,68
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e controladas (7)	México	100,00	100,00	100,00
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73	97,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda. (nota 9)	Brasil	-	100,00	100,00
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99	99,99
Sipar Aceros S.A. e controlada (8)	Argentina	99,98	99,96	99,96
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00
Gerdau Steel India Ltd.	India	98,90	98,90	98,90

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

(**) O percentual de participação ao considerar a participação no fundo detida pela controladora Metalúrgica Gerdau S.A. é de 51,11% em 2017, 91,58% em 2016 e 82,64% in 2015.

(1) Controladas: Gerdau Ameristeel US Inc., Gerdau Reinforcing Steel, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.

(2) Controlada: Gerdau Açominas Overseas Ltd.

(3) Controlada: Gerdau MacSteel Inc..

(4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..

(5) Controladas: Aza Participaciones S.A., Gerdau Aza S.A., Armacero Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A..

(6) Controladas: Gerdau Hungria y Cia SRC, Bogey Holding Company Spain S.L..

(7) Controladas: Sidertul S.A. de C.V., e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..

(8) Controlada: Siderco S.A..

Os investimentos da Companhia na Bradley Steel Processor e MRM Guide Rail, na América do Norte, nas quais a Gerdau Ameristeel detém uma de participação de 50% de capital total; os investimentos na Gerdau Metaldom Corp. na República Dominicana, na qual a Gerdau detém uma participação de 45%; o investimento na Corsa Controladora, S.A. de C.V., no México, na qual a Gerdau detém uma participação de 49%; o investimento na Corsa Controladora, S.A.P.I de C.V., no México, na qual a Gerdau detém uma participação de 50%; e o investimento na Dona Francisca Energética S.A, no Brasil, na qual a Companhia detém uma participação de 51,82%; e o investimento na Gerdau Summit Aços Forjados e Fundidos S.A., no Brasil, na qual a Companhia detém uma participação de 58,75%; e o investimento na Diaco S.A., na Colômbia, na qual a Companhia detém uma participação de 49,87%, estão contabilizados nas Demonstrações financeiras da Companhia pelo método da equivalência patrimonial (para mais informações, veja Nota 3 – Demonstrações Financeiras Consolidadas).

As empresas operacionais inteiramente consolidadas ou contabilizadas nas declarações financeiras da Gerdau S.A. pelo método da equivalência patrimonial estão descritas abaixo:

Gerdau Aços Longos S.A. - Essa companhia produz aços longos comuns, possuindo nove usinas em todo o país, e uma capacidade de produção anual instalada de 4,7 milhões de toneladas de aços brutos. Essa companhia também comercializa produtos siderúrgicos em geral, possuindo diversos centros de distribuição de aço em todo o Brasil.

Gerdau Açominas S.A. – A Açominas é proprietária da usina de Ouro Branco, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil. A usina de Ouro Branco é a maior unidade da Gerdau, com capacidade anual instalada de 4,5 milhões de toneladas de aço bruto, sendo responsável por 48,8% da produção de aço bruto da Operação de Negócio Brasil.

Gerdau Ameristeel Corporation - A Gerdau Ameristeel possui capacidade anual de 11,5 milhões de toneladas de aço bruto e 8,6 milhões de toneladas de produtos laminados. A Companhia é uma das maiores produtoras de aço longos da América do Norte. As subsidiárias da Gerdau Ameristeel são Gerdau Ameristeel US Inc., Gerdau Reinforcing Steel, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel e Chaparral Steel Company.

Gerdau MacSteel Inc. – Esta companhia é a maior produtora de aço especiais nos Estados Unidos e possui três unidades, com capacidade produtiva anual de 1,5 milhões de toneladas de aço bruto e 1,5 milhões de toneladas de produtos laminados.

Gerdau Laisa S.A. - Em 1980, a Companhia adquiriu a usina *mini-mill* Laisa, no Uruguai. A Gerdau Laisa é uma das maiores produtoras de aço longos do Uruguai, com capacidade anual instalada de 100 mil toneladas de aço bruto e 90 mil toneladas de produto laminado.

Gerdau Chile Inversiones Ltda. - As subsidiárias desta companhia possuem duas unidades no Chile que, juntas, possuem capacidade anual de produção de 520 mil toneladas de aço bruto e 530 mil toneladas de aço laminado.

Sipar Gerdau Inversiones S.A. - A Sipar, por meio de sua subsidiária operacional Sipar Aceros S.A., entrou no mercado Argentino em dezembro de 1997, e possui capacidade anual instalada de 650 mil toneladas de aço bruto e 263 mil toneladas de produtos laminados.

Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. – Adquirida em 2006, a Siderperú é produtora de aço longos e planos, com capacidade anual instalada de 720 mil toneladas de aço bruto e 573 mil toneladas de aço laminados.

Gerdau GTL México, S.A. de C.V. - As subsidiárias desta companhia são produtoras de aço longos localizada na região metropolitana da Cidade do México, com capacidade anual instalada de 500 mil toneladas de aço bruto e 400 mil toneladas de produtos laminados.

Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A. - Em junho de 2007, a Gerdau adquiriu a Sizuca - Siderúrgica Zuliana, localizada em Ciudad Ojeda, na Venezuela. A Sizuca possui uma usina *mini-mill* produtora de vergalhões. A Sizuca tem capacidade anual instalada de 250 mil toneladas de aço bruto e 170 mil toneladas de produtos laminados.

Corsa Controladora, S.A. de C.V. - Em 2008, a Companhia adquiriu uma participação de 49% na Corsa Controladora, S.A. de C.V. (México). A Corsa Controladora possui 100% do capital da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e de seus distribuidores. Localizada na região metropolitana da Cidade do México, a Corsa é uma usina *mini-mill*, produtora de aço longos (barras leves).

Multisteel Business Holdings - Em 2014, a Companhia concluiu a fusão da sua associada Multisteel Business Holdings Corp. com a empresa dominicana Metaldom, originando a empresa com controle compartilhado Gerdau Metaldom, a qual produzirá aço longos e planos para os setores da construção civil, industrial e agrícola, além de operações de processamento de sucata e tubos de PVC, com mais de um milhão de toneladas/ano de capacidade instalada. Como resultado da fusão, a Companhia efetuou a baixa da sua participação de 79,97% na associada Multisteel Business Holdings Corp. e passou a deter uma participação de 45% na empresa com controle compartilhado Gerdau Metaldom. Esta troca de participações foi feita pelo valor justo dos ativos líquidos e apresentou montantes substancialmente equivalentes.

Gerdau Summit Aços Fundidos S.A. - em 2017, a Gerdau S.A. efetuou integralização de capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (anteriormente denominada Gerdau Aços Forjados S.A.) através da contribuição de alguns de seus ativos e passivos, os quais foram avaliados por empresa de avaliação independente especializada. Desta forma, a Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 58,73%, não tendo impacto significativo nos Ativos totais da Companhia.

Diaco S.A. – em 2017, a Companhia concluiu a operação de criação de uma empresa com controle em conjunto, a partir da venda de 50% de sua participação na Diaco S.A., na Colômbia, para a Putney Capital Management, que já é sócia em sua operação na República Dominicana. Os ativos da nova empresa são unidades industriais de aço longos da Gerdau na

Colômbia. A transação atribuiu à empresa com controle em conjunto o valor econômico de US\$ 165 milhões (equivalentes a R\$ 546 milhões). Desta forma, a Diaco S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 49,87%.

Gerdau Steel India Private Ltd. - Usina siderúrgica em Tadipatri, no sul do estado de Andhra Pradesh, na Índia. Essa unidade de aços brutos possui capacidade de produção de aproximadamente 250 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de laminados.

D. IMOBILIZADO

Instalações

As principais propriedades da Gerdau são destinadas à produção de aço, produtos laminados e trefilados. Segue um quadro com as localizações, capacidades e tipos de instalação, assim como os tipos de produtos fabricados, em 31 de dezembro de 2017:

USINAS	LOCALIZAÇÃO		CAPACIDADE INSTALADA (1.000 toneladas)			EQUIPAMENTOS	PRODUTOS
	PAÍS	ESTADO	FERRO- GUSA/ FERRO- ESPONJA	AÇO BRUTO	PRODUTOS LAMINADOS		
OPERAÇÃO BRASIL			5.252	9.229	7.090		
Açonorte	Brasil	PE	-	265	242	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador, trefilaria, fábrica de pregos e grampos	Vergalhões, barras, fio-máquina, produtos trefilados, ampliados e pregos
Barão de Cocais	Brasil	MG	330	330	196	Usina Integrada com alto-forno, conversor LD e laminador	Barras
Cearense	Brasil	CE	-	198	161	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões e barras
Cosigua	Brasil	RJ	-	932	1.414	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador, trefilaria, fábrica de pregos e grampos	Vergalhões, barras, fio-máquina, produtos trefilados ampliados e pregos
Divinópolis	Brasil	MG	430	570	460	Usina Integrada com alto-forno, conversor EOF e laminador	Vergalhões e barras
Guaíra	Brasil	PR	-	540*	-	Mini-mill com forno elétrico a arco	Tarugos
Riograndense	Brasil	RS	-	450	495	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador, trefilaria, fábrica de pregos e grampos	Vergalhões, barras, fio-máquina, produtos trefilados, ampliados e pregos
Usiba	Brasil	BA	-	495*	397*	Usina Integrada com redução direta, mini-mill com forno elétrico a arco, laminador e trefilaria	Vergalhões, barras, fio-máquina e produtos trefilados
São Paulo	Brasil	SP	-	950	600	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Tarugos, vergalhões e vergalhões em rolo
Contagem	Brasil	MG	-	-	-	Alto-forno	Ferro-gusa
Sete Lagoas	Brasil	MG	132	-	-	Alto-forno	Ferro-gusa

Ouro Branco	Brasil	MG	4.360	4.500	3.126	Usina integrada com alto-forno, conversores LD e laminadores	Tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais pesados, bobinas a quente e chapas grossas
OPERAÇÃO AMÉRICA DO NORTE			-	11.510	8.626		
México	México	-	-	500	400	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões, barras e perfis
Beaumont	EUA	TX	-	698	655	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Fio-máquina
Cambridge	Canadá	ON	-	330*	278	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões e barras
Cartersville	EUA	GA	-	925	610	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Barras, perfis estruturais e vigas
Charlotte	EUA	NC	-	468	316	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões e barras
Jackson	EUA	TN	-	764	494	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões e barras
Jacksonville	EUA	FL	-	756	549	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões e barras
Knoxville	EUA	TN	-	594	597	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões
Manitoba - MRM	Canadá	MB	-	394	271	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Seções especiais, barras e vergalhões
Sayreville	EUA	NJ	-	760	623	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões
St. Paul	EUA	MN	-	502	455	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões, barras e barras especiais (SBQ) redondas
Whitby	Canadá	ON	-	949	775	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Perfis estruturais, vergalhões e barras
Wilton	EUA	IA	-	322	345	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões e barras
Midlothian	EUA	TX	-	1.753	1.411	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões, barras, perfis estruturais e vigas
Petersburg	EUA	VA	-	965	476	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Barras, perfis estruturais e vigas
Rancho Cucamonga	EUA	CA	-	830	469	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões
OPERAÇÃO AMÉRICA DO SUL			400	2.240	1.626		
Chile	Chile	-	-	520	530	Mini-mill com forno	Vergalhões, barras, fio-

						elétrico a arco e laminador	máquina, pregos, arames e telas
Uruguai	Uruguai	-	-	100	90	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões, barras e telas
Argentina	Argentina	-	-	650	263	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador e trefilaria	Vergalhões, barras, produtos trefilados e telas
Peru	Peru	-	400	720	573	Usina integrada com alto-forno, mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões e barras
Venezuela	Venezuela	-	-	250	170	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminador	Vergalhões
OPERAÇÃO AÇOS ESPECIAIS			275	3.125	3.733		
Pindamonhangaba	Brasil	SP	-	620	1.188	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador, acabamento e fundição	Barras, perfis especiais, arames, fio-máquina, barras acabadas a frio e cilindros
Mogi das Cruzes	Brasil	SP	-	375	264	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador e acabamento	Barras, perfis especiais e barras acabadas a frio
Charqueadas	Brasil	RS	-	430	465	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador e acabamento	Barras, perfis especiais, arames, fio-máquina e barras acabadas a frio
Forth Smith	EUA	AR	-	550	550	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador e acabamento	Barras e perfis especiais e barras acabadas a frio
Jackson	EUA	MI	-	300	276	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador e acabamento	Barras e perfis especiais e barras acabadas a frio
Monroe	EUA	MI	-	600	690	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminador e acabamento	Barras e perfis especiais e barras acabadas a frio
Índia	Índia	AP	275	250	300	Usina integrada com alto-forno, conversor e laminador	Ferro gusa, tarugos e barras laminadas
GERDAU TOTAL			5.927	26.104	21.075		

* Unidades temporariamente paralisadas.

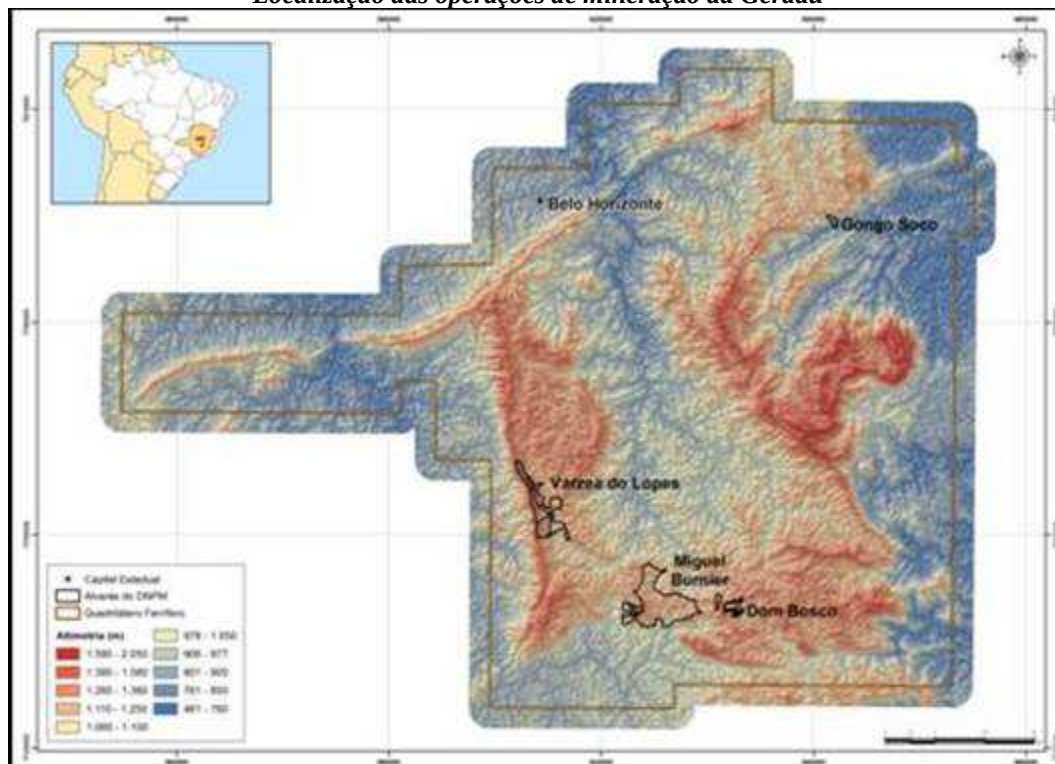
Minas de minério de ferro

As atividades da Gerdau relacionadas às minas de minério de ferro tiveram início após a aquisição dos direitos de mineração do Grupo Votorantim, nos municípios de Ouro Preto (distrito de Miguel Burnier), Itabirito e Barão de Cocais, em 2004. Estas áreas estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Brasil, uma das regiões de maior destaque mineral do país, conforme ilustrado na figura abaixo.

Com foco em garantir sua autossuficiência de minério de ferro no estado de Minas Gerais e buscando oportunidades de agregar valor ao negócio através da utilização de recursos minerais próprios, a Gerdau até 2014 realizou pesquisas para avaliação e implantação de projetos de expansão das suas operações de mineração, a fim de

participar do mercado global de minério de ferro. Contudo, com o atual preço do minério de ferro no mercado internacional, a Gerdau decidiu focar apenas na produção de minério de ferro para autossuficiência.

Localização das operações de mineração da Gerdau



As atuais unidades produtoras de minério de ferro compreendem, principalmente, lavras a céu aberto, usinas de processamento, pilhas de resíduos, área de rejeitos e infraestrutura de logística e suporte operacional.

As unidades de produção de minério de ferro atuais são as seguintes:

- Complexo Miguel Burnier/Dom Bosco: compreende as minas localizadas em Miguel Burnier e as minas de Dom Bosco;
- Complexo Várzea do Lopes;
- Gongo Soco. Não há atividades mineradoras nesta localidade.

Localização e Acesso

Complexo Miguel Burnier/Dom Bosco

Miguel Burnier e Dom Bosco estão localizadas no município de Ouro Preto, na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Brasil, localizadas a cerca de 80 km de Belo Horizonte e 5 km da Vila do Pires, na rodovia BR-040. A Mina Dom Bosco está localizada a aproximadamente 11 km da Mina Miguel Burnier. Vila do Pires localiza-se em ambos os lados da rodovia BR-040, ao norte da cidade de Congonhas. O acesso às minas é realizado por uma estrada não pavimentada de 3 km a partir da vila de Miguel Burnier.

Complexo Várzea do Lopes

Várzea do Lopes está localizada no município de Itabirito, na região oeste do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Brasil, distante aproximadamente 46 km do centro de Belo Horizonte. O acesso à mina se dá a partir de Belo Horizonte pela rodovia BR-040, sentido Rio de Janeiro. Várzea do Lopes localiza-se a aproximadamente 20 km de Miguel Burnier, em linha reta.

Gongo Soco

Gongo Soco está localizada no município de Barão de Cocais, na região noroeste do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Brasil, a cerca de 110 km de Belo Horizonte, 8 km do município de Barão de Cocais e 170 km de Miguel Burnier. O acesso a partir de Belo Horizonte se dá pelas rodovias BR-381/262 e MG-436.



No exercício de 2017, os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 873,3 milhões. Desse total, 40,0% foram alocados para unidades da Operação de Negócio Brasil, com os demais 60,0% alocados para outras operações de negócio entre os países em que a Gerdaui atua.

Operação de Negócio América do Norte – esta operação de negócios desembolsou R\$ 291,8 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio Aços Especiais – as unidades de aços especiais desembolsaram R\$ 108,5 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Questões ambientais

Em 2017, a Gerdau S.A. investiu R\$ 264 milhões na melhoria de suas práticas de eco eficiência e em tecnologias para a proteção do ar, da água e do solo.

Regulamentação Ambiental

Em todos os países onde opera, a Companhia está sujeita às leis e regulamentações ambientais federais, estaduais e municipais que regem as emissões atmosféricas, descarte de efluentes, e manuseio e eliminação de resíduos sólidos e perigosos. Suas instalações de manufatura têm operado de acordo as leis ambientais aplicáveis. As respectivas licenças e autorizações exigem o cumprimento de várias normas de desempenho, que são monitoradas por autoridades regulatórias. A Companhia conta com uma equipe de especialistas para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, contratando especialistas externos onde forem necessários. A Companhia trabalha para garantir que suas operações estejam em conformidade com todas as leis, regulamentações, licenças e autorizações ambientais atualmente vigentes. Ao adquirir uma nova planta, a Gerdau conduz uma avaliação de potenciais problemas ambientais e prepara um plano de trabalho em conformidade com as autoridades locais.

Na maioria dos países, tanto o governo federal quanto o estadual têm poder para editar leis de proteção ambiental e expedir regulamentações com base em tais leis. Além dessas regras, a Companhia está também sujeita às leis e regulamentações ambientais municipais. De acordo com tais leis, pessoas físicas ou jurídicas cuja conduta ou atividades causem dano ao meio ambiente estão normalmente sujeitas a sanções criminais e administrativas, bem como ao pagamento de quaisquer custos para reparar danos efetivos resultantes de tal ação danosa.

Pessoas físicas estão sujeitas a penalidades e sanções que variam de multas até prisão e; para pessoas jurídicas, a suspensão ou interrupção das operações e proibição de firmar contratos com órgãos governamentais.

As agências governamentais de proteção ambiental também podem impor sanções administrativas àquelas pessoas físicas ou jurídicas que não cumprirem as leis e regulamentações ambientais que incluem:

- multas;
- suspensão parcial ou total das operações;
- obrigação de arcar com indenização pelos trabalhos de recuperação e projetos ambientais;
- perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
- fechamento dos estabelecimentos ou empreendimentos; e
- perda ou suspensão de participação em linhas de crédito com órgãos oficiais de crédito.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R\$ 85.191 mil em 31/12/2017 (R\$ 21.928 mil reconhecido em passivo circulante e R\$ 63.263 mil reconhecido no passivo não-circulante), R\$ 83.806 mil em 31/12/2016 (R\$ 17.737 mil reconhecido em passivo circulante e R\$ 66.069 mil reconhecido no passivo não-circulante), R\$ 163.806 mil em 31/12/2015 (R\$ 27.736 mil reconhecido em passivo circulante e R\$ 136.070 mil reconhecido no passivo não-circulante), R\$ 116.421 mil em 31/12/2014 (R\$ 23.025 mil reconhecido em passivo circulante e R\$ 93.396 mil reconhecido no passivo não-circulante) e R\$ 105.663 mil em 31/12/2013 (R\$ 15.149 mil reconhecido no passivo circulante e R\$ 90.514 mil reconhecido no passivo não-circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. Veja Nota 20 – Passivos Ambientais.

Em 31 de Dezembro de 2017 o valor presente atualizado do total remanescente de Passivos Ambientais no Brasil somou R\$ 53,2 milhões. Algumas destas áreas já foram reparadas e outras ainda estão sendo avaliadas.

A Gerdau Ameristeel e a MacSteel estimaram os custos de limpeza com base em uma revisão das atividades de correção previstas para cada um dos locais contaminados de seu conhecimento. Apesar de os custos finais associados a tais correções não serem conhecidos com precisão, as Companhias estimaram o valor presente do total de custos remanescentes em 31 de dezembro de 2017 em aproximadamente R\$ 32 milhões, os quais se encontram contabilizados na linha de passivos de suas respectivas demonstrações financeiras.

Legislação Ambiental Brasileira

As atividades da Companhia estão sujeitas a uma ampla legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, as quais regem, entre outros aspectos, descarte de efluentes, emissões atmosféricas e manuseio e descarte final de refugos perigosos, além da obrigatoriedade de obter licenças para instalação e operação de atividades potencialmente poluentes.

A legislação ambiental brasileira prevê a imposição de penalidades criminais e administrativas a pessoas físicas e jurídicas que cometam crimes ou infrações ambientais, além da obrigação civil de reparar o dano causado ao meio ambiente. Apesar da Companhia nunca ter sofrido quaisquer penalidades ambientais que pudessem ter um impacto relevante em seu negócio, potenciais crimes ou infrações ambientais podem sujeitar a Companhia a penalidades que incluem:

- multas que, na esfera administrativa, podem chegar a R\$ 50 milhões, dependendo da capacidade econômica e histórico do infrator, bem como da severidade dos fatos e histórico anterior, podendo os valores serem duplicados ou triplicados no caso de reincidência;
- suspensão ou interferência nas atividades da respectiva empresa; e
- perda de benefícios, tais como suspensão de financiamento governamental e impossibilidade de ser elegível para processos de licitação pública e incentivos fiscais.

Além do exposto, aplica-se a responsabilidade objetiva por crimes ambientais tanto para pessoas físicas quanto jurídicas. A legislação ambiental também prevê a desconsideração da personalidade jurídica do acionista controlador da companhia, quando tal situação representar um impedimento ao recebimento de restituição por danos ambientais.

Na esfera civil, danos ambientais podem implicar não apenas em responsabilidade solidária, como também em responsabilidade objetiva. Isso significa que a obrigação de reparar o dano ambiental pode afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da prova da culpa. Em consequência, a contratação de terceiros para desempenhar serviços como eliminação final de resíduos sólidos não exime a Companhia da responsabilidade por quaisquer danos ambientais que possam ocorrer.

Legislação Ambiental na América do Norte

A Companhia deve atender a um conjunto de leis, em constante mutação, relativas ao Meio Ambiente, Saúde e Segurança (do acrônimo em inglês, *EHS Laws*), relacionadas, entre outros temas, a emissões atmosféricas, descargas no solo, água de superfície e águas subterrâneas, controle de ruído, manuseio, armazenagem, transporte e descarte de substâncias e resíduos tóxicos e perigosos, limpeza de contaminações, qualidade do ar interno e saúde e segurança do trabalhador. Tais *EHS Laws* variam de acordo com a localidade, podendo ser de competência federal, estadual ou municipal.

A maior parte das *EHS Laws* são de aplicação geral, mas resultam, na prática, em obrigações importantes para o setor siderúrgico. Por exemplo, a Companhia deve atender a uma série de *EHS Laws* que restringem a emissão de poluentes atmosféricos, tais como, chumbo, material particulado e mercúrio. Como as instalações industriais da Companhia emitem quantidades significativas de gases na atmosfera, para atender tais leis a Companhia precisa fazer investimentos em equipamentos de controle de poluição bem como comunicar à autoridade governamental competente caso ultrapassem os limites estabelecidos para emissões atmosféricas. Normalmente as autoridades governamentais monitoram o cumprimento de tais limites por meio de uma série de medidas, inclusive ordens administrativas para controle, prevenção, ou paralisação de determinada atividade; por meio de penalidades administrativas impostas pela violação de determinadas *EHS Laws*; e por processos regulatórios, que podem resultar em multas significativas e (em casos excepcionais) penas de prisão. A Companhia deve também atender a regime similar em relação a efluentes. As *EHS Laws* restringem o tipo e a quantidade de poluentes que as instalações da Companhia podem descartar em corpos receptores de água, como rios, lagos e oceanos, e em condutores municipais sanitários e de chuva. As autoridades governamentais podem impor tais restrições por meio de uma série de medidas, conforme acima mencionado.

A Companhia implantou equipamentos de controle de poluição em suas instalações industriais com o fim de atender a tais limites de emissão e descarte, tendo adotado um sistema de gerenciamento ambiental para reduzir o risco de não cumprimento dos limites.

Licenças Ambientais

De acordo com a legislação ambiental brasileira, atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluentes, ou que possam de alguma forma causar dano ao meio ambiente, demandam licenças ambientais. Esse procedimento é necessário tanto na instalação inicial da atividade e nas fases de operação, quanto em suas fases de expansão, sendo que tais licenças devem ser renovadas periodicamente.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tem competência para expedir licenças para projetos que tenham impacto ambiental no âmbito nacional ou regional. Em todos os outros casos, a competência é das agências ambientais estaduais e, no caso de impacto local, a competência é das agências municipais.

O licenciamento ambiental de atividades com impactos ambientais significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e ao respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), bem como à implantação de medidas para mitigar e compensar o impacto ambiental do projeto.

O processo de licenciamento ambiental inclui a emissão de três licenças: A Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO). Essas licenças são expedidas de acordo com cada fase de implantação do projeto, e sua validade requer o atendimento às exigências estabelecidas pela agência ambiental licenciadora. A não obtenção de uma licença ambiental, independentemente de a atividade estar de fato prejudicando o ambiente, é considerada crime ambiental e infração administrativa, sujeitando o infrator a uma penalidade administrativa de multa em nível federal (com a possibilidade de ser dobrada ou triplicada em caso de reincidência) e a suspensão das atividades. A Licença de Operação (LO) precisa ser renovada periodicamente.

Atualmente, as operações da Companhia estão em conformidade com todas as exigências legais relacionadas a licenças ambientais. Entretanto, qualquer atraso ou recusa por parte das agências ambientais licenciadoras em emitir ou renovar essas licenças, bem como qualquer dificuldade por parte da Companhia de atender às exigências estabelecidas por essas agências ambientais durante o curso do processo de licenciamento, pode ameaçar, ou mesmo inviabilizar a instalação, operação e expansão de projetos novos ou em andamento.

Áreas de preservação florestal permanente e reservas legais

Algumas das atividades da Companhia, principalmente aquelas envolvendo reflorestamento para produção de bioetanol utilizado em suas unidades industriais, estão sujeitas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

O Código determina que algumas áreas, devido à sua importância para a preservação do meio ambiente e recursos hídricos, sejam consideradas áreas de preservação permanente (APP), como por exemplo, áreas adjacentes a rios ou reservatórios naturais ou artificiais, topos de morros e encostas de morros com inclinação superior a 45°. Nas unidades florestais da Gerdau, as áreas de preservação permanente são partes integrantes do negócio, estando protegidas e em conformidade com a legislação.

Além disso, dependendo da região onde a propriedade está localizada, o Código obriga os proprietários rurais a restaurar e preservar entre 20%, 35% ou 80% das áreas contendo vegetação nativa. A manutenção destas porcentagens de vegetação nativa é muito importante, pois garantem a preservação da vegetação natural do local, perpetuando os recursos genéticos e a biodiversidade de cada bioma brasileiro. A Gerdau mantém suas áreas de Reserva Legal preservadas e em conformidade com a legislação vigente.

ITEM 4A. QUESTÕES PENDENTES REFERENTES AOS COMENTÁRIOS DOS ANALISTAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION - SEC)

A Companhia não tem questões pendentes referente a comentários dos analistas da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em relação a seus relatórios periódicos de acordo com a legislação aplicável (Securities Exchange Act).

ITEM 5. REVISÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL E PERSPECTIVAS

A análise a seguir relativa às condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 incluídas neste Relatório Anual, as quais foram elaboradas de acordo com as normas IFRS e com as informações apresentadas em “Apresentação de Informações Financeiras e Outras Informações” e “Informações Financeiras Seleccionadas e Outras Informações da Gerdau.”

A análise a seguir contém declarações prospectivas baseadas nas expectativas, estimativas e projeções atuais da administração, as quais envolvem riscos e incertezas. Os resultados efetivos da Companhia podem divergir de modo relevante daqueles analisados nas declarações prospectivas devido a diversos fatores, incluindo aqueles descritos nas seções “Declarações Prospectivas” e “Fatores de Risco”.

Os principais fatores a impactar os resultados operacionais da Companhia incluem:

- condições econômicas e políticas nos países onde a Gerdau opera, em especial, Brasil e Estados Unidos;
- a variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano;
- a natureza cíclica da oferta e demanda por produtos de aço no Brasil e no exterior, incluindo os preços dos produtos siderúrgicos;
- o nível das exportações da Companhia; e
- os custos de produção da Companhia.

As Condições Econômicas do Brasil

Os resultados e a posição financeira da Companhia dependem em grande parte da situação da economia brasileira, notadamente do crescimento econômico e seu impacto na demanda do aço, custos financeiros, disponibilidade de crédito, e taxas de câmbio entre o real e moedas estrangeiras.

A economia brasileira a partir de 2003 registrou melhorias significativas nos principais indicadores. A continuidade das políticas macroeconômicas centradas em questões fiscais, sistema de metas de inflação, adoção de uma taxa de câmbio flutuante, aumento do investimento estrangeiro e cumprimento dos acordos financeiros internacionais, incluindo o pagamento total da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), contribuíram para melhorar as condições econômicas do Brasil.

Em 2015, o PIB brasileiro reduziu 3,8% (PIB nominal de US\$ 1,8 trilhão). A inflação medida pelo IPCA ficou em 10,7%. A taxa média anual do CDI ficou em 14,1%. A depreciação do real foi de 47,0% contra o dólar americano, acabando o ano em R\$ 3,90 para US\$ 1,00.

Em 2016, o PIB brasileiro reduziu em 3,6% (PIB nominal de US\$ 1,8 trilhão). A inflação medida pelo IPCA ficou em 6,3%. A taxa média anual do CDI ficou em 13,6%. A real apreciação brasileira foi de 17,0% contra o dólar americano, acabando o ano em R\$ 3,26 para US\$ 1,00.

Em 2017, o PIB brasileiro aumentou em 1,0% (PIB nominal de US\$ 2,0 trilhão). A inflação medida pelo IPCA ficou em 6,3%. A taxa média anual do CDI ficou em 7,0%. A real depreciação brasileira foi de 1,5% contra o dólar americano, acabando o ano em R\$ 3,31 para US\$ 1,00.

Ao que tudo indica, a recessão esteja terminando, mas a recuperação do crescimento deverá ser gradual.

Além disso, uma parcela significativa da dívida da Companhia expressa em reais está sujeita a juros às taxas CDI e TJLP, as quais são impactadas por diversos fatores, inclusive a inflação brasileira. Outra parcela da dívida da Companhia expressa em reais está indexada a índices gerais de inflação, normalmente o IGP-M. Assim sendo, um aumento na inflação poderá resultar em maiores despesas financeiras e obrigações relacionadas ao serviço da dívida da Companhia.

Os juros pagos pela Companhia dependem de uma série de fatores como, o movimento das taxas de juros, que podem ser ocasionados pela inflação, as classificações atribuídas pelas agências de classificação que avaliam a Companhia, assim como os títulos de dívida da Companhia, negociados no mercado secundário como *bonds*. As obrigações da dívida com juros variáveis expõem a Companhia a riscos de mercado gerados por oscilações nas taxas CDI, IGP-M e LIBOR. Para reduzir sua exposição ao risco da taxa de juros, a Companhia procura realizar, de tempos em tempos, contratos de *hedge* para mitigar as variações dessas taxas, tais como a LIBOR.

O quadro a seguir apresenta o crescimento do PIB, a inflação, as taxas de juros e a taxa de câmbio entre o dólar norte-americano e o real, nos períodos indicados.

	2017	2016	2015
--	------	------	------

Crescimento efetivo do PIB	1.0%	-3,6%	-3,8%
Taxa de Inflação (IGP-M) ⁽¹⁾	-0,5%	7,2%	10,5%
Taxa de Inflação (IPCA) ⁽²⁾	3,0%	6,3%	10,7%
Taxa do CDI ⁽³⁾	7,0%	13,6%	14,1%
LIBOR Semestral	1,8%	1,3%	0,9%
Desvalorização (valorização) do real em relação ao dólar norte-americano	0,5%	(16,5%)	47,0%
Taxa de câmbio ao final do período - US\$1,00	R\$ 3,3080	R\$ 3,2591	R\$ 3,9048
Taxa de câmbio média - US\$ 1,00 ⁽⁴⁾	R\$ 3,1928	R\$ 3,4833	R\$ 3,3399

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Banco Central do Brasil e Bloomberg

⁽¹⁾ Inflação medida de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), editado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁽²⁾ Inflação medida de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁽³⁾ A taxa do CDI é equivalente à taxa fixa média de depósitos interbancários registrados durante o dia no Brasil (número cumulativo mensal anualizado ao final de cada período)

⁽⁴⁾ Média das taxas de câmbio, de acordo com o Banco Central do Brasil, no último dia de cada mês do período indicado.

Condições econômicas dos Estados Unidos

Em vista ao tamanho das operações da Companhia nos Estados Unidos, as condições econômicas daquele país têm um efeito significativo nos resultados da Companhia, particularmente em relação ao crescimento econômico dos EUA e seus efeitos sobre a demanda de aço, os custos financeiros e a disponibilidade de crédito.

Nos EUA, o PIB real começou a cair no terceiro trimestre de 2008, registrando uma queda de 2,7% anualizada, antes de cair para uma taxa anual de 5,4% no quarto trimestre de 2008, na medida em que a incerteza e a escassez do crédito levaram as companhias a preservar seu caixa, levando à redução de estoques em toda a cadeia de fornecimento. A redução nos estoques continuou em escala muito maior no primeiro trimestre de 2009, representando metade da queda estimada de 6,4% no PIB real anualizado. O segundo trimestre de 2009 viu o início da estabilização na demanda, com o PIB real caindo a um ritmo de 0,7% enquanto a demanda doméstica e os estoques atingiram seu nível mais baixo. Com apoio no programa “Cash for Clunkers” (“Dinheiro por Ferro-Velho”) o qual elevou acentuadamente as vendas de automóveis, e nos incentivos aos adquirentes de primeira moradia que deram suporte ao aumento das novas construções no período, o PIB real dos Estados Unidos cresceu 5,7% no quarto trimestre de 2009, na medida em que a reposição dos estoques superou o contínuo impacto negativo da elevação da taxa de desemprego sobre o consumo. Nos últimos três anos, a economia dos Estados Unidos continuou mostrando uma recuperação gradual, com aumento na demanda por produtos siderúrgicos. A melhora do setor automotivo e a recuperação na construção não-residencial foram responsáveis pela recuperação da demanda.

Em 2015, o PIB real dos EUA cresceu 2,6% (US\$ 18,0 trilhões de PIB nominal), de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A inflação, medida pelo IPC ficou em 0,1%. A média da taxa Fed Funds foi de 0,50%.

Em 2016, o PIB real dos EUA cresceu 1,6% (US\$ 18,6 trilhões de PIB nominal), de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A inflação, medida pelo IPC ficou em 1,3%. A média da taxa Fed Funds foi de 0,75%.

Em 2017, o PIB real dos EUA cresceu 2,2% (US\$ 19,4 trilhões de PIB nominal), de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A inflação, medida pelo IPC ficou em 2,1%. A média da taxa Fed Funds foi de 1,5%.

O quadro abaixo apresenta o crescimento real do PIB, inflação e taxas de juros dos EUA para os períodos indicados.

	2017	2016	2015
Crescimento efetivo do PIB real ⁽¹⁾	2,2%	1,6%	2,6%
Inflação (IPC) ⁽²⁾	2,1%	1,3%	0,1%

Fed Funds ⁽³⁾	1,5%	0,75%	0,50%
--------------------------	------	-------	-------

Fontes: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Federal Reserve Statistical Release

⁽¹⁾ Crescimento real do PIB (variação percentual anual) divulgada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁽²⁾ Inflação medida pelo IPC, média de preços ao consumidor (variação percentual anual) divulgada pelo FMI. O IPC pesquisa os preços ao consumidor para todos os consumidores urbanos.

⁽³⁾ A taxa Fed Funds corresponde à taxa de juros estabelecida pelo Banco Central dos EUA.

Impacto da inflação e Variações nas Taxas de Câmbio

Os resultados e a posição financeira da Gerdau dependem em grande parte das condições econômicas do Brasil, em especial, (i) do crescimento econômico e seu impacto sobre a demanda por aço; (ii) do custo financeiro e da disponibilidade de crédito; e (iii) das taxas de câmbio entre o real e moedas estrangeiras.

Por muitos anos o Brasil enfrentou altas taxas de inflação, que deterioraram progressivamente o poder aquisitivo da grande maioria da população. Durante os períodos de alta inflação, o valor efetivo dos salários e remunerações tendem a cair porque a frequência e o volume dos reajustes geralmente não conseguem contrabalançar a taxa real de inflação. Nos últimos meses, a inflação apresentou uma queda acentuada e o Banco Central iniciou um ciclo longo e intenso de redução da taxa de juros, a expectativa é de que, em 2018, o país alcance o centro da meta de 4,5% para o IPCA.

Uma parcela das contas a receber, contas a pagar e dívida da Gerdau está expressa em outras moedas que não as respectivas moedas de apresentação de cada subsidiária. As subsidiárias operacionais brasileiras têm como moeda de apresentação o real. As subsidiárias brasileiras possuem alguns de seus ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, principalmente dólares.

O efeito cambial da conversão de subsidiárias estrangeiras é contabilizado diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas cambiais das transações, incluindo os ganhos e perdas sobre alguma dívida não expressa em reais das subsidiárias brasileiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Entretanto, os ganhos e perdas cambiais decorrentes de dívidas contratadas para aquisição de investimentos no exterior estão designados como *hedge* de investimento líquido em subsidiárias estrangeiras, e também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As operações da Gerdau no Brasil possuem tanto ativos quanto passivos expressos em moeda estrangeira, com o montante dos ativos superando o de passivos. A valorização do real em relação a outras moedas (principalmente o dólar norte-americano) possui um efeito líquido positivo sobre nosso patrimônio líquido.

A natureza cíclica da oferta e demanda por produtos de aço, incluindo os preços para produtos siderúrgicos

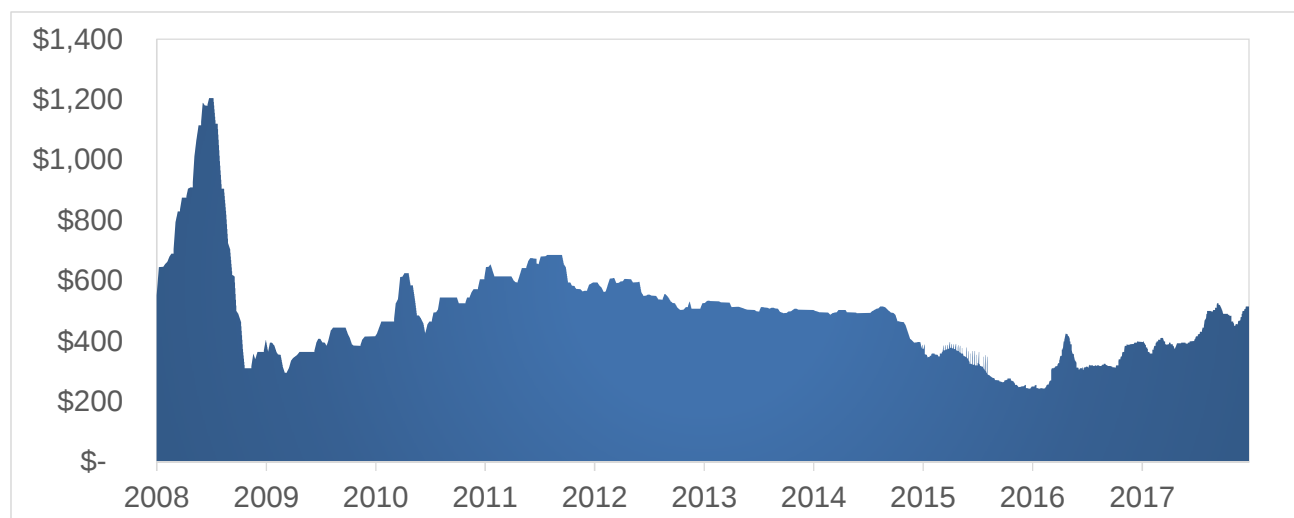
Os preços dos produtos siderúrgicos são, em geral, sensíveis a variações da demanda mundial e local, as quais, por sua vez, são afetadas pelas condições econômicas mundiais e do país específico. Os preços dos produtos siderúrgicos também estão vinculados à capacidade instalada disponível. A maior parte dos produtos laminados longos da Companhia, incluindo vergalhões, barras e fio-máquina, são classificados como *commodities*. No entanto, uma parcela significativa de tais produtos longos laminados, como aços especiais, arames e produtos trefilados, não são consideradas como *commodity* devido a fatores como, diferenças de forma, composição química, qualidade e especificações, fatores os quais afetam os preços. Consequentemente, não existe uniformidade nos preços destes produtos.

De acordo com o worldsteel, a produção mundial de aço bruto em 2017 correspondeu a 1.675 milhões de toneladas, 2,8% maior que em 2016. A produção de aço bruto da China atingiu 831,7 milhões de toneladas, um aumento de 2,9% em relação a 2016. Em 2017, a China representou 49,7% da produção total de aço bruto no mundo. De acordo com o worldsteel, a demanda mundial por produtos de aço acabado reduziu 2,9% em 2015, aumentou 1,0% em 2016 e a projeção para 2017 é de aumento de 2,9%. Para 2018, é esperado um crescimento de 1,6%, uma vez que o atual cenário é de estabilização da economia chinesa e recuperação das economias desenvolvidas.

Os preços internacionais do aço experimentaram altos e baixos ao longo do período desde o quarto trimestre de 2007 até o quarto trimestre de 2009, quando o preço médio por tonelada de tarugo de exportação da CEI no Mar Negro / Mar Báltico foi de US\$ 512 no quarto trimestre de 2007. Disparou para US\$ 1.205 em junho de 2008, caindo para US\$ 295 em março de 2009 e chegando a US\$ 415 no final de 2009. Essa oscilação no preço do aço foi causada principalmente pela turbulência na economia mundial e pelo suprimento de produtos siderúrgicos em um cenário de menor exigência. Em dezembro de 2017, o preço aumentou 29,6% em relação a dezembro de 2016, passando de US\$ 398 para US\$ 515, devido ao aumento dos preços das matérias-primas.

O preço médio por tonelada dos tarugos exportados para os países do leste europeu no Mar Negro/Mar Báltico é utilizado como referência ao preço internacional, sendo possível verificar sua evolução no gráfico abaixo:

Preço médio por tonelada dos tarugos exportados para os países do leste europeu (CEI) no Mar Negro/Mar Báltico



Fontes: Metal Bulletin e Steel Business Briefing

Níveis de exportação - Durante os períodos de menor demanda doméstica pelos produtos da Companhia, a Gerdau busca ativamente oportunidades de exportação para o excedente de sua produção a fim de manter inalteradas as taxas de utilização da capacidade e os embarques. Nos períodos em que a demanda interna pelos produtos da Companhia aumenta, os volumes exportados podem cair, na medida em que a Companhia concentra seu foco no atendimento da demanda doméstica. A Gerdau exporta produtos, a partir do Brasil, para clientes em outros continentes, os quais estabelece uma relação comercial de longo prazo. Em 2017, as exportações foram 15,7% menores do que em 2016, de 2,360 milhões de toneladas em 2016 para 1.991 em 2017, o que representou 35,5% de todos os embarques. As unidades brasileiras da empresa, em 2016, representaram 38,9% do total de embarques das operações brasileiras. Esta diminuição deveu-se à baixa rentabilidade causada por custos mais elevados. A receita de exportação totalizou R \$ 3.056 milhões em 2017 (R \$ 3.066 milhões em 2016).

Custos de produção - As matérias-primas respondem pelo maior percentual dos custos de produção da Companhia. Os insumos metálicos, que incluem sucata, ferro-gusa, minério de ferro, coque e ligas metálicas, representaram aproximadamente 46,5% dos custos de produção em 2017, enquanto a Energia e os Agentes Redutores, representados por custos com carvão, eletricidade, oxigênio, gás natural e petróleo, representaram 15,2%. Os custos com pessoal representaram 18,4% dos custos de produção e os materiais específicos, que incluem refratários, eletrodos, cilindros para laminação, rolos, guias, carburantes e cal, representaram 8,8% do total dos custos de produção. A tabela abaixo apresenta a composição dos custos por operação de negócio (ON).

Composição dos Custos de Produção em 2017

% do custo	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Consolidado		ON Brasil		ON América do Norte		ON América do Sul		ON Aços Especiais	
Pessoal	18,4	21,6	19,49	21,9	17,8	22,2	13,9	13,8	20,6	24,3
Manutenção	6	7,1	5,56	6,7	7,2	8,3	3,6	4,6	5,3	6,3
Depreciação	5	6,0	7,42	8,2	3,5	4,8	3,7	4,0	5,5	6,6
Insumos Metálicos	46,5	41,3	29,6	26,9	55,1	46,9	61,9	59,8	45,6	39,3
Energéticos e Redutores	15,2	14,3	29,5	27,1	7,2	7,5	11	11,2	13,1	12,4
Materiais Específicos	8,8	9,7	8,5	9,2	9,2	10,3	6	6,6	9,9	11,1

Eventos significativos que afetaram o desempenho financeiro durante 2017

Taxa de câmbio – De acordo com o IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira contratadas pelas empresas no Brasil como *hedge* de parte dos investimentos em controladas no exterior. Como

consequência, os efeitos da variação de ganhos ou perdas cambiais sobre a dívida foram totalmente reconhecidos no patrimônio líquido. As subsidiárias que emitiram a dívida não estão sujeitas a tributação de imposto de renda e, como tal, não há efeito de imposto de renda sobre os ganhos e perdas cambiais sobre a dívida. No entanto, as subsidiárias emprestaram os recursos para outras unidades no Brasil, com termos idênticos aos do Bond de Dez Anos. O montante a ser pago pelas subsidiárias no Brasil para as subsidiárias no exterior denominados em dólar norteamericano gera ganhos (perdas) cambiais que, embora eliminados na consolidação com os ganhos (perdas) cambiais reconhecidos pelas subsidiárias no exterior, é tributável, resultando em imposto de renda reconhecidos no resultado sobre estes ganhos (perdas) eliminados no consolidado.

A partir de 1 de abril de 2012, com o objetivo de eliminar o efeito fiscal gerado pela variação cambial dessas dívidas, a Companhia optou por redesignar o valor do *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US\$ 2,7 bilhões (US\$2,5 bilhões do *Ten Year Bonds* mais US\$0,2 bilhão de outras operações financeiras) foi reconhecida no Patrimônio Líquido, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 1,0 bilhão foi reconhecida no resultado.

Perda na recuperabilidade de ativos - A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 1.114.807 mil (R\$ 2.917.911 mil em 2016), sendo R\$ 265.369 mil (R\$ 239.329 mil em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa (nota 28.1) e R\$ 849.438 mil (R\$ 2.678.582 mil em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade do ágio (nota 28.2).

Resultados Operacionais

A apresentação a seguir dos resultados operacionais da Companhia relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as normas IFRS, contidas neste Relatório Anual. As referências a acréscimos ou decréscimos em qualquer exercício ou período referem-se a comparações com o respectivo exercício ou período anterior, exceto onde especificado de outra forma.

Importante salientar que a Companhia alienou as unidades da Espanha em 23 de junho de 2016 e as unidades da Colômbia em 30 de junho de 2017. Em consequência dessas alienações, os números de 2016 contemplam cinco meses da operação da Espanha e os números de 2017 contemplam cinco meses da operação da Colômbia, influenciando as variações comparativas.

O quadro a seguir apresenta informações relativas a vários itens das demonstrações de resultado, estando expressos em reais e como porcentagem da receita líquida, para cada exercício respectivo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de							
	2017		2016		2015			
	R\$ milhões	% da Receita Líquida	R\$ milhões	% da Receita Líquida	R\$ milhões	% da Receita Líquida	Variação 2017 X 2016	Variação 2016 X 2015
Receita Líquida	36.918	100,0%	37.652	100,0%	43.581	100,0%	(13,6)%	2,4%
Custo das vendas	(33.313)	(90,2)%	(34.188)	(90,8)%	(39.290)	(90,2)%	(13,0)%	5,0%
Lucro Bruto	3.605	9,8%	3.464	9,2%	4.291	9,8%	(19,3)%	(16,5)%
Despesas Operacionais:								
Despesas com Vendas	(525)	(1,4)%	(711)	(1,9)%	(785)	(1,8)%	(9,4)%	13,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.130)	(3,0)%	(1.528)	(4,1)%	(1.797)	(4,1)%	(15,0)%	(11,8)%
Outras Receitas Operacionais.....	261	0,7%	242	0,6%	213	0,5%	13,6%	(10,5)%
Outras Despesas Operacionais.....	(169)	(0,5)%	(114)	(0,3)%	(116)	(0,3)%	(1,7)%	(23,2)%
Perda na recuperabilidade de ativos.....	(1.115)	(3,0)%	(2.918)	(7,7)%	(4.996)	(11,5)%	(41,6)%	1.373,7%

Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas.....	(722)	(2,0)%	(58)	(0,2)%	—	—	—	—
Reversão de passivos contingentes, líquido	930	2,5%	-		-			
Resultado da Equivalência Patrimonial.....	(35)	0,0%	(13)	0,0%	(25)	(0,1)%	(48,0)%	(124,1)%
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos.....	1.100	(3,0)%	(1.636)	(4,3)%	(3.216)	(7,4)%	(49,1)%	(210,9)%
Receitas Financeiras.....	227	0,6%	252	0,7%	378	0,9%	(33,3)%	37,0%
Despesas Financeiras.....	(1.726)	(4,7)%	(2.010)	(5,3)%	(1.780)	(4,1)%	12,9%	27,4%
Variações Cambiais, líquida.....	(4.057)	(11,0)%	852	2,3%	(1.564)	(3,6)%	(154,5)%	228,6%
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	370	1,0%	-		-			
Ganhos e Perdas com Derivativos, líquida.....	(9)	0,0%	(39)	(0,1)%	87	0,2%	(144,8)%	141,7%
Impostos sobre a Renda.....	(295)	(0,8)%	(304)	(0,8)%	1.498	3,4%	(120,3)%	898,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido.....	(339)	(0,9)%	(2.886)	(7,7)%	(4.596)	(10,5)%	(37,2)%	(408,8)%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Receita Líquida

Receita líquida por Operação de Negócio(*) (R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016	Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
Brasil.....	12.563	11.635	8,0%
América do Norte.....	15.433	15.431	0,0%
América do Sul.....	4.026	4.776	(15,7)%
Aços Especiais	6.229	6.885	(9,5)%
Eliminações entre Empresas.....	(1.333)	(1.075)	
Total	36.918	37.652	(1,9)%

(*) As informações não incluem dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

Receita líquida por tonelada por Operação de Negócio(*) (R\$/tonne)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016	Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
Brasil	2.240	1.918	16,8%
América do Norte	2.445	2.587	(5,5)%
América do Sul.....	2.336	2.287	2,2%
Aços Especiais.....	3.151	3.276	(3,8)%
Consolidado¹	2.472	2.420	2,1%

(*) As informações não incluem dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

¹ As informações não incluem volumes de minério de ferro.

Em 2017, a receita líquida consolidada apresentou uma queda de 1,9% em relação a 2016, em função dos menores volumes vendidos.

Na Operação de Negócio Brasil, o aumento da receita líquida em 8,0% em 2017 se comparada com 2016 foi resultante do crescimento de 16,8% na receita líquida por tonelada vendida, apesar da queda nos volumes vendidos (passando de 6.068 mil toneladas em 2016 para 5.068 mil toneladas em 2017).

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2017 apresentou estabilidade em relação a 2016 devido à redução de 5,5% na receita líquida por tonelada vendida em reais impactada pelo câmbio (8,3% de apreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano), ainda que os volumes vendidos tenham aumentado 5,8% no período (passando de 5.965 mil toneladas em 2016 para 6.313 mil toneladas em 2017).

Na Operação de Negócio América do Sul, a receita líquida no ano de 2017 apresentou redução de 15,7% em relação ao ano de 2016, em função, principalmente, da perda de controle que resultou na desconsolidação da operação da Colômbia cujos volumes vendidos até maio de 2017 foram de 121 mil toneladas.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução da receita líquida de 9,5% em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha, cujos volumes vendidos até maio de 2016 foram de 341 mil toneladas. Vendas nas demais unidades de aços especiais (após a venda da Espanha) representaram um aumento de 12,3%, comparado com o ano anterior.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
Receita líquida, Custo das Vendas e Lucro Bruto (*)		2017	2016	
Brasil	Receita Líquida (R\$ milhões)	12.563	11.635	8,0%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(10.996)	(10.405)	5,7%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	1.566	1.229	27,4%
	Margem bruta (%).....	12,5%	10,6%	
América do Norte	Receita Líquida (R\$ milhões)	15.433	15.431	0,0%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(14.824)	(14.515)	2,1%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	609	916	(33,4)%
	Margem bruta (%).....	4,0%	5,9%	
América do Sul	Receita Líquida (R\$ milhões)	4.026	4.776	(15,7)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(3.523)	(4.103)	(14,1)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	502	672	(25,3)%
	Margem bruta (%).....	12,5%	14,1%	
Aços Especiais	Receita Líquida (R\$ milhões)	6.229	6.885	(9,5)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(5.301)	(6.239)	(15,0)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	927	646	43,6%
	Margem bruta (%).....	14,9%	9,4%	
Eliminações entre companhias	Receita Líquida (R\$ milhões)	(1.333)	(1.075)	
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	1.332	1.074	
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	(1)	(1)	
Total	Receita Líquida (R\$ milhões) ..	36.918	37.652	(2,0)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões).....	(33.313)	(34.188)	(2,6)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões)	3.605	3.464	4,1%
	Margem bruta (%)	9,8%	9,2%	

(*) As informações não incluem os dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

No exercício de 2017, o custo das vendas apresentou uma redução de 2,6% em relação a 2016, em função, dos menores volumes vendidos. A margem bruta apresentou leve melhora devido ao melhor desempenho das ONs Brasil e Aços Especiais ter compensado a pior performance das ONs América do Norte e América do Sul nos períodos comparados.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas em 2017 quando comparado com 2016, apresentou aumento de 5,7%, função dos maiores custos de matéria prima (custo de metálicos representava 26,9% do custo de produção em 2016 e passou para 29,6% em 2017). O aumento da margem bruta de 2016 para 2017 ocorreu em função da receita líquida por tonelada vendida (16,8%) ter superado os maiores custos de matéria prima.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2017 foi 2,1% superior na comparação com 2016 devido aos maiores volumes vendidos (5,8%) e ao aumento das matérias-primas (custo de metálicos representava 46,9% do custo de produção em 2016 e passou para 55,1% em 2017), apesar do impacto da variação cambial (8,3% de apreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano). A redução da margem bruta se deu pela alta competição no mercado doméstico, onde o aumento da receita líquida em dólares não acompanhou o aumento dos custos.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2017 em relação a 2016 apresentou uma redução de 14,1% devido, principalmente, a perda do controle que resultou na desconsolidação da operação da Colômbia. A redução da margem bruta ocorreu devido à pior performance nas operações da Argentina e da Venezuela.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução de 15% no custo das vendas em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha. O aumento da margem bruta de 2017 quando comparada com 2016 ocorreu pelo melhor desempenho das unidades nos Estados Unidos e Brasil, além da alienação das unidades da Espanha, as quais apresentavam a menor rentabilidade dessa ON.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas Operacionais(*) (milhões de reais)	2017	2016	Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
Despesas com vendas.....	525	711	(26,2)%
Despesas gerais e administrativas	1.130	1.528	(26,1)%
Total	1.655	2.239	(26,1)%
Receita líquida de vendas.....	36.918	37.652	(2,0)%
% da receita líquida de vendas	4,5%	5,9%	

(*) As informações não incluem os dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

A redução de 26,2% nas despesas com vendas consolidadas e de 26,1% nas despesas gerais e administrativas foi decorrente dos esforços da Companhia na racionalização dessas despesas, além da redução de 4,0% nos volumes vendido. Em consequência disso, a participação das despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida de vendas foi de 4,5% em 2017 apresentando uma redução em relação aos 5,9% em 2016.

Perda na recuperabilidade de ativos

Na linha “perdas pela não recuperabilidade de ativos” foi registrado no exercício de 2017 um total de R\$ de R\$ 1.114,8 milhões, referente à perda pela não recuperabilidade de ágio e a falta de expectativa de utilização de certos ativos da Companhia, identificada por meio de testes de recuperabilidade. No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369 mil, sendo R\$ 45.279 mil no segmento Brasil e R\$ 220.090 mil no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 0 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Ainda, no quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. Com base principalmente no aumento da taxa de desconto, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 mil para o segmento América do Norte. Os demais segmentos não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado em 2017. Informações adicionais são apresentadas na nota 29 das Demonstrações financeiras consolidadas.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 1.636,4 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.100,1 milhões positivos em 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas menores perdas na não recuperabilidade de ativos, pelo maior resultado negativo em operações com empresas controladas, pela reversão de passivos contingentes líquido e pelas menores despesas com vendas, gerais e administrativas, ocorridos em 2017 na comparação com 2016. Informações adicionais são apresentadas nas notas 28, 3. 29 das Demonstrações financeiras consolidadas.

Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Variações Cambiais Líquidas e Ganhos e Perdas Líquidas com Derivativos

Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Variações Cambiais Líquidas e Ganhos e Perdas Líquidos com Derivativos (*) (R\$ milhões)	2017	2016	Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016
Receitas financeiras	227	252	(10,0)%
Despesas Financeiras	(1.726)	(2.010)	(14,1)%
Variações cambiais líquidas.....	(4)	852	(288,6)%
Reversão de atualização monetária de passivos contingentes, líquido	369	-	100,0%
Ganhos e perdas líquidos com derivativos.....	(9)	(39)	(75,9)%
Total	(1.143)	(945)	20,9%

(*) As informações não incluem os dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

O resultado financeiro passou de R\$ 945,3 milhões negativos em 2016 para R\$ 1.143,3 milhões também negativos em 2017. O maior resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 1,5% em 2017 contra uma apreciação de 16,5% em 2016), ainda que as despesas financeiras tenham reduzido (-14,1%) nos períodos comparados.

Cabe salientar que a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira como hedge de parte dos investimentos em controladas fora do Brasil. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US\$ 2,3 bilhões (US\$ 2,1 bilhões referente ao Ten/Thirty Years Bonds, mais US\$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida na demonstração dos resultados, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,5 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de “Imposto de renda”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social ficou negativa em R\$ 295,4 milhões em 2017 comparada a R\$ 304,3 milhões também negativos em 2016. Essa variação foi decorrente principalmente da redução de alíquotas de imposto de renda em algumas empresas no exterior.

Lucro (Prejuízo) líquido

O prejuízo líquido consolidado passou de R\$ 2.885,9 milhões em 2016 para R\$ 338,7 milhões em 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo lucro operacional de 2017 comparado com um prejuízo operacional de 2016, além do menor resultado financeiro negativo em 2017.

Na Operação de Negócios Brasil, o lucro líquido foi de R\$ 302,3 milhões em 2017 contra um prejuízo líquido de R\$ 36,7 milhões em 2016. Essa variação ocorreu pelo maior lucro operacional que passou de R\$ 553,5 milhões em 2016 para R\$ 969,9 milhões em 2017.

A Operação de Negócios América do Norte registrou, em 2017, um prejuízo líquido de R\$ 956,3 milhões, comparado a um prejuízo líquido de R\$ 2.591,9 milhões em 2016. Essa variação foi consequência, principalmente, da perda pela não recuperabilidade de ativos no valor de R\$ 1.069,5 milhões em 2017 ter sido menor que a registrada no ano de 2016, que era de R\$ 2.779,1 milhões.

Em 2017, a Operação de Negócios América do Sul registrou um lucro líquido de R\$ 154,4 milhões comparado a um lucro líquido de R\$ 134,2 milhões em 2016. Essa melhora foi consequência, principalmente, da perda pela não recuperabilidade de ativos no valor de R\$ 138,8 milhões ocorrida no ano de 2016.

Em 2017, a Operação de Negócios de Aços Especiais registrou um lucro líquido de R\$ 475,4 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$ 162,5 milhões em 2016. Essa variação ocorreu pela melhora (+43,6%) do lucro bruto no período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Receita Líquida

Receita líquida por Operação de Negócio(*) (R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015	Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015
Brasil	11.635	12.977	(10,3)%
América do Norte	15.431	17.312	(10,9)%
América do Sul	4.776	5.477	(12,8)%
Aços Especiais	6.885	8.882	(22,5)%
Eliminações entre Empresas	(1.075)	(1.067)	
Total	37.652	43.581	(13,6)%

(*) As informações não incluem dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

Receita líquida por tonelada por Operação de Negócio(*) (R\$/tonne)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015	Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015
Brasil	1.918	2.010	(4,6)%
América do Norte	2.587	2.778	(6,9)%
América do Sul	2.287	2.465	(7,2)%
Aços Especiais	3.276	3.389	(3,3)%
Consolidado¹	2.420	2.568	(5,8)%

(*) As informações não incluem dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

¹ As informações não incluem volumes de minério de ferro.

Em 2016, a receita líquida consolidada apresentou uma queda de 13,6% em relação a 2015, em função das menores vendas em todas as ONs e da menor receita líquida por tonelada vendida, principalmente, na ON América do Norte (-6,9%).

Na Operação de Negócio Brasil, a queda da receita líquida em 10,3% em 2016 se comparada com 2015 foi resultante, principalmente, do pior mix de mercados, com redução das vendas no mercado interno (passando de 4.284 mil toneladas em 2015 para 3.707 mil toneladas em 2016) parcialmente compensada pelos maiores volumes vendidos nas exportações (passando de 2.173 mil toneladas em 2015 para 2.360 mil toneladas em 2016). Além disso, ocorreu uma menor receita líquida por tonelada vendida nas exportações (-11,1%). A queda de demanda no mercado interno ocorreu em função do menor nível de atividade da construção e da indústria, ocasionado pela recessão econômica no Brasil. O PIB brasileiro deve apresentar um recuo de 3.5% em 2016. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento devido às oportunidades no mercado internacional.

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2016 foi 10,9% inferior à de 2015 devido à menor receita líquida por tonelada vendida em dólares (-12,0%), além dos menores volumes vendidos no período (-4,3%), ocasionados pela continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial.

Na Operação de Negócio América do Sul, a receita líquida no ano de 2016 apresentou redução de 12,8% em relação ao ano de 2015, em função dos menores volumes vendidos (2.222 mil toneladas em 2015 para 2.088 mil toneladas em 2016) e do efeito cambial frente às moedas dos países onde a Gerdau tem operações.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução da receita líquida de 22,5% em 2016 em relação a 2015 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha e redução de volumes nas unidades do Brasil, que ocasionaram uma redução de 19,8% nas vendas consolidadas desta ON (2.621 mil toneladas em 2015 para 2.102 mil toneladas em 2016).

Custo das Vendas e Lucro Bruto

		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015
Receita líquida, Custo das Vendas e Lucro Bruto (*)		2016	2015	
Brasil	Receita Líquida (R\$ milhões)	11.635	12.977	(10,3)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(10.405)	(11.433)	(9,0)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	1.229	1.544	(20,3)%
	Margem bruta (%).....	10,6%	11,9%	
América do Norte	Receita Líquida (R\$ milhões)	15.431	17.312	(10,9)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(14.515)	(15.800)	(8,1)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	916	1.512	(39,4)%
	Margem bruta (%).....	5,9%	8,7%	
América do Sul	Receita Líquida (R\$ milhões)	4.776	5.477	(12,8)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(4.103)	(4.800)	(14,5)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	672	677	(0,6)%
	Margem bruta (%).....	14,1%	12,4%	
Aços Especiais	Receita Líquida (R\$ milhões)	6.885	8.882	(22,5)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	(6.239)	(8.333)	(25,1)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	646	549	17,7%
	Margem bruta (%).....	9,4%	6,2%	
Eliminações entre companhias	Receita Líquida (R\$ milhões)	(1.075)	(1.067)	
	Custo das Vendas (R\$ milhões)..	1.074	1.076	
	Lucro Bruto (R\$ milhões).....	(1)	9	
Total	Receita Líquida (R\$ milhões) ..	37.652	43.581	(13,6)%
	Custo das Vendas (R\$ milhões).....	(34.188)	(39.290)	(13,0)%
	Lucro Bruto (R\$ milhões)	3.464	4.291	(19,3)%

Margem bruta (%) 9,2% 9,8%

(*) As informações não incluem os dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

No exercício de 2016, o custo das vendas apresentou uma redução de 13,0% em relação a 2015, em função, principalmente, da queda de 8,3% nos volumes vendidos, além dos menores custos de matéria-prima. A margem bruta apresentou leve redução de 9,8% em 2015 para 9,2% em 2016 devido ao pior desempenho das Operações de Negócio América do Norte e Brasil, parcialmente compensado pela Operação de Negócio Aços Especiais.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas em 2016 quando comparado com 2015, apresentou redução de 9,0%, principalmente, em função dos menores volumes vendidos (- 6,0%). A maior queda da receita líquida (-10,3%) em relação ao custo das vendas (-9,0%) ocasionou a redução na margem bruta, que passou de 11,9% em 2015 para 10,6% em 2016.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2016 foi 8,1% inferior na comparação com 2015 devido aos menores volumes vendidos (-4,3%) e a redução nos preços da sucata consumida. A redução da receita líquida (-10,9%) em maior grau em relação a queda no custo das vendas (-8,1%) resultou em uma menor margem bruta, passando de 8,7% em 2015 para 5,9% em 2016.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2016 em relação a 2015 apresentou uma redução de 14,5% em função dos menores volumes vendidos (-6,0%), da redução do custo das matérias primas, além do efeito cambial. A melhora da margem bruta, que passou de 12,4% em 2015 para 14,1% em 2016, ocorreu devido a redução do custo das vendas (-14,5%) ter sido superior à queda da receita líquida (-12,8%).

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução de 25,1% no custo das vendas ocorreu pela alienação das unidades da Espanha e redução de volumes nas unidades do Brasil. As unidades da Espanha apresentavam a menor rentabilidade desta ON, com isso, houve uma melhora na margem bruta, que passou de 6,2% em 2015 para 9,4% em 2016. Adicionalmente, houve uma melhora no desempenho nas unidades dos Estados Unidos e Índia.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

	Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015		
Despesas Operacionais(*)			
(milhões de reais)	2016	2015	
Despesas com vendas.....	711	785	(9,4)%
Despesas gerais e administrativas	1.528	1.797	(15,0)%
Total	2.239	2.582	(13,3)%
Receita líquida de vendas.....	37.652	43.581	(13,6)%
% da receita líquida de vendas	5,9%	5,9%	

(*) As informações não incluem os dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

A redução de 9,5% nas despesas com vendas consolidadas foi decorrente da queda dos volumes vendidos em 2016 (-8,3%). As despesas gerais e administrativas consolidadas apresentaram redução de 15,0% de 2015 para 2016, refletindo os esforços da Companhia na racionalização dessas despesas, ainda que o câmbio médio de conversão dos valores das subsidiárias no exterior tenha depreciado 4,3%. Em 2016, a participação das despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida de vendas foi de 5,9%, estável em relação a 2015.

Perda na recuperabilidade de ativos

Na linha “perdas pela não recuperabilidade de ativos” foi registrado no exercício de 2016 um total de R\$ 2.917,9 milhões, referente à perda pela não recuperabilidade de ágio e a falta de expectativa de utilização de certos ativos da Companhia, identificada por meio de testes de recuperabilidade. No quarto trimestre de 2016, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. As análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.678,6 mil para a Operação de Negócio América do Norte. Os demais segmentos não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado em 2016. Ainda, no quarto trimestre de 2016, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 239,3 milhões, sendo R\$ 138,8 milhões na Operação de Negócio América do Sul e R\$ 100,6 milhões na Operação de Negócio América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 3.215,5 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.636,4 milhões também negativos em 2016. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas menores perdas na não recuperabilidade de ativos ocorrida em 2016, pelas menores despesas com vendas, gerais e administrativas, apesar do menor lucro bruto na comparação com 2015.

Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Variações Cambiais Líquidas e Ganhos e Perdas Líquidas com Derivativos

			Variação entre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015
Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Variações Cambiais Líquidas e Ganhos e Perdas Líquidos com Derivativos (*) (R\$ milhões)	2016	2015	
Receitas financeiras	252	378	(33,3)%
Despesas Financeiras	(2.010)	(1.780)	12,9%
Variações cambiais líquidas.....	852	(1.564)	(154,5)%
Ganhos e perdas líquidos com derivativos.....	(39)	87	(144,8)%
Total	(945)	(2.879)	(67,2)%

(*) As informações não incluem os dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

O resultado financeiro passou de R\$ 2.878,9 milhões negativos em 2015 para R\$ 945,3 milhões também negativos em 2016. O menor resultado financeiro negativo foi consequência, principalmente, da variação cambial líquida positiva sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016 contra uma depreciação de 47,0% em 2015), apesar do aumento das despesas financeiras.

Cabe salientar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira como hedge de parte dos investimentos em controladas fora do Brasil. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US\$ 2,7 bilhões (US\$ 2,5 bilhões referente ao Ten/Thirty Years Bonds, mais US\$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida na demonstração dos resultados, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 1,0 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de “Imposto de renda”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social ficou negativa em R\$ 304,3 milhões em 2016 comparada a R\$ 1.498,4 milhões positivo em 2015. Essa variação foi decorrente do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o hedge de investimento líquido positivo em 2015 e negativo em 2016.

Lucro (Prejuízo) líquido

O prejuízo líquido consolidado passou de R\$ 4.596,0 milhões em 2015 para R\$ 2.885,9 milhões em 2016. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas menores perdas na não recuperabilidade de ativos ocorrida em 2016 e pelas menores despesas com vendas, gerais e administrativas, apesar do menor lucro bruto na comparação com 2015.

Na Operação de Negócios Brasil, o prejuízo líquido foi de R\$ 37 milhões em 2016 contra um prejuízo líquido de R\$ 672 milhões em 2015. Essa variação ocorreu pelo fato de que em 2015 ocorreu uma perda pela não recuperabilidade de ativos no valor de R\$ 835 milhões.

A Operação de Negócios América do Norte registrou, em 2016, um prejuízo líquido de R\$ 2.592 milhões, comparado a um prejuízo líquido de R\$ 1.468 milhões em 2015. Essa variação foi consequência, principalmente, da perda pela não recuperabilidade de ativos no valor de R\$ 2.779 milhões em 2016 ter sido maior que a registrada no ano de 2015, que era de R\$ 1.882 milhões. Adicionalmente, houve uma redução no lucro bruto, que passou de R\$ 1.512 milhões em 2015 para R\$ 916 milhões em 2016.

Em 2016, a Operação de Negócios América do Sul registrou um resultado líquido positivo de R\$ 134 milhões comparado a resultado líquido negativo de R\$ 154 milhões em 2015. Essa variação foi consequência, principalmente, da perda pela não recuperabilidade de ativos no valor de R\$ 139 milhões o ano de 2016 ter sido inferior a registrada no ano de 2015, que era de R\$ 354 milhões.

Em 2016, a Operação de Negócios de Aços Especiais registrou um resultado líquido positivo de R\$ 163 milhões, comparado a um resultado líquido negativo de R\$ 2.297 milhões em 2015. Essa variação ocorreu pelo fato de que em 2015 ocorreu uma perda pela não recuperabilidade de ativos no valor de R\$ 1.925 milhões.

Políticas contábeis críticas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados das operações e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- imposto de renda diferido;
- benefícios de pensão e pós-emprego;
- provisões;
- combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos e
- teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida.

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - liability method) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras Consolidadas e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

A realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está suportada por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor justo;
- iii) Ganhos e perdas referentes a redução (curtailment) e liquidação (settlement) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Provisões

A Companhia reconhece provisões para passivos e perdas prováveis incorridas quando tem obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que a Companhia seja obrigada a liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. Se o efeito do desconto a valor presente for material, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflita, conforme o caso, os riscos específicos do passivo. Provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas na nota 17 das Demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia significativas estimativas e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta “Provisão para passivos ambientais”, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

d) Combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos

Durante os últimos anos a Companhia realizou algumas combinações de negócios. A Companhia aloca o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que exista uma probabilidade razoável de existir uma alteração material nas estimativas futuras ou premissas adotadas para completar o preço de compra alocado e a estimativa de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os valores reais não forem consistentes com as estimativas e premissas consideradas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não-controladores na adquirida é inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos.

De acordo com a versão anterior da norma, o preço contingente era reconhecido na data de aquisição apenas se o pagamento era provável e podia ser mensurado com confiabilidade; quaisquer ajustes posteriores no preço contingente eram reconhecidos contra o ágio. Nos termos da norma revisada, o preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do “período de alocação” (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolve perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da parcela dos ativos líquidos baixados/alienados) era reconhecido no resultado. De acordo com a norma revisada, todos os aumentos ou reduções nessas participações são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a revisão da norma requer que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

e) Teste de recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Em 2016, em virtude da paralisação de certas atividades devido a mudanças relevantes na economia da região onde estão situadas estas unidades e da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos destas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 239.329, sendo R\$ 138.765 no segmento América do Sul e R\$ 100.564 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 138.543 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

No quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e com base nos eventos descritos anteriormente, principalmente pelo aumento da taxa de desconto antes do imposto de renda no segmento América do Norte, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 para o segmento América do Norte. Em 2016, os testes identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.678.582 para o segmento América do Norte ocasionados pela deterioração das condições econômicas refletidas na queda da margem EBITDA à época.

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2017 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2016); b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 3% (3% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2016).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 13,6% (13,1% em dezembro de 2016); b) Aços Especiais: 13,1% (14,0% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 14,7% (14,6% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 15,2% (14,9% em dezembro de 2016).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 849 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 2.679 milhões em 2016); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 437 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 724 milhões em 2016); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.989 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.601 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.747 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.225 milhões em 2016).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 506 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 872 milhões em 2016), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.422 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.170 milhões em 2016), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 265 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 486 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 999 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 425 milhões em 2016).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 310 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 661 milhões em 2016); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.596 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.301 milhões em 2016); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 318 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 561 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.254 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 673 milhões em 2016).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade

de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por impairment é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade de antecipação do teste, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2017.

Estas e outras informações relacionadas à recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são apresentadas na nota 28 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de nosso Relatório Anual no Formulário 20-F.

B. LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

A principal fonte de liquidez da Gerdau é normalmente o caixa gerado por suas atividades operacionais. Além disso, a Companhia conta com linhas de crédito compromissadas. A Companhia espera atender suas necessidades de caixa em 2018 principalmente pela combinação de fluxo de caixa operacional, caixa e disponibilidades e investimentos de curto prazo.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta a informação do fluxo de caixa para os anos respectivos:

	Exercícios findos em			Análise Horizontal 2017x2016	Análise Horizontal 2016x2015
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015		
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(338.667)	(2.885.929)	(4.595.986)	-88,3%	-37,2%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	2.092.551	2.535.955	2.607.909	-17,5%	-2,8%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	1.114.807	2.917.911	4.996.240	-61,8%	-41,6%
Equivalência patrimonial	34.597	12.771	24.502	170,9%	-47,9%
Variação cambial, líquida	4.057	(851.635)	1.564.017	-100,5%	-154,5%
Perdas (Ganhos) com instrumentos financeiros, líquido	9.441	38.930	(87.085)	-75,7%	-144,7%
Benefícios pós-emprego	192.724	229.767	233.287	-16,1%	-1,5%
Planos de incentivos de longo prazo	35.576	46.683	48.589	-23,8%	-3,9%
Imposto de renda e contribuição social	295.391	304.314	(1.498.422)	-2,9%	-120,3%
Ganho na alienação de imobilizado	(69.510)	(43.340)	(3.971)	60,4%	991,4%
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	721.682	58.223	-		
Provisão para risco de crédito	18.342	68.781	127.701	-73,3%	-46,1%
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	(110.281)	347.882	323.314	-131,7%	7,6%
Reversão de passivos contingentes, líquido	(929.711)	-	-		
Receita de juros de aplicações financeiras	(75.387)	(107.980)	(153.631)	-30,2%	-29,7%
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	1.323.448	1.540.797	1.471.526	-14,1%	4,7%
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	(369.819)	-	-		
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	(95)	2.457	(2.712)	-103,9%	-190,6%
(Reversão) Provisão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque, líquido	(20.195)	(31.492)	17.536	-35,9%	-279,6%
	3.928.951	4.184.095	5.072.814	-6,1%	-17,5%
Variação de ativos e passivos:					
Redução (Aumento) de contas a receber	(54.690)	64.805	1.219.605	-184,4%	-94,7%
(Aumento) Redução de estoques	(1.269.455)	794.591	1.977.361	-259,8%	-59,8%
Aumento (Redução) de contas a pagar	800.164	110.466	(768.627)	624,4%	-114,4%
(Aumento) Redução de outros ativos	(371.745)	(275.938)	(270.391)	34,7%	2,1%
Redução de outros passivos	(56.909)	(287.487)	(509.227)	-80,2%	-43,5%
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio	40.644	124.495	52.769	-67,4%	135,9%
Aplicações financeiras de títulos para negociação	(2.390.104)	(880.436)	(1.958.522)	171,5%	-55,0%
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação	2.905.411	1.089.972	3.929.971	166,6%	-72,3%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.532.267	4.924.563	8.745.753	-28,3%	-43,7%
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.330.116)	(1.240.165)	(946.041)	7,3%	31,1%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(126.023)	(168.032)	(637.394)	-25,0%	-73,6%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.076.128	3.516.366	7.162.318	-41,0%	-50,9%
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado	(873.329)	(1.323.891)	(2.324.718)	-34,0%	-43,1%
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis	554.457	308.694	90.942	79,6%	239,4%
Adições de outros ativos intangíveis	(37.939)	(54.044)	(126.428)	-29,8%	-57,3%
Pagamento na aquisição de controle de empresa	-	-	(20.929)		
Aumento de capital em empresa com controle compartilhado	(178.670)	-	(40.524)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(535.481)	(1.069.241)	(2.421.657)	-49,9%	-55,8%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Compras de ações em tesouraria	-	(95.343)	(189.071)	-100,0%	-49,6%
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(86.386)	(85.962)	(358.226)	0,5%	-76,0%
Empréstimos e financiamentos obtidos	3.265.860	2.455.371	3.042.783	33,0%	-19,3%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.241.401)	(4.605.406)	(5.028.386)	57,2%	-8,4%
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	5.797	(6.492)	30.126	-189,3%	-121,5%
Pagamentos na aquisição de participação adicional em controladas	-	-	(339.068)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.056.130)	(2.337.832)	(2.841.842)	73,5%	-17,7%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	7.438	(693.990)	699.290	-101,1%	-199,2%
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(2.508.045)	(584.697)	2.598.109	328,9%	-122,5%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.063.383	5.648.080	3.049.971	-10,4%	85,2%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.555.338	5.063.383	5.648.080	-49,5%	-10,4%

Análise Fluxo de Caixa – 2017 X 2016 X 2015

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 2.555,3 milhões, R\$ 5.063,4 milhões e R\$ 5.648,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 respectivamente, conforme análise a seguir:

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais totalizou R\$ 2.076,1 milhões, R\$ 3.516,4 milhões, R\$ 7.162,3 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 respectivamente.

Em 2017, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 41,0% em comparação a 2016, substancialmente pelo consumo de capital de giro no ano de 2017, comparado a uma liberação no ano de 2016. No capital giro, o líquido entre o aumento de R\$ 54,7 milhões em clientes, o aumento de R\$ 1.269,5 milhões em estoques e a redução de R\$ 800,2 milhões em contas a pagar, impactou negativamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 524,0 milhões em 2017. Em 2016, esse impacto foi positivo no caixa em R\$ 969,8 milhões, redução de R\$ 64,8 milhões em clientes, a redução de R\$ 794,6 milhões em estoques e o aumento de R\$ 110,5 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto negativo de R\$ 524,0 milhões no caixa operacional da Companhia em 2017 foi o aumento dos estoques em todas as Operações de Negócio, principalmente na ON Brasil, em função da maior produção no período e dos maiores custos de matérias-primas.

Em 2016, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 50,9% em comparação a 2015, substancialmente pela menor liberação do capital de giro e pelos menores resgates de aplicações financeiras. No capital giro, o líquido entre a redução de R\$ 64,8 milhões em clientes, a redução de R\$ 794,6 milhões em estoques e o aumento de R\$ 110,5 milhões em contas a pagar, impactou positivamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 969,8 milhões em 2016. Em 2015, esse impacto foi positivo no caixa em R\$ 2.428,3 milhões, resultado da redução de R\$ 1.219,6 milhões em clientes, da redução de R\$ 1.977,4 milhões em estoques e da redução de R\$ 768,6 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto positivo de R\$ 969,9 milhões no caixa operacional da Companhia em 2016 foi a redução de estoques, especialmente na Operação de Negócio América do Norte, resultado da readequação dos níveis de estoques aos menores volumes de vendas que foram impactados pela continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com a manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial. O caixa gerado a partir do resgate de aplicações financeiras foi utilizado para amortizações de dívidas de curto e longo prazo da Companhia.

Ciclo Financeiro

Em 2017, como resultado do aumento do capital de giro¹ (+6,3%), comparado com aumento da receita líquida (+13,9%) nos últimos três meses de 2017 em relação aos últimos três meses de 2016, o ciclo financeiro² reduziu de 75 dias em 2016 para 70 dias em 2017 (de 37 dias de contas a receber de clientes em 2016 para 34 dias em 2017, 66 dias de estoques em 2016 para 69 em 2017 e de 29 dias de fornecedores em 2016 para 33 dias em 2017).

Em 2016, como resultado da redução do capital de giro (-26,4%), comparado com a queda da receita líquida (-17,5%) nos últimos três meses de 2016 em relação aos últimos três meses de 2015, o ciclo financeiro reduziu de 84 dias em 2015 para 75 dias em 2016 (de 40 dias de contas a receber de clientes em 2015 para 37 dias em 2016, 76 dias de estoques em 2015 para 66 em 2016 e de 31 dias de fornecedores em 2015 para 29 dias em 2016).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento reduziu 49,9%, passando de R\$ 1.069,2 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 535,5 milhões em 2017, pelo menor desembolso de capex (adição de imobilizado) e pelo maior recebimento de caixa na alienação de investimentos, relativos à venda das unidades de aços especiais na Espanha, de uma usina de aços longos na Colômbia, de unidades produtoras de coque metalúrgico na Colômbia, da participação de 30% na empresa Aceros Guatemala e de unidades de transformação e terrenos nos Estados Unidos.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento reduziu 55,8%, passando de R\$ 2.421,7 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.069,2 milhões em 2016, substancialmente, pelo menor desembolso de capex

¹ *Capital de giro*: contas a receber de clientes, mais estoques, menos fornecedores (considerando todas as contas ao final do período).

² *Ciclo financeiro*: capital de giro, dividido pela receita líquida (nos últimos três meses), multiplicado por 90.

(adição de imobilizado) e pelo recebimento de caixa na alienação de investimentos, relativos à venda das unidades de aços especiais na Espanha, de uma usina de aços longos na Colômbia, de unidades produtoras de coque metalúrgico na Colômbia, da participação de 30% na empresa Aceros Guatemala e de unidades de transformação e terrenos nos Estados Unidos.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 2.337,8 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2016 para uma aplicação de R\$ 4.056,1 milhões em 2017. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2017 houve maior pagamento de empréstimos e financiamentos, reflexo da estratégia da Companhia de reduzir o nível de endividamento e os indicadores da dívida.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 2.841,8 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2015 para uma aplicação de R\$ 2.337,8 milhões em 2016. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2015 houve desembolso para aquisição de participação adicional em controladas no valor de R\$ 339,1 milhões, o que não ocorreu em 2016. Adicionalmente, em 2016, a Companhia distribuiu menos dividendos e ocorreram menos compras de ações em tesouraria, em relação a 2015.

Endividamento

As dívidas da Companhia são utilizadas para financiar investimentos em ativos imobilizados, incluindo a modernização e o aprimoramento tecnológico de suas usinas e a expansão da capacidade instalada, bem como para a obtenção de capital de giro, aquisições e, dependendo das condições de mercado, aplicações de curto prazo.

O quadro a seguir mostra o perfil da dívida da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 (em milhares de reais):

	2017	2016	2015
CURTO PRAZO:	2.004.341	4.458.220	2.387.237
Debêntures	-	-	-
LONGO PRAZO:	14.505.243	16.125.013	24.073.620
Dívida total de longo prazo	14.457.315	15.959.590	23.826.758
Debêntures	47.928	165.423	246.862
DÍVIDA TOTAL:	16.509.584	20.583.233	26.460.857
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.376.856	6.087.794	6.918.840
Em reais	386.441	1.609.145	2.289.407
Empresas no exterior	2.990.414	4.478.649	4.629.433
DÍVIDA LÍQUIDA ⁽¹⁾	13.132.728	14.495.439	19.542.017

- (1) O cálculo da dívida líquida é efetuado pela subtração do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da dívida total. A dívida líquida não é uma métrica GAAP reconhecida de acordo com IFRS e não deve ser considerada isoladamente de outras métricas financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de forma diferente e, portanto, esta apresentação da dívida líquida pode não ser comparada com outras métricas de nome similar, utilizadas por outras empresas.

A dívida total era de R\$ 16.509 milhões, R\$ 20.583 milhões e R\$ 26.461 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A redução da dívida total em R\$ 4,1 bilhões de dezembro de 2016 para dezembro de 2017 ocorreu, principalmente, devido à amortização do *Bond 2017* e demais financiamentos de capital de giro e de imobilizado. A redução do caixa em R\$ 2,7 bilhões, de dezembro de 2016 para dezembro de 2017, foi decorrente, principalmente, pela amortização de dívidas de capital de giro e imobilizado. Em 31 de dezembro de 2017, 88,6% do caixa eram detidos pelas empresas Gerdau no exterior, principalmente em dólar norte-americano. A

dívida líquida (dívida líquida é uma métrica não-GAAP definida como a dívida de curto e longo prazo mais debêntures e menos investimentos de curto e longo prazo e caixa e disponibilidades, amplamente utilizada por investidores para medir o endividamento da empresa) reduziu 7,5%, passando de R\$ 14.495 milhões em 2016 para R\$ 13.133 milhões em 2017, em decorrência da queda da dívida total. A redução da dívida total em R\$ 5,9 bilhões de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016), além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. A redução do caixa em R\$ 831 milhões, de dezembro de 2015 para dezembro de 2016, foi decorrente, principalmente, de amortizações de dívidas de capital de giro e imobilizado ocorridas no ano de 2016, além dos efeitos de variação cambial na reconversão dos saldos das empresas controladas no exterior. Em 31 de dezembro de 2016, 73,6% do caixa eram detidos pelas empresas Gerdau no exterior, principalmente em dólar norte-americano. A dívida líquida (dívida líquida é uma métrica não-GAAP definida como a dívida de curto e longo prazo mais debêntures e menos investimentos de curto e longo prazo e caixa e disponibilidades, amplamente utilizada por investidores para medir o endividamento da empresa) reduziu 25,8%, passando de R\$ 19.542 milhões em 2015 para R\$ 14.495 milhões em 2016, em decorrência da queda da dívida total.

Da dívida total em 31 de dezembro de 2017, 12,1% era de curto prazo e 87,9% era de longo prazo (em 31 de dezembro de 2016, 21,7% era de curto prazo e 78,3% era de longo prazo e em 31 de dezembro de 2015, 9,0% era de curto prazo e 91,0% era de longo prazo).

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida de curto prazo totalizou R\$ 2.004 milhões, representando uma redução de 55,0% em relação ao ano de 2016. Essa redução na dívida de curto prazo ocorreu, principalmente, devido ao pagamento do *Bond 2017* de R\$ 2,7 bilhões que venceu em outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida de curto prazo totalizou R\$ 4.458 milhões, representando um aumento de 86,8% em relação ao ano de 2015, o qual refere-se, basicamente, ao *Bond 2017* que tinha vencimento previsto para outubro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida total de longo prazo totalizou R\$ 14.505 milhões, representando uma redução de 10,0% em relação a 2016, em função de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida total de longo prazo totalizou R\$ 16.125 milhões, representando uma redução de 33,0% em relação a 2015, em função dos efeitos da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira ao longo de 2016, além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado.

Segue o perfil de vencimentos da dívida de longo prazo da Companhia perante instituições financeiras, incluindo debêntures, em 31 de dezembro de 2017:

Gerdau S.A. Consolidada	
<u>Amortização de longo prazo</u>	<u>(R\$ mil)</u>
2019	873.274
2020	3.163.972
2021	1.751.554
2022	162.272
2023 e após	8.554.171
Total	<u>14.505.243</u>

Contratos Financeiros

Ressaltamos os seguintes contratos financeiros vigentes no ano de 2017:

UKEF — UK Export Finance

Em junho de 2011 a subsidiária Gerdau Açominas S.A. contratou financiamento com seguro de crédito da UK Export Finance, agência de crédito à exportação do Reino Unido, e participação do Deutsche Bank, HSBC, Citibank e BNP Paribas. Em 31/12/2017, o saldo devedor desta operação era de US\$ 125,8 milhões (R\$ 416,1 milhões).

Bonds

A Companhia, através de suas subsidiárias, GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc. e Gerdau Trade Inc., concluiu nos anos de 2009, 2010, 2013, 2014 e 2017, emissões de bonds de 10 e 30 anos. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia e o saldo de principal nestas operações era de R\$ 11,6 bilhões em 31/12/2017.

NCEs

A Companhia e suas subsidiárias Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. emitiram Notas de Crédito à Exportação no montante total de R\$ 1,2 bilhão com o Banco do Brasil. Em 31/12/2017, o saldo devedor destas operações era de R\$ 935 milhões.

EXIM PSI – BNDES

Ao longo de 2016 a Companhia captou R\$ 670,3 milhões através do Programa EXIM PSI do BNDES, com prazo de vencimento de dois anos.

4131 Citi

Em outubro de 2015, a subsidiária Gerdau Açominas firmou operação de financiamento 4131 no valor de R\$ 656,2 milhões e prazo de cinco anos. A Companhia garante esta operação.

BBVA — Credit Agreement

Em dezembro de 2015, a joint-venture Gerdau Corsa captou financiamento no valor de US\$ 150 milhões, denominados em pesos mexicanos, com o BBVA e prazo de vencimento em cinco anos. O saldo devedor desta operação em 31/12/2017 era de US\$ 126,3 milhões (R\$ 417,8 milhões) e a Companhia garante esta operação.

Syndicated Loan

Em dezembro de 2016, a joint-venture Gerdau Corsa concluiu captação em empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 330 milhões, denominados em Pesos Mexicanos. Em 31/12/2017, o saldo devedor desta operação era de US\$ 340,3 milhões (R\$ 1,1 bilhão) e a Companhia garante esta operação.

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R\$ 110,4 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária.

Indicadores de Endividamento

Todos os indicadores descritos abaixo, calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A, referem-se aos contratos com o BNDES. Estes, possuem características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Gerdau entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de default.

I) Net Interest Coverage Ratio (nível de cobertura da despesa financeira) – mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, efeito do impairment e ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 2 vezes a despesa financeira líquida do mesmo período. Em 31/12/2017 este índice era de 3,5 vezes em R\$.

II) Net Leverage Ratio (nível de cobertura da dívida líquida) – mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, efeito do impairment e ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas). O índice contratual indica que o nível de endividamento líquido não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2017 este índice era de 3 vezes em R\$.

III) Current Ratio (índice de liquidez corrente) – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2017 este índice era de 2,3 vezes em R\$.

Linhas de Crédito

Em junho de 2009, as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e, a então Aços Villares SA, obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. Em 31/12/2017 o saldo devedor desta operação era de R\$ 450,5 milhões.

Em dezembro de 2012 a empresa Gerdau Açominas S.A. obteve uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 776,6 milhões para o projeto de implantação de uma unidade laminação de aços planos. Esses recursos são disponibilizados à medida que a controlada realiza seu plano próprio de investimentos e apresenta ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP e cesta de moedas + 2,16% a.a. Em 31/12/2017 o saldo devedor desta operação era de R\$ 270,3 milhões.

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a renovação e redução da Linha de Crédito Global no valor total de US\$ 800 milhões. A linha está dividida em duas tranches, sendo US\$ 200 milhões destinados às subsidiárias da América do Norte e US\$ 600 milhões às subsidiárias da América Latina. Em 31/12/2017 o saldo devedor desta operação era de US\$ 54 milhões (R\$ 178,6 milhões).

Derivativos, acordos não refletidos nos balanços e obrigações contratuais

Para mais detalhes verificar item 5-E “ACORDOS NÃO REFLETIDOS NOS BALANÇOS”

Derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A Companhia entende que está exposta a diferentes riscos de mercado, como flutuações de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities. A fim de cumprir sua estratégia de crescimento com rentabilidade, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar tais riscos de mercado.

O objetivo da Companhia quando contrata operações de derivativos está sempre relacionado à mitigação dos riscos de mercado conforme apresentados em nossas políticas e diretrizes. Todas as operações vigentes de derivativos são mensalmente revisadas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos financeiros. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Política para o uso de derivativos: conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto dos riscos de mercado sobre seus ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa e receita futuros. A Companhia estabeleceu políticas para avaliar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos.

Política de apuração do valor justo: O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, que envolvem preços e curvas futuros descontados a valor presente à data de cálculo. Os montantes são brutos antes dos impostos. Devido a mudanças nas taxas de mercado, estes montantes podem mudar até o vencimento ou em situações de liquidação antecipada destas operações.

Os instrumentos financeiros derivativos podem incluir: contratos futuros de moeda (NDFs), swaps de moeda e swaps de taxa de juros.

Contratos futuros de dólar: A Companhia contratou operações de NDFs (Non Deliverable Forward) com objetivo de mitigar o risco de variação cambial tanto de ativos quanto de passivos denominados em moeda estrangeira,

principalmente Dólar americano. As contra partes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Contratos de Swap: A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas como *hegde* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* em Dólar e paga uma taxa de juros fixa baseada na moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

		Valor de referência		Valor a receber		Consolidado Valor a pagar	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de Proteção Patrimonial							
Contratos futuros de Dólar							
Vencimento em 2016	comprado em US\$	-	US\$ 108,0 milhões	-	37.981	-	-
Vencimento em 2017	comprado em US\$	US\$ 84,8 milhões	-	734	-	(6.584)	-
Vencimento em 2017	vendido em US\$	US\$ 15,0 milhões	-	1.823	-	-	-
Contratos cross currency swap							
Vencimento em 2017	ponta ativa ponta passiva	Libor 6M + 2,25% INR 11,02%	US\$ 25,0 milhões US\$ 25,0 milhões	5.684 1.756	1.756	-	-
Vencimento em 2018	ponta ativa ponta passiva	Libor 6M + 2% INR 10,17%	US\$ 40,0 milhões US\$ 40,0 milhões	4.710 3.864	3.864	-	-
Total valor justo instrumentos financeiros				12.951	43.601	(6.584)	-

Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2016	2015
Ativo circulante	2.557	37.981
Ativo não-circulante	10.394	5.620
	12.951	43.601
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		
Passivo circulante	(6.584)	-
	(6.584)	-
Demonstração do Resultado	2016	2015
Ganho com instrumentos financeiros	33.753	129.917
Perda com instrumentos financeiros	(72.683)	(42.832)
	(38.930)	87.085
Demonstração do Resultado Abrangente		
Ganho com instrumentos financeiros	212	17.283
	212	17.283

Para mais informações sobre os contratos de swap (swap de taxa de juros e cross currency swap) consultar a Nota 15 - Instrumentos Financeiros, item e) Operações com instrumentos financeiros derivativos.

Investimentos

Investimentos em 2017

No exercício de 2017, os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 873,3 milhões. Desse total, 40,0% foram alocados para unidades da Operação de Negócio Brasil, com os demais 60,0% alocados para outras operações de negócio entre os países em que a Gerdau atua.

Operação de Negócio Brasil – um total de R\$ 346,9 milhões foi investido nesta operação para melhoria de produtividade e manutenção das unidades.

Operação de Negócio América do Norte – esta operação de negócios desembolsou R\$ 291,8 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio América do Sul – em 2017, as unidades da América do Sul desembolsaram R\$ 123,6 milhões para investimentos em ativo imobilizado distribuído entre os países os quais a unidades desta operação de

negócio estão localizados. Parte deste investimento foi utilizado para construir uma nova aciaria na Argentina, com capacidade de 650 mil toneladas de aço por ano, que entrou em operação 2017.

Operação de Negócio Aços Especiais – as unidades de aços especiais desembolsaram R\$ 108,5 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Investimentos em 2016

No exercício de 2016, os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 1.323,9 milhões. Desse total, 46,0% foram alocados para unidades da Operação de Negócio Brasil, com os demais 54,0% alocados para outras operações de negócio entre os países em que a Gerdau atua.

Operação de Negócio Brasil – um total de R\$ 608,5 milhões foi investido nesta operação para expansão de capacidade. O principal destaque foi a obra de instalação de um laminador de chapas grossas na usina Ouro Branco, que entrou em operação em julho de 2016.

Operação de Negócio América do Norte – esta operação de negócios desembolsou R\$ 227,4 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio América do Sul – em 2016, as unidades da América do Sul desembolsaram R\$ 347,0 milhões para investimentos em ativo imobilizado distribuído entre os países os quais a unidades desta operação de negócio estão localizados. Parte deste investimento foi utilizado para construir uma nova aciaria na Argentina, com capacidade de 650 mil toneladas de aço por ano, que entrará em operação em março de 2017.

Operação de Negócio Aços Especiais – as unidades de aços especiais desembolsaram R\$ 140,9 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Investimentos em 2015

No exercício de 2015, os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 2.324,7 milhões. Desse total, 46,9% foram alocados para unidades da Operação de Negócio Brasil, com os demais 53,1% alocados para outras operações de negócio entre os países em que a Gerdau atua.

Operação de Negócio Brasil – um total de R\$ 1.091,2 milhões foi investido nesta operação para expansão de capacidade. O principal destaque foi a obra de instalação de um laminador de chapas grossas na usina Ouro Branco, que entrará em produção até julho de 2016.

Operação de Negócio América do Norte – esta operação de negócios desembolsou R\$ 346,9 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio América do Sul – em 2015, as unidades da América do Sul desembolsaram R\$ 443,6 milhões para investimentos em ativo imobilizado distribuído entre os países os quais a unidades desta operação de negócio estão localizados. Parte deste investimento está sendo utilizado para construir uma nova aciaria na Argentina, que terá capacidade de 650 mil toneladas de aço por ano, que entrará em operação em março de 2017.

Operação de Negócio Aços Especiais – as unidades de aços especiais desembolsaram R\$ 442,9 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

C. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, PATENTES E LICENÇAS, ETC.

Todas as usinas da Gerdau possuem um Sistema de Gestão da Qualidade, apoiado em um amplo conjunto de ferramentas de controle da qualidade. Os projetos de desenvolvimento de produtos são liderados por especialistas que se utilizam de ferramentas da qualidade como o “Seis Sigma”, que consiste em um conjunto de métodos estatísticos

destinados a aperfeiçoar a avaliação de variáveis de processo, e o conceito de “Desdobramento da Função Qualidade”, uma metodologia por meio da qual os técnicos conseguem identificar e implementar as necessidades dos clientes.

Tendo em conta este grau de gerenciamento de qualidade, as usinas possuem certificação ISO 9001 ou ISO TS 16949 bem como inúmeras certificações de produtos e laboratórios conforme necessidade. Em geral, as equipes da produção, serviços técnicos e qualidade são responsáveis pelo desenvolvimento de novos produtos para atender às necessidades dos clientes e do mercado.

A Gerdau utiliza um Sistema de Gestão da Qualidade desenvolvido internamente, que aplica testes de desenho do produto, processos de fabricação e especificações do produto final. Uma equipe especialmente treinada e modernas tecnologias também estão disponíveis para garantir os altos padrões de qualidade dos produtos fabricados. Os especialistas técnicos da Gerdau realizam visitas programadas, que podem ser selecionadas aleatoriamente ou agendadas, a seus clientes para avaliar a qualidade dos produtos entregues e garantir a satisfação do consumidor final em relação aos produtos adquiridos indiretamente.

Devido à natureza especializada de seus negócios, as usinas de aços especiais da Gerdau estão constantemente investindo em melhorias tecnológicas e em pesquisa e desenvolvimento. Essas usinas atuam no segmento automotivo e mantêm um departamento de tecnologia (Pesquisa e Desenvolvimento) responsável por novos produtos e pela otimização dos processos existentes.

A maioria dos sofisticados equipamentos de produção utilizados pela Gerdau são fornecidos por fabricantes internacionais de máquinas e empresas especializadas em desenvolvimento de tecnologia em aço. Esses fornecedores geralmente firmam acordos de transferência de tecnologia com o comprador e fornecem amplo suporte técnico e treinamento de funcionários para a instalação e preparação dos equipamentos. A Gerdau firma contratos de transferência de tecnologia e benchmarks com indústrias de reconhecido desempenho mundial.

Como é comum para produtores de aço de usinas *mini-mills*, a Gerdau geralmente adquire tecnologia no mercado, em vez de desenvolver nova tecnologia por meio de pesquisa e desenvolvimento intensivos de processo, uma vez que a tecnologia para produção do aço encontra-se disponível para compra.

A Gerdau trabalha continuamente para acompanhar e antecipar-se às necessidades de seus clientes. Para isso, possui centros de pesquisa e desenvolvimento no Brasil e nos Estados Unidos voltados para atender os mercados consumidores de aços longos especiais, com destaque para a indústria automotiva. A Companhia investiu R\$ 117,9 milhões em 2015, R\$ 23,1 milhões em 2016 e R\$ 28,5 milhões em 2017 em inovação tecnológica e em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A Companhia não depende de quaisquer patentes ou licenças, nem de novos processos de fabricação que sejam relevantes ao seu negócio.

D. INFORMAÇÕES SOBRE TENDÊNCIAS

Quanto às perspectivas do setor, a expectativa é que a indústria mundial do aço siga enfrentando o baixo ritmo de crescimento do consumo e o excesso de capacidade instalada. Em relação aos países onde operamos, vemos que os mercados desenvolvidos apresentam perspectivas positivas.

A economia do Brasil deverá seguir evoluindo positivamente em 2018, com a continuidade da recuperação da indústria e, em ritmo mais lento, da construção. Segundo o Aço Brasil, a demanda interna por aço deve evoluir cerca de 4% em 2018. A Gerdau está pronta para atender a potencial expansão da demanda brasileira mas, até lá, seguiremos buscando exportar parte de nossa produção.

Em relação à América do Norte, estudos do mercado apontam para uma evolução de 3,7% no consumo de aços longos nos Estados Unidos em 2018, considerando os principais segmentos consumidores (construção não-residencial, indústria e óleo e gás). Ao mesmo tempo, existe uma expectativa em relação a evolução da Seção 232 e dos planos governamentais de incentivo à infraestrutura. Em janeiro, o Departamento de Comércio dos EUA submeteu sua recomendação sobre a Seção 232 ao Presidente Trump, o qual tem 90 dias para definir o caminho a ser seguido neste tema. Estima-se que o mercado de aço na América do Norte, ao longo de 2018, siga com uma utilização da capacidade instalada abaixo de 70% e, conseqüentemente, com margens pressionadas.

Em relação aos aços especiais, a indústria automotiva brasileira deve apresentar crescimento expressivo nas vendas para o mercado interno e exportações. Caso as expectativas de mercado se confirmem, o setor poderá voltar à

casa dos 3 milhões de unidades no Brasil, de acordo com a Anfavea. Em relação ao mercado automotivo dos EUA, a previsão é que a demanda siga expressiva, mas em ritmo um pouco menor perante o pico alcançado em 2017. Já o mercado indiano segue crescendo ano a ano, com potencial de expansão ao longo dos próximos períodos.

Além disso, as demais economias da América do Sul, em geral, deverão apresentar crescimento em diferentes níveis em 2017, influenciando os níveis de consumo aparente de aço na região.

E. ACORDOS NÃO REFLETIDOS NOS BALANÇOS

A Companhia não possui quaisquer acordos não refletidos no balanço que tenham ou possam ter efeito atual ou futuro na sua condição financeira, nas variações na condição financeira, receitas ou despesas, resultados das operações, liquidez, gastos de capital ou fontes de capital, além dos descritos abaixo.

A Companhia presta garantia referente linha de crédito de sua empresa com controle compartilhado Gerdau Corsa SAPI de C.V., com o Bank of America, no valor de US\$ 30 milhões (R\$ 88.607 mil em 31/12/2017).

A Companhia presta garantia referente linha de crédito de sua empresa com controle compartilhado Diaco S.A., com o Citibank, no valor de US\$ 40 milhões (R\$ 128.019 mil em 31/12/2017).

A Companhia presta garantia referente linha de crédito de sua empresa com controle compartilhado Gerdau Corsa SAPI de C.V., com o Banco Sumitomo, no valor de US\$ 75 milhões (R\$ 165.637 mil em 31/12/2017).

A Companhia presta garantia referente linha de crédito de sua empresa com controle compartilhado Gerdau Corsa SAPI de C.V., com bancos locais, no valor de US\$ 330 milhões (R\$ 1.125.655 mil em 31/12/2017).

A Companhia presta garantia referente linha de crédito de sua empresa com controle compartilhado Gerdau Corsa SAPI de C.V., com BBVA, no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 417.958 mil em 31/12/2017).

A Companhia presta garantia referente linha de crédito de sua empresa com controle compartilhado Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., com BNDES, no valor de até US\$ 130.164 mil (R\$ 6.550 mil em 31/12/2017).

F. DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A tabela a seguir explicita as obrigações contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Obrigações contratuais (R\$ milhares)	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 years	Mais de 5 anos
Fornecedores	3.179.954	3.179.954	-	-	-
Obrigações de curto prazo ⁽¹⁾	1.749.805	1.749.805	-	-	-
Obrigações de longo prazo ⁽¹⁾	14.457.315	-	4.031.485	1.877.892	8.547.938
Debêntures ⁽¹⁾	47.928	-	5.761	22.710	19.457
Pagamentos de juros	6.913.427	945.178	1.624.284	1.020.919	3.323.046
Perdas não realizadas em instrumentos financeiros	1.267	-	1.267	-	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	-	-	1.135.077	-
Obrigações com arrendamento mercantil ⁽²⁾	318.587	72.614	112.393	72.101	61.479
Gastos de capital ⁽³⁾	439.551	439.551	-	-	-
Obrigações de compra incondicionais ⁽⁴⁾	1.916.731	1.089.731	827.000	-	-
Obrigações com plano de pensão ⁽⁵⁾	115.022	102.346	3.393	3.057	6.226
Total	30.274.664	7.579.179	6.605.583	4.131.756	11.958.146

⁽¹⁾ Total incluído nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017. Veja Nota 13 – Empréstimos e financiamentos e Nota 14 - Debêntures nas demonstrações financeiras consolidadas.

⁽²⁾ Inclui obrigações de pagamento mínimos de leasing de arrendamentos de equipamentos e imóveis em vigor em 31 de dezembro de 2017.

⁽³⁾ Obrigações de compra com gastos de capital correspondem a projetos de investimento. O montante total refere-se a contratos de projetos de investimento nos quais o compromisso da Gerdau com os fornecedores na aquisição de equipamentos é irrevogável. Como os respectivos equipamentos ainda não haviam sido recebidos até 31 de dezembro de 2017, o passivo ainda não foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas nessa data.

⁽⁴⁾ A maioria das outras obrigações de compra é com fornecedores de estoque e outras despesas operacionais utilizadas no curso normal dos negócios.

⁽⁵⁾ Obrigações com plano de pensão foram incluídas de acordo com os cálculos atuariais efetuadas por atuários externos e revisados pela administração.

G. AVISO LEGAL

Veja “Nota de Advertência Relativa a Declarações sobre o Futuro”.

ITEM 6. CONSELHEIROS, ADMINISTRADORES E COLABORADORES

Os Conselheiros de Administração e os Administradores da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e até a presente data são os seguintes:

O sumário da estrutura do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é o seguinte:

Presidente do Conselho de Administração

Claudio Johannpeter

Membros do Conselho de Administração

André Bier Gerdau Johannpeter

Richard Chagas Gerdau Johannpeter

Affonso Celso Pastore

Aod Cunha de Moraes Junior

Fernando Fontes Lunes

Chief Executive Officer (CEO):

Gustavo Werneck da Cunha

Diretor Vice-Presidente:

Francisco Deppermann Fortes

Diretor Vice-Presidente, Diretor Financeiro (CFO) e de Relações com Investidores:

Harley Lorentz Scardoelli

Diretores Estatutários:

André Brickmann Areno

Cesar Obino da Rosa Peres

Fernando Pessanha Santos

Fladimir Batista Lopes Gauto

Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig

Mauro de Paula

CLAUDIO JOHANNPETER (nascido em 1963) - CPF: 404.840.330-34

- Formação acadêmica: Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No exterior, realizou os cursos Operations Management na University of London (Canadá), Executive Development na Penn State (Estados Unidos) e de Advanced Management Program em Harvard (Estados Unidos).

- Experiência Profissional: Atua na Gerdau desde 1982. Em 2007, foi eleito Diretor Geral de Operações (Chief Operating Officer), posição que ocupou até agosto de 2012. Em dezembro de 2017 deixou de exercer as funções executivas no Comitê Executivo Gerdau (CEG), onde coordenava a Operação de Negócio Aços Longos Brasil e os Processos Globais de Engenharia, Industrial, Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança. A partir de Janeiro de 2018 passou a ser (i) Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A., (ii) membro do Comitê de Remuneração, (iii) membro do Comitê de Pessoas, (iv) membro do Comitê de Governança, (v) membro do Comitê de Finanças, (vi) membro do Comitê de Estratégia, (vii) é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração e da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia de capital aberto, holding controladora da Gerdau S.A. e (viii) membro do Conselho de Administração de Seiva – Florestas e Indústrias S.A., companhia que faz parte do grupo econômico da Gerdau. Conselheiro do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1963) - CPF: 404.841.220-53

- Formação acadêmica: Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), completou sua formação acadêmica com os cursos General Business Administration, na Universidade de Toronto (Canadá), Marketing, na Ashridge Business School (Inglaterra) e Advanced Management Program na Wharton School – Universidade da Pensilvânia (Estados Unidos).

- Experiência profissional: Possui mais de 30 anos de experiência na Gerdau e exerceu o cargo de Chief Executive Officer (CEO) de Jan/2007 a Dez/2017. Em Dezembro de 2017 deixou de exercer as funções executivas e a partir de Janeiro de 2018 passou a ser (i) membro do Conselho de Administração da Gerdau SA, (ii) membro do Comitê de Remuneração, (iii) membro do Comitê de Pessoas, (iv) membro do Comitê de Governança, (v) membro do Comitê de Finanças, (vi) membro do Comitê de Estratégia, (vii) membro do Conselho de Administração Metalúrgica Gerdau S.A.,

companhia de capital aberto, holding controladora da Gerdau S.A. e (viii) membro do Conselho de Administração da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do grupo econômico da Gerdau. Atua também como Membro do Comitê Executivo da Worldsteel Association, membro do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil, membro do Conselho Diretor da Alacero (Asociación Latinoamericana del Acero), membro do Conselho Superior Estratégico da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP e do Conselho de Economia da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS.

RICHARD CHAGAS GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1974) – CPF 481.718.240-72

- Formação acadêmica: Richard é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS e possui MBA pela Stanford Graduate School of Business (Estados Unidos);

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gerdau em 1993 como Estagiário da área de Produção da Gerdau Riograndense, passando à área de Compra de Metálicos no ano seguinte. Em 1995 foi admitido como vendedor da Gerdau Aços para Construção Civil, e em 1996 foi promovido para o cargo de Chefe de Administração passando, nesta unidade, pelas áreas de Vendas e Marketing. Em 1997, na Administração Gerdau, em Porto Alegre, Richard exerceu as funções de Assessor Técnico na Área Financeira, retornando a São Paulo como Chefe de Compras de Metálicos na Grande São Paulo. Em 2003 retornou a Porto Alegre para assumir o cargo de Assessor Técnico no Banco Gerdau e em 2005 afastou-se para cursar MBA nos Estados Unidos. Em 2007, retornou ao Brasil para assumir o cargo de Gerente de Investimentos de Renda Variável e em 2010 foi promovido ao cargo de Diretor de Investimentos e Diretor da Holding controladora da Metalúrgica Gerdau S.A. Em Janeiro de 2018 passou a ser (i) membro do Conselho de Administração da Gerdau S.A., (ii) membro do Comitê de Governança, (iii) membro do Comitê de Finanças e (iv) membro do Comitê de Estratégia.

AFFONSO CELSO PASTORE (nascido em 1939) - CPF: 011.327.848-91

- Formação acadêmica: É formado em Economia pela Universidade de São Paulo e obteve o título de Doutor em Economia pela mesma Universidade.

- Experiência Profissional: Pastore foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e Presidente do Banco Central do Brasil. É (i) membro independente do Conselho de Administração da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral, desde 26 de fevereiro de 2002 e é membro do Comitê de Governança Corporativa e membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Gerdau S.A.; e (ii) membro do Conselho de Administração da M. Dias Branco S.A. – Indústria e Comércio de Alimentos, companhia aberta cuja principal atividade consiste na industrialização e comércio de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, bolachas, massas e farinha de trigo, desde julho de 2010. Foi membro do Conselho de Administração da Even Construtora e Incorporadora S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na construção de imóveis por conta própria ou de terceiros, loteamentos, incorporações, desde fevereiro de 2010 até abril de 2013; do Conselho de Administração de Klabin Segal S.A., companhia cuja principal atividade consiste na promoção, construção e administração de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, próprios ou de terceiros de 19 de maio de 2006 até maio de 2008 e da Engevix Engenharia S.A., companhia cuja principal atividade consiste em elaborar estudos, projetos e atuar na integração e no gerenciamento de empreendimentos nas áreas de energia, indústria e infraestrutura, de março de 2008 até agosto de 2009. Pastore é Sócio-Diretor da empresa A C Pastore & Associados SS Ltda., empresa de Consultoria de Macroeconomia aplicada, especializada em análise da economia brasileira e internacional. Além disto, nos últimos 5 anos trabalhou como economista, analista e consultor econômico, produzindo artigos, relatórios e estudos sobre temas ligados à área de seu conhecimento que é a economia. Participou de seminários nacionais e internacionais, proferiu palestras sobre temas relacionados à Economia Brasileira e Mundial. Desde junho de 2013 é presidente do Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP).

FERNANDO FONTES IUNES (nascido em 1962) – CPF: 077.518.888-30

- Formação acadêmica: Formado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie e obteve o título de Mestre e Doutor pela Universidade de Londres.

- Experiência Profissional: Fernando foi Assessor Sênior, Sócio e Diretor Executivo responsável pela área global de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. de 2010 a 2015, período em que contribuiu para estabelecer uma plataforma líder de Investment Banking na América Latina, com atividades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. Anteriormente exerceu diversos cargos nos Bancos Itaú BBA S.A., onde foi Diretor responsável pelas áreas de Mercado de Capitais de 2003 a 2010, Itaú Banco de Investimento S.A., onde atuou como Diretor Executivo de 2001 a 2003, Banco BBA Creditanstalt S.A. e Creditanstalt em Nova Iorque em 1994. Durante esse período, Fernando participou de algumas das principais transações de mercado de capitais, fusões, aquisições e reorganizações societárias realizadas na América Latina. Fernando trabalhou ainda na área de pesquisa em Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial em Washington. Foi professor de Finanças Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (Insper). Atualmente, Fernando é um sênior fellow da Universidade de Harvard no Programa 2017 Advanced Leadership Initiative em Cambridge, Estados Unidos. A partir de 28 de setembro de 2015, integra o quadro de Conselheiro de Administração da Gerdau S.A.

GUSTAVO WERNECK DA CUNHA (nascido em 1973) - CPF: 972.434.346-49

- Formação acadêmica: Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), completou sua formação acadêmica com os cursos MBA em Gestão de Projetos na Fundação Getúlio Vargas (Brasil), MBA em Gestão de Negócios no INSPER (Brasil), Leading Change and Organizational Renewal pela Harvard Business School (Estados Unidos) e Advanced Corporate Finance pela London Business School (Inglaterra).

- Experiência profissional: Possui 13 anos de experiência na Gerdau. Exerceu durante os últimos 5 anos os cargos de (i) Diretor Industrial da Gerdau Aços Especiais, (ii) Diretor Industrial da Gerdau Índia, (iii) Diretor Corporativo de Tecnologia de Informação da Gerdau (CIO), (iv) Diretor Executivo da Operação Gerdau Aços Brasil (GAB). Em Dezembro de 2017 deixou de exercer a função de Diretor Executivo da Operação Gerdau Aços Brasil (GAB) e em Janeiro de 2018 passou a ser (i) Chief Executive Officer (CEO) da Gerdau S.A., da Metalúrgica Gerdau S.A. e Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, (ii) membro do Comitê de Remuneração, (iii) membro do Comitê de Pessoas, (iv) membro do Comitê de Finanças e (v) membro do Comitê de Estratégia. Também é membro do conselho do Instituto Aço Brasil.

HARLEY LORENTZ SCARDOELLI (nascido em 1963) - CPF: 447.421.500-15

- Formação acadêmica: Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e detém a certificação CFA.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gerdau em maio de 1988, onde trabalhou nas operações da Gerdau no Canadá, Estados Unidos, Espanha e Brasil. Em setembro de 2015 passou a integrar o Comitê Executivo da Gerdau e foi eleito de Vice-Presidente Executivo de Finanças e CFO, responsável pelas áreas de Finanças, Planejamento, Contabilidade e Tributário. Também acumula a função de Diretor de Relações com Investidores nas empresas Gerdau S.A., Metalúrgica Gerdau S.A. e Seiva S.A. – Florestas e Indústrias. Membro do Comitê de Finanças. É membro do comitê de finanças. Atualmente ocupa a mesma posição.

FRANCISCO DEPPERMAN FORTES (nascido em 1963) - CPF: 403.690.130-34

- Formação acadêmica: Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1985 e Mestrado em Administração de Empresas pela mesma Universidade em 2001. Em 2008 completou o Gerdau Business Program e em 2010 cursou o Stanford Executive Program, na Universidade de Stanford nos Estados Unidos. Em 2017 concluiu a formação em coaching pela Escola de Coaches Ecosocial.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira em 1984, como Estagiário na área de Engenharia da Gerdau sendo, posteriormente, efetivado como Assessor Técnico nesta mesma área. Em 1992, após período de afastamento em que estudou e trabalhou na Alemanha, assumiu a responsabilidade pela coordenação da área de Sistemas de Gestão da Aços Especiais Piratini, até o ano de 2000, tendo acumulado ao final deste período a responsabilidade pela área de Recursos Humanos da unidade. Em 2001 atuou como Gerente do Sistema de Gestão das Unidades Integradas Regionais de Aços Longos Brasil. Em 2003 transferiu-se para Porto Alegre onde passou a coordenar a estruturação e implementação global do Gerdau Business System e do Sistema de Segurança Total, onde foi promovido a Diretor de Tecnologia de Gestão, em 2004. Em janeiro de 2006, foi promovido para o cargo de Diretor Executivo das Siderúrgicas Riograndense e Guaíba e, em 2007 foi promovido para o cargo Diretor Corporativo de Recursos Humanos ao qual agregou, ao longo do tempo, os processos de Desenvolvimento Organizacional, Tecnologia de Gestão, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Gestão e Inovação, Serviços Compartilhados, Segurança Empresarial e TI. Desde 2011 ocupa o cargo Diretor Vice-Presidente integrante do Comitê Executivo da Gerdau S.A. Desde 1º de abril de 2015 é membro do Comitê Executivo da Gerdau S.A., da Metalúrgica Gerdau S.A. e da empresa SEIVA S.A. Atualmente é Vice-Presidente de Recursos Humanos, TI, Processos Corporativos Industrial, Segurança e Meio Ambiente. Também é membro do Comitê de Remuneração e do Comitê de Pessoas.

FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO (nascido em 1962) - CPF: 352.524.130-53

- Formação acadêmica: Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), completou sua formação acadêmica com pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e possui especialização em Marketing Avançado pela Stanford University (Califórnia).

- Experiência profissional: Possui 37 anos de experiência profissional, sendo 30 anos na Gerdau. Nos últimos 10 anos desempenhou as funções de Diretor Global de Suprimentos, Diretor Executivo da Comercial Gerdau e atualmente é (i) Diretor Executivo de Aços Especiais Brasil (GSB) e responsável pelas operações Gerdau Summit (Joint Venture) e Aços Especiais da Índia, (ii) membro do conselho da Gerdau Previdência. Foi membro do Instituto Aço Brasil de 2016 a 2017.

MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG (nascido em 1972) - CPF: 003.680.689-78

- Formação acadêmica: Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná (UPFR), com MBA pela Manchester Business School em Manchester (Inglaterra) e especialização em Finanças Empresariais pela FGV/ISAE.

- Experiência profissional: Possui 23 anos de experiência profissional, sendo os últimos 14 anos na Gerdau. Nos últimos 5 anos exerceu as funções de Diretor Comercial da Gerdau Aços Especiais Brasil (GSB), Diretor Comercial Corporativo e Diretor Comercial da Gerdau Aços Brasil (GAB). Atualmente exerce o cargo de Diretor Executivo – Brasil, Argentina e Uruguai. Também é (i) conselheiro do Instituto Aço Brasil, (ii) Presidente do CBCA – Centro Brasileiro de Construção em Aço, (iii) é conselheiro da FIESP/ Concic – Conselho Superior da Construção Civil, (iv) é conselheiro da Abrammat, Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais de Construção.

MAURO DE PAULA (nascido em 1962) - CPF: 742.303.017-15

- Formação acadêmica: Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade Don Bosco em Resende-RJ, completou sua formação acadêmica com os cursos Comercio Exterior na IBET no Rio de Janeiro-RJ e cursou Master in Business Administration-MBA em Marketing Estratégico na Universidade Federal de Pernambuco em Recife-PE.

- Experiência profissional: Possui mais de 26 anos de experiência na Gerdau, exercendo cargos de Gerente de unidade comercial da Comercial Gerdau, Gerente Nacional de Vendas Construção Civil, Gerente Nacional de Vendas Distribuição e Diretor de Logística. Atuou como Conselheiro da empresa MRS Logística de 2015 a 2016 e Membro da Diretoria do INDA - Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço de 2016 a Jun/2017. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Executivo da Comercial Gerdau.

CESAR OBINO DA ROSA PERES (nascido em 1962) - CPF 346.819.490-00

- Formação acadêmica: Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração Prof. de Plácido e Silva em Curitiba-PR, completou sua formação acadêmica com o curso de Especialização em Administração de Negócios na Universidade Presbiteriana MACKENZIE em São Paulo-SP.

- Experiência profissional: Possui mais de 30 anos de experiência na Gerdau. Exerceu o cargo de Gerente de Vendas e Marketing na operação Gerdau México de 2010 a 2012. Exerceu o cargo de Gerente Geral de Vendas e Marketing na operação Gerdau Colômbia de 2013 a 2014, posteriormente foi promovido a Diretor Executivo da Operação Gerdau Colômbia onde permaneceu até final de 2016. Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da divisão Gerdau Aços Brasil (GAB).

FERNANDO PESSANHA SANTOS (nascido em 1976) - CPF: 043.070.867-08

- Formação acadêmica: Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-RJ), completou sua formação acadêmica com os cursos de Negociação na Fundação Getúlio Vargas (FGV - São Paulo), Logística na Universidade de São Paulo (USP - São Paulo) e Gerdau Business Program no IBMEC com módulos internacionais no INSEAD (França), Duke (Estados Unidos) e HKUST (China).

- Experiência profissional: Possui mais de 20 anos de experiência no setor industrial, sendo 18 anos na Gerdau nas áreas de Suprimentos, Metálicos, Logística, Florestal, Vendas de Produtos Não Siderúrgicos e Matérias Primas. Foi conselheiro da MRS Logística em 2016 e é membro do WorldSteel Raw Material Committee desde 2015. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Matérias Primas & Suprimentos.

ANDRÉ BRICKMANN ARENO (nascido em 1974) - CPF: 247.874.158-08

- Formação acadêmica: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP), completou sua formação acadêmica com os cursos Master of Laws (LLM) em Trade Regulation, na Universidade de Nova York (Estados Unidos da América) e Master of Business Administration (MBA), no INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa (Brasil).

- Experiência profissional: É advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo (OAB-SP) e na New York State Bar. Possui mais de 10 anos de experiência na Gerdau. Atualmente exerce os cargos de (i) Diretor Jurídico da Gerdau S.A., (ii) membro do Comitê de Riscos da Gerdau S.A., (ii) membro do Comitê de Divulgação de Resultados da Gerdau S.A. e (iv) Diretor Jurídico da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia de capital aberto, holding controladora da Gerdau S.A.

Relações de parentesco

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter e Frederico Carlos Gerdau Johannpeter são irmãos. André Bier Gerdau Johannpeter é filho de Jorge Gerdau Johannpeter, Claudio Johannpeter é filho de Klaus Gerdau Johannpeter, Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e Richard Chagas Gerdau Johannpeter são filhos de Frederico Carlos Gerdau. Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e Richard Chagas Gerdau Johannpeter são irmãos.

Disposições

A Gerdau não tem nenhum acordo com acionistas, clientes, fornecedores ou outras partes, com relação à eleição de seus administradores ou diretores. Exceto como descrito nesse documento, não há processos legais pendentes contra a Companhia por parte de qualquer membro do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e do Conselho Consultivo. Nenhum Membro do Conselho ou do Comitê Executivo tem direito a qualquer benefício contratual após seu desligamento da Companhia além dos benefícios previstos nos estatutos da Companhia.

B. REMUNERAÇÃO

O sistema de remuneração dos empregados é baseado em duas referências: um salário fixo e uma porção variável vinculada a metas específicas.

A porção fixa da remuneração é constantemente monitorada e comparada ao referencial de mercado de modo a manter a paridade com as boas práticas adotadas por outras empresas. A porção variável da remuneração está associada ao cumprimento de metas anuais. Essas metas são aferidas por padrões claramente definidos, que ajudam a estimular sua superação de resultados individuais e das equipes.

A política de Recursos Humanos consiste no reconhecimento dos empregados como estratégicos para o negócio.

A Companhia utiliza vários métodos de avaliação, entre eles o mapeamento de competências para identificar as habilidades administrativas de seus administradores. O mapeamento de competências tem por objetivo identificar o grau de alinhamento dos administradores com as estratégias da empresa e gestão de negócios, e monitorar o desenvolvimento individual.

Em 2017, a Gerdau S.A. pagou a seus administradores e diretores, em salários, remuneração variável, benefícios, encargos e rescisões um total de R\$ 54,9 milhões em custo de remuneração total. A remuneração variável dos administradores é determinada com base nos resultados financeiros da Gerdau e da avaliação de desempenho individual. Conselheiros Fiscais não são elegíveis a essa parcela.

A Gerdau patrocina no Brasil e no exterior, planos de aposentadoria complementar, sendo que aproximadamente 7% dos participantes em planos são de benefício definido e outros 93% em planos de contribuição definida.

As contribuições da Gerdau em 2017, relativas aos Diretores, totalizaram R\$ 1,2 milhões para o plano de contribuição definida. Este montante compreende somente as contribuições feitas aos executivos que não estão exercendo benefícios de aposentadoria complementar. Tais benefícios não diferem em nada dos demais participantes do referido plano.

Em 30 de abril de 2003, os acionistas da Gerdau S.A. aprovaram uma nova forma de remuneração dos executivos estratégicos da Gerdau, chamado Programa de Incentivo de Longo Prazo. Este programa de remuneração estabeleceu a outorga de opções de compra de ações preferenciais de emissão das empresas Gerdau em quantidade equivalente, a cada ano, a 20% do salário base anual de cada um dos executivos. No caso dos Administradores constituiu-se também de um bônus adicional de ingresso no programa equivalente a 30% do salário base anual terminado em 28 de abril de 2005. A partir de 2005, com o objetivo de ajustar a compensação total potencial às medidas do mercado, os membros do Conselho passaram a receber uma quantia de ações representando 120% de seus salários-base. Essa modificação no programa de incentivos de longo prazo foi aprovada pelo Comitê de Remuneração e Sucessão em fevereiro de 2006. Em 2007 o Comitê de Remuneração e Sucessão aprovou a concessão de opções de ações para o Diretor Presidente (CEO) e para o Diretor Geral de Operações (COO) em número equivalente a 50% de seus salários bases anuais. Com o objetivo de ajustar a compensação total potencial às medidas do mercado, o Comitê de Remuneração e Sucessão aprovou, respectivamente em 2012 e em 2013, alteração do percentual do Diretor Presidente

(CEO) para 75% e depois para 120% e dos Vice-Presidentes para 30% e depois para 40%. Para alinhar a remuneração total potencial ao mercado, o Comitê de Remuneração e Sucessão aprovou uma mudança para 2018 na concessão ao Diretor Presidente (CEO) para o equivalente a 150% de seu salário base anual, Conselho de Administração até 100% e VPs para 50%.

O objetivo de atrair, reter e manter o compromisso dos Administradores de longo prazo, permitindo-lhes compartilhar do crescimento da Companhia e, desta forma, aumentar seu sentimento de participação nos negócios. (Veja o Item 10. Informações Adicionais — B. Estatuto Social).

Em sintonia com o esforço de alinhar seus programas de remuneração globalmente e às necessidades do negócio, a área de Recursos Humanos, apoiada pela consultoria de remuneração do Hay Group, tomou a iniciativa de revisar seu programa de remuneração de longo prazo, atrelando parte considerável desta remuneração a métricas financeiras de longo prazo, no caso, Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE). Tal alteração foi levada à apreciação do Comitê de Remuneração e Sucessão e aprovado em reunião de 28 de abril de 2010.

O Diretor Presidente (CEO) e Diretores passaram a ter parte de seu incentivo de longo prazo definido pelo ROCE (Retorno sobre o Capital Empregado), determinado em bases anuais através da comparação entre o ROCE realizado no ano e o que foi proposto para o mesmo período pelo processo de Planejamento Estratégico.

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 19/09/2013 aprovou nova alteração no Plano de Incentivo de Longo Prazo com o objetivo de suportar de forma ainda mais efetiva o cumprimento de metas de longo prazo. Estas alterações consistiram na inclusão de outras formas de outorgas tais como Ações Restritas, Ações Condicionadas a Resultado, Ações Diferidas e possibilitaram aos participantes converter voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações e Share Appreciation Rights (SARs) por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a migração serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018.

Todas as outorgas de opções de compra de ações dentro do Programa de Incentivo de Longo Prazo, desde seu início, em 2003, foram aprovadas pelo Comitê de Remuneração e Sucessão. Os dados sobre as quantidades de opções de ações foram ajustados retroativamente para todos os períodos para refletir a bonificação de 1 ação para cada ação detida em abril de 2004, a bonificação de 1 ação para cada 2 detidas em abril de 2005, a bonificação de 1 ação para cada 2 ações detidas em abril de 2006 e a bonificação de 1 ação para cada ação detida em junho de 2008.

Para o Conselho de Administração e Comitê Executivo, a outorga de Incentivo de Longo Prazo observa a seguinte distribuição (a Nota Explicativa 24 às demonstrações financeiras apresenta um resumo completo do plano de opções de ações):

Preço da Outorga	R\$ 6,78	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 12,86	R\$ 17,50	R\$ 26,19	R\$ 14,91	R\$ 29,12	R\$ 22,61	R\$ 14,42	R\$ 18,58
Data da outorga	30-dez-03	30-dez-04	30-dez-04	30-dez-05	30-dez-06	30-dez-07	30-dez-08	30-dez-09	30-dez-10	30-dez-11	30-dez-12
Exerce a partir de:	2-jan-09	2-jan-10	2-jan-08	2-jan-11	2-jan-12	2-jan-13	2-jan-14	2-jan-15	2-jan-16	2-jan-17	2-jan-18
Exerce até:	30-dez-13	30-dez-14	30-dez-14	30-dez-15	30-dez-16	30-dez-17	30-dez-18	30-dez-19	30-dez-20	30-dez-21	30-dez-22
Opções de Ações Outorgadas	595.508	515.552	258.123	1.086.037	819.369	630.703	1.189.576	968.195	628.367	897.510	846.330
Opções de Ações Exercidas	595.508	495.401	258.123	34.249	6.981	0	16.494	1.825	2.953	4.560	3.378
Opções de Ações Anuladas	0	0	0	0	0	0	0	321.574	393.918	312.066	262.152
Opções de Ações p/ Conversão	0	20.151	0	1.051.788	812.388	630.703	1.173.082	644.796	231.496	390.359	373.146
Saldo de Opções de Ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	190.525	207.654
Preço da Outorga	R\$ 16,58	R\$ 18,36	R\$ 9,65	R\$ 4,29	R\$ 11,12						
Data da outorga	1-set-13	1-jan-14	1-jan-15	1-jan-16	1-jan-17						
Exerce a partir de:	31-mar-14	31-mar-15	31-mar-16	31-mar-17	31-mar-21						
Exerce até:	31-mar-18	31-mar-19	31-mar-20	31-mar-21	31-mar-21						
Ações Restritas (Conversão)	2.751.045										
Ações Restritas (Conversão) Exercidas	2.594.317										
Ações Restritas (Conversão) Anuladas	0										
Saldo de Ações Restritas (Conversão)	156.728										
Ações Restritas Outorgadas		202.519	361.540	1.553.413	642.340						
Ações Restritas Exercidas		90.578	98.167	95.042	0						
Ações Restritas Anuladas		0	0	0	0						
Saldo de Ações Restritas		111.941	263.373	1.458.371	642.340						
Ações Condicionadas a Resultado Outorgadas		754.666	1.446.960	2.163.086	923.233						
Ações Condicionadas a Resultado Outorgadas - Ajuste Performance					0						
Ações Condicionadas a Resultado Exercidas		82.052	883.036	14.660	0						
Ações Condicionadas a Resultado Anuladas		377.077	38.398	127.903	0						
Saldo de Ações Condicionadas a Resultado		295.537	525.526	2.020.523	923.233						

C. PRÁTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Gerdau tem um comprometimento histórico as boas práticas de governança corporativa e com o fortalecimento de mercados de capitais, sendo esta a razão de fazer parte do Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que propõe uma qualificação de governança corporativa diferenciada (desde 2001 no caso de Gerdau S.A. e 2003 para Metalúrgica Gerdau S.A.).

Além disso, Gerdau S.A. e Metalúrgica Gerdau S.A. também possuem uma política de divulgação de informações que define os critérios para guiar as relações com investidores, incluindo o anúncio de atos e fatos relevantes. O foco é manter um fluxo rápido e eficiente de dados mantendo ao mesmo tempo o respeito a regras de sigilo e confidencialidade. Essa política se estende a acionistas, diretores executivos e gerentes, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e quaisquer órgãos ou pessoas com funções técnicas ou consultivas que, como resultado de suas responsabilidades, função ou cargo, têm acesso a informações sobre as empresas do grupo econômico Gerdau.

A estrutura tem três níveis e tem mantido os órgãos diretivos já existentes: o Conselho de Administração, o Comitê Executivo e a Diretoria.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é responsável pela orientação geral dos negócios da Gerdau. O Conselho pode ter até 11 (onze) integrantes, sendo que atualmente tem conselheiros independentes. O Conselho possui 5 (cinco) comitês de apoio: Remuneração, Pessoas, Governança Corporativa, Finanças e Estratégia. Conforme Assembléia Geral Ordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2017, os membros do Conselho de Administração da Companhia, cujos mandatos vigorarão até 30 de abril de 2018, são:

Presidente

Claudio Johannpeter (1), (2), (3), (4) e (5)

Membros

André Bier Gerdau Johannpeter (1), (2), (3), (4) e (5)

Richard Chagas Gerdau Johannpeter (3), (4) e (5)

Affonso Celso Pastore (1) e (3)

Aod Cunha de Moraes Junior (3) e (4)

Fernando Fontes Iunes (1), (3) e (4)

(1) Membro do Comitê de Remuneração

(2) Membro do Comitê de Pessoas

(3) Membro do Comitê de Governança Corporativa

(4) Membro do Comitê de Finanças

(3) Membro do Comitê de Estratégia

Outros membros do Comitê

Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (1), (2), (3), (4) e (5)

Gustavo Werneck da Cunha (1), (2), (4) e (5)

Os Comitês de suporte ao Conselho de Administração são:

Comitê de Remuneração e Sucessão: a avaliação dos planos de remuneração variável, benefícios e aposentadorias de diretores e executivos estratégicos; a avaliação sobre reajustes salariais gerais, definição dos valores globais de remunerações variáveis e outorga de planos de opção de compra de ações (*stock options*); a revisão da política de remuneração; a participação nos processos de avaliação dos membros dos principais executivos da Companhia.

Comitê de Pessoas: a recomendação de políticas para seleção, retenção e sucessão dos diretores e executivos estratégicos da Companhia; a revisão e monitoramento do programa de capacitação dos diretores e executivos estratégicos, sugerindo alternativas para o seu desenvolvimento profissional; a revisão das estratégias de recursos humanos da Companhia.

Comitê de Governança Corporativa: tem, entre outras funções, a de manter-se atualizado quanto às tendências e benchmarks da Governança Corporativa; avaliar as recomendações dos agentes dos mercados de capitais e financeiros e de órgãos especializados; recomendar ao Conselho de Administração princípios e diretrizes de Governança Corporativa;

revisar e opinar sobre as informações atinentes à Governança Corporativa constantes dos documentos oficiais da Companhia destinados à divulgação ao mercado e avaliar o desempenho do Conselho de Administração como um todo.

Comitê de Finanças: responsável pelo suporte ao Conselho de Administração nos temas relacionados à finanças, incluindo o acompanhamento dos resultados financeiros da Companhia, níveis e metas de endividamento e alavancagem, posição de liquidez, fluxo de caixa, estrutura de capital, alocação de capital, preço de ações e tendências do mercado financeiro; revisão das políticas financeiras e de derivativos da Companhia

Diretoria Executiva: Órgão Estatutário cujos membros são responsáveis pela representação, e performance dos atos necessários para a consecução do objeto social.

Os membros da Diretoria Executiva estão referidos abaixo:

Diretor Presidente (Chief Executive Officer)

Gustavo Werneck da Cunha

Diretor Vice-Presidente

Francisco Deppermann Forters

Diretor Vice-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

Harley Lorentz Scardoelli

Diretores

André Brickmann Arenó

Cesar Obino da Rosa Peres

Fernando Pessanha Santos

Fladimir Batista Lopes Gauto

Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig

Mauro de Paula

Outros Comitês de Apoio à Diretoria: Com o objetivo de apoiar a Diretoria, foram criados responsáveis por aconselhar esse órgão em matérias específicas, exemplificativamente o Comitê de Riscos e Comitê de Divulgação.

Estrutura corporativa: A estrutura corporativa da Gerdau evoluiu para auxiliar os negócios, adicionando valor em três frentes: sendo o guardião da governança e marca, imagem e valores; otimizando a eficiência das atividades da Gerdau através de economias de escala e alavancando capacidades para entregar valor acima do que negócios individuais poderiam gerar de forma autônoma. As áreas Guardiãs da Governança, tais como Finanças e Planejamento; Contabilidade; Comunicação, Relações Públicas e Instituto Gerdau; Jurídico, Compliance e Segurança Corporativa; Auditoria Interna e Saúde, Segurança e Meio Ambiente, tem a função de proteger os interesses dos acionistas e gerenciar riscos relevantes para a sustentabilidade a longo prazo. As áreas de Ganho de Escala, tais como Tecnologia da Informação; Suprimentos; Serviços Compartilhados e *Gerdau International Trade* tem a função de otimizar recursos e alcançar economias de escala. As áreas Diferenciadoras do Negócio, tais como Marketing e Vendas, Metálicos, Pessoas, Industrial e Inovação & Gestão, têm a função de explorar as capacidades diferenciadoras da Gerdau nas Operações de Negócio.

Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são eleitos para mandatos de um ano, permitida nova indicação e reeleição. Os membros do Conselho de Administração são indicados pela Assembleia Geral Ordinária, enquanto os membros da Diretoria são eleitos através de reunião do Conselho de Administração.

Conselho Consultivo

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de Abril de 2015, dada alterações aprovadas no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração instalou e elegeu o Conselho Consultivo, que iniciou as suas funções em 1º de Maio de 2015.

O Conselho Consultivo é responsável por emitir pareceres relacionados aos temas que forem submetidos pelo Conselho de Administração.

Dr. Jorge Gerdau Johannpeter como Presidente, Dr. Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Dr. Klaus Gerdau Johannpeter e Dr. Frederico Carlos Gerdau Johannpeter como Vice-presidentes atuaram como integrantes do Conselho de Administração da Gerdau até 30 de abril de 2015.

Presidente

Jorge Gerdau Johannpeter

Membros

Germano Hugo Gerdau Johannpeter

Klaus Gerdau Johannpeter

Frederico Carlos Gerdau Johannpeter

JORGE GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1936) - CPF: 000.924.790-49

- Formação: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1961.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de Presidente do Conselho Consultivo da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A. Trabalha na Gerdau desde 1954. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e foi nomeado membro do Conselho de Administração em 1973. De 2002, após a implantação da nova estrutura de governança corporativa, até dezembro de 2006, Jorge Johannpeter exerceu também o cargo de Presidente do Comitê Executivo Gerdau (CEO). De 1983 a abril de 2015 exerceu a função de Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A., bem como de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja a principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral; e da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. e que tem como principal atividade a participação no capital social de outras empresas. Em 02 de janeiro de 2007, Jorge Gerdau Johannpeter retirou-se do Comitê Executivo Gerdau e, desde então e até abril 2015, exerceu exclusivamente a função de membro do Conselho de Administração, como seu Presidente.

- Outras atividades: Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Foi fundador do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade e do Movimento Brasil Competitivo. É membro da Academia Internacional da Qualidade, da Academia Brasileira da Qualidade e integra o Conselho da Fundação Nacional da Qualidade. Nas áreas de educação, cultura e sociedade, preside o Conselho de Governança do movimento Todos pela Educação e o Conselho da Fundação Iberê Camargo, além de ser integrante do Conselho da Parceiros Voluntários.

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1942) - CPF: 000.915.530-91

- Formação escolar: É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem pós-graduação em Negócios, Finanças, Custos e Investimentos pela Universidade de Colônia, na Alemanha.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de membro do Conselho Consultivo da Gerdau S.A. e da Metalúrgica S.A. Trabalha na Gerdau desde 1961. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 até 2002 exerceu a função de membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, passou a ser também Vice-Presidente do Comitê Executivo da Gerdau S.A., cargo que ocupou até dezembro de 2006. De janeiro de 2007 até abril de 2015, exerceu a função como membro do Conselho de Administração no cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A., de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja a principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral; e da Seiva S.A. Florestal e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. e que tem como principal atividade a participação no capital social de outras empresas.

GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1932) - CPF: 000.924.010-15

- Formação escolar: É formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de membro do Conselho Consultivo da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A. Trabalha na Gerdau desde 1951. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 exerceu a função como membro do Conselho de Administração. De 2002 até abril de 2015, exerceu a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A., bem como de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja a principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral; e da Seiva S.A. Florestal e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A.

KLAUS GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1935) - CPF: 000.924.520-00

- Formação escolar: É formado em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluído em 1958.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de membro do Conselho Consultivo da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A. Trabalha na Gerdau desde 1954. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e de 1973 a

2015 exerceu a função como membro do Conselho de Administração. Até sua saída do Comitê Executivo em 2007, foi o principal coordenador do desenvolvimento técnico das operações industriais da Gerdau. Desde 2002 até abril de 2015, exerceu a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A., bem como de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., e da Seiva S.A. companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. Desde a sua fundação, em 2005, é Presidente do Conselho do Instituto Gerdau, órgão gestor dos projetos sociais da Gerdau.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei de Sociedades Anônimas, o Conselho Fiscal é um conselho de auditoria composto por membros eleitos pelos acionistas, que possui independência em relação ao Conselho de Administração, Diretoria e aos Auditores Independentes. O Conselho Fiscal não é, por definição, equivalente ou comparável com o Comitê de Auditoria existente nos Estados Unidos. Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades da administração, rever demonstrações financeiras e reportar suas impressões para os acionistas.

De acordo com uma isenção na Seção 10A-3 das regras da SEC sobre comitês de auditoria de companhias listadas, a um emissor estrangeiro (como a Companhia) é permitido não ter um comitê de auditoria separado composto por membros independentes do Conselho de Administração se possuir um Conselho Fiscal estabelecido e selecionado de acordo com as previsões legais de seu país de origem, expressamente exigindo ou permitindo que tal Conselho obedeça a certas obrigações. Ainda, de acordo com essa isenção, um Conselho Fiscal pode exercer as obrigações e responsabilidades de um comitê de auditoria dos Estados Unidos até o limite permitido pela lei brasileira. Para cumprir as novas regras da SEC, o Conselho Fiscal tem que seguir os seguintes padrões: deve estar separado do Conselho de Administração, seus membros não podem ser eleitos pela Administração, nenhum diretor executivo pode ser membro do Conselho Fiscal e a lei brasileira tem que ter estabelecido padrões de independência para seus membros. Para qualificar-se para a isenção, o Conselho Fiscal deve, até onde permite a lei brasileira:

- ser responsável pela indicação, retenção, remuneração e supervisão dos auditores externos (incluindo a resolução de desacordos entre a administração e os auditores externos relativamente às demonstrações financeiras);
- ser responsável por estabelecer procedimentos para o recebimento, retenção, tratamento de reclamações relativas à contabilidade, controles internos de contabilidade e matérias de auditoria, além de estabelecer procedimentos para garantir a confidencialidade e anonimato no recebimento de denúncias por colaboradores de irregularidades relativas a matérias contábeis ou de auditoria;
- ter autoridade para contratar aconselhamento independente e outros consultores se necessário para levar a efeito suas responsabilidades; e
- receber fundos adequados da Companhia para pagamento dos auditores externos, quaisquer consultores e despesas administrativas comuns.

Como uma companhia emissora estrangeira, a Companhia decidiu modificar o seu Conselho Fiscal para cumprir as exigências e adotar a isenção. Assim, a Assembléia Geral Ordinária de acionistas de 28 de abril de 2005 alterou os estatutos sociais da Companhia para modificar as responsabilidades do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, aprovando, na mesma data, a delegação de certas responsabilidades adicionais para o Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal opera de acordo com um regimento interno que contempla as atividades descritas acima até o limite permitido pela lei brasileira e está de acordo com as exigências da Sarbanes-Oxley (“Sarbanes-Oxley Act”), outras regras pertinentes e de acordo, também, com as exigências da Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE – New York Stock Exchange).

Uma vez que a lei brasileira não permite que o Conselho de Administração delegue responsabilidade para indicação, retenção e remuneração dos auditores externos e não prevê a atribuição, para o Conselho Fiscal, para a solução de controvérsias entre o Conselho de Administração e os auditores externos relativamente às demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal não pode cumprir essas funções. O Conselho Fiscal pode, somente, fazer recomendações para o Conselho de Administração com respeito à indicação, retenção e remuneração dos auditores externos. Da mesma maneira, o Conselho Fiscal pode somente fazer recomendações para a Diretoria e para o Conselho de Administração com respeito à solução de controvérsias entre a Diretoria e os auditores externos. O escopo limitado das atribuições do Conselho Fiscal é uma diferença essencial entre este e as atribuições de um comitê de auditoria funcionando a partir do Conselho de Administração.

A lei brasileira não permite que os membros do Conselho Fiscal sejam também membros do Conselho de Administração ou do Comitê Executivo (Diretoria), ou que sejam colaboradores da Companhia ou colaboradores de uma

Companhia controlada ou coligada. Além disso, membros do Conselho Fiscal não podem ser casados ou ter relação de parentesco com qualquer dos membros da administração da Companhia. Complementarmente, a lei brasileira exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração equivalente a, pelo menos, 10% da média paga a um diretor. A lei brasileira exige também que o Conselho Fiscal seja composto por um mínimo de três e um máximo de cinco membros e seus respectivos suplentes.

Como parte da adaptação de seu Conselho Fiscal a estas regras, a Companhia instalou um Conselho Fiscal permanente composto atualmente por cinco membros e seus respectivos suplentes que são eleitos na Assembléia Geral Ordinária de acionistas, com mandato até a próxima Assembléia Geral Ordinária, permitida a reeleição. De acordo com a lei de Sociedades Anônimas, os detentores de ações preferenciais têm direito a eleger, através de votação em separado, um membro do Conselho Fiscal para representar seus interesses. Da mesma forma, grupos de acionistas minoritários que detiverem ações com direito a voto também têm o direito de eleger um membro do Conselho Fiscal através de uma votação em separado. Todavia, os acionistas com ações ordinárias (ações com direito a voto) têm o direito de eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal. Abaixo estão os nomes, idade e posição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes, desde em 25 de abril de 2014:

Nome	Data de Nascimento	Cargo	Ano de Primeira Eleição
Bolívar Charneski	22/08/1950	Titular	2011
Geraldo Toffanello	10/12/1950	Titular	2014
Carlos Roberto Schröder	19/02/1940	Titular	2015
Herculano Aníbal Alves	27/02/1953	Titular	2017
Celene Carvalho de Jesus	10/07/1955	Titular	2017
Tarcicio Beuren	15/11/1953	Suplente	2017
Artur Cesar Brenner Peixoto	09/29/1942	Suplente	2014
Roberto Pacheco Walcher	21/11/1956	Suplente	2017
Paulo Roberto Batista Machado	16/07/1977	Suplente	2017

A Assembléia Geral de Acionistas determinou que Bolívar Charneski é o especialista financeiro (financial expert) do Conselho Fiscal de acordo com as regras adotadas pela SEC com relação à especialista financeiro. Cada membro do Conselho Fiscal adquiriu experiência financeira significativa e exposição a assuntos contábeis e financeiros.

BOLÍVAR CHARNESKI (nascido em 1950) - CPF: 052.964.980-20

- Formação acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis em 1974 e participante de programa de intercâmbio profissional em Price Waterhouse, em Atlanta, GA - EUA.

- Experiência profissional: Fundador e Sócio desde 1988 de Charneski Contadores Associados (até 2009, Charneski – Auditores & Consultores), empresa sediada em Porto Alegre (RS), na qual foi o responsável técnico por atividades de auditoria independente e consultoria. Desde 2009 dedica-se a assessorar e aconselhar empresas e organizações, nas áreas de Governança, Conselhos, Gestão, Contabilidade e Tributos. Conselheiro Fiscal (designado como Financial Expert para fins de SOX) de Gerdau S.A. desde 2011. Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, onde atuou como Membro da Coordenação do Capítulo Sul. Conselheiro Consultivo de Empresas Familiares. Foi *Acting Partner* (1º eleito no Brasil) de Price Waterhouse (1971-1988) e na mesma empresa foi, também, um dos fundadores da Comissão de Contabilidade e Auditoria. Diretor em várias gestões do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, tendo sido Presidente de 6ª Seção Regional e Diretor por 2 vezes do Ibracon - Nacional. Conselheiro Fiscal de Grendene S.A. de 2011 a 2013. Conselheiro Fiscal de Forjas Taurus S.A. de 1998 a 2007. Autor de artigos sobre temas relacionados a conjuntura empresarial e econômica, governança, gestão, contabilidade e tributos.

GERALDO TOFFANELLO (nascido em 1950) - CPF: 078.257.060-72

- Formação acadêmica: é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas e possui Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela UFRGS.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gerdau em 1970, como auxiliar de escrituração fiscal, sendo promovido posteriormente ao cargo de Chefe da Área de Contabilidade Fiscal. Atuou também como Chefe da Contabilidade Escrituração em Sapucaia do Sul. Em 1980 foi transferido para a Gerdau Açonorte, no cargo de Contador responsável pelas empresas da Regional Nordeste, sendo promovido ao cargo de Gerente Contábil desta mesma Regional no ano de 1981. Em 1983, retornou à Gerdau de Porto Alegre/RS, atuando junto à Contabilidade e também à Holding. Em 1984 foi promovido a Gerente Geral Contábil e Auditoria Interna, passando a atuar corporativamente nestes dois Processos. Em 1988 Toffanello foi promovido a Diretor de Contabilidade e, posteriormente, passou a exercer a função de Process Owner de Contabilidade, posição que ocupou até 2012 quando se aposentou. Desde de 2013 passou a ser membro de Conselhos Fiscais de diversas empresas, sendo que no momento é Conselheiro Fiscal das empresas: Gerdau

S.A, Metalúrgica Gerdau S.A e da Ultrapar S.A. É Sócio Fundador da Empresa Luzes do Mundo Ltda. Atua junto as entidades sociais, sendo membro do Conselho de Administração da Casa Menino Jesus de Praga e Vice-Presidente da Parceiros Voluntários.

CARLOS ROBERTO SCHRODER (nascido em 1940) - CPF: 006.145.800-72

- Formação escolar: É formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1968.

- Experiência profissional: Atuou nas seguintes companhias: (i) Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, companhia aberta cuja principal atividade consiste na pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de 1966 a 1971, como Chefe Setor de Custos; (ii) Siderúrgica Riograndense S.A., de 1971 a 1973 como Assessor do Setor de Custos, e de 1973 a 1976 como Contador Geral; (iii) Metalúrgica Gerdau S.A., de 1973 a 1976 como Contador Geral; (iv) Companhia Siderúrgica da Guanabara – Cosigua, antiga denominação da Gerdau S.A. de 1977 a 1981 como Gerente Contábil; (v) Grupo Gerdau e Siderúrgica Laisa S.A. – Uruguai de 1981 a 1983 como Gerente Contábil; (vi) Siderúrgica Riograndense S.A. e Siderúrgica Guaira S.A., de 1983 a 1989, como Diretor Administrativo e Contábil; (vii) Usina Siderúrgica da Bahia S.A. – Usiba, de 1989 a 1996, como Diretor Executivo; (viii) Siderúrgica Açonorte S.A., Usina Siderúrgica da Bahia S.A. – Usiba e Siderúrgica Cearense S.A., de 1996 a 1998, como Diretor Executivo. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau SA e da Gerdau SA.

HERCULANO ANÍBAL ALVES (nascido em 1953) - CPF: 463.463.178-49

- Formação acadêmica: Mestre em finanças e investimentos e Pós graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Governança, Risco e Compliance pela Risk University - KPMG. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela Anbima - CGA.

- Experiência profissional: Trabalhou no mercado financeiro, como diretor de investimentos, gestor de Renda Variável e analista de crédito na BRAM - Bradesco Asset Management, no ABN AMRO Bank , no Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na empresa de ônibus Vila Carrão, foi membro do Conselho de Administração da Marfrig Brasil Foods (2015 – nov/16), foi membro do Conselho Fiscal do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001- 05), foi membro do Conselho Fiscal do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998 -01) e sócio da Araxá Investimentos de (2015 - 2017).

Atualmente é (i) Membro do Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil (desde 2015); (ii) Membro do Conselho Fiscal da Cielo (desde 2015), (iii) Membro do Conselho Fiscal da Grendene (desde 2015); (iv) Membro do Conselho Fiscal da Gerdau SA (desde 2017); (v) Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital e (vi) Sócio da Barigui Gestão de Recursos (desde nov/17).

CELENE CARVALHO DE JESUS (nascida em 10/07/1955) – CPF 113.674.231-04.

– Formação acadêmica: Graduação em Ciências Contábeis pelo UniCEUB – Centro Universitário de Brasília (1977 - 1982), com MBA em Gestão de Instituições Financeiras pela Universidade Católica de Brasília (2001 - 2002) e Pós-graduação em Contabilidade Gerencial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas (1989).

– Experiência profissional: Gerente Executiva Contadora da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2002 a 2007) e Analista Sênior na Diretoria de Contabilidade do Banco do Brasil (1999 a 2002). Foi Conselheira de Administração da FIAGO Participações - em Liquidação (2016). Atuou como membro efetivo do Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (2008 a 2012). Foi Conselheira Fiscal efetiva na CPFL Energia (2013 a 2016), Cooperforte (2007), Cemig (2007 e 2008), Embraer (2003 a 2005), Embratel Participações (2006), PREVI (1996 a 1998) e Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (1995 e 1996). É Conselheira Fiscal certificada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Atualmente é conselheira Fiscal da Gerdau S.A. desde de maio de 2017.

D. EMPREGADOS

A tabela a seguir apresenta informações com relação à distribuição geográfica dos colaboradores da Gerdau:

Empregados	Brasil	Exterior	Total
2011	23.516	19.304	42.820
2012	22.658	19.211	41.869
2013	22.278	19.337	41.615
2014	20.169	19.892	40.061
2015	16.495	18.650	35.145
2016	14.960	15.054	30.014
2017	14.038	14.574	28.612

Terceiros*	Brasil	Exterior	Total
2011	7.734	3.799	11.186
2012	8.147	3.303	11.450
2013	7.637	4.128	11.765
2014	6.583	4.201	10.784
2015	5.406	3.461	8.867
2016	4.992	2.970	7.962
2017	5.544	2.701	8.245

*Terceiros são pessoas contratadas por outras empresas para exercer atividades, diretamente na Gerdau, que não fazem parte da linha principal de atuação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha 28.612 empregados, considerando-se todas as suas unidades industriais, exceto as joint ventures. Desse total, 49% estão no Brasil, e o restante está nas unidades localizadas na América do Sul, América do Norte e Índia com 4.566, 9.210, e 798 empregados, respectivamente.

Uma vez que os sindicatos no Brasil e outros países da América Latina são organizados em bases regionais, a Companhia não mantém acordos nacionais com seus colaboradores. 38% dos empregados de Unidades da Gerdau na América do Norte são sindicalizados.

A Gerdau mantém boas condições de trabalho nas unidades industriais e, por consequência, acredita ter taxa de rotatividade de empregados relativamente baixa.

A Gerdau mantém boas relações com seus empregados. Para manter o bom clima existente nas unidades, a companhia promove ações de treinamento e desenvolvimento, programas e oportunidades para o desenvolvimento de trabalhos em equipe e um sistema aberto de gestão. Os programas de remuneração são projetados de forma a tornar o interesse financeiro dos colaboradores coerente com os interesses dos acionistas da Gerdau.

E. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

O quadro a seguir mostra a participação individual relativamente às ações preferenciais e ordinárias detidas na Gerdau S.A. por cada conselheiro e diretor, em 31 de janeiro de 2017.

Acionista	Ações Ordinárias (com direito a voto)	%	Ações Preferenciais (com direito a voto restrito)	%
Claudio Johannpeter	-	-	313.030	0,01
André Bier Gerdau Johannpeter	-	-	509.001	0,04
Richard Chagas Gerdau Johannpeter	-	-	21.419	0,00
Affonso Celso Pastore	-	-	31.669	0,00
Fernando Fontes Iunes	-	-	3.609	0,00
Aod Cunha	-	-	-	-
Harley Lorentz Scardoelli	-	-	16.521	0,00
Francisco Deppermann Fortes	-	-	60.215	0,00
Gustavo Werneck da Cunha	-	-	5.956	0,00
Andre Brickmann Areno	-	-	6.982	0,00
Cesar Obino da Rosa Peres	-	-	937	0,00
Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig	-	-	-	-
Fladimir Batista Lopes Gauto	-	-	-	-
Mauro de Paula	-	-	-	-
Fernando Pessanha Santos	-	-	4.091	0,00
TOTAL	-	-	973.521	0,80

A Companhia possui planos de opções de ações em suas subsidiárias. Consultar NOTA 25 – Planos de Incentivo de Longo Prazo nas demonstrações financeiras consolidadas aqui incluídas para mais detalhes.

O quadro a seguir mostra para cada conselheiro e diretor até 31 de dezembro de 2017 suas opções de ações remanescentes, as ações restritas resultantes da conversão das opções de ações e as outorgas de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Nomes	Stock Options				Ações Restritas				Ações Condicionadas a Resultado			
	Outorgadas	Exercidas	Anuladas	Saldo	Outorgadas	Exercidas	Anuladas	Saldo	Outorgadas C/ Ajuste Desempenho	Exercidas	Anuladas	Saldo
Jorge Gerdau Johannpeter	320.386	0	320.386	0	634.776	634.776	0	0	463.850	335.814	128.036	0
Germano H G Johannpeter	191.881	0	191.881	0	544.672	544.672	0	0	226.236	163.847	62.389	0
Klaus Gerdau Johannpeter	191.881	0	191.881	0	544.672	544.672	0	0	226.236	163.847	62.389	0
Frederico C G Johannpeter	281.485	0	281.485	0	607.488	607.488	0	0	391.180	283.216	107.964	0
Claudio Johannpeter	185.976	0	147.225	38.751	996.203	275.931	0	720.272	1.312.535	0	0	1.312.535
Affonso Celso Pastore	28.929	0	20.559	8.370	90.457	46.739	7.558	36.160	48.049	0	653	47.396
Andre Bier Johannpeter	231.158	0	154.412	76.746	1.179.677	314.980	0	864.697	1.595.647	0	0	1.595.647
Expedito Luz	41.319	0	41.319	0	94.876	87.318	7.558	0	56.229	15.863	40.366	0
Francisco D Fortes	33.027	0	18.387	14.640	162.532	50.039	0	112.493	209.130	0	0	209.130
Guilherme Gerdau Johannpeter	109.759	12.716	49.496	47.547	304.206	81.186	0	223.020	394.593	0	0	394.593
Harley Lorentz Scardoelli	16.987	0	11.653	5.334	92.026	22.388	0	69.638	123.209	0	0	123.209
Fernando Fontes Iunes	0	0	0	0	32.170	4.644	0	27.526	0	0	0	0
Richard Gerdau Johannpeter	0	0	0	0	35.530	5.316	3.360	26.854	0	0	0	0
Gustavo Werneck da Cunha	0	0	0	0	46.802	17.811	0	28.991	49.000	0	0	49.000
Fladimir Batista Lopes Gauto	19.394	0	12.782	6.612	57.578	21.030	0	36.548	67.601	0	0	67.601
Total	1.652.182	12.716	1.441.466	198.000	5.423.664	3.258.989	18.476	2.146.199	5.163.495	962.587	401.797	3.799.111

As informações de preço de exercício, data de outorga, data de exercício e data limite para exercício estão disponíveis na tabela de opções de ações na 6.B item - Remuneração.

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 19/09/2013 aprovou nova alteração no Plano de Incentivo de Longo Prazo, permitindo aos participantes converterem suas Opções de Ações já outorgadas e não

exercidas por Ações Restritas, cuja restrição, neste caso, era prazo de carência. Tal conversão baseou-se no valor justo das Opções calculadas por consultoria independente. Bloomberg foi contratada para tal cálculo.

ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A. PRINCIPAIS ACIONISTAS

Em 31 de janeiro de 2018, a Gerdau S.A. tinha em circulação 571.929.945 ações ordinárias e 1.127.341.350 ações preferenciais sem direito a voto (excluídas as ações em tesouraria). Desses dois tipos de ações negociadas em bolsa, apenas as ações ordinárias possuem direito a voto. Contudo, o Estatuto Social da Companhia assegura direitos específicos às ações preferenciais sem direito a voto. Consultar o Estatuto Social da Gerdau S.A. anexo a este Relatório Anual.

O quadro abaixo apresenta algumas informações, de acordo com a posição de 31 de janeiro de 2018, relativamente (i) a toda e qualquer pessoa do conhecimento da Companhia, com participação superior a 5% em ações ordinárias em circulação da Gerdau S.A.; (ii) a toda e qualquer pessoa do conhecimento da Companhia, com participação superior a 5% das ações preferenciais em circulação da Gerdau S.A.; e (iii) ao número total de ações ordinárias e preferenciais da Gerdau S.A., detidas por membros do Conselho de Administração e Diretores, considerados como um grupo.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Metalúrgica Gerdau S.A.	554.636.718	96,69	98.733.314	8,62
Blackrock INC	-	-	57.457.132	5,0
Membros do Conselho de Administração e Diretores, como um grupo (9 membros)	-	-	973.521	0,80

A Metalúrgica Gerdau S.A. é uma holding que controla, direta e indiretamente, todas as empresas do grupo Gerdau no Brasil e no exterior. A Metalúrgica Gerdau e suas subsidiárias detêm 96,69% do capital votante da Gerdau S.A. tendo, portanto, controle sobre o Conselho de Administração da Companhia, bem como de sua administração e operações.

Em 31 de janeiro de 2018 havia 283.331.178 ADRs em circulação, representando 24,7% das ações preferenciais da Gerdau S.A. e o número de acionistas era de 39.

B. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas da Companhia consistem em (i) empréstimos, (ii) operações comerciais, (iii) pagamento de garantias a algumas empresas controladoras. Veja nota 18 – Transações com partes relacionadas para maiores informações.

(i) A Gerdau S.A. mantém empréstimos com algumas de suas subsidiárias e outras coligadas por meio de contratos de mútuo, pagos sob condições semelhantes às aquelas do mercado aberto. Os contratos de empréstimo entre companhias brasileiras são ajustados pela variação mensal do CDI (taxa de depósitos interbancários). Os contratos com companhia estrangeiras são ajustados com base na soma de encargos contratuais e variação cambial, quando aplicável.

(ii) As operações comerciais da Gerdau S.A. com suas controladas ou partes relacionadas consistem basicamente em transações envolvendo a compra e venda de insumos e produtos. Tais transações são efetuadas de acordo com termos e condições contratuais estabelecidos entre as partes, em condições normais de mercado. As operações comerciais também incluem pagamentos relacionados a garantias de financiamentos.

(iii) A Companhia detém valores mobiliários negociáveis em fundos de investimento administrados por um banco. Esses valores mobiliários negociáveis englobam depósitos a prazo e debêntures emitidos por grandes bancos brasileiros, e títulos públicos emitidos pelo Governo Brasileiro.

(iv) A Companhia paga taxa de 0,95% ao ano por débitos garantidos por sua controladora.

As transações da Companhia com partes relacionadas são apresentadas abaixo:

Item	CONTRATOS COM O MESMO GRUPO	Vínculo com a Cia. (1)	Valor Original		Data de Vencimento ou Prazo	Condições de Rescisão ou de Término	Saldo Remanescente	
	Objeto e características do Contrato		R\$ mil	Data			31/12/2017	Maior valor durante o período
1	Aval concedido à Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. em financiamento junto ao Bank of America no valor de até US\$ 30.000.000,00 à data do contrato.	Controle Compartilhado	97.968	15/07/2016	jul/18	Liquidação do contrato objeto	88.607	97.967
2	Aval concedido à Diaco S.A. em financiamento junto ao Cití no valor de US\$ 40.000.000,00 à data do contrato para refinanciamento do endividamento da companhia.	Controle Compartilhado	137.700	03/08/2015	ago/18	Liquidação do contrato objeto	128.019	128.019
3	Aval bancário concedido ao Banco de la Nación referente ao financiamento da aciaria da Sipar Aceros S.A. no valor de USD 105.000.000,00.	Controlada	229.808	04/10/2013	set/18	Liquidação do contrato objeto	20.020	332.682
4	Aval concedido à Gerdau Steel India Ltd., em financiamento junto ao Banco de Tokyo no valor de até INR 2.505.600.000,00, equivalentes a US\$ 40.000.000,00 à data do contrato.	Controlada	92.996	06/09/2013	set/18	Liquidação do contrato objeto	132.320	132.328
5	Aval concedido à Siderúrgica Zuliana, C.A., em financiamento junto ao Citibank no valor de até US\$ 15.000.000,00 à data do contrato.	Controlada	50.010	13/12/2016	dez/18	Liquidação do contrato objeto	33.080	47.526
6	Aval concedido às chilenas Armacero e Salomon Sack em empréstimos bilaterais de valor total de US\$ 65 milhões, equivalentes em pesos chilenos.	Controlada	214.793	21/12/2017	dez/18	Vencimento	226.700	226.700
7	Aval concedido à Gerdau Aços Longos S.A. em contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia energética de São Paulo, CESP, no valor atual de R\$ 7.007.262,85.	Controlada	7.007	30/11/2016	dez/18	Liquidação do contrato objeto	7.007	7.007
8	Aval concedido à Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V., captou um financiamento junto ao Sumitomo no valor de até MXN 990.750.000.000,00, equivalentes a US\$ 75.000.000,00 à data do contrato.	Controle Compartilhado	176.145	13/03/2014	jan/19	Liquidação do contrato objeto	165.637	183.134
9	Aval concedido à Gerdau Steel India junto ao Citibank para financiamento de capital de giro no valor de até US\$ 1.500.000,00, equivalentes em INR.	Controlada	5.363	20/02/2015	fev/19	Liquidação do contrato objeto	155.370	155.370
10	Aval concedido à empresa Sipar Aceros S.A., em financiamento junto ao BBVA, no valor de USD 34.000.000,00 equivalentes em ARS.	Controlada	83.241	30/10/2014	set/19	Liquidação do contrato objeto	19.153	28.041
11	Aval solidário concedido para empresa Gerdau Holdings Inc. referente ao Bond 10 anos emitido em novembro/2009 no valor de até US\$ 1.250.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	2.188.125	24/11/2009	jan/20	Liquidação do contrato objeto	1.711.649	1.828.528
12	Aval concedido à Gerdau Açominas S.A. em financiamento junto ao BNDES no montante de até R\$ 776.616.380,00 à data do contrato.	Controlada	776.616	04/12/2012	jan/20	Liquidação do contrato objeto	206.972	303.859
13	Aval concedido à Gerdau Açominas S.A. captou um financiamento junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 430.000.000,00 à data do contrato.	Controlada	430.000	19/03/2014	fev/20	Liquidação do contrato objeto	344.000	344.000
14	Aval concedido à Gerdau Açominas S.A. captou um financiamento junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 660.000.000,00 à data do contrato.	Controlada	660.000	24/09/2013	ago/20	Liquidação do contrato objeto	535.000	585.000
15	Aval concedido à Gerdau Açominas S.A. para financiamento de capital de giro junto ao Citibank no valor de R\$ 656.200.000,00 por um prazo de 5 anos.	Controlada	656.200	30/10/2015	out/20	Liquidação do contrato objeto	656.200	656.200
16	Aval concedido às empresas controladas e de controle compartilhado em linha de crédito revolving de até US\$ 800.000.000,00 com vencimento em outubro/20.	Controlada e Controle Compartilhado	-	27/10/2015	out/20	Vencimento	178.200	428.000
17	Aval concedido à Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. em um financiamento junto ao BBVA no valor de US\$ 150.000.000,00 equivalentes em MXN.	Controle Compartilhado	580.665	14/12/2015	dez/20	Liquidação do contrato objeto	417.958	462.109
18	Aval concedido à empresa Sipar Aceros S.A., em financiamento junto ao Banco Patagônia, no valor de USD 21.023.641,08 equivalentes em ARS.	Controlada	81.575	30/10/2015	dez/20	Liquidação do contrato objeto	12.521	18.165
19	Aval solidário concedido à Gerdau Trade Inc. referente ao Bond 10 anos, emitido em 2010 no valor de até US\$ 1.250.000.000,00.	Controlada	2.117.750	01/10/2010	jan/21	Liquidação do contrato objeto	1.570.546	3.395.619
20	Aval concedido para empresa Gerdau Açominas S.A. em financiamentos e abertura de carta de crédito para aquisição de equipamentos e projetos de expansão até US\$ 291.959 mil. Sem remuneração.	Controlada	437.387	16/06/2011	fev/21	Liquidação do contrato objeto	416.099	457.718
21	Aval concedido à empresa Sipar Aceros S.A., em financiamento junto ao BBVA, no valor de USD 13.063.357,28 equivalentes em ARS.	Controlada	42.335	21/09/2016	set/21	Liquidação do contrato objeto	34.226	41.175
22	Aval solidário concedido à Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V., tomadora de linha de crédito local, no valor de US\$ 330.000.000,00, equivalentes em MXN.	Controle Compartilhado	1.118.535	07/12/2016	dez/21	Liquidação do contrato objeto	1.125.655	1.244.564
23	Aval solidário concedido à Gerdau Trade Inc. referente ao Bond 10 anos, emitido em abril/2013 no valor de até US\$ 750.000.000,00.	Controlada	1.501.275	15/04/2013	abr/23	Liquidação do contrato objeto	1.792.291	1.792.399
24	Aval solidário concedido para empresa GTL Trade Finance Inc. e Gerdau Holdings Inc. referente ao Bond 10 anos emitido em abril/2014 no valor de até US\$ 1.165.629.000,00. Sem remuneração.	Controlada	2.606.346	10/04/2014	abr/24	Liquidação do contrato objeto	3.031.974	3.032.157
25	A Gerdau S.A. realiza a compra e venda de debêntures de sua emissão para a sua subsidiária Gerdau Açominas S.A.. Estas operações consideram o preço unitário atualizado do papel, com remuneração pelo CDI.	Controlada	-	-	ago/24	Vencimento	586.950	586.950
26	Aval concedido à Gerdau Aços Longos S.A. em financiamento junto ao BNDES no montante de até R\$ 543.413.000,00 à data do contrato.	Controlada	543.413	08/07/2008	out/24	Liquidação do contrato objeto	270.318	297.830
27	A Gerdau S.A. realiza a compra e venda de debêntures de sua emissão para os seus acionistas controladores. Estas operações consideram o preço unitário atualizado do papel, com remuneração pelo CDI.	Controlada	-	-	nov/24	Vencimento	348	31.510
28	Aval concedido à Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. em financiamento junto ao BNDES no montante de até R\$ 130.164.000,00 à data do contrato.	Controle Compartilhado	130.164	21/09/2017	ago/25	Vencimento	6.550	6.550
29	Aval concedido à Gerdau Aços Longos S.A. captou um financiamento junto ao BRB Pro DF II.	Controlada	12.834	05/08/2009	dez/30	Liquidação do contrato objeto	12.216	12.216
30	Aval solidário concedido à Gerdau Ameristeel US Inc. referente ao Bond 30 anos, emitido 2007 no valor total de US\$ 23 milhões.	Controlada	46.460	01/05/2007	mai/37	Vencimento	76.084	76.089
31	Aval solidário concedido à Gerdau Ameristeel US Inc. referente ao Bond 25 anos, emitido 2012 no valor total de US\$ 51 milhões.	Controlada	103.596	18/10/2012	out/37	Liquidação do contrato objeto	168.708	168.718
32	Aval solidário concedido para empresa GTL Trade Finance Inc. referente ao Bond 30 anos emitido em abril/2014 no valor de até US\$ 500.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	1.118.000	16/04/2014	abr/44	Liquidação do contrato objeto	1.654.000	1.654.100
33	Aval recebido da empresa Indac Ind. Adm. e Com. S.A. para as debêntures da 7ª, 8ª, 9ª e 11ª emissões, sem restrição de valores e data. Taxa de remuneração de 0,95% a.a. sobre o valor devido.	Controladora	-	-	Indeterminado	Vencimento	26.551	100.836
34	A Gerdau S.A. possui contas a receber decorrentes de vendas para empresas controladas (Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. incorporada por Gerdau S.A.). No mês, as vendas totalizaram R\$ 1.421	Controladas e Empresa com Controle Compartilhado	-	-	Indeterminado	Vencimento	14.779	14.779
35	A Gerdau S.A. possui contas a pagar decorrentes de compras de empresas controladas (Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. incorporada por Gerdau S.A.) e Gerdau Açominas S.A.). No mês, as compras foram de R\$ 24.211	Controladas	-	-	Indeterminado	Vencimento	30.387	30.387
36	Conta corrente (mútuo ativo) com a empresa Gerdau Açominas S.A. Remunerado pela variação mensal do CDI.	Controlada	-	01/12/2014	Indeterminado	Não há	2.714	2.714
37	Conta corrente (mútuo ativo) com a empresa Gerdau Aços Longos S.A. Remunerado pela variação mensal do CDI.	Controlada	-	31/07/2005	Indeterminado	Não há	2.601	2.601
38	Conta corrente (mútuo passivo) com a empresa Gerdau Trade Inc.. Remunerado pelos encargos contratados mais variação cambial.	Controlada	-	17/09/2010	Indeterminado	Não há	6.093.327	6.155.589
39	Contrato de Locação de sala comercial, com área total de 840m², parte do prédio localizado na Avenida Farrapos, 1811, Porto Alegre-RS. Locador: Gerdau Aços Longos S.A. - Localitário: Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. Valor da locação R\$ 67 mil mensais.	Controladora	50	01/01/2013	Indeterminado	Vencimento	67	67

C. PARTICIPAÇÃO DE ESPECIALISTAS E CONSULTORES

Não se aplica.

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS E OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas no Item 18.

Processos judiciais e administrativos / Procedimentos arbitrais

Geral

Assim como outras companhias brasileiras, a Gerdau e suas controladas são parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis, sendo a maioria decorrente do curso normal do negócio. A administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

As discussões judiciais e administrativas mais relevantes são relatadas a seguir. Para mais informações sobre a reserva de contingências, veja as notas explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras.

A seguinte tabela resume as contingências e depósitos judiciais relacionados: em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 (em milhares de reais):

Matérias

	Contingências			Depósitos		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Tributárias	257.621	1.829.771	1.569.802	1.883.562	1.716.996	1.521.206
Trabalhistas	517.329	358.901	287.613	128.849	107.191	82.005
Cíveis	52.933	50.554	47.315	38.770	37.597	100.156

Como resultado líquido da reversão da provisão contábil descrita a seguir (provisões tributárias), relativa à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia registrou os montantes de R\$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes, líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados Consolidados

Contingências Tributárias

A Companhia e suas controladas são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, para as quais vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2016 referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

De acordo com o parágrafo 14 do CPC 25 e IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando “seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação” dentre outros requisitos. Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com

repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil acima mencionada. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão.

A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, nos termos do parágrafo 59 do CPC 25 e IAS 37. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro.

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2017, no montante de R\$ 1.691.596, referente à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia.

Durante o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento do Estado de Minas Gerais incluindo valores substancialmente já provisionados relativos a ICMS.

As demais provisões tributárias compreendem:

- R\$ 3 milhões referem-se a discussões relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados e Justiça Estadual.
- R\$ 39 milhões relativos a discussões de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL.
- R\$ 9 milhões relativos a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica de suas unidades industriais. A Companhia entende que o RTE tem natureza jurídica de tributo, e, como tal, é incompatível com o Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso perante a Justiça Federal e Tribunais Regionais e Superiores. A Companhia vem depositando judicialmente o valor integral dos encargos discutidos.
- R\$ 164 milhões relativos a compensações de créditos de PIS e COFINS e discussões quanto à incidência das mesmas sobre outras receitas.
- R\$ 42 milhões relativos a outros tributos, cujos processos foram avaliados como de perda provável.

Considerando a opinião de nossos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, a probabilidade de perda dos processos a seguir relacionados é avaliada como possível (mas, não provável), e, de acordo com os princípios de contabilidade atualmente em vigor, não há provisões a serem feitas em relação a eles.

- A Companhia e suas controladas, Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 443.137.
- A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 309.581, (ii) Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 438.843, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 76.866 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R\$ 370.175.
- A controlada da Companhia, Gerdau Aços Longos S.A., é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 122.029, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de “Pré-pagamento de Exportações” (PPE) ou de “Recebimento Antecipado de Exportações” (RAE). A companhia apresentou impugnação em 13/01/2017, que foi julgada improcedente

pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em 05/06/2017, razão pela qual a Companhia apresentou Recurso Voluntário, em 04/07/2017, o qual está atualmente aguardando julgamento na primeira instância do CARF.

- A Companhia e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.488.989. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.317.381 correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 951.736 correspondem a um processo cuja discussão administrativa já se encerrou e atualmente se encontram em Execução Fiscal, em relação à qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que se encontram pendentes de julgamento em primeira instância, e (i.b) R\$ 365.645 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e foi submetido a Recurso Especial, o qual foi parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017, e atualmente aguarda realização de redistribuição do processo para novo julgamento pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, para análise das matérias que não foram por ela analisadas anteriormente; e (ii) R\$ 171.608 correspondem a um processo da Companhia, que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF, ao qual foi negado provimento, razão pela qual foi submetido a Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.

- A Companhia e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 6.217.810, dos quais: (i) R\$ 4.963.398 correspondem a quatro processos da Companhia e das controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, sendo que as Companhias já ofertaram garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, já tendo sido iniciadas as discussões judiciais em Embargos à Execução pela Controlada Gerdau Aços Longos S/A, em seus respectivos processos, que somam o montante de R\$ 3.195.379, e, ainda, pela Companhia, em seu respectivo processo, que soma o montante de R\$ 364.370; (ii) R\$ 600.101 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Voluntário na primeira instância do CARF; (iii) R\$ 531.138 correspondem a dois processos da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado improcedente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), tendo sido apresentados Embargos de Declaração contra as referidas decisões, os quais estão pendentes de julgamento; e (iv) R\$ 123.172 correspondem a um processo da Companhia, que teve seus Embargos de Declaração, interpostos contra decisão que julgou improcedente o seu Recurso Voluntário, rejeitados em 07/12/2017, cuja decisão a empresa teve ciência em 19/12/2017, para a oposição do recurso cabível.

Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a "Operação") estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos.

Considerando o envolvimento do nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, e na contratação de empresas que representam a Companhia nos casos perante o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação destas empresas incluíram cláusulas com a intenção de coibir a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos de contratação destas empresas incluíram a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima ("Investigação Interna").

A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência.

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

Contingências trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais trabalhistas, para as quais há uma reserva de R\$ 517 milhões com valores de 31 de dezembro de 2017. Nenhum desses processos refere-se a quantias significativas individualmente, e os processos envolvem, principalmente, reclamações trabalhistas por horas extras, adicional noturno, horas *in itinere*, adicionais de insalubridade e periculosidade, indenização por acidentes do trabalho, doença ocupacional e danos morais, entre outros. O saldo de depósitos judiciais referentes a contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2017, representava R\$ 129 milhões.

Outras contingências

A Companhia também está envolvida em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e reservou R\$ 53 milhões para essas ações. Depósitos em contas garantidas relacionados a essas contingências em 31 de dezembro de 2017 quase chegam a R\$ 39 milhões. Outros passivos contingentes com possibilidades remotas de perdas, envolvendo incertezas com relação a sua ocorrência, e, portanto, não incluídos na reserva para contingências, são compostos por:

Processos Antitruste

Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, para R\$ 417.820).

Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspensão dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Foram proferidas sentenças pela improcedência das ações e ambas se encontram em grau recursal.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendimento esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação.

Outros processos/procedimentos cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 191.112. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

Ação coletiva no âmbito do mercado de capitais

Em 26/05/2016, uma ação coletiva no âmbito do mercado de capitais (*securities class action*) foi ajuizada na Corte Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, em face da Gerdau e de alguns administradores e ex-administradores da Companhia, por adquirentes de certificados norte-americanos de depósitos de ações (*American Depositary Receipts - ADRs*) da Companhia negociados na Bolsa de Valores de Nova York. Em 9/08/2016, a corte nomeou o Fundo de Pensões e Benefícios dos Policiais de Chicago como autor líder da ação. Em 31/10/2016, o autor líder protocolou uma petição revisada nos termos dos Artigos 10(b) e 20(a) da Lei de Valores Mobiliários de 1934 em nome de uma determinada classe de adquirentes de ADRs da Gerdau entre 23/04/2012 e 16/05/2016. A petição revisada alegava, dentre outros, que a Companhia e alguns dos seus executivos teriam se envolvido num esquema de corrupção em conjunto com o CARF, esquema esse que teria – alegadamente – resultado no não pagamento de aproximadamente

US\$ 429 milhões em tributos e feito com que as declarações dos réus sobre os negócios, operações e perspectivas da Gerdau contidas nos documentos arquivados pela Gerdau junto aos órgãos reguladores dos mercados de capitais fossem falsas e imprecisas e/ou não tivessem sido razoavelmente embasadas. A petição revisada não especificava o valor dos danos alegados, e incluía, ainda, pedidos relacionados com a operação de aquisição de participações societárias descrita na nota (c) abaixo. Em 17/01/2017, a Companhia protocolou petição requerendo a extinção sumária do processo (motion to dismiss), mas, antes de sua apreciação pela Corte, as partes requereram a suspensão do processo, a fim de iniciar um processo de mediação. Em 5/07/2017 o autor líder da ação e os réus chegaram a um acordo, no montante de US\$ 15 milhões, que foi aprovado pela Corte em 20/10/2017. Consequentemente, a ação foi extinta, em caráter final e definitivo, em relação ao autor líder da ação e à classe de adquirentes de ADRs da Gerdau. O montante pago foi substancialmente coberto por seguro. Referido acordo não reconhece qualquer responsabilidade pelos réus e o quanto acordado constituiu, na opinião da Companhia e de seus assessores legais, a melhor alternativa no sentido de eliminar incertezas, ônus e custos decorrentes com a continuidade dessa disputa.

Processo administrativo – Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 14/07/2015, a Gerdau S.A. efetuou a aquisição de participações minoritárias nas sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. e ArcelorMittal Netherlands BV. A aprovação dessa transação foi dada em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. por unanimidade de voto dos conselheiros em 13/07/2015, tomando por base a oportunidade de mercado e a análise de que os preços eram adequados levando-se em consideração: as avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Companhia. A Companhia, em atendimento às solicitações de esclarecimento da CVM sobre a aquisição, destacou que a decisão para sua realização teve mérito exclusivamente empresarial e foi regularmente deliberada e aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. Os termos e condições para a aquisição consideraram perspectivas de mercado de longo prazo. Em 21/10/2016 a Metalúrgica Gerdau S.A. e alguns administradores e ex-administradores da Gerdau S.A. apresentaram defesa em processo administrativo instaurado pela CVM sobre essa aquisição de participações minoritárias em empresas controladas, no sentido de que a operação foi negocialmente justificada, como dito acima. Não há previsão de prazo para a decisão definitiva do caso. A Metalúrgica Gerdau S.A. acredita que, neste momento, não existe informação suficiente para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas é requerida.

Ausência de Efeitos Relevantes

A Administração acredita que eventuais perdas decorrentes de outras contingências não afetarão de forma significativa o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia. Entretanto, não existe garantia de que uma decisão judicial final será favorável em qualquer um desses ou outros processos, e também sobre efeitos adversos relevantes sobre a posição financeira consolidada da Companhia, seus resultados ou seus fluxos de caixa futuros.

Política de Distribuição de Dividendos

A Lei brasileira das Sociedades Anônimas exige que os estatutos de todas as companhias brasileiras especifiquem uma porcentagem mínima dos lucros em cada ano fiscal para distribuição aos acionistas na forma de dividendos. A lei determina uma distribuição mínima de 25% do lucro líquido ajustado. Conforme o estatuto da Companhia, essa porcentagem foi fixada como não menos do que 30% do lucro líquido ajustado (de acordo com o art. 19 do Estatuto Social) para distribuição a cada ano fiscal.

Os dividendos relativos a um dado ano fiscal podem ser pagos mediante a utilização de (i) lucros acumulados de períodos anteriores e (ii) lucro após dedução de imposto de renda para o referido período, após alocação do lucro para a reserva legal e outras reservas ("Lucro Líquido Ajustado"). Para a conversão dos dividendos pagos pela Companhia de reais para dólares, a Instituição Custodiante utiliza a taxa de câmbio comercial relevante na data em que os dividendos são disponibilizados aos acionistas no Brasil. Conforme a Lei das Sociedades Anônimas, as empresas brasileiras precisam manter uma reserva legal, para a qual devem ser destinados 5% do lucro líquido definido de acordo com a lei de cada ano fiscal até que essa reserva atinja valor equivalente a 20% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a reserva legal da Gerdau S.A. totalizava R\$ 628,2 milhões ou 3,3% do capital social total de R\$ 19.249,1 milhões.

Conforme a Lei 9.457, os detentores de ações preferenciais de uma companhia brasileira têm direito a receber pelo menos 10% a mais em dividendos do que os valores distribuídos aos detentores de ações ordinárias, a não ser no

caso de uma dentre as três exceções descritas na lei. Na assembléia dos acionistas de 2002, a diretoria da Gerdau S.A. apresentou a proposta de garantir o direito de 100% de *tag along* tanto aos acionistas detentores de ações preferenciais quanto aos detentores de ações ordinárias. A medida foi aprovada e o direito foi concedido a todos os acionistas, embora a legislação brasileira disponha que esse direito é obrigatório apenas para acionistas minoritários que detêm ações ordinárias (em valores equivalentes a no máximo 80% do valor pago aos acionistas controladores).

Conforme as modificações à Lei das Sociedades Anônimas, que concede o direito de *tag along* aos acionistas minoritários, a Companhia fica isenta do pagamento de 10% de prêmio sobre os dividendos pagos aos acionistas preferenciais. Uma vez que as emendas ao estatuto da Companhia tenham sido aprovadas e estejam vigorando em relação ao direito de *tag along* descrito acima, a Companhia efetuará o pagamento do dividendo mínimo de 30% do Lucro Líquido Ajustado a todos os acionistas, partir de 1º de janeiro de 2002, os dividendos pagos a acionistas portadores de ações preferenciais não estão mais sujeitos ao prêmio mínimo de 10% pago aos detentores de ações ordinárias.

Como exigência geral, os acionistas não-residentes no Brasil devem ter seus investimentos em empresas brasileiras registrados junto ao Banco Central, para que tenham direito a converter em moeda estrangeira e remeter ao exterior os dividendos, resultados de vendas ou outras quantias relacionadas a suas ações. As ações preferenciais que lastreiam os ADRs serão mantidas no Brasil pelo banco custodiante como agente para o banco depositário. O detentor de ações preferenciais será o titular registrado constante do registro de ações preferenciais.

Os pagamentos de dividendos em espécie e as distribuições, se houver, serão feitas em moeda brasileira ao Custodiante em nome do Depositário, que irá então converter essa receita em dólares americanos e encaminhará os dólares ao Depositário para distribuição aos detentores de ADRs. Se o Custodiante não puder converter imediatamente a moeda brasileira recebida na forma de dividendos em dólares americanos, a quantia em dólares americanos a ser paga aos detentores de ADRs pode ser negativamente afetada por desvalorização ou depreciação da moeda brasileira em relação ao dólar americano que ocorra antes da conversão e remessa desses dividendos. Os dividendos referentes às ações preferenciais pagas a detentores não-residentes no Brasil, inclusive detentores de ADRs, não estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil.

Juros sobre Capital

A Lei 9.249 de dezembro de 1995 determina que a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos. Uma companhia brasileira está autorizada a pagar aos seus acionistas juros sobre capital próprio até o limite da TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia ou 50% do lucro líquido do exercício (de acordo com a norma contábil brasileira), dentre os dois, o menor. O pagamento dos juros aqui descrito está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. (Veja Item “10. Informações Adicionais – Tributação”).

Política de Dividendos

A Companhia paga dividendos aos detentores de ações preferenciais em circulação na quantia equivalente às distribuições obrigatórias para qualquer ano fiscal, estando tal distribuição sujeita à decisão, por parte do Conselho de Administração, de que tal distribuição seria desaconselhável diante das condições financeiras da Companhia. Em 31 de março de 2003, o Conselho de Administração aprovou como nova política o pagamento trimestral de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Desde 1999, os dividendos são pagos aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em reais e dólares americanos convertidos pela taxa de câmbio comercial na data do pagamento. Quantias relevantes estão descritas no Item “3. Informações Importantes – Informações Financeiras Seleccionadas”.

B. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

Nenhuma mudança significativa para reportar.

Programa de recompra de ações

Em 8 de janeiro de 2018, em conformidade com as disposições estatutárias e nos termos das Instruções CVM nº 10/80 e 268/97, deliberou autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, no prazo de até 3 meses a partir da data de autorização de até 10.000.000 ações preferenciais (GGBR4) ou American Depositary Receipts – ADRs (GGB) representando, no total, aproximadamente 0,96% das ações preferenciais em circulação, que, em 30 de

novembro de 2017, somavam 1.040.867.403 ações. Os objetivos do programa de recompra de ações são (i) atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo, da Companhia e suas subsidiárias; (ii) permanência em tesouraria; (iii) cancelamento; ou (iv) posterior alienação no mercado.

ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM DE AÇÕES

A. DETALHES SOBRE A OFERTA E LISTAGEM DE AÇÕES

Informações sobre Cotações

Ações Preferenciais

O quadro a seguir apresenta as cotações máximas e mínimas das ações preferenciais da Gerdau S.A. (GGBR4) registradas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), expressas em reais, nos períodos indicados, bem como as cotações máximas e mínimas, em dólares norte-americanos, para o mesmo período.

Cotações de fechamento da GGBR4 – Em bases anuais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

Ano	Reais por Ação		US\$ por ação	
	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
2013	18,06	11,12	8,85	4,96
2014	17,27	7,84	7,22	2,92
2015	10,89	4,52	3,73	1,15
2016	14,62	3,27	4,31	0,79
2017	13,67	9,00	4,42	2,67

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento da GGBR4 – Em bases trimestrais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

Ano	Reais por Ação		US\$ por ação	
	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
2016				
1T	6,71	3,27	1,85	0,79
2T	8,31	5,55	2,35	1,54
3T	10,29	5,97	3,18	1,79
4T	14,62	8,84	4,31	2,72
2017				
1T	13,67	10,70	4,42	3,30
2T	10,90	9,00	3,50	2,67
3T	12,91	10,28	4,16	3,11
4T	12,49	9,95	3,77	3,01

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento da GGBR4 – Em bases mensais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

Ano	Reais por Ação		US\$ por ação	
	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
2017				
Janeiro	13,20	10,84	4,09	3,30
Fevereiro	13,67	12,23	4,42	3,93
Março	13,35	10,70	4,29	3,41
Abril	10,90	9,30	3,50	2,96
Maio	10,35	9,00	3,35	2,67
Junho	10,28	9,02	3,11	2,71
Julho	11,14	10,28	3,51	3,11
Agosto	11,85	10,56	3,77	3,39
Setembro	12,91	10,86	4,16	3,41
Outubro	12,05	10,70	3,71	3,34
Novembro	11,10	9,95	3,43	3,01
Dezembro	12,49	11,05	3,77	3,38

2018				
Janeiro	15,00	12,95	4,75	3,98
Fevereiro	17,03	13,74	5,26	4,18
29 de Março	15,65	15,07	4,74	4,56

Fonte: Bloomberg

As ações ordinárias e preferenciais são negociadas no mercado, mas somente as ações ordinárias têm direito a voto. Contudo, o Estatuto Social da Companhia assegura direitos específicos às ações preferenciais sem direito a voto. Consultar o Estatuto Social da Gerdau, apresentado na forma de anexo a este documento.

Certificados de Depósito de Ações (American Depositary Receipts, ou ADRs)

A tabela a seguir apresenta as cotações máximas e mínimas dos Certificados de Depósito de Ações (ADRs) da Gerdau S.A. negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), nos períodos indicados:

Cotações de fechamento dos GGB – Em bases anuais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

Ano	US\$ por ação	
	Máxima	Mínima
2013	9,01	5,04
2014	7,26	2,89
2015	3,70	1,16
2016	4,28	0,80
2017	4,36	2,65

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento dos GGB – Em bases trimestrais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

Ano	US\$ por ação	
	Máxima	Mínima
2016		
1T	1,81	0,80
2T	2,34	1,53
3T	3,14	1,75
4T	4,28	2,68
2017		
1T	4,36	3,37
2T	3,53	2,65
3T	4,08	3,02
4T	3,74	3,00

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento dos GGB – Em bases mensais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

Ano	US\$ por ação	
	Máxima	Mínima
2016		
Janeiro	4,05	3,37
Fevereiro	4,36	3,88
Março	4,24	3,37
Abril	3,50	2,92
Maio	3,30	2,65
Junho	3,08	2,65
Julho	3,48	3,05
Agosto	3,71	3,31
Setembro	4,08	3,38

Outubro	3,69	3,31
Novembro	3,36	3,00
Dezembro	3,74	3,32
2017		
Janeiro	4,69	3,94
Fevereiro	5,25	4,13
29 de Março	4,71	4,53

Fonte: Bloomberg

Ações Ordinárias

O quadro a seguir apresenta as cotações máximas e mínimas das ações ordinárias da Gerdau S.A. (GGBR3) registradas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), expressas em reais, nos períodos indicados, bem como as cotações máximas e mínimas, em dólares norte-americanos, para o mesmo período.

Cotações de fechamento da GGBR3 – Em bases anuais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

<i>Ano</i>	Reais por Ação		US\$ por ação	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2013	15,52	10,03	7,64	4,49
2014	14,09	6,69	5,95	2,49
2015	8,23	3,33	3,03	0,83
2016	10,09	2,46	2,98	0,60
2017	12,88	7,67	4,14	2,34

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento da GGBR3 – Em bases trimestrais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

<i>Ano</i>	Reais por Ação		US\$ por ação	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2016				
1T	4,85	2,46	1,35	0,60
2T	5,85	3,90	1,65	1,09
3T	7,29	4,32	2,25	1,29
4T	10,09	6,43	2,98	1,98
2017				
1T	12,23	7,67	3,94	2,34
2T	10,63	8,95	3,41	2,65
3T	12,88	10,16	4,14	3,07
4T	11,99	9,42	3,69	2,90

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento da GGBR3 – Em bases mensais (ajustadas em relação a dividendos e eventos)

<i>Ano</i>	Reais por Ação		US\$ por ação	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2016				
Janeiro	9,34	7,67	2,89	2,34
Fevereiro	9,12	8,69	3,07	2,76
Março	12,23	9,15	3,94	2,95
Abril	10,63	9,07	3,41	2,89
Maio	10,15	8,95	3,28	2,65
Junho	10,16	8,97	3,07	2,69
Julho	11,1	10,16	3,50	3,07
Agosto	11,77	10,51	3,74	3,37
Setembro	12,88	10,75	4,14	3,38
Outubro	11,99	10,6	3,69	3,31
Novembro	10,92	9,54	3,34	2,91
Dezembro	10,55	9,42	3,18	2,90

2017				
Janeiro	12,88	10,88	4,01	3,34
Fevereiro	13,83	11,79	4,27	3,64
29 de Março	13,15	12,74	3,98	3,86

Fonte: Bloomberg

B. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

Não exigido.

C. MERCADOS

Negociação na BOVESPA

A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) é o único mercado de ações do Brasil e o maior da América Latina. Até agosto de 2007, a BOVESPA era uma associação sem fins lucrativos de propriedade de sociedades corretoras. A negociação na BOVESPA era limitada às corretoras membro e a um número restrito de não-membros autorizados. Em 28 de agosto de 2007, a BOVESPA foi submetida a um processo de reestruturação corporativa que resultou na criação da BOVESPA Holding S.A., uma sociedade anônima aberta que tem como subsidiárias totais a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP – responsável pelas operações bursáteis e pelos mercados de balcão organizados – e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – responsável pelos serviços de estabelecimento, liquidação e custódia. Essa reestruturação corporativa consolidou um processo de desmutualização, permitindo o acesso à negociação e a outros serviços oferecidos pela BOVESPA, não condicionados à participação acionária. Em 08 de maio de 2008, a BOVESPA passou por outra reestruturação societária que resultou na criação da BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, uma sociedade anônima aberta que incorporou as operações da BOVESPA Holding S.A. e da BM&F S.A. Em 28 de novembro de 2008 a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, controlada por BM&F BOVESPA S.A., foi incorporada por esta.

A negociação é conduzida entre 10h e 17h (horário de Brasília) no sistema automatizado da BOVESPA. Além disso, também é possível fazer negócios no assim chamado *After-Market*, um sistema eletrônico da BOVESPA que funciona no período noturno. Os negócios são feitos por ordem de entrada no sistema de negociação eletrônica Mega Bolsa, criado e operado pela BOVESPA. As variações de preço são limitadas a 2% (alta ou baixa) da cotação de fechamento do dia.

Com o objetivo de melhor controlar a volatilidade, a BOVESPA adotou o sistema de “*circuit breaker*” de acordo com o qual o pregão poderá ser suspenso por 30 minutos ou 1 hora sempre que o índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10% ou 15%, respectivamente, em relação ao último pregão. Sempre que o circuit breaker for utilizado em um pregão, ele poderá ser utilizado para suspender os negócios por tempo a ser determinado pela BOVESPA sempre que o índice cair abaixo de 20%.

Desde 17 de março de 2003, é permitida a atuação de formadores de mercado na BOVESPA, apesar de não existirem especialistas ou intermediários negociando as ações da Companhia no local. A CVM e a BOVESPA têm poder discricionário para suspender a negociação das ações de um determinado emissor sob certas circunstâncias. A negociação das ações de empresas listadas na BOVESPA pode ser realizada fora do pregão em certas circunstâncias, embora esse tipo de negociação seja bastante limitado.

A liquidação das transações é feita três dias úteis após a data de negociação, sem ajuste do preço de compra pela inflação. Normalmente, solicita-se que o vendedor entregue as ações à bolsa no segundo dia útil após a data da transação.

As negociações na BOVESPA por parte de pessoas não residentes no Brasil estão sujeitas a certas limitações, de acordo com a legislação aplicável a investimentos estrangeiros no Brasil. Veja regulamentação específica para investimentos estrangeiros no Brasil.

Práticas de Governança Corporativa no Brasil

Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA implementou três segmentos especiais de listagem, conhecidos como Nível 1 e 2 das Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas e o Novo Mercado, que visam estimular as empresas brasileiras a seguirem boas práticas de governança corporativa e maiores níveis de transparência, conforme estipulado pela Lei das Sociedades Anônimas. Os segmentos de listagem foram projetados para a negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem voluntariamente a seguir as práticas de governança

corporativa e exigências de divulgação, além daquelas já impostas pela lei brasileira. Essas regras geralmente aumentam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade das informações fornecidas a eles.

A Companhia está listada no Nível 1 da BM&FBOVESPA. Para se tornar uma companhia de Nível 1, além das obrigações impostas pela lei brasileira vigente, um emissor deve concordar em: (i) garantir que as ações do emissor que representam pelo menos 25% de seu capital total estejam de fato disponíveis para negociação; (ii) adotar procedimentos de oferta que favoreçam a ampla participação de ações sempre que houver uma oferta pública; (iii) cumprir com os padrões mínimos de divulgação trimestral, inclusive de relatórios de fluxo de caixa; (iv) seguir políticas mais rígidas de divulgação atinentes às transações realizadas pelos acionistas controladores, diretores e administradores; (v) divulgar os termos das transações com as partes relacionadas; (vi) estabelecer um cronograma de eventos corporativos disponíveis aos acionistas; e (vii) realizar reuniões públicas com analistas e investidores, pelo menos uma vez ao ano.

Em 21 de março de 2011, a CVM aprovou o novo texto do Novo Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, que passou a vigorar a partir de 10 de maio de 2011. A partir da data de vigência, ficam as Companhias listadas no nível 1 sujeitas às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1, conforme alterado.

Para adaptação às referidas alterações no Regulamento de Listagem do Nível 1, as companhias listadas nesse segmento deverão adotar as seguintes medidas, dentro dos prazos estabelecidos abaixo:

- a) Inclusão, no estatuto social da companhia, das cláusulas mínimas obrigatórias estabelecidas pela BM&FBOVESPA, até: (i) a primeira assembleia geral extraordinária que se realizar após 90 (noventa) dias da data de vigência do Novo Regulamento de Listagem; ou (ii) a data de realização da assembleia geral da companhia que aprovar as demonstrações financeiras, o que ocorrer primeiro;
- b) Elaboração e divulgação da Política de Negociação de Valores Mobiliários e do Código de Conduta, o que deverá ocorrer no prazo de 1 (um) ano a contar da data de início de vigência do Novo Regulamento de Listagem;
- c) Cumprimento, a partir de 10/05/2014, da regra constante do item 4.3 do Novo Regulamento de Listagem do Nível 1, que consiste na vedação à acumulação de cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da companhia pela mesma pessoa.

Regulamentação dos Mercados de Ações

Os mercados brasileiros de ações são regulados pela CVM, que tem autoridade geral sobre as bolsas de valores e sobre os mercados de ações, e também pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que, dentre outros, tem poderes de fiscalização sobre corretoras e regulamenta transações de investimento e compra e venda de ações por parte de estrangeiros. O mercado brasileiro de ações é regido pela Lei dos Valores Mobiliários (Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e emendas) e pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e emendas).

A Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (que resultou da conversão em lei da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008) alteraram algumas provisões da Lei 6.385/76 e da Lei 6.404/76, no que diz respeito às regras de contabilidade e às demonstrações financeiras das empresas brasileiras. As novas mudanças objetivam aproximar as regras de contabilidade/demonstrações financeiras brasileiras aos padrões internacionais.

Conforme a Lei das Sociedades Anônimas, uma empresa pode ser de capital aberto – como no caso da Gerdau S.A. – ou não ser de capital aberto. Todas as empresas de capital aberto devem requerer registro junto à CVM, estando permanentemente sujeitas ao fornecimento de informações. Uma empresa de capital aberto pode ter suas ações negociadas tanto na BM&FBOVESPA como nos mercados de balcão (*over-the-counter* - OTC). As ações de uma empresa de capital aberto, incluindo a Gerdau S.A., também podem ser negociadas de forma privada, estando sujeitas a certas limitações impostas pelo regulamento da CVM.

A CVM emitiu a Instrução 480, de 07 de dezembro de 2009, que estabelece requerimentos para registro de companhias abertas que desejam negociar mercados mobiliários em mercados regulados. A mencionada Instrução 480/09 modificou significativamente os requerimentos de divulgação de informações aplicáveis às companhias abertas e estabelece a obrigação de que tais companhias apresentem, anualmente, o Formulário de Referência, documento que contém todas as informações relevantes da companhia, que deverá ser atualizado sempre que alterações significativas acontecerem.

Adicionalmente à obrigação de informar acima relatada, a ocorrência de certos eventos, exigem a divulgação de informações à CVM, à BM&FBOVESPA, ou até mesmo ao público em geral. Esses casos incluem (i) a aquisição, direta ou indireta, por um investidor, de pelo menos 5% (cinco por cento) das ações de qualquer classe ou tipo que representem o capital social de uma empresa de capital aberto, (ii) a venda de ações que represente a alienação do controle de uma empresa de capital aberto, e (iii) a ocorrência de um evento relevante para a corporação. No dia 5 de março de 2002, a CVM emitiu a Instrução 361, que regulamenta a oferta de ações caso venha a ocorrer algum dos seguintes eventos: (i) cancelamento do registro da empresa na bolsa de valores; (ii) aumento na participação do acionista controlador; e (iii) alienação do controle de uma empresa aberta.

O mercado brasileiro de OTC consiste em negociações diretas entre indivíduos, intermediadas por uma instituição financeira registrada junto à CVM. Nenhum requisito – além do registro junto à CVM – é exigido para que as ações de uma empresa de capital aberto sejam negociadas no mercado OTC. A CVM deve ser notificada de todas as negociações realizadas neste mercado pelos intermediários. A negociação de ações de uma empresa na BM&FBOVESPA pode ser suspensa em antecipação à divulgação de um fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM em função da convicção de que uma empresa forneceu informações inadequadas sobre um evento relevante, deu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela bolsa, ou, ainda, por outras razões.

As leis e regulamentos que regem o mercado brasileiro de ações dispõem sobre as exigências relativas à divulgação de informações, sobre as restrições a negociações baseadas em informações privilegiadas e sobre a manipulação de preços, assim como sobre a proteção aos acionistas minoritários. Embora muitas alterações e melhorias tenham sido alcançadas, os mercados brasileiros de ações ainda não são tão regulados e supervisionados como os mercados de ações nos Estados Unidos ou em outras jurisdições.

Regulamentação de Investimentos Estrangeiros no Brasil

Os investidores estrangeiros podem investir em nossas ações como investimento externo direto, conforme a Lei 4.131/62 e a Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.844/10, ou como carteira de investimento, de acordo com as emendas da Resolução do CMN 4.373/14e da Instrução da CVM 325/00. Os investidores estrangeiros, independentemente do fato de seus investimentos serem feitos sob a forma de investimento estrangeiro direto ou de carteira de investimentos, devem ser inscritos na RFB (Receita Federal do Brasil), em conformidade com a Instrução Normativa 1.634, de 6 de maio de 2016. Esse processo de registro é realizado pelo representante legal do investidor no Brasil.

A Lei 4.131/62 e a Resolução CMN 3.844/10 regulamentam que após um investimento estrangeiro direto, o receptor do investimento e o investidor não-residente no Brasil devem enviar um formulário para fins de registro junto ao Banco Central, através de seus representantes independentes no Brasil, no prazo de 30 dias. O registro do investimento estrangeiro direto junto ao Banco Central permite ao investidor estrangeiro fazer remessas de recursos ao exterior, classificadas como retorno de capital através de: (i) transferência de interesses corporativos a residentes brasileiros, (ii) redução de capital, ou (iii) liquidação de uma empresa, bem como verbas classificadas como dividendos, lucros ou juros sobre o patrimônio dos acionistas. Os investidores estrangeiros com investimentos estrangeiros diretos também podem vender seus investimentos através de transações privadas ou transações realizadas pela bolsa de valores ou pelo mercado de balcão. Veja “Tributação – Considerações Tributárias para o Brasil” para informações relativas à tributação dessas operações.

Não há restrições quanto à obtenção de ações brasileiras por parte de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do território brasileiro. Com algumas poucas exceções, os investidores amparados pela Resolução 4.373/14do CMN têm permissão para realizar qualquer tipo de transação nos mercados financeiros brasileiros, incluindo ações negociadas na bolsa de valores, mercado de futuros ou mercados de balcão organizados. Os investimentos e remessas para o exterior de ganhos, dividendos, lucros ou outros pagamentos referentes às nossas ações ordinárias e preferenciais são realizados através do mercado de câmbio. Para mais informações veja “Controle Cambial” acerca da qualificação trazida pela Resolução 4.373/14.

Valores mobiliários e outros ativos financeiros controlados por investidores estrangeiros, em consonância com a Resolução 4.373/14 do CMN, devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma empresa adequadamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM. Ademais, a negociação de valores mobiliários fica restrita a transações realizadas nas bolsas de valores ou através de mercados organizados de balcão licenciados pela CVM, exceto no caso de transferências resultantes de uma reestruturação corporativa ou que ocorram após o óbito de um investidor em decorrência de uma imposição legal ou testamento.

Negociações em Bolsas Estrangeiras

Além da BOVESPA, as ações da Gerdau são negociadas em outras duas bolsas de valores:

Bolsa de Valores de Nova Iorque

No dia 10 de março de 1999, a Gerdau S.A. obteve o registro para emissão dos ADRs de Nível II e iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Sob o código GGB, os ADRs Nível II têm sido negociados em praticamente todas as sessões desde o primeiro dia. Em 2017, 2,0 bilhões de ADRs foram negociados, 16,3% menor do que em 2016. Os recursos envolvidos nessas transações totalizaram US\$ 7,0 bilhões no período, o equivalente a uma média diária de US\$ 27,7 milhões.

Latibex – Bolsa de Valores de Madri

Desde o dia 2 de dezembro de 2002, as ações preferenciais da Gerdau S.A. estão sendo negociadas no Latibex, o segmento da Bolsa de Valores de Madri dedicado a empresas latino-americanas cujas ações são negociadas em euros. Após a aprovação pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, esta data marcou o início do Programa *Depositary Receipts*, DRs para ações preferenciais emitidas pela Companhia na Espanha. As ações são negociadas na Espanha com o código XGGB sob a forma de DRs, cada DR correspondendo a 1 ação preferencial. A participação no Latibex aumentou a visibilidade da Companhia no mercado europeu. Em 2017, 1,1 milhão de ações preferenciais da Gerdau foram negociadas na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), representando um volume de 35,6% maior do que em 2016, movimentando US\$ 3,7 milhões e uma média diária de US\$ 30 mil.

ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A. CAPITAL EM AÇÕES

Não se aplica.

B. ESTATUTO SOCIAL

O Estatuto Social da Gerdau encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número de empresa (NIRE) 33.3.0003226-6.

O Estatuto Social está incorporado por referência através do Anexo 1.1.

A última alteração no Estatuto Social da Companhia foi realizada em 29 de dezembro de 2017, conforme segue:

Art. 2. A Companhia, que terá prazo de duração indeterminado, tem por objeto: a) a participação no capital de sociedades com atividades de indústria e comércio de produtos siderúrgicos e ou metalúrgicos, com usinas integradas ou não a portos, bem como em outras empresas e consórcios industriais, inclusive atividades de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minérios, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como de comércio, exportação e importação de bens, de transformação de florestas em carvão vegetal, de transporte de bens de sua indústria e de atividades de operador portuário, de que trata a Lei nº - 8.630, de 25.02.93; e b) a exploração da indústria e do comércio de produtos siderúrgicos em geral, laminados, trefilados e artefatos de ferro e aço, fundição de ferro, aço e outros metais, inclusive por representação, importação e exportação de mercadorias relacionadas com as suas atividades industriais e comerciais, assistência técnica e prestação de serviços.

Objeto Social

O objeto social da Gerdau encontra-se descrito no artigo 2 de seu Estatuto Social consolidado, conforme descrito abaixo:

Art. 2. A Companhia, que terá prazo de duração indeterminado, tem por objeto: a) a participação no capital de sociedades com atividades de indústria e comércio de produtos siderúrgicos e ou metalúrgicos, com usinas integradas ou não a portos, bem como em outras empresas e consórcios industriais, inclusive atividades de

pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minérios, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como de comércio, exportação e importação de bens, de transformação de florestas em carvão vegetal, de transporte de bens de sua indústria e de atividades de operador portuário, de que trata a Lei nº - 8.630, de 25.02.93; e b) a exploração da indústria e do comércio de produtos siderúrgicos em geral, laminados, trefilados e artefatos de ferro e aço, fundição de ferro, aço e outros metais, inclusive por representação, importação e exportação de mercadorias relacionadas com as suas atividades industriais e comerciais, assistência técnica e prestação de serviços.

Resumo das Condições Especiais Relativas a Membros do Conselho de Administração e Diretores

Em que pese o estatuto social não preveja especificamente este tema, a Companhia, seus conselheiros e diretores devem observar as disposições da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas – LSA) que regula as Companhias no Brasil. Ademais, a Gerdau também deve observar as normas e políticas de governança corporativa estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

O art. 153 da LSA estabelece que no exercício de suas funções, os administradores devem empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.

Ademais, o §2º do art. 154, da LSA prevê que é vedado aos administradores: (i) praticar ato de liberalidade à custa da companhia; (ii) sem prévia autorização da assembléia-geral ou do conselho de administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito; (iii) receber de terceiros, sem autorização estatutária ou da assembléia-geral, qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo.

Por fim, art. 156 da LSA prevê que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores.

Sobre a remuneração, o Estatuto social estabelece que os Acionistas reunidos em assembleia geral são responsáveis por fixar a remuneração global dos administradores e o conselho de administração é responsável por fixar a remuneração individual de seus membros e dos diretores (artigo 6, alínea “j” do Estatuto Social).

A respeito da outorga de poderes do conselho de administração, o Estatuto Social da Companhia estabelece que:

Artigo 6, alínea “u”: O Conselho de administração deve fixar periodicamente critérios de valor envolvido, tempo de duração, extensão de efeitos e outros, pelos quais determinados atos societários, inclusive empréstimos ativos ou passivos, só possam ser praticados por um ou mais dentre os membros da Diretoria, ou após sua prévia autorização ou do Comitê Executivo;

Artigo 6, § 7º: O Conselho poderá deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros, com ou sem a participação de Diretores, empregados da Companhia, ou terceiros contratados, com o fim de coordenar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

Direitos, preferências e Restrições de Cada Classe de Ações da Companhia

O capital social da Gerdau divide-se em ações ordinárias e ações preferenciais.

Direito a Dividendos

Todas as ações ordinárias e preferenciais da companhia têm os mesmos direitos a dividendos, que são estabelecidos no estatuto social da companhia como dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido após os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das seguintes importâncias:
 - resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
 - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar;

- resultantes da realização, no exercício, do aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação.
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas paracontingências, da reserva de lucros a realizar e da reserva para incentivos fiscais.

Para informações adicionais, veja as informações prestadas a respeito da Política de Dividendos, acima.

Direito de Voto

De acordo com nosso estatuto social, as ações ordinárias tem direito a voto e as ações preferenciais não, embora os titulares de ações preferenciais terão direito de comparecer às assembleias de acionistas e participar das discussões

Observe, no entanto, que o estatuto social da Companhia, no artigo 19, § 11, estabelece que as ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que têm direito, um direito que as ações preferenciais manterão até o primeiro posterior pagamento de dividendos que a Companhia vier a efetuar

Acionistas representando a maioria dos: a) titulares de ações preferenciais sem direito de voto (ou com direito de voto restrito), representando 10% do capital social total; e b) titulares de pelo menos 15% das ações ordinárias com direito de voto, terão o direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do conselho de administração, em uma eleição em separado na assembleia geral, sendo excluídos desta eleição os acionistas controladores.

Se nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito são suficientes para atingir o quorum acima, poderão agregar suas ações, a fim de, em conjunto, eleger um membro e seu suplente do conselho de administração, considerando, neste caso, o quorum de 10% do capital.

Acionistas que representem, pelo menos, um décimo do capital votante também podem solicitar que a eleição dos membros do conselho de administração seja realizada pelo voto múltiplo, desde que apresente o pedido para a companhia com até 48 horas de antecedência em relação à assembleia geral de acionistas.

Não obstante as disposições acima mencionadas, os acionistas controladores deverão ter sempre o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração de uma companhia brasileira.

De acordo com o art. 161 § 4 ° da LSA, os detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito terão direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e seu suplente em eleição em separado, os acionistas minoritários terão o mesmo direito, desde que, em conjunto, representem 10%.

Direitos de Reembolso de Capital

As ações preferenciais gozam de preferência no reembolso de capital, até o valor de suas respectivas participações no capital social, em caso de liquidação da Companhia, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação ideal no capital social; o saldo restante será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais.

Responsabilidade para chamadas de capital adicionais e Acionistas titulares de um número substancial de ações.

Não existem disposições específicas previstas nos estatutos a respeito de responsabilidade para chamadas de capital adicionais pela Companhia ou disposições discriminatórias contra qualquer detentor de número substancial de ações.

Alterações de Direitos

A LSA estabelece, em seu 109, que nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista do direito:

- a) a participar nos lucros das empresas;
- b) a participar nos ativos da empresa no caso de liquidação;
- c) fiscalizar a gestão dos negócios sociais, conforme previsto na referida Lei;

- d) de preferência na subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e
- e) de se retirar da Companhia nos casos previstos na referida Lei.

Além disso, o art. 16, parágrafo único da LSA estabelece que, a menos que expressamente prevista, qualquer alteração a parte do Estatuto Social que regula as diferentes classes de ações será submetida à aprovação dos acionistas das classes afetadas.

Neste sentido, o artigo 136, § 1º da referida Lei prevê que quaisquer alterações nas preferências ou direitos das ações preferenciais ou a criação de uma classe de ações com prioridade em relação às ações preferenciais existentes, a menos que a mudança esteja autorizada pelo estatuto social, será necessária a aprovação dos acionistas preferenciais em uma assembléia especial, além de aprovação por maioria dos titulares das ações ordinárias em circulação.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas

A convocação para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Gerdau deve ser feita por aviso publicado em pelo menos três ocasiões no Valor Econômico, edição do Rio de Janeiro, Valor Econômico edição de São Paulo e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, que, além do local, data e hora da assembleia geral, deverá conter a agenda e, no caso de uma alteração dos estatutos, uma indicação do assunto.

A publicação da primeira convocação da Assembleia Geral deverá ocorrer no prazo de antecedência de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.

Além das exceções previstas em lei, uma assembleia geral deve ser aberta em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, pelo menos, um quarto do capital votante; em segunda convocação, deve ser aberta com qualquer número.

Os investidores presentes a uma reunião geral deverão apresentar prova de sua condição de acionista. De acordo com o estatuto social da Gerdau, a Companhia poderá requerer, no prazo estabelecido no aviso de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, apresentada pela instituição financeira depositária.

Os acionistas podem ser representado na assembléia-geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Qualquer acionista cujas ações com ou sem direito a voto representam meio por cento ou mais do capital terá direito a solicitar uma lista dos endereços dos acionistas.

O representante legal de acionista deverá ser autorizado a assistir às Assembleias Gerais.

Restrições aos direitos de não residentes e acionistas estrangeiros para deter valores mobiliários

Não há limitações previstas no estatuto social com relação aos direitos de acionistas não residentes ou estrangeiros de deter valores mobiliários da Companhia. A lei brasileira também não estabelece limitações de direitos. Observamos que alguns procedimentos devem ser observados por estrangeiros para a remessa de fundos (veja item 10.D, abaixo).

Acionistas residentes ou domiciliados no exterior deverão manter um representante no Brasil com poderes para receber citação em processo interposto contra eles.

Mudança de Controle da Companhia

A LSA prevê que a transferência direta ou indireta, do controle de uma companhia aberta só pode ser eficaz sob a condição de que o comprador se comprometa a realizar uma oferta pública de aquisição das ações ordinárias detidas pelos demais acionistas.

Nosso estatuto social atribui a todas as ações o direito de serem incluídas em qualquer oferta pública que envolva a transferência de controle, garantindo o mesmo preço pago por ação com direito a voto que fazem parte do bloco de controle.

Divulgação de propriedade de ações

A respeito da divulgação de propriedade de ações, os acionistas da Companhia devem observar a Instrução Normativa 358 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que estabelece as seguintes regras a:

Art. 12. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, devem enviar à companhia as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II – objetivo da participação e quantidade visada, contendo, se for o caso, declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade;

III - número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;

IV – número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe;

V – indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia; e

VI – se o acionista for residente ou domiciliado no exterior, o nome ou denominação social e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do seu mandatário ou representante legal no País para os efeitos do art. 119 da Lei nº 6.404, de 1976.

§1o Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido no caput deste artigo, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

§2o As obrigações previstas no caput e no § 1o se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados.

§3o A comunicação a que se refere o caput será feita imediatamente após ser alcançada a participação ali referida.

§ 4º As pessoas mencionadas no caput deste artigo também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste artigo, ou de direitos sobre eles, a cada vez que a participação do titular na espécie ou classe dos valores mobiliários em questão atingir o percentual de 5% (cinco por cento) do total desta espécie ou classe e a cada vez que tal participação se reduzir em 5% (cinco por cento) do total da espécie ou classe.

§5º Nos casos em que a aquisição resulte ou que tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da regulamentação aplicável, o adquirente deve, ainda, promover a divulgação, no mínimo, pelos mesmos canais de comunicação habitualmente adotados pela companhia, nos termos do art. 3º, §4º, de aviso contendo as informações previstas nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 6º O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas pela companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da companhia sejam admitidas à negociação, bem como por atualizar o formulário IAN no campo correspondente.

Condições mais rigorosas do que é exigido por lei no que diz respeito às mudanças no capital

Não há condições impostas pelo estatuto social da Companhia mais rigorosas do que é exigido pela Lei no que diz respeito às mudanças na capital.

C. CONTRATOS RELEVANTES

Para informações relativas a contratos relevantes referentes a aquisições de ativos, vide Item 4 - Informações da Companhia, Item 5 - Revisão Financeira e Operacional e Perspectivas e Item 8 – Informações Financeiras. A Gerdau S.A. realizou contratos financeiros com o intuito de financiar seu projeto de expansão e melhorar o perfil de sua dívida. Embora alguns dos contratos envolvam montantes expressivos, nenhum excede 10% do total dos Ativos consolidados da Companhia. Os contratos financeiros mais significativos estão descritos abaixo, com o consentimento da Companhia de

prover cópia, caso seja solicitada, dos instrumentos de débitos descritos abaixo à SEC – Securities and Exchange Commission.

Bonds – A Companhia, através de suas subsidiárias GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc. and Gerdau Trade Inc., concluiu em 2007, 2009, 2010, 2013 e 2014, a emissão de bonds cada um com maturidade de 10 e 30 anos. As seguintes empresas prestam garantia para estas operações: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. Em 31/12/2016, o saldo de principal nestas operações era de R\$ 14,2 bilhões.

GGWCF - Em setembro de 2015, a Companhia liquidou e cancelou antecipadamente a Linha de Crédito Global, iniciando também o processo de renovação da operação pelo valor de US\$ 1 bilhão. A nova linha está dividida em duas tranches, sendo US\$ 250 milhões destinados às subsidiárias da América do Norte e US\$ 750 milhões às subsidiárias da América Latina. Em 31/12/2016 o saldo devedor desta operação era de US\$ 188,3 milhões (R\$ 613,7 milhões em 31/12/2016).

BNDES - Em junho de 2009, as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e, a então Aços Villares SA, obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. Em 31/12/2016 o saldo devedor desta operação era de R\$ 665,7 milhões.

Em dezembro de 2012 a empresa Gerdau Açominas S.A. obteve uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 776,6 milhões para o projeto de implantação de uma unidade laminação de aços planos. Esses recursos são disponibilizados à medida que a controlada realiza seu plano próprio de investimentos e apresenta ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP e cesta de moedas + 2,16% a.a. Em 31/12/2016 o saldo devedor desta operação era de R\$ 303,9 milhões.

D. CONTROLE CAMBIAL

Indivíduos ou entidades legais domiciliadas no exterior não sofrem qualquer tipo de restrição quanto a sua participação ou direito de voto no capital social da Companhia. O direito de converter dividendos e resultados da venda do capital social da Companhia em moeda estrangeira e de remeter essas quantias para o exterior está sujeito a restrições impostas pela legislação de investimentos estrangeiros, que normalmente exige, dentre outras coisas, que o investimento em questão tenha sido registrado no Banco Central.

No Brasil, existe um mecanismo disponível para investidores não residentes no Brasil interessados em negociar diretamente na BOVESPA. Até março de 2000, este mecanismo era conhecido como Regulamento Anexo IV, em referência ao Anexo IV da Resolução 1.289/87 do Conselho Monetário Nacional (“Regulamento Anexo IV”). Atualmente, o mecanismo é regulado pela Resolução 4.373/14, do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução 4.373/14, que passou a vigorar em 30 de março de 2014, estabelece novas regras para investimentos estrangeiros em ações no Brasil. As novas regras permitem que investidores não residentes invistam em quase todos os tipos de ativos financeiros e participem em quase todos os tipos de transação disponíveis nos mercados financeiros e de capitais no Brasil, desde que alguns requisitos sejam cumpridos.

De acordo com a Resolução 4.373/14, investidores estrangeiros são pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outra entidade de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior. A Resolução 4.373/14 proíbe a transferência ou atribuição de títulos no exterior.

De acordo com a Resolução 4.373/14, os investidores estrangeiros devem: (i) indicar pelo menos um representante no Brasil com poderes para realizar ações relativas ao investimento estrangeiro; (ii) registrar-se como investidor estrangeiro junto à CVM; e (iii) registrar o investimento estrangeiro no Banco Central. Ainda de acordo com a Resolução 4.373/14, os valores mobiliários e outros ativos financeiros de posse do investidor estrangeiro devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM, ou, então, registrados em sistemas de registro, compensação e custódia autorizados pelo Banco

Central ou pela CVM. Além disso, a comercialização de valores mobiliários é restrita a transações realizadas em bolsas de valores ou mercados organizados de balcão, licenciados pela CVM. Todos os investimentos feitos por investidores estrangeiros em conformidade com a Resolução 4.373/14 estarão sujeitos a um registro eletrônico junto ao Banco Central.

A Resolução 4.373/14, que revogou a Resolução 1.927/92 do Conselho Monetário Nacional e que consistia na versão atualizada – até então – do Anexo V da Resolução 1.289 (“Regulamento Anexo V”), permite a emissão, em mercados estrangeiros, de ADRs relativos a ações emitidas no Brasil. Os ADRs foram aprovados pelo Banco Central e pela CVM de acordo com o Anexo V. Assim, os resultados das vendas de ADRs por seus titulares fora do Brasil não estarão sujeitos a controle por parte do Brasil, e os titulares de ADRs recebem tratamento fiscal específico. De acordo com a Resolução 4.373/14, sujeitam-se à realização de operações simultâneas de câmbio ou de transferências internacionais em reais, sem entrega efetiva dos recursos e independentemente de prévia autorização do Banco Central do Brasil, os investimentos realizados por de investidor não residente por meio do mecanismo de Depositary Receipt podem ser transferidos para outros mecanismos de investimentos estrangeiros, desde que observadas as condições estabelecidas pelo Banco Central e pela CVM.

Um registro de investimento estrangeiro foi feito em nome do Bank of New York Mellon como Depositário de ADRs Preferenciais, e é mantido pelo Banco Itaú S.A. (“Custodiante”) em nome do Depositário. Desde 1º de julho de 2013, o Depositário de ADRs Preferenciais é o J.P. Morgan Chase Bank (“Depositário”). Com o registro de investimento estrangeiro, o Custodiante e o Depositário podem converter em moeda estrangeira os dividendos e outras distribuições relacionadas às Ações Preferenciais representadas pelos ADRs Preferenciais e remeter os resultados para o exterior. Nos termos do Anexo V da Regulamentação citada, um titular de ADRs Preferenciais pode trocar esses ADRs por Ações Preferenciais. Nesse caso, esse titular somente poderá utilizar o registro do Depositário do investimento estrangeiro por cinco dias úteis depois da troca. Depois desse período, deverá obter seu próprio registro junto ao Banco Central.

O registro de capital para as ações preferenciais que sejam resgatadas mediante a entrega dos ADRs Preferenciais será o equivalente em dólares norte-americanos a (i) o preço médio das Ações Preferenciais na BOVESPA no dia do resgate, ou (ii) se não houver ações preferenciais vendidas nesse dia, o preço médio das ações preferenciais que foram negociadas nos quinze pregões imediatamente anteriores ao resgate do mesmo. O valor em dólares norte-americano das ações preferenciais é determinado com base na média de taxas de câmbio fixada pelo Banco Central na mesma data (ou, se o preço médio das ações preferenciais é determinado nos termos da cláusula (ii) da frase anterior, a média de tais taxas médias cotadas na mesma quinze datas usadas para determinar o preço médio das ações preferenciais). Um detentor não-brasileiro de Ações Preferenciais pode enfrentar atrasos ao efetuar o registro do capital, o que pode atrasar remessas ao exterior. Esse atraso pode afetar adversamente o valor, em dólares norte-americanos, recebido pelo titular não-brasileiro.

Depois desse período, a não ser que as Ações Preferenciais sejam transacionadas por um investidor estrangeiro em conformidade com a Resolução 4.373/14 ou com a Lei 4.131/02, o titular pode não conseguir fazer a conversão para moeda estrangeira nem remeter para o exterior os resultados de vendas das Ações Preferenciais ou das distribuições referentes a elas, e será submetido a tratamento tributário brasileiro menos favorável do que aquele recebido por um detentor de ADRs preferenciais.

As restrições à remessa de capital estrangeiro para o exterior podem prejudicar ou impedir o Custodiante – enquanto custodiante de Ações Preferenciais representadas por ADRs Preferenciais – ou titulares que trocaram ADRs Preferenciais por Ações Preferenciais de converter dividendos, distribuições ou resultados de vendas de Ações Preferenciais em dólares norte-americanos, e também de remeter esses dólares para o exterior. Titulares de ADRs Preferenciais podem ser afetados negativamente por atrasos ou recusa, por parte do governo, em fornecer a aprovação necessária para conversões de pagamentos em moeda brasileira e também para remessas das Ações Preferenciais subjacentes aos ADRs Preferenciais.

Taxas de câmbio

Antes de março de 2005, havia dois mercados de câmbio legais no Brasil, o mercado comercial e o mercado flutuante. A diferença entre esses dois mercados estava no tipo de transação que poderia ser realizado em cada mercado.

Em 04 de março de 2005, através da Resolução 3.265 (revogada e substituída pela Resolução CMN 3.568 de 29 de maio de 2008), o Conselho Monetário Nacional introduziu um único Mercado de Câmbio e aboliu as diferenças legais entre os Mercados referenciados Comercial e Flutuante. Entre as modificações das regras do Mercado Cambial está uma ampliação da permissão para remeter fundos ao exterior através do Mercado de Câmbio. De outra forma, as então

chamadas “Contas CC5”, que são contas bancárias em reais mantidas no Brasil por instituições estrangeiras, não podem mais ser usadas para transferir fundos em nome de terceiros.

Em 24 de março de 2010, o CMN aprovou a resolução No. 3.844, adotando uma série de medidas para consolidar e simplificar as normas Brasileiras de câmbio e capital estrangeiro. Acredita-se que essas normas irão reduzir os custos efetivos das transações de câmbio e das despesas administrativas envolvidas tanto para o setor público quanto para o setor privado, bem como irão promover mais segurança jurídica às partes envolvidas em nesta operação.

No passado, o Banco Central efetuou intervenções ocasionais para controlar movimentos instáveis nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro irão permitir que o real flutue livremente ou irão intervir na taxa de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de alguma outra forma. O real poderá depreciar-se ou valorizar-se frente ao dólar norte-americano.

A variação da taxa de câmbio entre dólares americanos e reais em período recente é demonstrada na tabela do item 3.A, “Taxas de câmbio entre dólares americanos e reais”.

E. TRIBUTAÇÃO

O resumo a seguir contém uma descrição das principais consequências relativas ao imposto de renda federal no Brasil e nos Estados Unidos, no que tange à aquisição, titularidade e alienação de ações ordinárias, ações preferenciais e ADRs. Contudo, não pretende ser uma descrição completa de todas as considerações tributárias que podem ser relevantes para embasar uma decisão de compra de tais títulos. Em especial, este resumo trata apenas dos acionistas detentores de ações ordinárias e ações preferenciais ou de ADRs na forma de ativos de capital (geralmente, propriedade para investimento) e não faz considerações sobre o tratamento fiscal de um detentor de ações que possa estar sujeito a regras tributárias especiais, como um banco, uma seguradora, um corretor de ações, uma pessoa que detenha ações ordinárias, ações preferenciais ou ADRs em transações de *hedge* ou cujas ações sejam classificadas como transações de “*straddle*” ou “transações de conversão” para fins tributários, uma pessoa cuja “moeda funcional” não seja o dólar americano, uma pessoa que esteja sujeita a taxa mínima alternativa, uma sociedade (ou outra entidade tratada como sociedade para fins do imposto de renda nos Estados Unidos) ou uma pessoa que detenha, ou seja considerada como detentora de, 10% ou mais do capital votante da Companhia. Compradores em potencial de uma ação ordinária, ação preferencial ou ADR devem recorrer a seus próprios consultores fiscais em relação às consequências pessoais de seu investimento, que podem variar para investidores em diferentes situações fiscais. Este resumo é baseado em leis fiscais do Brasil e dos Estados Unidos e em regulamentações, decisões judiciais e pronunciamentos administrativos em vigor na data de elaboração deste documento, que estão sujeitos a mudanças e novas interpretações (possivelmente com efeito retroativo). Embora não haja, atualmente, nenhum tratado entre o Brasil e os Estados Unidos relativo à tributação da renda, as autoridades fiscais de ambos os países têm mantido conversações que podem culminar em um acordo desse tipo. Contudo, não há garantias em relação a quando, e se, tal acordo entrará em vigor, ou como afetará os detentores de ações ordinárias, ações preferenciais ou ADRs nos Estados Unidos. Este resumo também se baseia nas informações fornecidas pela Instituição Depositária e na pressuposição de que cada uma das obrigações descritas no Acordo de Depósito em relação aos ADRs, e quaisquer documentos a eles relacionados, serão cumpridas conforme os termos do acordo.

Considerações sobre Tributos Brasileiros

A discussão a seguir sintetiza as principais consequências tributárias da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações ordinárias e preferenciais ou ADRs por um detentor que não seja residente ou domiciliado no Brasil para fins de tributos brasileiros (“detentores não-residentes”).

A seguir encontra-se um resumo, apenas. Ele não aborda, especificamente, todas as considerações tributárias brasileiras aplicáveis a qualquer detentor não-residente, em particular. O resumo não abrange os efeitos de nenhum dos tratados tributários, ou de reciprocidade de tratamento tributário, firmados pelo Brasil com outros países. O resumo também não aborda nenhuma das consequências tributárias decorrentes de leis de qualquer estado ou município do Brasil.

Imposto de Renda

Dividendos

Os dividendos relacionados a lucros gerados em 1º de janeiro de 1996 ou após esta data, pagos por uma empresa brasileira, como a nossa companhia, incluindo dividendos sobre as ações e outros dividendos pagos aos detentores não-residentes de ações ordinárias ou preferenciais ou de ADRs, estão atualmente isentos da incidência do

imposto de renda no Brasil, por força do art. 10 da Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Juros sobre o Capital Próprio

A partir do advento da Lei Federal nº 9.249/95, uma empresa brasileira, tal como a nossa companhia, passou a poder efetuar distribuições de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, tratando tais pagamentos como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, desde que observados os limites descritos abaixo.

Para fins fiscais, estes juros, calculados sobre as contas do patrimônio líquido, estão limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo brasileira (“TJLP”), conforme determinada pelo Banco Central do Brasil, de tempos em tempos, e o montante da dedução não pode exceder o que for maior entre:

- 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre os lucros líquidos e antes de levar em conta a provisão para imposto de renda da pessoa jurídica e os montantes atribuíveis a juros sobre capital próprio) correspondente ao período em que o pagamento for feito; e
- 50% da soma dos lucros acumulados e reservas de lucros na data do início do período em que o pagamento for feito.

Os pagamentos de juros sobre o capital próprio, quando efetuados a um detentor não-residente, de maneira geral estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, ou de 25% se o detentor for residente ou domiciliado em uma Jurisdição com Tributação Favorecida (consulte “—Jurisdições com Tributação Favorecida” abaixo para uma discussão sobre tal conceito).

Tais pagamentos podem ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório, hipótese em que a empresa terá que distribuir aos acionistas um montante adicional para assegurar que o montante líquido recebido por tais acionistas, após a retenção do imposto de renda, mais o montante de dividendos declarados, seja pelo menos igual ao dividendo mínimo obrigatório.

Ganhos de Capital

Segundo a Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, os ganhos oriundos da alienação de ativos localizados no Brasil por um detentor não-residente, seja para outro detentor não-residente ou para um residente no Brasil, estão sujeitos à incidência do imposto de renda retido na fonte no Brasil.

No que diz respeito à alienação de ações ordinárias ou preferenciais, em se tratando de ativos localizados no Brasil, os detentores não-residentes estarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte sobre os ganhos apurados, segundo as regras descritas abaixo.

Com relação a ADRs, embora não se possa descartar entendimento em contrário, pode-se argumentar que os ganhos realizados por um detentor não-residente na alienação de ADRs não são tributáveis no Brasil, com base no argumento de que ADRs não são “ativos localizados no Brasil” para fins do Artigo 26 da Lei Federal nº 10.833/03. Não podemos assegurar, entretanto, que as autoridades tributárias brasileiras ou os tribunais fiscais brasileiros concordarão com esta interpretação. Assim sendo, no caso de ADRs serem considerados “ativos localizados no Brasil” para fins do Artigo 26 da Lei Federal nº 10.833/03, os ganhos auferidos na alienação de ADRs por um detentor não-residente estarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte no Brasil, segundo as regras descritas abaixo.

Os ganhos realizados como resultado da alienação de ações ordinárias ou preferenciais (ou ADRs, caso estes sejam considerados “ativos localizados no Brasil”) correspondem à diferença positiva entre o valor de alienação e o custo de aquisição dos ativos alienados, calculados em reais (sem correção monetária), segundo entendimento manifestado pelas autoridades fiscais (vide a Instrução Normativa nº 1.455, baixada pela Receita Federal do Brasil – “RFB” – em 06 de março de 2014). Há, porém, argumentos para se sustentar que tais ganhos devem ser calculados tomando por base o custo do respectivo investimento em moeda estrangeira, registrado no Banco Central do Brasil. Não podemos assegurar, entretanto, que os tribunais administrativos e/ou judiciais brasileiros concordarão com esta interpretação.

As regras relativas à incidência do imposto de renda na fonte sobre esses ganhos variam conforme o domicílio do detentor não-residente, o tipo de registro do investimento pelo detentor não-residente junto ao Banco Central do Brasil, e o modo como a alienação for realizada, conforme descrito abaixo.

Os ganhos apurados na alienação de ações ordinárias ou preferenciais realizada em Bolsa de Valores brasileira estão:

- isentos de imposto de renda quando apurados por um detentor não-residente que: (1) tenha efetuado seu investimento no Brasil de acordo com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil – “Investidor de Portfolio Qualificado” (em especial, a Resolução nº 4.373 do Conselho Monetário Nacional, de 29 de setembro de 2014); e (2) não for domiciliado ou residente em uma Jurisdição com Tributação Favorecida. Consulte “—Jurisdições com Tributação Favorecida” abaixo para uma discussão sobre tal conceito, ou
- sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15% em qualquer outra hipótese, incluindo ganhos apurados por um detentor não-residente que não seja um Investidor de Portfolio Qualificado, e de um detentor não-residente que seja domiciliado ou residente em uma Jurisdição com Tributação Favorecida. Nesses casos, uma retenção de imposto de renda de 0,005% sobre o valor de venda será aplicável e poderá ser mais adiante compensada com o eventual imposto de renda devido sobre o ganho de capital.

Ganhos apurados por um detentor não-residente com a alienação de ações ordinárias ou preferenciais (ou ADRs, em caso destas serem consideradas “ativos localizados no Brasil”) que não seja realizada em Bolsa de Valores brasileira estão geralmente sujeitos ao imposto de renda à mesma alíquota aplicável às pessoas físicas residentes no país. Até 31 de dezembro de 2016, a alíquota em questão era de 15%, por força do Artigo 21 da Lei Federal nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995. A Lei Federal nº 13.259, de 16 de março de 2016, alterou a Lei Federal nº 8.981/95 e, a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a prever que os ganhos de capital percebidos por pessoas físicas residentes no país serão tributados a alíquotas progressivas que variam entre 15% e 22,5%, dependendo do ganho total auferido, sendo: (i) 15% para ganhos de até R\$ 5 milhões; (ii) 17,5% sobre a parcela dos ganhos que exceder R\$ 5 milhões e não ultrapassar R\$ 10 milhões; (iii) 20% sobre a parcela dos ganhos que exceder R\$ 10 milhões e não ultrapassar R\$ 30 milhões; e (iv) 22,5% sobre a parcela dos ganhos que ultrapassar R\$ 30 milhões. Caso, porém, o detentor seja residente ou domiciliado em uma Jurisdição com Tributação Favorecida, os ganhos por ele apurados na alienação dos referidos ativos será tributável à alíquota fixa de 25% (consulte “—Jurisdições com Tributação Favorecida” abaixo para uma discussão sobre tal conceito).

As regras trazidas pela Lei Federal nº 13.259/16 também são atualmente aplicáveis à alienação de ações ordinárias ou preferenciais (ou ADRs, em caso de estes serem considerados “ativos localizados no Brasil”) em transação que não seja efetuada em Bolsa de Valores brasileira. Tal aumento de tributação, no entanto, não tem qualquer impacto no que se refere às transações efetuadas (i) em Bolsa de Valores brasileira, assim como (ii) por detentor que seja residente ou domiciliado em uma Jurisdição com Tributação Favorecida (independentemente de as transações serem ou não efetuadas em Bolsa de Valores brasileira).

Ganhos relativos a transações realizadas fora de Bolsa de Valores brasileira, mas em mercado de balcão não organizado, com intermediação, também estão sujeitos à retenção de imposto de renda de 0,005%, que poderá ser compensada com o eventual imposto de renda devido sobre o ganho de capital.

No caso de um resgate de ações ordinárias ou preferenciais (ou ADRs, se estes forem considerados “ativos localizados no Brasil”) ou de redução de capital de uma empresa brasileira, tal como a nossa companhia, a diferença positiva entre o montante recebido pelo detentor não-residente e o custo de aquisição das respectivas ações (ou ADRs, se estes forem consideradas como sendo “ativos localizados no Brasil”) será tratada como ganho de capital derivado de uma alienação que não é realizada em Bolsa de Valores e, por isso, estará sujeita ao imposto de renda às mesmas alíquotas descritas nos parágrafos acima.

Qualquer exercício de direitos de preferência com relação às ações ordinárias ou preferenciais ou ADRs não estará sujeito ao imposto de renda brasileiro. Os ganhos auferidos por um detentor não-residente na alienação de direitos de preferência relativos a ações ordinárias ou preferenciais ou a ADRs estarão sujeitos ao imposto de renda brasileiro segundo as mesmas normas descritas acima.

Um detentor não-residente de ADRs pode cancelá-los e trocá-los por ações ordinárias ou preferenciais. O imposto de renda poderá não incidir sobre essa troca, desde que as normas apropriadas sejam cumpridas, com respeito ao registro do investimento junto ao Banco Central do Brasil, e desde que ADRs não sejam considerados “ativos localizados no Brasil”.

O depósito de ações ordinárias ou preferenciais por um detentor não-residente em troca de ADRs poderá gerar a incidência de imposto de renda sobre o ganho presumidamente então realizado, segundo as mesmas alíquotas indicadas acima. Há, porém, argumentos para se sustentar que tal operação não deveria acarretar a incidência de imposto de renda no Brasil, contanto que as normas apropriadas sejam cumpridas com relação ao registro da operação junto ao Banco Central do Brasil.

Não há garantia de que o atual tratamento tributário favorável aos Investidores de Portfolio Qualificados continuará no futuro.

Jurisdições com Tributação Favorecida

O conceito de “Jurisdição com Tributação Favorecida” é definido pela Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e inclui os países ou dependências (1) que não tributem a renda, (2) que a tributem a alíquota máxima inferior a 20% (este percentual pode ser reduzido ou restabelecido pelo Poder Executivo) ou (3) cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade, ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes. A IN RFB nº 1.037, de 04 de junho de 2010, lista expressamente quais países e dependências enquadram-se em tal conceito.

A referida Lei Federal nº 9.430/96, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 11.727, de 23 de junho de 2008, ainda dispõe sobre o conceito de “Regime Fiscal Privilegiado”; tais regimes também são expressamente listados pela IN RFB nº 1.037/10. Esse conceito, de toda forma, não parece relevante para fins da análise da tributação incidente sobre investimentos feitos por detentores não-residentes de ações ordinárias e preferenciais ou ADRs, muito embora não se possa descartar o risco de as autoridades fiscais entenderem de forma diversa.

Com o advento da Portaria nº 488, editada pelo Ministério da Fazenda em 28 de novembro de 2014, a alíquota máxima de tributação de renda para caracterização da “Jurisdição com Tributação Favorecida” (item (2), acima) foi reduzida de 20% para 17%.

Tributação sobre Operações de Câmbio

A lei brasileira impõe um imposto sobre operações de câmbio (“IOF/Câmbio”) devido na liquidação de contratos de câmbio relativos à conversão de *reais* em moeda estrangeira e na conversão de moeda estrangeira em *reais*.

Atualmente, como regra geral, o IOF/Câmbio é cobrado à alíquota de 0,38%. Há, entretanto, uma série de exceções a tal regra geral (conforme previsto no artigo 15-B do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, em sua redação em vigor).

As operações de câmbio relativas ao fluxo de entrada de recursos no Brasil para investimentos realizados por investidores estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais brasileiros estão atualmente sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de zero por cento.

As operações de câmbio para fins de retorno de recursos investidos nos mercados financeiro e de capitais brasileiros estão também sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de zero por cento. Tal alíquota é também aplicável quanto às remessas de recursos ao exterior relativas a pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio por empresas brasileiras.

O governo brasileiro pode aumentar a alíquota do IOF/Câmbio a qualquer tempo até a alíquota máxima de 25% sobre o valor da operação cambial. Entretanto, qualquer aumento de alíquota somente será aplicável quanto a operações celebradas após a sua entrada em vigor.

Tributação sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários

A lei brasileira prevê um imposto sobre operações relativas a títulos e valores Mobiliários (“IOF/Títulos”) que é devido sobre operações envolvendo títulos e valores mobiliários, incluindo aquelas realizadas em bolsa de valores brasileira. Atualmente, o IOF/Títulos é cobrado à alíquota de zero por cento na maioria das operações envolvendo ações ordinárias e preferenciais, inclusive nas operações de cessão de ações negociadas em bolsa de valores brasileira, com o fim específico de lastrear a emissão de *depository receipts* a serem negociados no exterior.

O governo brasileiro pode aumentar a alíquota do IOF/Títulos a qualquer tempo até a alíquota máxima de 1,5% por dia sobre o valor da operação, mas qualquer aumento de alíquota somente será aplicável quanto a operações celebradas após a sua entrada em vigor.

Outros Tributos Brasileiros

Não há tributos brasileiros federais especificamente incidentes sobre herança, doação ou sucessão da titularidade, transferência ou alienação de ações ordinárias ou preferenciais ou ADRs, exceto os tributos sobre doações e heranças que podem ser exigidos por estados brasileiros. Não há tributos ou quaisquer encargos semelhantes referentes a selo, emissão ou registro, a serem pagos por detentores de ações ordinárias ou preferenciais e ADRs.

Considerações sobre Tributos dos Estados Unidos

Considerações sobre Imposto de Renda Federal dos EUA

A seguinte discussão resume as principais considerações sobre o imposto de renda federal dos EUA relacionadas à compra, propriedade e disposição de Ações Preferenciais ou ADRs (*American Depositary Receipts*) Preferenciais por um titular dos EUA (conforme definido abaixo) portando tais ações ou ADRs como bens de capital (em geral, bens retidos para investimento). O presente resumo se baseia no Código Tributário Federal dos EUA de 1986 (o “Código”), regulamentações do Tesouro, pronunciamentos administrativos da Receita Federal dos EUA (o “IRS”) e decisões judiciais, tudo conforme vigência na data do presente instrumento, e tudo sujeito a mudanças (possivelmente com efeitos retroativos) e a interpretações distintas. O presente resumo não faz referência a leis federais que não sejam aquelas respectivas à tributação de renda federal dos EUA (tais como o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e o imposto sobre doação), tampouco aborda quaisquer aspectos da tributação local ou estadual dos EUA ou da tributação de outros lugares que não os EUA. Titulares dos EUA devem buscar aconselhamento junto a seus próprios consultores fiscais em relação a tais assuntos.

O presente resumo não pretende abordar todas as consequências materiais de imposto de renda federal dos EUA que possam ser relevantes a um titular dos EUA de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais, e não leva em conta as circunstâncias específicas de quaisquer investidores em particular, alguns dos quais (como entidades isentas, bancos ou outras instituições financeiras, companhias de seguros, corretores, operadores de valores mobiliários que optam pelo método de contabilidade de remarcação ao mercado para seus bens mobiliários, empresas de investimento regulamentadas, fundos de investimento imobiliários, expatriados dos EUA, investidores responsáveis por imposto de renda mínimo, sociedades e outras entidades de transferência, investidores que detêm ou são tratados como titulares de 10% ou mais das ações com direito de voto da Empresa, investidores que detêm Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais como parte de uma estratégia de combinação de opções, *hedge*, conversão ou transação de venda presumida, ou outra transação integrada, e titulares dos EUA cuja moeda funcional não é o dólar dos EUA) podem estar sujeitos a normas tributárias especiais.

Conforme utilizado no presente instrumento, um “titular dos EUA” é um beneficiário efetivo de uma Ação Preferencial ou ADR Preferencial que é, para fins de imposto de renda federal dos EUA, (i) um cidadão ou indivíduos de fora residente dos Estados Unidos, (ii) uma empresa (ou uma entidade tributável como empresa) criada ou estabelecida nos termos da legislação dos Estados Unidos, de qualquer estado desse país ou do Distrito de Colúmbia, (iii) um patrimônio, o lucro do qual está sujeito a imposto de renda federal dos EUA desconsiderando sua fonte, ou (iv) um fundo se (1) um tribunal dos Estados Unidos for capaz de exercer supervisão principal sobre a administração do fundo, e uma ou mais pessoas dos EUA tenham autoridade para controlar todas as decisões substanciais do fundo, ou (2) o fundo tenha uma eleição válida vigente nos termos das regulamentações aplicáveis do Tesouro a ser tratada como uma pessoa dos EUA. Para os propósitos da presente discussão, um “titular não americano” é um beneficiário efetivo de uma Ação Preferencial ou ADR Preferencial que não é um titular dos EUA ou uma sociedade.

Se uma sociedade (incluindo para esse propósito qualquer entidade tratada como uma sociedade para propósitos de imposto de renda federal dos EUA) for um beneficiário efetivo de uma Ação Preferencial ou ADR Preferencial, o tratamento tributário de imposto de renda federal dos EUA de um sócio na sociedade geralmente dependerá da situação do sócio e das atividades da sociedade. Um titular de uma Ação Preferencial ou ADR Preferencial que for uma sociedade e sócios nessa sociedade devem buscar aconselhamento junto a seus próprios consultores fiscais quanto a consequências de compra, propriedade e disposição de Ações Preferenciais ou ADR Preferenciais.

Natureza de ADRs Preferenciais para Fins de Imposto de Renda Federal dos EUA

O resumo a seguir presume que as representações contidas no contrato de depósito entre nós, The Bank of New York Mellon, como depositário, e os titulares e beneficiários efetivos ocasionalmente de ADRs emitidos nos termos desse instrumento são verdadeiros e que as obrigações no contrato de depósito e qualquer contrato relacionado serão cumpridas de acordo com seus termos. No geral, para fins de imposto de renda federal dos EUA, um titular de um ADR Preferencial será tratado como o proprietário das Ações Preferenciais subjacentes. Dessa forma, exceto conforme especificamente indicado abaixo, as consequências tributárias discutidas com relação a ADRs Preferenciais serão as mesmas para as Ações Preferenciais na Empresa, e as trocas de Ações Preferenciais por ADRs Preferenciais, e ADRs Preferenciais por Ações Preferenciais, em geral, não estarão sujeitas ao imposto de renda federal dos EUA.

Para os propósitos do resumo a seguir, qualquer referência às Ações Preferenciais serão entendidas como também incluindo referência a ADRs Preferenciais, exceto se indicado de alguma outra forma.

Tributação de Distribuições

Titulares dos EUA

Em geral, sujeita às normas discutidas abaixo de empresa de investimento estrangeiro passivo (“PFIC”), uma distribuição em uma Ação Preferencial constituirá um dividendo para fins de imposto de renda federal dos EUA que é feito a partir dos rendimentos e lucros atuais ou acumulados da Empresa, conforme determinado nos termos dos princípios de imposto de renda federal dos EUA. Se uma distribuição exceder a quantia de rendimentos e lucros atuais e acumulados da Empresa, será tratada como uma redução de base não tributável na proporção da base de cálculo do titular dos EUA na Ação Preferencial sobre a qual é paga, e na proporção que exceder essa base será tratada como ganho de capital. A Empresa não visa calcular seus rendimentos e lucros nos termos dos princípios do imposto de renda federal dos EUA. Dessa forma, um titular dos EUA deve esperar que uma distribuição sobre uma Ação Preferencial em geral será tratada como um dividendo mesmo se essa distribuição fosse de outra maneira tratada como retorno de capital ou ganho de capital não tributáveis nos termos das normas descritas acima. Para os propósitos da presente discussão, o termo “dividendo” significa uma distribuição que constitui um dividendo para fins de imposto de renda federal dos EUA.

A quantia bruta de qualquer dividendo sobre uma Ação Preferencial (que incluirá a quantia de quaisquer tributos brasileiros retidos) geralmente estará sujeita ao imposto de renda federal dos EUA como renda de dividendo de fonte estrangeira e não estará elegível para a dedução recebida de dividendos corporativos. No caso de uma Ação Preferencial, mas não um ADR Preferencial, a quantia de um dividendo pago em moeda brasileira será seu valor em dólares americanos com base na taxa de câmbio do mercado à vista predominante vigente no dia que o titular dos EUA recebe o dividendo. No caso de um dividendo recebido concernente a um ADR Preferencial, a quantia de um dividendo pago em moeda brasileira será seu valor em dólares americanos com base na taxa de câmbio do mercado à vista predominante vigente na data que o Depositário recebê-la, seja o dividendo convertido em dólares americanos ou não. Um titular dos EUA terá uma base de cálculo em qualquer moeda brasileira distribuída igual ao seu valor em dólares americanos na data de recebimento, e qualquer outro ganho ou perda realizado sobre uma conversão subsequente ou outra disposição da moeda brasileira em geral será tratado como renda ou perda ordinários de fonte dos EUA. Se dividendos pagos em moeda brasileira forem convertidos em dólares americanos na data em que forem recebidos por um titular dos EUA, pelo Depositário ou seu representante, conforme o caso, o titular dos EUA em geral não será requerido a reconhecer ganho ou perda de moeda estrangeira quanto à renda do dividendo. Titulares dos EUA devem buscar aconselhamento com seus próprios consultores fiscais em relação ao tratamento de qualquer ganho ou perda em moeda estrangeira se alguma moeda brasileira recebida pelo titular dos EUA, pelo Depositário ou seu representante não for convertida em dólares americanos na data do recebimento.

Sujeito a certas exceções para posições de *hedge*, qualquer dividendo que um titular dos EUA não corporativo receber sobre uma Ação Preferencial estará em geral sujeito a uma taxa de imposto de renda federal máxima de 20% se o dividendo for um “dividendo qualificado”. Um dividendo sobre uma Ação Preferencial será um dividendo qualificado se (i) as Ações Preferenciais estiverem prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, (ii) o titular dos EUA atender a exigência do período de retenção para a Ação Preferencial (geralmente mais de 60 dias durante o período de 121 dias, que começa 60 dias antes da data ex-dividendo), e (iii) a Empresa não ter sido, no ano anterior ao ano que o dividendo foi pago, e não for, no ano em que o dividendo for pago, uma empresa de investimento estrangeiro passivo (“PFIC”).

Os ADRs Preferenciais estão listados na Bolsa de Valores de Nova York e se qualificarão como prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos enquanto estiverem listados. Com base na orientação existente, não é totalmente claro se um dividendo em uma ação preferencial será tratado como um dividendo qualificado, porque as próprias ações preferenciais não são listadas em uma bolsa de valores dos EUA. Conforme discutido abaixo em “Normas PFIC”, a Empresa não crê que era uma PFIC para fins de imposto de renda

federal dos EUA para o seu ano fiscal 2013, nem espera ser classificada como uma PFIC em seu atual ano fiscal ou nos subsequentes. Considerando que a determinação de situação de PFIC envolve a aplicação de normas tributárias complexas, e que isso se baseia na natureza do rendimento e dos ativos da Empresa ocasionalmente, nenhuma garantia pode ser dada de que a Empresa não será considerada uma PFIC para o atual (ou qualquer anterior ou futuro) ano fiscal.

O Departamento do Tesouro americano anunciou sua intenção de promulgar regras detalhadas em concordância com as quais titulares de ações de empresas não americanas, e intermediários através dos quais a ação é mantida, serão permitidos a contar com certificações de emitentes para estabelecer que dividendos sejam tratados como dividendos qualificados. Em razão desses procedimentos detalhados ainda não terem sido emitidos, não é claro se a Empresa poderá acatá-los. Limitações especiais sobre deduções estrangeiras se aplicarão a dividendos sujeitos à taxa reduzida de imposto para dividendos qualificados. Titulares dos EUA de Ações Preferenciais devem buscar aconselhamento junto a seus próprios consultores fiscais quanto à disponibilidade da taxa reduzida de dividendos perante suas próprias circunstâncias particulares.

Qualquer retenção de imposto brasileira será tratada como imposto de renda estrangeiro elegível para crédito contra uma obrigação de imposto de renda federal dos EUA de titular dos EUA, sujeita a limitações geralmente aplicáveis nos termos da legislação de imposto de renda federal americana. Para fins de cômputo dessas limitações separadamente para categorias específicas de renda, um dividendo geralmente constituirá “renda de categoria passiva” de fonte estrangeira ou, no caso de certos titulares, “renda de categoria geral”. Um titular dos EUA terá uma dedução estrangeira negada quanto a imposto de renda brasileiro retido de dividendos recebidos quanto a Ações Preferenciais subjacentes, considerando que o titular dos EUA não tenha retido as Ações Preferenciais por no mínimo 46 dias do período de 90 dias começando na data que está 45 dias antes da data ex-dividendo ou considerando que o titular dos EUA esteja sob uma obrigação de realizar pagamentos relacionados quanto a bens relacionados ou substancialmente semelhantes. Quaisquer dias durante os quais um titular dos EUA tiver diminuído substancialmente seu risco de perda sobre as Ações Preferenciais não são contados em consideração a alcançar o período de retenção de 46 dias exigido pelo estatuto. De maneira alternativa, qualquer imposto brasileiro retido na fonte pode ser considerado como uma dedução da renda tributável, desde que o titular dos EUA tenha uma dedução e não um crédito para todos os impostos de renda estrangeiros pagos ou acumulados no mesmo ano fiscal. As normas referentes à determinação da dedução estrangeira são complexas, e titulares dos EUA devem buscar aconselhamento junto a seus próprios consultores fiscais para determinar se e até que ponto terão direito a deduções estrangeiras, assim como a respeito da determinação da limitação da dedução estrangeira.

Titulares dos EUA devem estar cientes de que o IRS tem expressado preocupação de que partes às quais ADRs são transferidos possam estar realizando ações que são inconsistentes com a reivindicação de deduções estrangeiras por parte de titulares dos EUA de ADRs. Assim, a discussão acima sobre a credibilidade dos impostos brasileiros retidos na fonte pode ser afetada por ações futuras que possam ser tomadas pelo IRS.

Titulares não americanos

Um dividendo pago a um titular não americano sobre uma Ação Preferencial não estará sujeito a imposto de renda federal dos EUA, exceto se o dividendo estiver efetivamente conectado com a conduta de atividade comercial por parte de um titular não americano dentro dos Estados Unidos (e, se algum tratado sobre imposto de renda aplicável assim dispor, for atribuível a um estabelecimento permanente ou base fixa que o titular não americano mantenha nos Estados Unidos). Um titular não americano geralmente estará sujeito a imposto sobre um dividendo efetivamente conectado da mesma maneira que um titular dos EUA. Um titular não americano corporativo pode também estar sujeito, em certas circunstâncias, a um “imposto sobre lucros” adicional, a proporção do qual pode ser reduzida de acordo com algum tratado de imposto de renda aplicável.

Tributação de Ganhos de Capital

Titulares dos EUA

Sujeito às normas PFIC discutidas abaixo, sobre uma venda ou outra disposição tributável de uma Ação Preferencial, um titular dos EUA reconhecerá ganho ou perda de capital em uma quantia igual à diferença entre a base ajustada do titular dos EUA na Ação Preferencial e a quantia realizada na venda ou outra disposição tributável, tudo determinado em dólares americanos. Tal ganho ou perda de capital será um ganho ou perda de capital de longo prazo se no momento da venda ou outra disposição tributável a Ação Preferencial tiver sido retida por mais de um ano. Em geral, qualquer ganho de capital líquido ajustado de um titular dos EUA não corporativo está sujeito a uma taxa de imposto de renda federal máxima de 20%. A dedutibilidade de perdas de capital está sujeita a limitações.

Qualquer ganho que um titular dos EUA reconheça geralmente será lucro de fonte americano para fins de dedução estrangeira dos EUA, e, sujeito a certas exceções, qualquer perda em geral será uma perda de fonte dos EUA. Se um tributo brasileiro for retido em uma venda ou outra disposição de uma Ação Preferencial, a quantia realizada incluirá a quantia bruta dos procedimentos daquela venda ou outra disposição antes da dedução do tributo brasileiro. As limitações geralmente aplicáveis nos termos da legislação de imposto de renda federal dos EUA sobre creditar tributos de renda estrangeiros geralmente impede que um titular dos EUA obtenha uma redução estrangeira para qualquer imposto de renda brasileiro retido sobre uma venda de uma Ação Preferencial. De maneira alternativa, qualquer imposto brasileiro retido na fonte pode ser considerado como uma dedução da renda tributável, desde que o titular dos EUA tenha uma dedução e não um crédito para todos os impostos de renda estrangeiros pagos ou acumulados no mesmo ano fiscal. As normas referentes à determinação da dedução estrangeira são complexas, e titulares dos EUA devem buscar aconselhamento junto a seus próprios consultores fiscais quanto à aplicação de tais regras.

Titulares não americanos

Um titular não americano não estará sujeito ao imposto de renda federal dos EUA sobre um ganho reconhecido em uma venda ou outra disposição de uma Ação Preferencial, a menos que (i) o ganho esteja efetivamente ligado à condução de atividades comerciais pelo titular não americano dentro dos Estados Unidos (e, se algum tratado aplicável assim dispor, for atribuível a um estabelecimento permanente ou base fixa que o titular não americano mantenha nos Estados Unidos), ou (ii), no caso de um titular não americano que seja pessoa física, o titular esteja presente nos Estados Unidos por 183 dias ou mais no ano fiscal da venda ou outra disposição tributável, e certas outras condições se apliquem. Qualquer ganho efetivamente ligado de um titular não americano corporativo pode também estar sujeito, em certas circunstâncias, a um “imposto sobre lucros” adicional, a proporção do qual pode ser reduzida de acordo com algum tratado de imposto de renda aplicável.

Normas PFIC

Um conjunto especial de normas sobre imposto de renda federal dos EUA se aplica a uma empresa estrangeira que for uma PFIC para fins de imposto de renda federal dos EUA. Com base nos demonstrativos financeiros auditados da Empresa e dados de mercado e acionistas relevantes, assim como as atividades, ativos e renda atuais projetados da Empresa, a Empresa crê não ser uma PFIC para fins de imposto de renda federal dos EUA para o seu ano fiscal 2013, nem espera ser classificada como uma PFIC em seu atual ano fiscal ou nos subsequentes. No entanto, por a determinação de a Empresa ser ou não uma PFIC ser baseada na composição de sua renda e ativos ocasionalmente, e porque há incertezas na aplicação das regras pertinentes, é possível que a empresa se torne uma PFIC em um futuro ano fiscal (e nenhuma garantia pode ser dada de que a Empresa não será considerada uma PFIC para o seu atual [ou qualquer passado] ano fiscal).

Se as Ações Preferenciais forem ações de uma PFIC em qualquer ano fiscal, titulares dos EUA (inclusive certos titulares dos EUA indiretos) geralmente estarão sujeitos a consequências tributárias adversas, incluindo a possível imposição de tratamento de renda ordinário para ganhos ou “distribuições em excesso” (geralmente uma distribuição de mais de 125% da média de distribuições recebidas durante os últimos três anos ou, se menor, o período de detenção do titular dos EUA), que seriam tributadas como ganhos de capital ou dividendos, junto com uma taxa de juros sobre ganhos ou “distribuições em excesso” imputável a anos anteriores no período de detenção do titular dos EUA durante o qual a empresa estava determinada a ser uma PFIC. Se a Empresa for considerada uma PFIC para um ano fiscal, dividendos sobre uma Ação Preferencial não constituiriam “dividendos qualificados” sujeitos a taxas preferenciais da tributação de renda federal dos EUA. Além disso, se a Empresa for considerado uma PFIC para um ano fiscal, titulares dos EUA estariam sujeitos a maiores exigências de declaração. Titulares dos EUA devem buscar aconselhamento junto a seus próprios consultores fiscais em relação à aplicação das normas PFIC.

Imposto de Assistência de Saúde

Um titular dos EUA que for uma pessoa física ou patrimônio, ou um fundo que não se encaixa em uma classe especial de fundos que se isente de tal tributo, estará sujeito a um imposto de 3,8% no menor de (1) “renda de investimento líquida” (ou “renda de investimento líquida” não distribuída) para o ano fiscal pertinente, e (2) o excedente da renda bruta ajustada modificada do titular dos EUA para o ano fiscal sobre certo patamar (que no caso de pessoas físicas estará entre US\$ 125.000 e US\$ 250.000, dependendo das circunstâncias da pessoa física). Uma renda de investimento líquido de um titular em geral incluirá sua renda de dividendo e seus ganhos líquidos a partir da disposição das Ações Preferenciais, a não ser que a renda de dividendo ou ganhos líquidos sejam derivados no curso normal da conduta de uma atividade comercial (diferente de uma atividade comercial que consiste em certas atividades passivas ou negociais). Se você for um titular dos EUA que for uma pessoa física, patrimônio ou fundo, deve buscar aconselhamento junto a seu próprio

consultor fiscal com respeito à aplicabilidade desse imposto de assistência de saúde sobre sua renda e ganhos em relação a seu investimento em nossas ações ordinárias.

Fornecimento de Informações e Retenção de Segurança na Fonte

De acordo com a lei do imposto de renda federal dos EUA e com o regulamento do Ministério da Fazenda, certas categorias de detentores norte-americanos devem preencher declarações de informações relacionadas aos seus investimentos, ou às suas participações, em uma sociedade estrangeira. Por exemplo, a legislação aprovada recentemente impõe, de modo geral, novas obrigações de divulgação de declaração dos EUA (e multas relacionadas) sobre detentores norte-americanos que detenham certos ativos financeiros internacionais especificados superiores a \$50.000. A definição dos ativos financeiros internacionais especificados inclui não somente as contas financeiras mantidas em instituições financeiras internacionais, mas também qualquer ação ou título detido por uma pessoa que não seja norte-americana, qualquer instrumento financeiro ou contrato detido para investimento que possua um emissor ou contraparte que não seja norte-americano e qualquer participação em uma entidade internacional, a menos que seja detido em contas mantidas por uma instituição financeira. Os detentores norte-americanos podem estar sujeitos a estes requisitos de divulgação de informações, a menos que seus ADRs Preferenciais sejam detidos em uma conta de uma instituição financeira nacional. As multas para quem não declarar algumas das referidas informações são expressivas. Os detentores norte-americanos devem consultar seus próprios consultores tributários quanto aos requisitos do preenchimento das declarações de informações e, caso aplicável, quanto às declarações das obrigações relacionadas às normas da PFIC [Sociedade de investimento internacional passiva].

Os dividendos pagos sobre, e os resultados da venda, ou outras alienações, de um ADR Preferencial a um detentor americano estarão geralmente sujeitos ao fornecimento de informações e podem estar sujeitos a uma retenção de na fonte de 28%, a não ser que o detentor americano forneça um número de contribuinte correto ou de outra forma demonstre que está isento. A quantia relativa a qualquer retenção de segurança sobre um pagamento feito por um detentor americano será passível de crédito contra o imposto de renda federal nos Estados Unidos a ser pago pelo detentor americano, e pode qualificar o detentor americano para uma restituição, desde que certas informações exigidas sejam fornecidas ao Serviço de Arrecadação IRS. Um detentor não americano está geralmente isento da retenção de segurança e também de submeter informações sobre pagamentos feitos nos Estados Unidos, mas pode ter de se adequar a certas exigências de certificação e identificação para comprovar sua qualificação como isento.

F. DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Não se aplica.

G. PARECER DE ESPECIALISTAS

Não se aplica.

H. DOCUMENTOS PARA CONSULTA

A Companhia submete seus documentos em formato eletrônico por meio do sistema EDGAR para arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) e XBRL - eXtensible Business Reporting Language. Tais arquivos estão disponíveis para consulta pelo sistema EDGAR e XBRL no endereço www.sec.gov. Os documentos arquivados da Companhia estão também disponíveis para consulta pública por meio da Internet no *website* da Gerdau www.gerdau.com. Tais arquivos e outras informações do site da Gerdau não estão incorporados por referência a este Relatório Anual. Os interessados podem solicitar uma cópia deste arquivo e de qualquer outro relatório, gratuitamente, bastando enviar uma solicitação para o endereço a seguir: Av. das Nações Unidas, 8501 – São Paulo-SP – 05.425-070 – Brasil, ou via telefone 55-11-3094 6300, ou via e-mail para inform@gerdau.com.br. De acordo com a Regra 303A.11 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange Corporate Governance, Rule 303A.11*), a Companhia disponibiliza em seu *website*, um resumo das diferenças entre suas práticas de governança corporativa e aquelas seguidas pelas empresas americanas que seguem as normas de registro da Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange*).

I. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

Não se aplica.

ITEM 11. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS A RESPEITO DE RISCOS DE MERCADO

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, que envolvem a variação das taxas de câmbio e das taxas de juros. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos sobre seus ativos e passivos financeiros ou sobre o fluxo de caixa e receita futuros. A Companhia estabeleceu políticas para avaliar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos.

Risco de taxas de câmbio

Esse risco está relacionado à possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio, afetando o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a este risco calculando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que seus recebíveis originados das exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moedas estrangeiras e seus investimentos em companhias no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis):

Em 31/12/2017, a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 129.209 mil e R\$ 79.088 mil após os efeitos decorrentes das alterações de hedge de investimento líquido descritos na nota 15.g - (R\$ 253.294 mil e R\$ 177.711 mil em 31/12/2016, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Em função do investment hedge as variações são minimizadas quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Risco de taxas de juros

Este risco é relacionado à possibilidade de flutuações nas taxas de juros afetarem o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou fluxo de caixa e receita futuros. A Companhia avalia sua exposição a este risco: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos das taxas de juros, como LIBOR e CDI. Assim, a Companhia pode contratar swap de taxa de juros a fim de mitigar estes riscos.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (Interest rate sensitivity analysis):

A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 basis points (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2017, R\$ 54.908 mil (R\$ 63.416 mil em 31/12/2016) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 13 e 14, e são principalmente compostas por Libor e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Risco de preço das commodities

Este risco está relacionado à possibilidade de flutuações nos preços dos produtos vendidos pela Companhia ou no preço da matéria-prima e outros insumos utilizados no processo produtivo. Por operar em um mercado de commodities, as receitas de vendas e o custo das vendas da Companhia podem ser afetados por alterações nos preços internacionais dos produtos que ela vende e das matérias-primas que ela compra. A fim de minimizar este risco, a Companhia monitora constantemente as variações de preços nos mercados nacional e internacional.

A análise de sensibilidade feita pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 1% nos preços dos produtos vendidos e nos preços das matérias-primas. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2017, totaliza R\$ 369.176 mil (R\$ 376.517 mil em 31/12/2016) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 234.239 mil em 31/12/2017 (R\$ 228.637 mil em 31/12/2016). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas a clientes ou de investimentos feitos em instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando constantemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital

Esse risco advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Nos últimos 5 anos, a metodologia BSC (*Balance Scorecard*) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores chave (KPI – *Key Performance Indicators*) relacionados ao objetivo “Gestão da Estrutura de Capital” são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/EBITDA, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e financiamentos (nota 13 - Demonstração Consolidada dos Resultados) e pelas Debêntures (nota 14 - Demonstração Consolidada dos Resultados). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado.

Risco de liquidez

A política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE OUTROS TIPOS DE CAPITAL

A. TÍTULOS DE DÍVIDA

Não aplicável

B. GARANTIAS E DIREITOS

Não aplicável

C. OUTROS TÍTULOS

Não aplicável

D. CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES

Em 10 de março de 1999, a Gerdau S.A. obteve registro para emissão de ADRs Nível II, os quais começaram a ser negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) nesta mesma data. Sob o símbolo GGB, estes ADRs Nível II são equivalentes a uma ação preferencial da Gerdau S.A. (GGBR4).

O JP Morgan Chase Bank, na qualidade de depositário, concordou em reembolsar a Companhia das despesas incorridas em relação à instituição e manutenção do programa de American Depositary Shares (ADSs). O depositário concordou em reembolsar a Companhia da taxa contínua e anual de registro de ações em bolsa devida pela Companhia. Também concordou em arcar com os custos normais de manutenção dos ADRs, e a reembolsar a Companhia anualmente em relação a alguns programas de relações com investidores ou atividades promocionais especiais. Em alguns casos, o depositário concordou em prover pagamentos adicionais à Companhia com base em quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis relacionados aos instrumentos de ADR. Existem limites para o montante de despesas das quais o depositário reembolsará a Companhia, mas o montante de reembolso disponível para a Companhia não está necessariamente atrelado ao montante de taxas cobradas aos investidores. No exercício de 2017 o depositário reembolsou a Companhia o montante de R\$ 6,1 milhões (o equivalente a US\$ 1,9 milhão considerando a cotação média de 2017).

O depositário cobra suas taxas por serviços relacionados à entrega de ADSs diretamente das ações depositadas dos investidores ou dos ADSs entregues dos investidores, com propósito de retirada ou de intermediários agindo em seu nome. O depositário cobra taxas pela execução de distribuições aos investidores, deduzindo tais taxas dos montantes distribuídos ou vendendo uma parcela de propriedade passível de distribuição para pagamento das taxas. O depositário pode cobrar sua taxa anual pelos serviços de depositário, deduzindo-a de distribuições em espécie, ou via cobrança direta aos investidores ou via cobrança nas contas do sistema de escrituração de ações de participantes agindo em nome dos investidores.

As taxas que os detentores de ADR podem ser obrigados a pagar ou incorrer anualmente são as seguintes:

Recibos de transferências, desdobramentos e grupamentos	US\$1,50 por transferência de ADR
Serviços administrativos do banco depositário	US\$0,05 ou menos por ADR
Retirada ou depósito/emissão e cancelamento de ações subjacente a ADRs	US\$5,00 ou menos por 100 ADRs
Distribuições em dinheiro	US\$0,05 ou menos por ADR

PARTE II

ITEM 13. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS, DIVIDENDOS ATRASADOS E INADIMPLÊNCIA

Não se aplica.

ITEM 14. MODIFICAÇÕES SUBSTANCIAIS AOS DIREITOS DOS DETENTORES DE TÍTULOS E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Não se aplica.

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

Procedimentos e controle de divulgação de informações

A Companhia estabeleceu controles e procedimentos para garantir que as informações que devem ser divulgadas pela Companhia nos relatórios arquivados ou apresentados sob a Lei de Valores Mobiliários de 1934 sejam registradas, processadas, resumidas e relatadas dentro dos prazos especificados pelas regras da SEC. Estas informações são disponibilizadas aos responsáveis que certificam os relatórios financeiros da Companhia, além de outros membros da diretoria e do Comitê de Divulgação, a fim de permitir decisões oportunas em relação à divulgação necessária.

Um sistema de controles, mesmo que eficaz no seu desenho e operação, pode oferecer uma razoável, mas não absoluta segurança de que os seus objetivos serão atingidos. Portanto, baseado na avaliação dos certificadores de 31 de Dezembro de 2017, o Chief Executive Officer e o Chief Financial Officer da Companhia concluíram que a concepção e a operação dos controles e procedimentos referentes à divulgação das informações (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) da Securities Exchange Act de 1934) são efetivas e apresentam um nível razoável de confiabilidade.

A Gerdau S.A. possui um Comitê de Divulgação composto pelo Diretor Presidente, Gustavo Werneck da Cunha, Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, Harley Lorentz Scardoelli, Diretor Jurídico,

Andre Arenó, Diretor Contábil, Clemir Uhlein e o Diretor de Assuntos Institucionais e Comunicação Corporativa, Renato Gasparetto Junior. Este Comitê supervisiona e revisa todos os materiais legalmente exigidos para divulgação, além de todas as informações necessárias para embasar os documentos mencionados. Este Comitê reúne-se regularmente com o objetivo de revisar todas essas informações.

Não houve alterações significativas nos controles internos executados pela Companhia ou em outros fatores que pudessem afetar significativamente esses controles após a data da sua avaliação mais recente.

Favor consultar os documentos anexos 12.01 e 12.02 para os certificados exigidos neste Item.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS CONTROLES INTERNOS RELATIVOS AOS RELATÓRIOS FINANCEIROS

A Administração da Gerdau S.A. é responsável pelo estabelecimento, eficácia e manutenção dos procedimentos e do sistema de controles internos sobre as Demonstrações Financeiras, como definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) da Securities Exchange Act de 1934. Os controles internos da Companhia são concebidos para fornecer uma razoável segurança a respeito da confiabilidade e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas para fins externos, de acordo com princípios de contabilidade amplamente aceitos. Devido a suas limitações inerentes, os controles internos sobre as Demonstrações Financeiras podem não impedir ou detectar distorções. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficiência em períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa ser prejudicado.

A administração documentou e avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2017, suportando-se dos critérios estabelecidos no “Internal Control – Integrated Framework (2013)”, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). Baseado nessa avaliação, a Administração conclui que a Companhia possui um efetivo ambiente de controles internos sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A KPMG Auditores Independentes, registrada como uma firma pública e independente de auditoria contábil, auditou e emitiu um relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ITEM 16. [RESERVADO]

ITEM 16A. ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA

A Assembleia Geral Ordinária determinou que Bolívar Charneski, membro do Conselho Fiscal, é um “especialista financeiro” independente de acordo com as regras da SEC aplicáveis à informação sobre essa especialidade.

ITEM 16B. CÓDIGO DE ÉTICA

Em 2011, Gerdau S.A. integrou seus três códigos – Código de Ética Gerdau, Código de Ética e Conduta em Negócios da Gerdau Ameristeel e o Código de Ética para Executivos da Gerdau Ameristeel – num único Código de Ética aplicável a todas as operações de negócio no mundo.

As disposições do Código se aplicam tanto ao Presidente do Conselho, ao Vice-Presidente de Finanças e Controladoria, como ao Diretor Contábil, ao Compliance Officer e a outras pessoas com funções similares.

O Código de Ética está focado nos temas mais importantes de ética e compliance para empresas de capital aberto, atendendo todas as normas legais aplicáveis.

O código está organizado de acordo com os valores da companhia, que são: (a) Ter a preferência do cliente; (b) Segurança das pessoas acima de tudo; (c) Pessoas respeitadas, comprometidas e realizadas; (d) Excelência com simplicidade; (e) Foco em resultados; (f) Integridade com todos os públicos e, (g) Sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O código explica a todos os empregados os passos a serem seguidos ao reportarem violações. A companhia já havia implementado Canal da Ética para o qual todos os empregados e terceiros devem encaminhar qualquer violação ao código. Para terceiros há um Código de Ética com o mesmo conteúdo, mas com linguagem adaptada aos seus colaboradores.

O objetivo e o conteúdo do atual Código de Ética foram divulgados para todos os empregados, tendo sido objeto de treinamento de todos.

Da mesma forma que os três códigos anteriores, mencionados no primeiro parágrafo, o atual código atende as definições previstas nos regulamentos da SEC e da Bolsa de Valores de Nova Iorque, cobrindo condutas de negócio antiéticas, conflitos de interesses, divulgação de informações, assim como cumprimento da legislação.

O Código de Ética é apresentado neste documento como seu anexo 11.01 e também pode ser acessado através da página da empresa na internet (www.gerdau.com).

A empresa não concedeu nenhuma isenção de cumprimento das disposições do código no último ano fiscal.

ITEM 16C. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E SERVIÇOS DO PRINCIPAL AUDITOR

A tabela a seguir apresenta informações sobre os honorários cobrados da Gerdau por serviços profissionais prestados pela firma de auditoria independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras incluídas neste Relatório Anual (em milhares de reais), o qual é KPMG para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e PricewaterhouseCoopers para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	2017	2016
Honorários de auditoria	8.751	14.368
Honorários relacionados à auditoria	—	290
Outros honorários	715	74
Total	9.466	14.732

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Gerdau, revisões trimestrais das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada. Esses valores também incluem honorários referentes à auditoria de controles internos relacionados com os relatórios financeiros da Gerdau e da Gerdau Ameristeel.

Honorários relacionados à auditoria referem-se serviços como *due diligence* tradicionalmente realizados por um auditor externo em aquisições e consultoria sobre padrões e transações contábeis.

Outros honorários correspondem a serviços prestados às subsidiárias referentes ao cumprimento de requisitos tributários e serviços tributários.

ITEM 16D. ISENÇÕES DAS REGRAS DE LISTAGEM RELATIVAS AO COMITÊ DE AUDITORIA

Em 28 de abril de 2005, a Companhia elegeu seu Conselho Fiscal com as devidas adaptações para assegurar o cumprimento das exigências e isenções da Lei Sarbanes-Oxley aos padrões de listagem. O Conselho Fiscal vem operando de acordo com a Lei Brasileira de Sociedades Anônimas desde abril de 2000. A função habitual do conselho é monitorar e fiscalizar as ações dos diretores e seus deveres legais, fornecendo opiniões e declarações oficiais sobre o relatório anual da administração e sobre propostas de membros do Conselho de Administração, denunciando erros ou fraudes, convocando reuniões sempre que necessário e analisando demonstrações financeiras. Ao estabelecer um Conselho Fiscal permanente, a Companhia utiliza-se do parágrafo (c) (3) do Regulamento 10A-3 da Lei Americana de Valores Mobiliários de 1934 (*Securities Exchange Act of 1934*), conforme emendas, que fornece uma isenção geral às exigências do comitê de auditoria para emissores privados estrangeiros (como a Companhia) com um conselho fiscal sujeito a certos requisitos que continuam aplicáveis sob o Regulamento 10A-3.

As regras da Bolsa de Valores Americana (NYSE) exigem que as companhias listadas tenham um comitê fiscal que (i) seja composto por, no mínimo, três membros independentes que possuam conhecimentos na Área de finanças, (ii)

cumpra as regras da SEC sobre comitês de auditoria para companhias listadas, (iii) tenha, no mínimo, um membro que possua perícia em administração de contabilidade ou finanças e (iv) seja regido por um regimento interno que distinga os objetivos do comitê e detalhe suas responsabilidades. Contudo, como uma emissora privada estrangeira, a Companhia precisa obedecer apenas aos requisitos que o comitê de auditoria, Conselho Fiscal no caso da Companhia, coincidam com as regras da SEC sobre os comitês de auditoria para companhias listadas. A Lei Brasileira de Sociedades Anônimas exige que as companhias tenham um Conselho Fiscal não-permanente, composto por três a cinco membros eleitos na Assembléia Geral de acionistas. O Conselho Fiscal atua independentemente da Administração e dos auditores externos. Sua função principal é monitorar as atividades de administração, examinar as demonstrações financeiras de cada ano fiscal e elaborar um relatório formal aos acionistas.

A Companhia tem um Conselho Fiscal permanente que consiste de três membros (até um máximo de cinco) e três suplentes (até um máximo de cinco) que se reúnem regularmente a cada dois meses. Todos os membros do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. possuem conhecimentos na Área financeira e um possui perícia na Área contábil que o qualifica como um especialista em finanças do comitê de auditoria. A Gerdau S.A. acredita que seu Conselho Fiscal, com as modificações propostas, alcança os requisitos para a isenção disponível para emissoras privadas estrangeiras sob as regras da SEC para comitê de auditoria. Além disso, o Conselho Fiscal opera com um estatuto escrito que está em processo de modificação através do qual a Gerdau S.A. acredita que estão contempladas as exigências da Bolsa de Valores Americana (NYSE) para os regimentos internos de comitês de auditoria. O Conselho Fiscal não é equivalente, ou totalmente comparável, com o comitê de auditoria como definido pelas leis dos Estados Unidos. Entre outras diferenças, não é necessário atingir padrões de “independência” dispostos no Regulamento 10A-3 e não é completamente autorizado a agir em matérias exigidas pelo Regulamento 10A-3 para estar no escopo de autoridade de um comitê de auditoria. Apesar disso, com os deveres que têm sido atribuídos ao Conselho Fiscal, na extensão permitida pela legislação brasileira, a Gerdau S.A. acredita que seu atual sistema de governança corporativa, considerado como um todo, incluindo a capacidade do Conselho Fiscal consultar especialistas internos e externos, é totalmente equivalente a um sistema que tenha um comitê fiscal funcionando como um comitê do Conselho de Administração. Para maiores informações sobre Conselho Fiscal veja o Item “6.C – Práticas do Conselho de Administração – Conselho Fiscal”.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos na Assembléia Geral Ordinária de Acionistas para mandatos de 1 ano. Eles podem ser reeleitos. Em Gerdau S.A., o Conselho Fiscal é composto por cinco membros e cinco suplentes. Em Metalúrgica Gerdau S.A. os minoritários com ações preferenciais e ordinárias elegeram, cada um, um dos cinco atuais membros do Conselho Fiscal. Como exigido pela legislação brasileira, membros do Conselho Fiscal devem ser diplomados em curso de nível universitário ou terem ocupado cargo, por pelo menos 3 anos, como administrador de empresa ou como membro de conselhos fiscais. O Conselho Fiscal, a requerimento de qualquer um de seus membros pode pedir, a auditores independentes, explicações ou informações e para investigar fatos específicos.

ITEM 16E. AQUISIÇÃO DE AÇÕES PELA EMISSORA E COLIGADAS

No ano de 2017, a Companhia não comprou ações de sua própria emissão.

ITEM 16F. MUDANÇA NO CERTIFICADO DE REGISTRO CONTÁBIL

Não se aplica.

ITEM 16G. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Pelo Regulamento de Governança Corporativa vigente da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), a Gerdau S.A. deve divulgar quaisquer diferenças nas suas práticas de governança corporativa em relação às regras definidas pela NYSE para companhias norte-americanas. Resumimos abaixo as principais diferenças:

A Gerdau está autorizada a seguir as práticas de governança corporativa no Brasil em vez daquelas estabelecidas pela NYSE, exceto no que se refere à exigência de instituição de um Comitê de Auditoria qualificado, da qual poderá desobrigar-se desde que solicite a isenção adequada, nos termos da Seção 303A.06. Além disso, nos termos da Seção 303A.12(b), caso quaisquer dos diretores da Gerdau tome conhecimento de qualquer descumprimento ao Regulamento de Governança Corporativa, o Diretor Presidente (CEO) deverá notificar a NYSE imediatamente e por escrito.

Maioria de Conselheiros Independentes: De acordo com a Regra 303A.01 da NYSE, o Conselho das companhias norte-americanas deve ser formado em sua maioria por membros independentes. A Companhia não possui uma exigência semelhante nas práticas brasileiras e não tem a maioria de diretores independentes que prestam serviço em seu conselho de administração, apesar da maioria dos membros não serem diretores.

Assembléias separadas de conselheiros não executivos: De acordo com a Regra 303A.03 da NYSE, os conselheiros não executivos das companhias listadas devem se reunir periodicamente, sem a presença da Administração. Não há requerimento similar nas normas Brasileiras, porém os conselheiros não executivos se reúnem separadamente uma vez por ano para verificar a performance da Administração.

Comitê de Nomeações/Governança Corporativa: A Regra 303A.04 da NYSE exige que companhias listadas disponham de um Comitê de Nomeação/Governança Corporativa formado exclusivamente por membros independentes. Apesar de a lei brasileira não obrigar a Companhia a instituir tal comitê, a Gerdau possui um Comitê de Governança Corporativa composto por uma maioria de membros independentes. Seu propósito é expor ao Conselho seu ponto de vista sobre as melhores práticas de Governança Corporativa.

Comitê de Remuneração: A Regra 303A.05 da NYSE exige que companhias listadas disponham de um comitê de remuneração composto exclusivamente por membros independentes. Esta exigência não se aplica à Gerdau, de acordo com as práticas adotadas no Brasil. A Companhia instituiu um Comitê de Remuneração e Sucessão para orientar o Conselho em suas políticas de remuneração e contratação de colaboradores e executivos, programas de incentivo via remuneração e assuntos correlatos. Este comitê não possui regimento próprio e é constituído por maioria de membros independentes. O Conselho de Administração é o responsável direto pela remuneração e contratação de colaboradores e administradores, programas de incentivo via remuneração e assuntos correlatos.

Comitê de Auditoria: De acordo com a Regra 303A.06 da NYSE e as exigências da Regra 10A-3 da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), as companhias norte-americanas listadas devem possuir um comitê composto exclusivamente por conselheiros independentes, de acordo com a definição da Regra 10A-3. Além disso, o comitê de auditoria deve ter um regimento escrito dedicado às questões definidas pela Regra 303A.06(c) da NYSE, além de desempenhar a função de auditoria interna e preencher as exigências da NYSE e da Regra 10A-3. A lei brasileira não prevê a existência de um comitê de auditoria, e alguns elementos da lei brasileira exigem a adaptação da regra americana relativa ao comitê de auditoria independente às práticas locais, o que é autorizado pela Regra 303A.06 da NYSE e pela Regra 10A-3 da SEC. A Gerdau possui um conselho de auditores (conselho fiscal) que atualmente exerce algumas das funções atribuídas ao comitê de auditoria, apesar de suas atribuições não serem totalmente comparáveis às exigências da lei norte-americana e do Regulamento da NYSE. A companhia adaptou suas práticas de governança corporativa e as funções do conselho de auditores (com certos limites qualificados para isenção pela SEC, devido à Lei das Sociedades por Ações brasileira) para garantir o cumprimento das exigências da Regra da NYSE e da Regra 10A-3. Veja item 16C. – “Honorários de Auditoria e Serviços do Principal Auditor” e Item 16D. – “Isenções das Regras de Listagem Relativas ao Comitê de Auditoria”.

Programas de Remuneração por Ações: De acordo com a Regra 303A.08 da NYSE, os acionistas devem poder votar em todas as propostas de remuneração com base em ações da Companhia, bem como em suas revisões relevantes, dentro das isenções descritas pela Regra. A Assembléia de Acionistas de 30 de abril de 2003 aprovou o estabelecimento de um programa de remuneração por ações para diretores executivos. Quaisquer alterações relevantes nesse programa ou o estabelecimento de um programa diferente ou novo exigirá voto favorável dos acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia. Acionistas detentores de ações preferenciais, incluindo os detentores de ADSs (*American Depositary Shares*) da Gerdau, não terão direito a voto em tal programa ou em quaisquer revisões nele efetuadas.

Diretrizes de Governança Corporativa: A Regra 303A.09 da NYSE estabelece que as companhias norte-americanas devam adotar e divulgar suas diretrizes de governança corporativa. A legislação brasileira não faz tal exigência. No entanto, a Gerdau estabelece princípios de governança para a Administração, submetendo-se às exigências da Instrução CVM no. 358 em relação à negociação de suas ações. Além disso, a Companhia aderiu ao Programa de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBOVESPA.

Código de Conduta e Ética nos Negócios: De acordo com a Regra 303A.10 da NYSE, as companhias norte-americanas devem adotar e divulgar um código de conduta e ética nos negócios para conselheiros, diretores e colaboradores, bem como informar imediatamente quaisquer dispensas de cumprimento ao código concedidos aos administradores. A Gerdau obedece à exigência similar da lei brasileira, tendo adotado um código de ética aplicável a seus conselheiros, diretores e colaboradores. Para mais informações relacionadas ao Código de Ética, veja o item 16B. Código de Ética.

Informações adicionais sobre as práticas de Governança Corporativa da Gerdau e as práticas aplicáveis segundo a legislação brasileira estão disponíveis no site da Companhia, nos documentos apresentados à SEC. A Companhia aderiu voluntariamente às normas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBovespa, bolsa em que suas ações são negociadas, com elevados padrões de divulgação de informações, transparência e governança corporativa.

ITEM 16H. DIVULGAÇÃO DE SEGURANÇA DE MINAS

Não aplicável devido ao fato de nenhuma das minas estar localizada nos Estados Unidos e, portanto, não sujeitas a lei federal de saúde e segurança de minas de 1977 da Administração de saúde e segurança de minas.

PARTE III

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia respondeu ao Item 18 em substituição a este item.

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Item 19 contém uma lista de todas as demonstrações financeiras preenchidas como parte deste Relatório Anual.

ITEM 19. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

(a) Demonstrações financeiras

	Página
Parecer dos auditores independentes públicos registrados	144
Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016	147
Demonstração consolidada do resultado para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015	149
Demonstração consolidada dos resultados abrangentes para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015	150
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015	151
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015	152
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015	153

(b) Lista de Anexos

- 1.01 Estatuto da Gerdau S.A.*****
- 2.(a)(1) Nível 1 de Governança Corporativa – BOVESPA **
- 2.(a)(2) Contrato de depósito datado de 1 de julho de 2013, entre Companhia, JPMORGAN CHASE BANK, N.A. como Depositário e todos os Detentores e Beneficiários dos Detentores a qualquer tempo dos *American Depositary Receipts* emitidos. *
- 2.(b)(1) A Companhia concorda em fornecer a Comissão, mediante sua solicitação, qualquer instrumento relacionado a dívida de longo prazo emitida pela Companhia ou alguma controlada onde o montante total dos títulos autorizados sob este instrumento não exceder a 10% dos ativos consolidados da Companhia.
- 4.01 Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações*****

- 4.02 Gerdau plano de incentivo de longo prazo, plano de ações e Plano de incentivo de longo prazo (para Gerdau Ameristeel)***
- 11.01 Código de Ética*****
- 12.01 Certificação do *Chief Executive Officer* conforme Item 15
- 12.02 Certificação do *Chief Financial Officer* conforme Item 15
- 13.01 Certificação conforme a 18 U.S.C. Section 1350 †
- 13.02 Certificação conforme a 18 U.S.C. Section 1350 †
- 15.01 Mudança na empresa de auditoria independente
- 23.01 Consentimento da firma de auditoria KPMG Auditores Independentes
- 23.02 Consentimento da firma de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
- 101.INS XBRL Instance Document
- 101.SCH XBRL Schema Document
- 101.CAL XBRL Calculation Linkbase Document
- 101.DEF XBRL Definition Linkbase Document
- 101.LAB XBRL Labels Linkbase Document
- 101.PRE XBRL Presentation Linkbase Document

* Incorporado por referência à Declaração de Registro da Companhia no Formulário F-6 (Arquivo N° 333-189475), arquivado em 20 de junho de 2013 na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*Securities and Exchange Commission*).

** Incorporado por referência ao Anexo 2(a)(1) para o relatório anual do formulário 20-F (Arquivo N° 001-14878), arquivado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em 23 de abril de 2012.

*** Incorporado por referência a Declaração de registro da Companhia no formulário S-8 (Arquivo N° 333-171217) arquivado na Comissão de Valores Mobiliários em 16 de dezembro de 2010.

**** Incorporado por referência a Declaração de registro da Companhia no formulário S-8 (Arquivo N° 333-179182) arquivado na Comissão de Valores Mobiliários em 26 de janeiro de 2012.

***** Incorporado por referência ao Anexo 11.01 para o relatório anual do formulário 20-F (Arquivo N° 001-14878), arquivado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em 23 de abril de 2012.

***** Incorporado por referência ao Anexo 11.01 para o relatório anual do formulário 20-F (Arquivo N° 001-14878), arquivado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em 23 de abril de 2012.

***** Incorporado por referência ao Anexo 11.01 para o relatório anual do formulário 20-F (Arquivo N° 001-14878), arquivado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em 24 de março de 2014.

+ Esta certificação não será considerada “arquivada” para fins da Seção 18 da “Exchange Act” (15 U.S.C. 78r), ou de outra forma sujeita a obrigações desta seção. Tal certificação não será considerada como incorporada por referência dentro de algum arquivamento segundo a “Securities Act” ou a “Exchange Act”, exceto no caso do registrante especificamente incorporar por referência.

ASSINATURAS

A registrante por meio desta certifica que cumpre todas as exigências para o preenchimento do Formulário 20-F e que solicitou devidamente e autorizou os abaixo assinados a assinarem este relatório anual em seu favor.

GERDAU S.A.

/s/ Gustavo Werneck da Cunha

Nome: Gustavo Werneck da Cunha

Cargo: Presidente

/s/ Harley Lorentz Scardoelli

Nome: Harley Lorentz Scardoelli

Cargo: Vice-Presidente Financeiro

Data: 2 de abril de 2018

GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

E PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES REGISTRADOS

PREPARADAS EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (*INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRS*) ESTABELECIDO PELO *INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB*

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Conselho de Administração
Gerdau S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e controles internos sobre relatórios financeiros

Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Gerdau S.A. e controladas (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2017, e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e notas explicativas relacionadas (conjuntamente, “demonstrações financeiras consolidadas”). Nós também examinamos os controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os critérios estabelecidos no documento *Internal Control - Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board*. Também, em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, efetivos controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os critérios estabelecidos no documento *Internal Control - Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Base para opinião

A administração da Companhia é responsável pelas demonstrações financeiras consolidadas, e por manter efetivos controles internos sobre relatórios financeiros e pela avaliação de sua efetividade, incluída no Relatório Anual da Administração sobre os Controles Internos sobre Relatórios Financeiros divulgados no item 15 no formulário 20-F. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas de Companhia e uma opinião sobre os controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia com base em nossa auditoria. Somos uma firma de auditoria registrada no *Public Company Accounting Oversight Board* (Estados Unidos da América) (PCAOB) e somos requeridos a ser independentes em relação à Companhia de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos da América e as regras e regulamentos aplicáveis da *Securities and Exchange Commission* e do PCAOB.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas PCAOB. Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e por efetivos controles internos sobre relatórios financeiros foram mantidos, em todos os aspectos relevantes.

Nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas incluíram a execução de procedimentos para avaliar o risco de diferença material nas demonstrações financeiras consolidadas, seja devido a erro ou fraude, e execução de procedimentos que respondem a esses riscos. Esses procedimentos incluem o exame, com base em testes, da evidência relacionada aos montantes e divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossa auditoria também incluiu a avaliação das políticas contábeis utilizadas e estimativas significativa realizada pela administração, assim como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras consolidadas. Nossa auditoria de controles internos sobre os relatórios financeiros incluiu a obtenção de entendimento sobre os controles internos sobre relatórios financeiros, a avaliação do risco de existência de alguma fraqueza material, a execução de testes e a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos com base no risco avaliado, bem como a

realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossa auditoria é apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Definições e limitações sobre os controles internos sobre relatórios financeiros

A estrutura de controles internos sobre relatórios financeiros de uma companhia é um processo desenvolvido para obter segurança razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre relatórios financeiros de uma companhia incluem as políticas e os procedimentos que: (1) se referem à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente, com detalhamento razoável, as transações e destinações dos ativos da companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e de que os recebimentos e gastos da companhia somente sejam feitos mediante autorizações da Administração e dos diretores da companhia; e (3) fornecem segurança razoável quanto à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, controles internos sobre relatórios financeiros poderiam não evitar ou detectar tempestivamente distorções relevantes. Além disso, futuras avaliações sobre a efetividade dos controles internos sobre relatórios financeiros estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados, devido a mudanças nas condições, ou de que o grau de cumprimento das políticas ou de que procedimentos possa deteriorar-se.

KPMG Auditores Independentes

Atuamos como auditores da Companhia desde 2017.

Porto Alegre, Brasil

2 de abril de 2018

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Gerdau S.A.

Em nossa opinião, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os dois anos findos em 31 de dezembro de 2016 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Gerdau S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para os dois anos findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A administração é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossas auditorias. Conduzimos nossas auditorias dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Empresas de Capital Aberto dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board* – PCAOB). Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria inclui a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as divulgações nas demonstrações financeiras, a avaliação dos princípios contábeis e estimativas significativas adotados pela administração da Companhia, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossas auditorias proporcionam uma base razoável para a nossa opinião.

/s/PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Porto Alegre, Brasil, 14 de março de 2017

GERDAU S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.555.338	5.063.383
Aplicações financeiras			
Títulos para negociação	4	821.518	1.024.411
Contas a receber de clientes	5	2.798.420	3.576.699
Estoques	6	6.701.404	6.332.730
Créditos tributários	7	402.429	504.429
Imposto de renda/contribuição social a recuperar		487.633	623.636
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	15	-	2.557
Ativo mantido para venda	3.4	3.745.634	-
Outros ativos circulantes		469.737	668.895
		17.982.113	17.796.740
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			
Créditos tributários	7	30.841	56.703
Imposto de renda/contribuição social diferidos	8	3.054.393	3.407.230
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	15	-	10.394
Partes relacionadas	18	51.839	57.541
Depósitos judiciais	17	2.051.181	1.861.784
Outros ativos não-circulantes		542.973	447.260
Gastos antecipados com plano de pensão	19	1.149	56.797
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	9	1.280.299	798.844
Ágios	11	7.891.142	9.470.016
Outros intangíveis	12	972.089	1.319.941
Imobilizado	10	16.443.742	19.351.891
		32.319.648	36.838.401
TOTAL DO ATIVO		50.301.761	54.635.141

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL****Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		3.179.954	2.743.818
Empréstimos e financiamentos	13	2.004.341	4.458.220
Impostos e contribuições sociais a recolher	16	284.101	341.190
Imposto de renda/contribuição social a recolher		70.242	74.458
Salários a pagar		443.859	464.494
Benefícios a empregados	19	253	409
Provisão para passivos ambientais	20	21.928	17.737
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	15	-	6.584
Passivo mantido para venda	3.4	1.084.032	-
Outros passivos circulantes		625.410	514.599
		7.714.120	8.621.509
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	14.457.315	15.959.590
Debêntures	14	47.928	165.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	82.686	395.436
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	15	1.267	-
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	17	827.883	2.239.226
Provisão para passivos ambientais	20	63.263	66.069
Benefícios a empregados	19	1.424.611	1.504.394
Obrigações com FIDC	21	1.135.077	1.007.259
Outros passivos não-circulantes		653.670	401.582
		18.693.700	21.738.979
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	19.249.181	19.249.181
Ações em tesouraria		(76.085)	(98.746)
Reserva de capital		11.597	11.597
Reserva de lucros		3.315.374	3.763.207
Ajustes de avaliação patrimonial		1.145.134	1.102.897
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		23.645.201	24.028.136
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES			
		248.740	246.517
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		23.893.941	24.274.653
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		50.301.761	54.635.141

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO****(Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)**

	Nota	2017	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	36.917.619	37.651.667	43.581.241
Custo das vendas	29	<u>(33.312.995)</u>	<u>(34.187.941)</u>	<u>(39.290.526)</u>
LUCRO BRUTO		3.604.624	3.463.726	4.290.715
Despesas com vendas	29	(524.965)	(710.766)	(785.002)
Despesas gerais e administrativas	29	(1.129.943)	(1.528.262)	(1.797.483)
Outras receitas operacionais	29	260.618	242.077	213.431
Outras despesas operacionais	29	(168.887)	(114.230)	(116.431)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	28	(1.114.807)	(2.917.911)	(4.996.240)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	3.4	(721.682)	(58.223)	-
Reversão de passivos contingentes, líquido	17	929.711	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	<u>(34.597)</u>	<u>(12.771)</u>	<u>(24.502)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		1.100.072	(1.636.360)	(3.215.512)
Receitas financeiras	30	226.615	252.045	378.402
Despesas financeiras	30	(1.726.284)	(2.010.005)	(1.780.366)
Variação cambial, líquida	30	(4.057)	851.635	(1.564.017)
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	17	369.819	-	-
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido	30	<u>(9.441)</u>	<u>(38.930)</u>	<u>87.085</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		(43.276)	(2.581.615)	(6.094.408)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	8	(313.758)	(110.511)	(158.450)
Diferido	8	<u>18.367</u>	<u>(193.803)</u>	<u>1.656.872</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>(338.667)</u></u>	<u><u>(2.885.929)</u></u>	<u><u>(4.595.986)</u></u>
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores		(359.360)	(2.890.811)	(4.551.438)
Participação dos acionistas não-controladores		<u>20.693</u>	<u>4.882</u>	<u>(44.548)</u>
		<u><u>(338.667)</u></u>	<u><u>(2.885.929)</u></u>	<u><u>(4.595.986)</u></u>
 Lucro (Prejuízo) básico por ação - ordinária e preferencial - R\$	23	(0,21)	(1,70)	(2,69)
 Lucro (Prejuízo) diluído por ação - ordinária e preferencial - R\$	23	(0,21)	(1,70)	(2,69)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	2017	2016	2015
Lucro (Prejuízo) líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados	(338.667)	(2.885.929)	(4.595.986)
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no futuro			
Outros resultados abrangentes de empresas controladas em conjunto e coligadas reconhecidas por equivalência patrimonial	(16.745)	(251.195)	417.961
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	409.280	(5.036.586)	8.835.306
Reclassificação para o resultado de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	(76.430)	(1.237.175)	-
(Perdas) Ganhos não realizados em hedge de investimento líquido	(148.560)	1.679.312	(3.613.178)
Hedge de fluxo de caixa:			
(Perdas) Ganhos não realizados	(11.364)	212	17.283
	156.181	(4.845.432)	5.657.372
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no futuro			
Perdas atuariais líquidas não realizadas com plano de pensão de benefício definido	(115.880)	(42.181)	32.962
	(115.880)	(42.181)	32.962
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	40.301	(4.887.613)	5.690.334
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(298.366)	(7.773.542)	1.094.348
Total do resultado abrangente atribuído a:			
Participação dos acionistas controladores	(325.260)	(7.743.624)	1.035.164
Participação dos acionistas não-controladores	26.894	(29.918)	59.184
	(298.366)	(7.773.542)	1.094.348

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos, quando aplicável. Os efeitos fiscais destes itens estão apresentados na nota 8.
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores										Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do Patrimônio Líquido	
	Reserva de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial								
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Capital	Reserva legal	Incentivos Fiscais	Investimentos e capital de Giro	Lucros acumulados	Resultado de operações com acionistas não controladores	Ganhos e perdas em hedge de Investimento líquido	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira				Outros ajustes de avaliação patrimonial
Saldo em 1/1/2015	19.249.181	(233.142)	11.597	628.228	611.531	10.475.045	-	(1.732.962)	(2.472.853)	5.874.714	(210.520)	32.200.819	1.053.715	33.254.534
Alterações no Patrimônio Líquido em 2015														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(4.551.438)	-	-	-	-	(4.551.438)	(44.548)	(4.595.986)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	(3.610.435)	9.147.164	49.873	5.586.602	103.732	5.690.334	
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(4.551.438)	-	(3.610.435)	9.147.164	49.873	1.035.164	59.184	1.094.348
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	944	-	-	-	-	-	944	-	944
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(128)	(128)	(409)	(537)	
Ações em tesouraria	-	(186.033)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(186.033)	(3.038)	(189.071)
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	35.812	-	-	-	(3.275)	-	-	-	-	-	32.537	3.365	35.902
Efeitos de alterações de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(1.144.526)	-	-	-	(1.144.526)	(824.711)	(1.969.237)
Destinações propostas em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.551.438)	4.551.438	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(252.976)	-	-	-	-	-	(252.976)	(3.524)	(256.500)
Saldo em 31/12/2015	19.249.181	(383.363)	11.597	628.228	611.531	5.668.300	-	(2.877.488)	(6.083.288)	15.021.878	(160.775)	31.685.801	284.582	31.970.383
Alterações no Patrimônio Líquido em 2016														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.890.811)	-	-	-	-	(2.890.811)	4.882	(2.885.929)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.678.852	(6.489.813)	(41.852)	(4.852.813)	(34.800)	(4.887.613)	
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(2.890.811)	1.678.852	(6.489.813)	(41.852)	(7.743.624)	(29.918)	(7.773.542)	
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.230	51.230	184	51.414	
Ações em tesouraria	-	(95.343)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.370)	(27)	(95.370)
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	10.461	-	-	-	(4.965)	-	-	-	-	-	5.496	64	5.560
Cessão e transferência de ações preferenciais	-	369.499	-	-	-	(163.699)	-	-	-	-	-	205.800	-	205.800
Efeitos de alterações de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	4.153	-	-	-	4.153	(6.405)	(2.252)
Destinações propostas em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.890.811)	2.890.811	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(85.377)	-	-	-	-	-	(85.377)	(1.963)	(87.340)
Saldo em 31/12/2016 (Nota 22)	19.249.181	(98.746)	11.597	628.228	611.531	2.523.448	-	(2.873.335)	(4.404.436)	8.532.065	(151.397)	24.028.136	246.517	24.274.653
Alterações no Patrimônio Líquido em 2017														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(359.360)	-	-	-	-	(359.360)	20.693	(338.667)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	(148.548)	309.385	(126.737)	34.100	6.201	40.301	
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(359.360)	(148.548)	309.385	(126.737)	(325.260)	26.894	(298.366)	
Efeitos com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.633	5.633	15	5.648	
Planos de incentivos de longo prazo exercidos durante o exercício	-	22.661	-	-	-	(3.011)	-	-	-	-	-	19.650	32	19.682
Efeitos de alterações de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	2.504	-	-	-	2.504	(21.698)	(19.194)
Destinações propostas em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(359.360)	359.360	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(85.462)	-	-	-	-	-	(85.462)	(3.020)	(88.482)
Saldo em 31/12/2017 (Nota 22)	19.249.181	(76.085)	11.597	628.228	611.531	2.075.615	-	(2.870.831)	(4.552.984)	8.841.450	(272.501)	23.645.201	248.740	23.893.941

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016	2015
Fluxo de caixa da atividade operacional				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(338.667)	(2.885.929)	(4.595.986)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	29	2.092.551	2.535.955	2.607.909
Perda pela não recuperabilidade de ativos	28	1.114.807	2.917.911	4.996.240
Equivalência patrimonial	9	34.597	12.771	24.502
Variação cambial, líquida	30	4.057	(851.635)	1.564.017
Perdas (Ganhos) com instrumentos financeiros, líquido	30	9.441	38.930	(87.085)
Benefícios pós-emprego		192.724	229.767	233.287
Planos de incentivos de longo prazo		35.576	46.683	48.589
Imposto de renda e contribuição social	8	295.391	304.314	(1.498.422)
Ganho na alienação de imobilizado		(69.510)	(43.340)	(3.971)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	3.4	721.682	58.223	-
Provisão para risco de crédito	5	18.342	68.781	127.701
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(110.281)	347.882	323.314
Reversão de passivos contingentes, líquido	17	(929.711)	-	-
Receita de juros de aplicações financeiras		(75.387)	(107.980)	(153.631)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	30	1.323.448	1.540.797	1.471.526
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	17	(369.819)	-	-
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	18	(95)	2.457	(2.712)
Provisão (Reversão) de ajuste ao valor líquido realizável de estoque, líquido	6	(20.195)	(31.492)	17.536
		<u>3.928.951</u>	<u>4.184.095</u>	<u>5.072.814</u>
Variação de ativos e passivos:				
Redução (Aumento) de contas a receber		(54.690)	64.805	1.219.605
(Aumento) Redução de estoques		(1.269.455)	794.591	1.977.361
Aumento de contas a pagar		800.164	110.466	(768.627)
Redução (Aumento) de outros ativos		(371.745)	(275.938)	(270.391)
Aumento (Redução) de outros passivos		(56.909)	(287.487)	(509.227)
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio		40.644	124.495	52.769
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(2.390.104)	(880.436)	(1.958.522)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação		<u>2.905.411</u>	<u>1.089.972</u>	<u>3.929.971</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>3.532.267</u>	<u>4.924.563</u>	<u>8.745.753</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(1.330.116)	(1.240.165)	(946.041)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(126.023)</u>	<u>(168.032)</u>	<u>(637.394)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>2.076.128</u>	<u>3.516.366</u>	<u>7.162.318</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições de imobilizado	10	(873.329)	(1.323.891)	(2.324.718)
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis		554.457	308.694	90.942
Adições de outros ativos intangíveis	12	(37.939)	(54.044)	(126.428)
Pagamento na aquisição de controle de empresa, líquido do caixa adquirido		-	-	(20.929)
Aumento de capital em empresa com controle compartilhado		<u>(178.670)</u>	<u>-</u>	<u>(40.524)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(535.481)</u>	<u>(1.069.241)</u>	<u>(2.421.657)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Compras de ações em tesouraria		-	(95.343)	(189.071)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(86.386)	(85.962)	(358.226)
Empréstimos e financiamentos obtidos		3.265.860	2.455.371	3.042.783
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(7.241.401)	(4.605.406)	(5.028.386)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		5.797	(6.492)	30.126
Pagamentos na aquisição de participação adicional em controladas		-	-	(339.068)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(4.056.130)</u>	<u>(2.337.832)</u>	<u>(2.841.842)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		7.438	(693.990)	699.290
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(2.508.045)	(584.697)	2.598.109
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>5.063.383</u>	<u>5.648.080</u>	<u>3.049.971</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>2.555.338</u>	<u>5.063.383</u>	<u>5.648.080</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1 -INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau S.A. e suas controladas (“Companhia”) é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

As Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2/04/2018.

NOTA 2 -RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31/12/2017.

a) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da Gerdau S.A. e todas suas empresas controladas. A Companhia controla uma empresa quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle. Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, respectivamente, na conta de “Participações dos acionistas não-controladores”.

Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

b) Investimentos em empresas com controle conjunto e empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas com controle conjunto (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

c) Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Empresas do grupo

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras, os resultados e a posição financeira de todas as controladas e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i)** os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii)** as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iii)** todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha “Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira”; e
- iv)** os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima.

d) Hiperinflação na Venezuela

A Venezuela é considerada um país com hiperinflação e por esta razão, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela. A taxa de câmbio usada para converter as demonstrações financeiras da controlada na Venezuela da moeda local (Bolivar Forte) para o Real leva em consideração a taxa de conversão local conhecida como SIMADI (*Sistema Marginal de Divisas*), a qual é utilizada nas conversões do Bolivar Forte para o dólar americano como referencial para a conversão da moeda local para o Real. Esta taxa é equivalente a 1.011,19 Bolivar Forte por cada 1 Real em 31/12/2017 (206,6116 Bolivar Forte por cada 1 Real em 31/12/2016).

2.3 – Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. O valor justo reconhecido em suas Demonstrações Financeiras pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 15.

a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos judiciais". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Como descrito na nota 15, a Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

d) Derivativos mensurados ao valor justo reconhecido no resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido".

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável.

f) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras que estão classificadas como títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação), em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi determinada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

h) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.4 – Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo médio histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

2.5 – Imobilizado

A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

Direitos de exploração mineral são classificados como Terrenos, Prédios e Construções no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados durante o período de vida útil da mina. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído na conta “Ágio”. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

O ágio que é parte do saldo de um investimento em uma coligada ou entidade com controle conjunto não é registrado separadamente. O total do saldo do investimento em uma coligada ou entidade com controle conjunto tem seu teste de recuperabilidade efetuado como um único ativo, pela comparação do seu valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda) com seu valor de livros, quando existir evidência de que o investimento pode ter sofrido deterioração no valor.

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.7 – Outros ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes e fornecedores, software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.8).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.8 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 28.1.

A Companhia acredita que não existem indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

2.9 – Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos e *hedge*

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa é vendido, terminado, vencido ou exercido, a cobertura de *hedge* é descontinuada prospectivamente, mas o ganho ou perda cumulativo não realizado, permanece reconhecido na demonstração do resultado abrangente. O ganho e perda cumulativo é transferido do resultado abrangente e reconhecido na demonstração do resultado quando a operação coberta for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou perda acumulado é imediatamente transferido para a demonstração do resultado. Nos casos de *hedge* de investimento líquido o montante registrado na demonstração do resultado abrangente é baixado e reconhecido na demonstração do resultado quando ocorrer a baixa/venda do investimento objeto do *hedge*. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as controladas e coligadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da

Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é mais provável do que não, que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 – Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. Os principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritos nas notas 19 e 25.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente e revisados pela Administração, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 19.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 – Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 – Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ágios e ativos de vida longa (nota 28), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 17), montante recuperável do imposto de renda diferido (nota 8) recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 19), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

2.18 – Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medida na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Aquisições após a Companhia obter o controle são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou

positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma controlada

Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na controlada é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente pela IAS 28 ou IAS 39.

2.19 – Informações por Segmento

Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações de aço e minério de ferro no Brasil, exceto Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, incluindo a empresa de controle conjunto no México e a empresa coligada no México, exceto aços especiais), Operação América do Sul (inclui todas as operações na América do Sul, exceto as operações do Brasil e inclui a empresa de controle conjunto na República Dominicana) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, nos Estados Unidos e na Índia).

2.20 – Lucro por ação

As tabelas apresentadas na nota 23 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos. O cálculo do lucro por ação diluído é baseado na média ponderada de ações em circulação após ajustes de potencial efeito dilutivo sobre as ações. Instrumentos com potencial efeito dilutivo são representados pelos pagamentos baseados em ações divulgados na nota 25.

2.21 – Planos de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia efetua a liquidação dos planos de opção de ação entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados. Adicionalmente, a Companhia tem como outros planos de incentivos de longo prazo, os seguintes instrumentos: Opções de ações, Ações Restritas, Direito de Apreciação de Ações e Performance de Ações, conforme apresentados na nota 25.

2.22 – Ativo líquido mantido para venda

A Companhia apresenta os ativos e passivos de unidades colocadas à venda em linhas específicas do Balanço Patrimonial, denominadas de Ativo mantido para venda e Passivo mantido para a venda, respectivamente, até a conclusão da operação de venda, a qual tem expectativa de ser concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. A Companhia mensura o ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. A reclassificação de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda é uma transação sem efeito caixa e não afeta a demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

2.23 – Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS e interpretações do IFRIC, as quais tem sua adoção para o exercício de 2018 ou após, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

- Emissão da norma IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 e é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2018. O IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos financeiros. Os ativos financeiros passarão a ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes no IAS 39: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”. O IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Os ativos financeiros da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31/12/2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para risco de crédito. Os impactos da adoção do IFRS 9 no Patrimônio líquido da Companhia em 1/01/2018 são imateriais, e qualquer diferença no valor de livros dos ativos financeiros e passivos financeiros que sejam resultantes da adoção do IFRS 9 serão reconhecidos contra Lucros Acumulados em 1/01/2018.

- Emissão da norma IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. O IFRS 15 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o IAS 18 - Receitas e o IAS 11 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em/ou após 1/01/2018. O IFRS 15 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida nesse momento. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Com base nisso, a Companhia não espera impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras pela adoção da norma IFRS 15. Adicionalmente, com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda e condições acordadas com os clientes (como descontos e despesas com fretes) são amplamente similares, portanto, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15 resulte em diferenças materiais no momento do reconhecimento e na mensuração da receita. Para fins de requerimentos de transição, se aplica o método retrospectivo de reconhecimento do efeito acumulado na aplicação inicial desta norma como um ajuste no balanço de abertura na conta de lucros acumulados em 01/01/2018. Nenhum ajuste é esperado na data de transição.

- Emissão da norma IFRS 16 – Arrendamento. Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia está em seu processo de avaliação inicial dos impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção inicial desta norma, entretanto, nenhum efeito material é esperado considerando a relevância dos contratos atuais de arrendamento mercantil.

- Emissão da interpretação IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia está avaliando os impactos desta interpretação, porém não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

NOTA 3 -DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas controladas consolidadas, como segue:

Empresa controladas	País	Percentual de participação		
		Capital total ^(*)		
		2017	2016	2015
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e controladas (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00	100,00
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	99,36	99,35	99,35
Gerdau Aços Longos S.A. e controlada (2)	Brasil	99,12	99,11	99,11
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e controlada (3)	EUA	100,00	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4) (**)	Brasil	10,69	70,93	65,75
Gerdau América Latina Participações S.A. (nota 9)	Brasil	-	99,12	99,12
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e controladas (5)	Chile	99,00	99,00	99,99
Gerdau Aços Especiais S.A. (nota 9)	Brasil	-	99,55	99,56
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e controladas (6)	Hungria	100,00	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	90,03	90,03	90,03
Diaco S.A. e controlada (nota 3.4)	Colômbia	-	99,68	99,68
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e controladas (7)	México	100,00	100,00	100,00
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73	97,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda. (nota 9)	Brasil	-	100,00	100,00
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99	99,99
Sipar Aceros S.A. e controlada (8)	Argentina	99,98	99,96	99,96
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00
Gerdau Steel India Ltd.	India	98,90	98,90	98,90

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

(**) O percentual de participação ao considerar a participação no fundo detida pela controladora Metalúrgica Gerdau S.A. é de 51,11% em 2017, 91,58% em 2016 e 82,64% in 2015.

(1) Controladas: Gerdau Ameristeel US Inc., Gerdau Reinforcing Steel, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.

(2) Controlada: Gerdau Açominas Overseas Ltd.

(3) Controlada: Gerdau MacSteel Inc..

(4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..

(5) Controladas: Aza Participaciones S.A., Gerdau Aza S.A., Armacero Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A..

(6) Controladas: Gerdau Hungria y Cia SRC, Bogey Holding Company Spain S.L..

(7) Controladas: Sidertul S.A. de C.V., e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..

(8) Controlada: Siderco S.A..

3.2 - Entidades com controle em conjunto

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle conjunto.

Entidades com controle em conjunto	País	Percentual de participação		
		Capital total ^(*)		
		2017	2016	2015
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00	50,00
Gerdau Metaldom Corp.	Rep. Dominicana	45,00	45,00	45,00
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Brasil	58,73	-	-
Diaco S.A.	Colômbia	49,87	-	-

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle conjunto.

Em 05/01/2017, a Gerdau S.A. efetuou integralização de capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (anteriormente denominada Gerdau Aços Forjados S.A.) através da contribuição de alguns de seus ativos e passivos, os quais foram avaliados por empresa de avaliação independente especializada. Em 31/01/2017 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., onde Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works, Ltd. subscreveram capital social nesta empresa, sendo também assinado acordo de acionistas entre os sócios. Desta forma, a Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 58,73%, não tendo impacto significativo nos Ativos totais da Companhia.

Em 30/06/2017, a Companhia concluiu a operação de criação de uma empresa com controle em conjunto, a partir da venda de 50% de sua participação na Diaco S.A., na Colômbia, para a Putney Capital Management, que já é sócia em sua operação na República Dominicana. Os ativos da nova empresa são unidades industriais de aço longos da Gerdau na Colômbia, com capacidade anual instalada de aço de 674 mil toneladas. A transação atribuiu à empresa com controle em conjunto o valor econômico de US\$ 165 milhões (equivalentes a R\$ 546 milhões). Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira e permitiu a Companhia reduzir seus níveis de endividamento e capital de giro em montantes de R\$ 226 milhões e R\$ 175 milhões, respectivamente. Desta forma, a Diaco S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 49,87%.

As informações financeiras das empresas com controle conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Entidades com controle em conjunto	
	2017	2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(91.553)	(126.723)
Total dos resultados abrangentes	(91.553)	(126.723)

3.3 - Empresas coligadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas coligadas.

Empresas coligadas	País	Percentual de participação		
		Capital total (*)		
		2017	2016	2015
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82
Corsa Controladora, S.A. de C.V.	México	49,00	49,00	49,00
Corporación Centroamericana del Acero S.A.	Guatemala	-	-	30,00

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da coligada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total desta coligada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da coligada.

As informações financeiras das empresas coligadas, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas coligadas	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	26.099	141.023
Total dos resultados abrangentes	26.099	141.023

3.4 – Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas

I) Entidade com controle em conjunto

Como resultado da operação descrita na nota 3.2, a Companhia recebeu US\$ 44,7 milhões em caixa (equivalentes a R\$ 147,9 milhões) e reconheceu uma despesa de R\$ 72,5 milhões na linha de Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda

e vendas de participações em controladas e coligadas em sua Demonstração dos Resultados, principalmente pelo ajuste a valor justo da participação remanescente de acordo com o estabelecido nas normas IFRS.

No segundo trimestre de 2016, a Companhia concluiu a venda da sua empresa produtora de aços especiais Gerdau Holdings Europa S.A. na Espanha para a Clerbil SL, grupo de investimento com experiência internacional, formado por executivos locais da Companhia. O valor econômico da transação foi de € 155 milhões (equivalente a R\$ 621 milhões) e o contrato de venda também estabelece a possibilidade de receber até € 45 milhões (equivalente a R\$ 180 milhões) adicionais ao final de cinco anos, a depender do desempenho futuro do negócio. Como resultado da operação, a Companhia possui valores a receber no montante de € 28,9 milhões e € 32,5 milhões (equivalentes a R\$ 121 milhões e R\$ 112 milhões) em 31/12/2017 e 2016, respectivamente e reconheceu uma despesa de R\$ 105 milhões na linha de Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas em sua Demonstração dos Resultados.

No quarto trimestre de 2016, a Companhia efetuou a venda da sua participação na empresa coligada Corporación Centroamericana del Acero S.A. na Guatemala para os atuais acionistas controladores desta empresa pelo valor de US\$ 70 milhões (equivalentes a R\$ 222,7 milhões na data da venda) e da sua controlada Cleary Holdings Corp produtora de coque e detentora de reservas de carvão coqueificável na Colômbia para a Trinity Capital S.A.S., em conjunto com executivos locais, pelo valor de US\$ 30,2 milhões (equivalentes a R\$ 102,6 milhões na data da venda). Como resultado destas operações, a Companhia possui valores a receber no montante de US\$ 16 milhões e US\$ 79 milhões (equivalentes a R\$ 52 milhões e R\$ 257 milhões) em 31/12/2017 e 2016, respectivamente e reconheceu um ganho de R\$ 47 milhões na linha de Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas em sua Demonstração dos Resultados.

A venda destas operações na Espanha, Guatemala e Colômbia está alinhada ao objetivo da Gerdau de focar-se em seus ativos com maior rentabilidade e permitiu a Companhia reduzir seus níveis de endividamento e capital de giro no exercício de 2016 em montantes de R\$ 291 milhões e R\$ 438 milhões, respectivamente.

II) Ativos e passivos mantidos para venda

Em 04/10/2017, a Companhia assinou contrato para venda de 100% de sua operação no Chile para os grupos familiares chilenos Matco e Ingeniería e Inversiones. Os ativos incluídos na venda são unidades industriais de aços longos, com capacidade anual instalada de aço de 520 mil toneladas, e apresentados dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154 milhões (equivalentes a R\$ 509 milhões). A conclusão da transação ainda depende da aprovação do órgão de defesa de concorrência chileno, a qual deverá ocorrer em 2018. Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda.

Em 29/12/2017, a Companhia firmou um acordo definitivo de venda de algumas das usinas produtoras de vergalhão, assim como unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos para a Commercial Metals por US\$ 600 milhões (equivalentes a R\$ 1.985 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Flórida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (Califórnia) e Sayreville (New Jersey), com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos Estados Unidos, apresentados dentro do segmento América do Norte. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, a qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. Esta transação representa um marco na estratégia da Companhia para reduzir seu endividamento e focar em oportunidades com maior retorno nos mercados em que atua. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda. Adicionalmente, em virtude da mensuração do ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, a Companhia reconheceu uma despesa líquida de imposto de renda de R\$ 649,2 milhões na linha de Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas em sua Demonstração dos Resultados.

3.5 – Valores pagos na aquisição de empresas

Empresas / participações adquiridas	2017	2016	2015
Aquisição de controle			
Armacero Industrial y Comercial S.A.	-	-	20.929
	-	-	20.929
Aquisição de participação adicional em empresas controladas			
Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Participações S.A.	-	-	339.068
	-	-	339.068

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2017	2016
Caixa	10.439	9.412
Bancos e aplicações de liquidez imediata	2.544.899	5.053.971
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	5.063.383
	2017	2016
Títulos para negociação	821.518	1.024.411
Aplicações financeiras	821.518	1.024.411

Aplicações de liquidez imediata contemplam aplicações com vencimento em até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação no valor justo.

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2017	2016
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.265.431	1.251.739
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	139.162	265.252
Contas a receber de clientes - empresas no exterior	1.525.466	2.259.014
(-) Provisão para risco de crédito	(131.639)	(199.306)
	2.798.420	3.576.699

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2017	2016
Valores a vencer:	2.234.723	2.917.073
Vencidos:		
Até 30 dias	467.901	506.780
Entre 31 e 60 dias	96.852	128.715
Entre 61 e 90 dias	17.636	37.559
Entre 91 e 180 dias	27.841	53.460
Entre 181 e 360 dias	22.985	66.444
Acima de 360 dias	62.121	65.974
(-) Provisão para risco de crédito	(131.639)	(199.306)
	2.798.420	3.576.699

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2015	(98.814)
Créditos provisionados no exercício	(133.868)
Créditos recuperados no exercício	6.167
Créditos baixados definitivamente da posição	41.392
Variação cambial	(138)
Saldo em 01/01/2016	(185.261)
Créditos provisionados no exercício	(85.661)
Créditos recuperados no exercício	16.880
Créditos baixados definitivamente da posição	37.679
Baixa por venda de empresa controlada	17.594
Variação cambial	(537)
Saldo em 31/12/2016	(199.306)
Créditos provisionados no exercício	(98.476)
Créditos recuperados no exercício	80.134
Créditos baixados definitivamente da posição	73.591
Variação cambial	(276)
Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	1.487
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	11.207
Saldo em 31/12/2017	(131.639)

NOTA 6 – ESTOQUES

	2017	2016
Produtos prontos	3.026.556	2.987.785
Produtos em elaboração	1.302.152	1.201.327
Matérias-primas	1.703.013	1.487.971
Materiais de almoxarifado	298.100	430.731
Importações em andamento	375.139	253.729
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(3.556)	(28.813)
	6.701.404	6.332.730

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2015	(66.363)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(54.987)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	37.451
Variação cambial	(17.222)
Saldo em 31/12/2015	(101.121)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(62.899)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	94.391
Variação cambial	10.711
Baixa por venda de empresa controlada	30.105
Saldo em 31/12/2016	(28.813)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(26.545)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	46.740
Variação cambial	3.789
Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	392
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	881
Saldo em 31/12/2017	(3.556)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Circulante	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	155.096	130.718
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	91.229	173.453
Programa de Integração Social	20.242	35.135
Imposto sobre Produtos Industrializados	59.982	48.751
Imposto sobre Valor Agregado	48.139	85.674
Outros	27.741	30.698
	<u>402.429</u>	<u>504.429</u>
Não Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	26.135	50.757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	360	2.294
Programa de Integração Social e outros	4.346	3.652
	<u>30.841</u>	<u>56.703</u>
	<u>433.270</u>	<u>561.132</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2017	2016
2018	-	33.840
2019	18.017	14.334
2020	7.062	8.529
2021 em diante	5.762	-
	<u>30.841</u>	<u>56.703</u>

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 22,6% e 35,0%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais

possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	2017	2016	2015
	<u>Total</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.276)	(2.581.615)	(6.094.408)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	14.714	877.749	2.072.099
Ajustes dos impostos referente:			
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	(183.787)	(1.162.174)	(222.553)
- equivalência patrimonial	(11.763)	(4.342)	(8.331)
- juros sobre o capital próprio *	113	(162)	63.407
- incentivos fiscais	23.185	18.494	19.459
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(40.279)	(387.668)
- ganho de capital **	(98.290)	-	-
- baixa de ativos fiscais diferidos***	-	-	(284.014)
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	-	36.469	233.029
- diferenças permanentes (líquidas)	(39.563)	(30.069)	12.994
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(295.391)</u>	<u>(304.314)</u>	<u>1.498.422</u>
Corrente	(313.758)	(110.511)	(158.450)
Diferido	18.367	(193.803)	1.656.872

* A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e como resultado não impacta o lucro líquido.

** Conforme descrito na nota 9, a incorporação em 29/12/2017 das controladas Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A. na Gerdau S.A., gerou um ganho de capital tributável.

*** A Companhia avaliou a recuperabilidade de certos ativos de imposto de renda diferido e, devido à falta de utilização esperada desses ativos em virtude do ajuste do plano de investimento de longo prazo em uma de suas subsidiárias no exterior registrou uma baixa de R\$ 284.014 em 2015.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 01/01/2015	Reconhecido no Resultado	Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2015
Prejuízos fiscais	1.003.441	(259.976)		144.515	887.980
Base negativa de contribuição social	148.827	42.811		-	191.638
Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas	527.731	110.318		1.517	639.566
Benefícios a empregados	431.328	(25.694)		144.231	549.865
Outras diferenças temporárias	210.609	247.458		(76.076)	381.991
Efeito de variação cambial diferida	874.742	1.292.709		(9.302)	2.158.149
Provisão para perdas	54.938	95.596		1.144	151.678
Diferença entre o valor de livros e a base fiscal em ativos adquiridos em combinações de negócios	(1.628.973)	153.650		(92.557)	(1.567.880)
	<u>1.622.643</u>	<u>1.656.872</u>	<u>-</u>	<u>113.472</u>	<u>3.392.987</u>
Ativo não-circulante	2.567.189				4.307.462
Passivo não-circulante	(944.546)				(914.475)
			Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2016
Prejuízos fiscais	887.980	327.743	(263.297)	(78.069)	874.357
Base negativa de contribuição social	191.638	120.254	-	-	311.892
Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas	639.566	118.526	(2.671)	(223)	755.198
Benefícios a empregados	549.865	(67.133)	34.982	(85.177)	432.537
Outras diferenças temporárias	381.991	(21.985)	20.776	(30.020)	350.762
Efeito de variação cambial diferida	2.158.149	(907.690)	-	1.083	1.251.542
Provisão para perdas	151.678	(34.059)	(4.671)	(12)	112.936
Diferença entre o valor de livros e a base fiscal em ativos adquiridos em combinações de negócios	(1.567.880)	270.541	2.984	216.925	(1.077.430)
	<u>3.392.987</u>	<u>(193.803)</u>	<u>(211.897)</u>	<u>24.507</u>	<u>3.011.794</u>
Ativo não-circulante	4.307.462				3.407.230
Passivo não-circulante	(914.475)				(395.436)

	Saldo em 31/12/2016	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2017
Prejuízos fiscais	874.357	157.402	(22.362)	(35.759)	973.638
Base negativa de contribuição social	311.892	58.963	(15.073)	-	355.782
Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas	755.198	(479.836)	101	-	275.463
Benefícios a empregados	432.537	(48.466)	(9.363)	(91.905)	282.803
Outras diferenças temporárias	350.762	(81.627)	92.174	48.991	410.300
Efeito de variação cambial diferida	1.251.542	(199.200)	8.185	-	1.060.527
Provisão para perdas	112.936	(2.208)	-	-	110.728
Diferença entre o valor de livros e a base fiscal em ativos adquiridos em combinações de negócios	(1.077.430)	613.339	(51.606)	18.163	(497.534)
	3.011.794	18.367	2.056	(60.510)	2.971.707
Ativo não-circulante	3.407.230				3.054.393
Passivo não-circulante	(395.436)				(82.686)

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
2017	-	512.422	-	(2.283)
2018	326.356	391.384	(2.680)	(89.052)
2019	198.590	364.030	(6.116)	(56.006)
2020	400.597	535.937	(6.498)	(154.664)
2021	369.857	499.984	(4.745)	(14.496)
2022 em diante	1.758.993	1.103.473	(62.647)	(78.935)
	3.054.393	3.407.230	(82.686)	(395.436)

d) Ativos fiscais não contabilizados:

Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 312.741 (R\$ 317.889 em 31/12/2016), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuíam R\$ 360.152 (R\$ 349.072 em 31/12/2016) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2035 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R\$ 1.137.548 (R\$ 857.215 em 31/12/2016), que expiram em várias datas entre 2018 e 2037.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Empresas com controle em conjunto						Empresas coligadas				
	Joint Ventures América do Norte	Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Gerdau Metaldom Corp.	Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (nota 3.2)	Díaco S.A.	Dona Francisca Energética S.A.	Armacero Ind. Com. Ltda.	Corsa Controladora S.A. de C.V.	Corporación Centroamericana del Acero S.A.	Outros	Total
Saldo em 01/01/2015	40.152	109.930	364.281	-	-	124.211	20.251	298.409	435.568	1.581	1.394.383
Resultado da equivalência patrimonial	14.432	(88.690)	38.485	-	-	11.725	(1.933)	(7.574)	9.053	-	(24.502)
Ajustes de avaliação patrimonial	11.265	27.021	173.079	-	-	-	2.611	68.733	134.749	503	417.961
Aumento de capital	-	40.524	-	-	-	-	-	-	-	-	40.524
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(361.786)	-	(361.786)
Aquisição/Alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	(20.929)	-	-	-	(20.929)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(5.116)	-	-	-	-	(46.341)	-	-	-	(1.312)	(52.769)
Saldo em 31/12/2015	60.733	88.785	575.845	-	-	89.595	-	359.568	216.272	2.084	1.392.882
Resultado da equivalência patrimonial	13.533	(96.306)	16.362	-	-	17.780	-	12.155	23.705	-	(12.771)
Ajustes de avaliação patrimonial	(9.492)	(11.748)	(88.051)	-	-	-	-	(105.420)	(36.134)	(350)	(251.195)
Operações com empresas coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(203.843)	(1.734)	(205.577)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(8.282)	-	(99.634)	-	-	(16.579)	-	-	-	-	(124.495)
Saldo em 31/12/2016	56.492	(19.269)	404.522	-	-	90.796	-	266.303	-	-	798.844
Resultado da equivalência patrimonial	5.725	(110.773)	33.505	15.460	8.048	19.971	-	(6.533)	-	-	(34.597)
Ajustes de avaliação patrimonial	5.081	(33.078)	(7.606)	-	1.346	-	-	17.512	-	-	(16.745)
Aumento de capital	-	178.670	-	184.187	-	-	-	-	-	-	362.857
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	-	-	-	-	145.084	-	-	-	-	-	145.084
Complemento de preço contingente	-	-	-	-	-	65.500	-	-	-	-	65.500
Dividendos/juros sobre capital próprio	(14.050)	-	-	-	-	(26.594)	-	-	-	-	(40.644)
Saldo em 31/12/2017	53.248	15.550	430.421	199.647	154.478	149.673	-	277.282	-	-	1.280.299

NOTA 10 – IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo imobilizado bruto						
Saldo em 01/01/2015	9.083.765	28.434.074	755.455	4.065.627	1.296.613	43.635.534
Adições	2.150	238.060	8.194	2.000.515	75.799	2.324.718
Juros capitalizados	-	-	-	213.476	-	213.476
Operações com empresas controladas	30.693	10.767	503	1.784	10.853	54.600
Transferências	462.812	1.475.130	40.512	(1.999.840)	21.386	-
Baixas	(69.777)	(142.936)	(20.166)	(103.959)	(29.769)	(366.607)
Perda pela não recuperabilidade de ativos	(60.952)	(1.501.293)	-	(543.726)	-	(2.105.971)
Variação cambial	1.394.111	4.102.898	154.768	434.999	95.603	6.182.379
Saldo em 31/12/2015	10.842.802	32.616.700	939.266	4.068.876	1.470.485	49.938.129
Adições	35.238	93.290	2.126	1.117.317	75.920	1.323.891
Juros capitalizados	-	-	-	187.375	-	187.375
Transferências	584.575	2.665.898	74.804	(3.314.746)	(10.531)	-
Baixas	(81.256)	(271.104)	(60.542)	(1.550)	(46.888)	(461.340)
Operações com empresas controladas	(1.011.492)	(1.726.440)	(112.319)	(53.630)	(52.281)	(2.956.162)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	(52.071)	(183.788)	(228)	-	(3.242)	(239.329)
Variação cambial	(834.043)	(2.560.676)	(81.033)	(240.994)	(74.219)	(3.790.965)
Saldo em 31/12/2016	9.483.753	30.633.880	762.074	1.762.648	1.359.244	44.001.599
Adições	2.028	124.136	1.770	687.019	58.376	873.329
Juros capitalizados	-	-	-	44.260	-	44.260
Transferências	700.318	716.685	19.340	(1.440.183)	3.840	-
Baixas	(157.625)	(232.771)	(12.963)	(60.151)	(49.962)	(513.472)
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.4)	(119.928)	(900.840)	(16.426)	(1.382)	(53.129)	(1.091.705)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	(10.063)	(255.293)	-	-	(13)	(265.369)
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(1.013.466)	(2.734.923)	(53.315)	(107.677)	(171.404)	(4.080.785)
Variação cambial	200.681	665.730	11.158	66.146	28.745	972.460
Saldo em 31/12/2017	9.085.698	28.016.604	711.638	950.680	1.175.697	39.940.317
	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Depreciação acumulada						
Saldo em 01/01/2015	(3.618.197)	(16.825.332)	(664.783)	-	(395.433)	(21.503.745)
Depreciação e exaustão	(323.824)	(1.842.158)	(48.195)	-	(96.391)	(2.310.568)
Transferências	8.815	(9.071)	360	-	(104)	-
Baixas	26.846	175.405	15.512	-	28.844	246.607
Variação cambial	(481.359)	(2.913.862)	(130.514)	-	(60.362)	(3.586.097)
Saldo em 31/12/2015	(4.387.719)	(21.415.018)	(827.620)	-	(523.446)	(27.153.803)
Depreciação e exaustão	(334.365)	(1.738.759)	(44.437)	-	(100.259)	(2.217.820)
Transferências	(12.015)	(2.368)	968	-	13.415	-
Baixas	14.696	243.429	56.466	-	31.589	346.180
Operações com empresas controladas (nota 3.4)	524.209	1.515.886	95.809	-	37.965	2.173.869
Variação cambial	296.523	1.792.251	69.172	-	43.920	2.201.866
Saldo em 31/12/2016	(3.898.671)	(19.604.579)	(649.642)	-	(496.816)	(24.649.708)
Depreciação e exaustão	(343.373)	(1.361.561)	(40.915)	-	(61.506)	(1.807.355)
Transferências	(38.467)	25.886	(400)	-	12.981	-
Baixas	67.598	218.590	12.790	-	43.067	342.045
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.4)	28.691	589.951	12.627	-	41.117	672.386
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	370.727	1.989.917	54.275	-	95.350	2.510.269
Variação cambial	(101.528)	(435.040)	(10.969)	-	(16.675)	(564.212)
Saldo em 31/12/2017	(3.915.023)	(18.576.836)	(622.234)	-	(382.482)	(23.496.575)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2015	6.455.083	11.201.682	111.646	4.068.876	947.039	22.784.326
Saldo em 31/12/2016	5.585.082	11.029.301	112.432	1.762.648	862.428	19.351.891
Saldo em 31/12/2017	5.170.675	9.439.768	89.404	950.680	793.215	16.443.742

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2017 é de 6,6% (6,6% em 2016 e 6,4% em 2015).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamento eletrônico de dados	2,5 a 6 anos

b) Valores oferecidos em garantia - Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 609.116 em 31/12/2017 (R\$ 632.376 e R\$ 823.650 em 31/12/2016 e 2015, respectivamente).

c) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado - Em 31/12/2017, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 118.348 para o grupo de “terrenos, prédios e construções” (R\$ 112.438 em 31/12/2016), R\$ 783.183 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 642.592 em 31/12/2016) e R\$ 543.726 para imobilizações em andamento (R\$ 543.726 em 31/12/2016). A perda de controle da Diaco S.A. foi refletida nos resultados acima (ver nota 3.4).

NOTA 11 – ÁGIOS

	Montante bruto do ágio	Perdas acumuladas pela não recuperabilidade ativos	Ágio após as perdas pela não recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2015	12.834.998	(278.594)	12.556.404
(+/-) Variação cambial	5.264.188	(167.679)	5.096.509
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	-	(2.528.483)	(2.528.483)
Saldo em 31/12/2015	18.099.186	(2.974.756)	15.124.430
(+/-) Variação cambial	(2.645.368)	63.516	(2.581.852)
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	-	(2.678.582)	(2.678.582)
(-) Operações com empresas controladas	(393.980)	-	(393.980)
Saldo em 31/12/2016	15.059.838	(5.589.822)	9.470.016
(+/-) Variação cambial	242.510	(169.979)	72.531
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	-	(849.438)	(849.438)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(801.967)	-	(801.967)
Saldo em 31/12/2017	14.500.381	(6.609.239)	7.891.142

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	2017	2016	2015
Brasil	373.135	380.644	519.327
Aços Especiais	2.487.364	2.508.056	3.409.429
América do Norte	5.030.643	6.581.316	11.195.674
	7.891.142	9.470.016	15.124.430

NOTA 12 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao relacionamento com clientes decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2015	56.654	688.061	749.027	53.356	1.547.098
Variação cambial	-	123.167	327.424	14.375	464.966
Aquisição	-	118.933	-	7.495	126.428
Baixas	-	(1.182)	-	(4.208)	(5.390)
Amortização	(9.083)	(120.497)	(164.968)	(2.793)	(297.341)
Saldo em 31/12/2015	47.571	808.482	911.483	68.225	1.835.761
Variação cambial	-	(60.464)	(140.812)	(7.509)	(208.785)
Aquisição	-	40.643	-	13.401	54.044
Baixas	-	(2.145)	-	(13.050)	(15.195)
Amortização	(7.845)	(149.911)	(155.063)	(5.316)	(318.135)
(-) Operações com empresas controladas	-	-	-	(27.749)	(27.749)
Saldo em 31/12/2016	39.726	636.605	615.608	28.002	1.319.941
Variação cambial	-	2.947	3.835	884	7.666
Aquisição	-	37.939	-	-	37.939
Baixas	-	-	(27.652)	-	(27.652)
Amortização	(6.940)	(149.150)	(125.621)	(3.486)	(285.197)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	-	(37.512)	(25.396)	(17.700)	(80.608)
Saldo em 31/12/2017	32.786	490.829	440.774	7.700	972.089
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	5 a 20 anos	5 anos	

A composição do intangível por segmento é a seguinte:

	2017	2016	2015
Brasil	351.578	412.134	459.383
Aços Especiais	152.640	219.878	357.435
América do Sul	1.863	7.606	13.507
América do Norte	466.008	680.323	1.005.436
	972.089	1.319.941	1.835.761

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	2017	2016
Capital de giro	7,36%	2.739.258	3.468.490
Financiamento de imobilizado e outros	8,58%	2.108.216	2.855.860
<i>Ten/Thirty Years Bonds</i>	5,84%	11.614.182	14.093.460
Total dos financiamentos		16.461.656	20.417.810
Circulante		2.004.341	4.458.220
Não circulante		14.457.315	15.959.590
Valor do principal dos financiamentos		16.207.120	20.049.854
Valor dos juros dos financiamentos		254.536	367.956
Total dos financiamentos		16.461.656	20.417.810

(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2017.

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	2017	2016
Real (BRL)	2.710.308	3.228.759
Dólar Norte-Americano (USD)	13.333.669	16.487.116
Demais moedas	417.679	701.935
	<u>16.461.656</u>	<u>20.417.810</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	2017	2016
2018	-	1.679.416
2019	873.274	875.319
2020	3.158.211	3.261.435
2021	1.730.177	3.500.937
2022	147.715	150.916
2023 em diante	8.547.938	6.491.567
	<u>14.457.315</u>	<u>15.959.590</u>

a) Principais captações em 2017

Em outubro de 2017, a Gerdau S.A., através de sua subsidiária Gerdau Trade Inc., concluiu a emissão de um Bond de 10 anos no montante de US\$ 650 milhões com cupom de 4,875% ao ano. Os recursos foram utilizados para a oferta de recompra à vista de parte dos Bonds com vencimento em 2021 e 2020, emitidos pela própria Gerdau Trade Inc. e Gerdau Holdings Inc., respectivamente.

b) Índices de Monitoramento

Apenas operações com o BNDES contemplam monitoramento de índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de *default*. A Companhia está em conformidade com as obrigações contratuais e nenhum evento de *default* ocorreu em 31/12/2017, 2016 e 2015.

c) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, em 31/12/2017, era de R\$ 110,4 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária.

d) Linhas de crédito e contas garantidas

Em junho de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas no Brasil obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que Companhia e suas controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. O saldo devedor dessa operação era de R\$ 402,5 milhões em 31/12/2017.

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a renovação e redução do volume da operação *Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement*, uma linha de crédito *revolver* de US\$ 800 milhões (R\$ 2.646,4 milhões em 31/12/2017) que objetiva prover liquidez às suas controladas. A linha é dividida em duas tranches, sendo US\$ 200 milhões (R\$ 661,6 milhões em 31/12/2017) destinados às controladas da América do Norte e US\$ 600 milhões (R\$ 2.028,0 milhões em 31/12/2017) às controladas da América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia e a operação vence em outubro de 2020. Em 31/12/2017, o montante desembolsado nesta linha era de US\$ 54 milhões (R\$ 178,6 milhões em 31/12/2017).

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Emissão	Assembléia Geral	Quantidade em 31/12/2017		Vencimento	2017	2016
		Emitida	Em carteira			
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	140.582	01/06/2021	21.377	44.292
7ª	14/07/1982	68.400	68.236	01/07/2022	1.333	35.942
8ª	11/11/1982	179.964	177.222	02/05/2023	14.557	57.191
9ª	10/06/1983	125.640	125.037	01/09/2024	4.900	10.731
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	149.252	01/06/2020	5.761	17.267
14ª	26/08/2014	20.000	12.023	30/08/2024	-	-
Total					47.928	165.423
Parcela do Não-circulante					47.928	165.423

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2017	2016
2020	5.761	17.267
2021	21.377	44.292
2022	1.333	57.191
2023 em diante	19.457	46.673
	47.928	165.423

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa nominal média anual de juros foi de 9,93% e 14,00%, para o exercício findo em 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente.

A Companhia possui avais prestados pelos controladores em garantia as debêntures das 7ª, 8ª, 9ª e 11ª emissões.

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Depósitos judiciais, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não-circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações não são conduzidas com propósitos especulativos e têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros.

b) Valor justo - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	2.555.338	5.063.383	5.063.383
Aplicações financeiras	821.518	821.518	1.024.411	1.024.411
Contas a receber de clientes	2.798.420	2.798.420	3.576.699	3.576.699
Partes relacionadas	51.839	51.839	57.541	57.541
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	12.951	12.951
Depósitos judiciais	2.051.181	2.051.181	1.861.784	1.861.784
Outros ativos circulantes	469.737	469.737	668.895	668.895
Outros ativos não-circulantes	542.973	542.973	447.260	447.260
Passivos				
Fornecedores	3.179.954	3.179.954	2.743.818	2.743.818
Empréstimos e Financiamentos	16.461.656	17.102.512	20.417.810	20.716.266
Debêntures	47.928	47.928	165.423	165.423
Partes relacionadas	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	1.267	6.584	6.584
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.135.077	1.007.259	1.007.259
Outros passivos circulantes	625.410	625.410	514.599	514.599
Outros passivos não-circulantes	653.670	653.670	401.582	401.582

O valor justo de Empréstimos e Financiamentos são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 15.g.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes,

estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI – Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo “Gestão da Estrutura de Capital” são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 22). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC	entre 10%-13% a.a.
Dívida Líquida/EBITDA	menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas	maior ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total	menor ou igual a 60%

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 13 e 14, respectivamente.

Obrigações contratuais	2017				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	3.179.954	3.179.954	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	24.470.750	3.191.793	6.060.186	3.168.144	12.050.627
Debêntures	59.128	-	6.528	40.289	12.311
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	1.267	-	-	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	-	-	-	1.135.077
Outros passivos circulantes	625.410	625.410	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	653.670	-	-	-	640.461
	30.125.256	6.998.424	6.066.715	3.208.433	13.838.475

Obrigações contratuais	2016				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.743.818	2.743.818	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.258.030	5.940.222	4.818.322	8.443.080	10.056.406
Debêntures	277.879	-	-	93.488	184.391
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	6.584	6.584	-	-	-
Obrigações com FIDC	1.007.259	-	-	-	1.007.259
Outros passivos circulantes	514.599	514.599	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	401.582	-	11.081	-	390.501
	34.209.751	9.205.223	4.829.403	8.536.568	11.638.557

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2017	2016
Variações na moeda estrangeira	5%	129.209	253.294
Variações nas taxas de juros	10bps	54.908	63.416
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	369.176	376.517
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	234.239	228.637
Swaps de taxas de juros e moeda estrangeira	10bps/5%	6.479	9.870
Contratos futuros de Dólar	5%	1.480	15.816

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): em 31/12/2017 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem *hedge*. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 129.209 e R\$ 79.088 após os efeitos decorrentes das alterações de *hedge* de investimento líquido descritos na nota 15.g - (R\$ 253.294 e R\$ 177.711 em 31/12/2016, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Em função do *investment hedge* as variações são minimizadas quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros montada, em 31/12/2017, R\$ 54.908 (R\$ 63.416 em 31/12/2016) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 13 e 14, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2017, totaliza R\$ 369.176 (R\$ 376.517 em 31/12/2016) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 234.239 em 31/12/2017 (R\$ 228.637 em 31/12/2016). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade dos swaps de taxas de juros e moedas: a Companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros e moedas para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 bps na curva de juros e de 5% na taxa de câmbio e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Estas variações representam uma receita ou uma despesa de R\$ 6.479 (R\$ 9.870 em 31/12/2016). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Os *swaps* de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Análise de sensibilidade dos contratos futuros de Dólar: a Companhia possui exposição a contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno, e os seus efeitos no valor justo desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno representa uma receita de R\$ 1.480 (R\$ 15.816 em 31/12/2016), e uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno representa uma despesa no mesmo valor. Os contratos futuros de Dólar/Peso Chileno tiveram como objetivo a cobertura da posição passiva em Dólar e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos futuros de Dólar que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

2017		Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	
Ativos	Empréstimos e recebíveis		Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	-	2.555.338
Aplicações financeiras	-	821.518	821.518
Contas a receber de clientes	2.798.420	-	2.798.420
Partes relacionadas	51.839	-	51.839
Depósitos judiciais	2.051.181	-	2.051.181
Outros ativos circulantes	469.737	-	469.737
Outros ativos não-circulantes	462.735	80.238	542.973
Total	8.389.250	901.756	9.291.006
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	177.466	87.242	264.708

	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	
Passivos			Total
Fornecedores	-	3.179.954	3.179.954
Empréstimos e Financiamentos	-	16.461.656	16.461.656
Debêntures	-	47.928	47.928
Partes relacionadas	-	-	-
Obrigações com FIDC	-	1.135.077	1.135.077
Outros passivos circulantes	-	625.410	625.410
Outros passivos não-circulantes	-	653.670	653.670
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	-	1.267
Total	1.267	22.103.695	22.104.962
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	(12.503)	(1.395.553)	(1.408.056)

2016		Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido	
Ativos	Empréstimos e recebíveis			Total
Caixa e equivalentes de caixa	5.063.383	-	-	5.063.383
Aplicações financeiras	-	1.024.411	-	1.024.411
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	12.951	12.951
Contas a receber de clientes	3.576.699	-	-	3.576.699
Partes relacionadas	57.541	-	-	57.541
Depósitos judiciais	1.861.784	-	-	1.861.784
Outros ativos circulantes	668.895	-	-	668.895
Outros ativos não-circulantes	380.211	67.049	-	447.260
Total	11.608.513	1.091.460	12.951	12.712.924
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2016	100.150	300.123	-	400.273

	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	
Passivos			Total
Fornecedores	-	2.743.818	2.743.818
Empréstimos e Financiamentos	-	20.417.810	20.417.810
Debêntures	-	165.423	165.423
Partes relacionadas	-	-	-
Obrigações com FIDC	-	1.007.259	1.007.259
Outros passivos circulantes	-	514.599	514.599
Outros passivos não-circulantes	-	401.582	401.582
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	6.584	-	6.584
Total	6.584	25.250.491	25.257.075
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2016	(58.068)	(1.287.460)	(1.345.528)

Em 31/12/2017, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e contratos futuros de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados

apresentados na conta Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração Consolidada dos Resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado.

O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Política de uso de derivativos: a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Política de apuração do valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moedas e contratos futuros de moeda.

Contratos futuros de Dólar

A Companhia contratou operações de NDFs (*Non Deliverable Forward*) com objetivo de mitigar o risco de variação cambial tanto de ativos quanto de passivos denominados em Dólar americano. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Contratos de Swap

A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* em Dólar e paga uma taxa de juros fixa baseada na moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

			Valor de referência		Valor a receber		Valor a pagar	
Contratos de Proteção Patrimonial		Posição	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros de Dólar								
Vencimento em 2017		comprado em US\$	-	US\$ 84,8 milhões	-	734	-	(6.584)
Vencimento em 2017		vendido em US\$	-	US\$ 15,0 milhões	-	1.823	-	-
Contratos cross currency swap								
Vencimento em 2017	ponta ativa	Libor 6M + 2,25%	-	US\$ 25,0 milhões	-	5.684	-	-
	ponta passiva	INR 11,02%						
Vencimento em 2018	ponta ativa	Libor 6M + 2%	US\$ 40,0 milhões	US\$ 40,0 milhões	-	4.710	(1.267)	-
	ponta passiva	INR 10,17%						
Total valor justo instrumentos financeiros					-	12.951	(1.267)	(6.584)

Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2017	2016
Ativo circulante	-	2.557
Ativo não-circulante	-	10.394
	-	12.951
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		
Passivo circulante	-	(6.584)
Passivo não-circulante	(1.267)	-
	(1.267)	(6.584)
Demonstração do Resultado	2017	2016
Ganho com instrumentos financeiros	9.666	33.753
Perda com instrumentos financeiros	(19.107)	(72.683)
	(9.441)	(38.930)
Demonstração do Resultado Abrangente		
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros	(11.364)	212
	(11.364)	212

f) Hedge de investimento líquido (*Net investment hedge*)

A Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

A variação cambial gerada sobre as operações de *Ten/Thirty Years Bonds* no montante de US\$ 2,2 bilhões (designadas como *hedge*) é reconhecida na Demonstração dos Resultados Abrangentes, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,4 bilhão (não designada como *hedge*) é reconhecida no resultado. Adicionalmente, a Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos de operações de financiamentos detidos pela controlada Gerdau Aço Minas S.A., no valor de US\$ 0,1 bilhão, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior.

Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia provou a efetividade do *hedge* a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada, líquido de impostos, no montante de R\$ 148.560 para o exercício findo em 31/12/2017 (ganho de R\$ 1.679.312 para o exercício findo em 31/12/2016).

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

g) Mensuração do valor justo:

As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser

corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2017, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 em 31/12/2017, são os seguintes:

	Mensuração ao valor justo					
	Saldo Contábil		Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	5.063.383	-	-	2.555.338	5.063.383
Aplicações financeiras						
Títulos para negociação	821.518	1.024.411	238.008	458.639	583.510	565.772
Contas a receber de clientes	2.798.420	3.576.699	-	-	2.798.420	3.576.699
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	2.557	-	-	-	2.557
Outros ativos circulantes	469.737	668.895	-	-	469.737	668.895
Ativo não-circulante						
Partes relacionadas	51.839	57.541	-	-	51.839	57.541
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	10.394	-	-	-	10.394
Depósitos judiciais	2.051.181	1.861.784	-	-	2.051.181	1.861.784
Outros ativos não-circulantes	542.973	447.260	-	-	542.973	447.260
	<u>9.291.006</u>	<u>12.712.924</u>	<u>238.008</u>	<u>458.639</u>	<u>9.052.998</u>	<u>12.254.285</u>
Passivo circulante						
Fornecedores	3.179.954	2.743.818	-	-	3.179.954	2.743.818
Empréstimos e Financiamentos	2.004.341	4.458.220	-	-	2.004.341	4.458.220
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	6.584	-	-	-	6.584
Outros passivos circulantes	625.410	514.599	-	-	625.410	514.599
Passivo não-circulante						
Empréstimos e Financiamentos	14.457.315	15.959.590	-	-	14.457.315	15.959.590
Debêntures	47.928	165.423	-	-	47.928	165.423
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	-	-	-	1.267	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.007.259	-	-	1.135.077	1.007.259
Outros passivos não-circulantes	653.670	401.582	-	-	653.670	401.582
	<u>22.104.962</u>	<u>25.257.075</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.104.962</u>	<u>25.257.075</u>

h) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Conforme requerido pela norma IAS 7, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Saldo em 01/01/2015	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2015
		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	
Partes Relacionadas, líquidas	(80.920)	30.126	-	(2.712)	-	(53.506)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	19.488.733	(1.985.603)	(946.041)	1.471.526	8.388.641	26.417.256

	Saldo em 31/12/2015	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2016
		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	
Partes Relacionadas, líquidas	(53.506)	(6.492)	-	2.457	-	(57.541)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	26.417.256	(2.150.035)	(1.240.165)	1.540.797	(3.990.987)	20.576.866

	Saldo em 31/12/2016	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2017
		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, incorporação de controlada e outros	
Partes Relacionadas, líquidas	(57.541)	5.797	-	(95)	-	(51.839)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	20.576.866	(3.975.541)	(1.330.116)	1.323.448	(83.806)	16.510.851

NOTA 16 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
Encargos sociais sobre folha de pagamento	75.752	89.763
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	37.444	43.915
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	5.411	8.470
Imposto sobre Produtos Industrializados	17.305	13.864
Imposto sobre valor agregado e outros	148.189	185.178
	<u>284.101</u>	<u>341.190</u>

NOTA 17 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

	Consolidado	
	2017	2016
a) Provisões tributárias		
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	2.821	67.942
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líquido	39.256	37.376
Encargo de Capacidade Emergencial e Recomposição Tarifária Extraordinária	9.278	8.852
Programa de Integração Social e Contribuição Financiamento da Seguridade Social	163.981	1.678.778
Outras provisões tributárias e contribuições previdenciárias	42.285	36.823
b) Provisões trabalhistas	517.329	358.901
c) Provisões cíveis	52.933	50.554
	<u>827.883</u>	<u>2.239.226</u>

Como resultado líquido da reversão da provisão contábil descrita a seguir (provisões tributárias), relativa à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia registrou os montantes de R\$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes, líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados.

a) Provisões tributárias

A Companhia e suas controladas são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, para as quais vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2016 referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

De acordo com o parágrafo 14 do IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando “seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação” dentre outros requisitos. Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil acima mencionada. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão.

A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, nos termos do parágrafo 59 do IAS 37. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro.

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2017, no montante de R\$ 1.691.596, referente à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia.

Durante o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento do Estado de Minas Gerais incluindo valores substancialmente já provisionados relativos a ICMS.

As demais provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas a compensação de créditos de PIS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, individuais e coletivas e as discussões envolvem substancialmente pedidos de horas extras, adicional noturno, horas *in itinere*, adicionais de insalubridade e periculosidade, indenização por acidentes do trabalho, doença ocupacional e danos morais, entre outros.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam em 31/12/2017, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	2.239.226	1.904.730
(+) Adições	527.543	313.246
(+/-) Atualização monetária	(419.567)	178.661
(-) Reversão de valores provisionados	(1.517.787)	(144.025)
(+/-) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	(201)	(3.235)
(+) Incorporação de empresas controladas	-	-
(-) Baixa por venda de empresa controlada	-	(10.151)
(-) Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	(1.331)	-
Saldo no final do exercício	<u>827.883</u>	<u>2.239.226</u>

II) Passivos contingentes não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas IFRS.

a) Contingências Tributárias

a.1) A Companhia e suas controladas, Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 443.137.

a.2) A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 309.581, (ii) Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 438.843, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 76.866 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R\$ 370.175.

a.3) A controlada da Companhia, Gerdau Aços Longos S.A., é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 122.029, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de “Pré-pagamento de Exportações” (PPE) ou de “Recebimento Antecipado de Exportações” (RAE). A companhia apresentou impugnação em 13/01/2017, que foi julgada improcedente pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em 05/06/2017, razão pela qual a Companhia apresentou Recurso Voluntário, em 04/07/2017, o qual está atualmente aguardando julgamento na primeira instância do CARF.

a.4) A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.488.989. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.317.381 correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 951.736 correspondem a um processo cuja discussão administrativa já se encerrou e atualmente se encontram em Execução Fiscal, em relação à qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que se encontram pendentes de julgamento em primeira instância, e (i.b) R\$ 365.645 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e foi submetido a Recurso Especial, o qual foi parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017, e atualmente aguarda realização de redistribuição do processo para novo julgamento pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, para análise das matérias que não foram por ela analisadas anteriormente; e (ii) R\$ 171.608 correspondem a um processo da Companhia, que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF, ao qual foi negado provimento, razão pela qual foi submetido a Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.

a.5) A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos

termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 6.217.810, dos quais: (i) R\$ 4.963.398 correspondem a quatro processos da Companhia e das controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, sendo que as Companhias já ofertaram garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, já tendo sido iniciadas as discussões judiciais em Embargos à Execução pela Controlada Gerdau Aços Longos S/A, em seus respectivos processos, que somam o montante de R\$ 3.195.379, e, ainda, pela Companhia, em seu respectivo processo, que soma o montante de R\$ 364.370; (ii) R\$ 600.101 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Voluntário na primeira instância do CARF; (iii) R\$ 531.138 correspondem a dois processos da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado improcedente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), tendo sido apresentados Embargos de Declaração contra as referidas decisões, os quais estão pendentes de julgamento; e (iv) R\$ 123.172 correspondem a um processo da Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seus Embargos de Declaração, interpostos contra decisão que julgou improcedente o seu Recurso Voluntário, rejeitados em 07/12/2017, cuja decisão a empresa teve ciência em 19/12/2017, para a oposição do recurso cabível.

Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a “Operação”) estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos.

Considerando o envolvimento do nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, e na contratação de empresas que representam a Companhia nos casos perante o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação destas empresas incluíram cláusulas com a intenção de coibir a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos de contratação destas empresas incluíram a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima (“Investigação Interna”).

A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência.

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

b) Contingências Cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, para R\$ 417.820).

Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspensão dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Foram proferidas sentenças pela improcedência das ações e ambas encontram-se em grau recursal.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendendo esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação.

b.2) A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 191.112. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

b.3) Em 26/05/2016, uma ação coletiva no âmbito do mercado de capitais (securities class action) foi ajuizada na Corte Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, em face da Gerdau e de alguns administradores e ex-administradores da Companhia, por adquirentes de certificados norte-americanos de depósitos de ações (American Depositary Receipts - ADRs) da Companhia negociados na Bolsa de Valores de Nova York. Em 9/08/2016, a corte nomeou o Fundo de Pensões e Benefícios dos Policiais de Chicago como autor líder da ação. Em 31/10/2016, o autor líder protocolou uma petição revisada nos termos dos Artigos 10(b) e 20(a) da Lei de Valores Mobiliários de 1934 em nome de uma determinada classe de adquirentes de ADRs da Gerdau entre 23/04/2012 e 16/05/2016. A petição revisada alegava, dentre outros, que a Companhia e alguns dos seus executivos teriam se envolvido num esquema de corrupção em conjunto com o CARF, esquema esse que teria – alegadamente – resultado no não pagamento de aproximadamente US\$ 429 milhões em tributos e feito com que as declarações dos réus sobre os negócios, operações e perspectivas da Gerdau contidas nos documentos arquivados pela Gerdau junto aos órgãos reguladores dos mercados de capitais fossem falsas e imprecisas e/ou não tivessem sido razoavelmente embasadas. A petição revisada não especificava o valor dos danos alegados, e incluía, ainda, pedidos relacionados com a operação de aquisição de participações societárias descrita na nota (c) abaixo. Em 17/01/2017, a Companhia protocolou petição requerendo a extinção sumária do processo (motion to dismiss), mas, antes de sua apreciação pela Corte, as partes requereram a suspensão do processo, a fim de iniciar um processo de mediação. Em 5/07/2017 o autor líder da ação e os réus chegaram a um acordo, no montante de US\$ 15 milhões, que foi aprovado pela Corte em 20/10/2017. Consequentemente, a ação foi extinta, em caráter final e definitivo, em relação ao autor líder da ação e à classe de adquirentes de ADRs da Gerdau. O montante pago foi substancialmente coberto por seguro. Referido acordo não reconhece qualquer responsabilidade pelos réus e o quanto acordado constituiu, na opinião da Companhia e de seus assessores legais, a melhor alternativa no sentido de eliminar incertezas, ônus e custos decorrentes com a continuidade dessa disputa.

c) Processo administrativo – Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 14/07/2015, a Gerdau S.A. efetuou a aquisição de participações minoritárias nas sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. e ArcelorMittal Netherlands BV. A aprovação dessa transação foi dada em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. por unanimidade de voto dos conselheiros em 13/07/2015, tomando por base a oportunidade de mercado e a análise de que os preços eram adequados levando-se em consideração: as avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Companhia. A Companhia, em atendimento às solicitações de esclarecimento da CVM sobre a aquisição, destacou que a decisão para sua realização teve mérito exclusivamente empresarial e foi regularmente deliberada e aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. Os termos e condições para a aquisição consideraram perspectivas de mercado de longo prazo. Em 21/10/2016 a Metalúrgica Gerdau S.A. e alguns administradores e ex-administradores da Gerdau S.A. apresentaram defesa em processo administrativo instaurado pela CVM sobre essa aquisição de participações minoritárias em empresas controladas, no sentido de que a operação foi negocialmente justificada, como dito acima. Não há previsão de prazo para a decisão definitiva do caso. A Metalúrgica Gerdau S.A. acredita que, neste momento, não existe informação suficiente para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas é requerida.

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2017	2016
Tributários	1.883.562	1.716.996
Trabalhistas	128.849	107.191
Cíveis	38.770	37.597
	2.051.181	1.861.784

IV) Ativo Contingente - Empréstimos Compulsórios Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)

O Empréstimo Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das “contas de luz” emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos contribuintes, facultando à Eletrobrás a possibilidade de antecipação dessa devolução, através de conversão dos créditos em ações de sua emissão. Antes da conversão dos créditos em ações, estes eram corrigidos através de um indexador e quantificador, denominado Unidade Padrão (UP). Ocorre que o Empréstimo Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação situavam-se em patamares mensais bastante elevados.

Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobrás, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás em razão dos empréstimos compulsórios, que totalizam aproximadamente R\$ 1.260 milhões. Recentemente, notadamente em 2015, processos que envolvem montantes representativos tiveram seus méritos julgados definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ de forma favorável a Companhia de forma que não cabem mais recursos contra tais decisões (“Trânsito em Julgado”) quanto aos direitos pleiteados. Para as ações com decisão Transitada em Julgado, resta ainda a execução de sentença (ou fase de execução) onde serão apurados os efetivos valores a serem liquidados.

A obtenção de decisões favoráveis representadas pelo Trânsito em Julgado mencionado acima permite considerar que uma entrada de benefícios econômicos pode ocorrer no futuro. No entanto, ainda existem incertezas substanciais sobre o prazo, a forma e o montante que será realizado, não sendo ainda desta forma praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (virtually certain) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes.

NOTA 18 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mútuos Ativos		
Empresa com controle compartilhado		
Gerdau Corsa SAPI de C.V.	7	48
Outros		
Fundação Gerdau	51.832	57.493
	<u>51.839</u>	<u>57.541</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
(Despesas) receitas financeiras líquidas	<u>95</u>	<u>(2.457)</u>	<u>2.712</u>

b) Operações com partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle em conjunto decorrentes de vendas no montante de R\$ 630.190 em 31/12/2017 (R\$ 421.415 em 31/12/2016) e de compras no montante de R\$ 121.618 em 31/12/2017 (R\$ 141.275 em 31/12/2016). O saldo líquido monta R\$ 508.572 em 31/12/2017 (R\$ 280.140 em 31/12/2016).

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, a Companhia e suas controladas efetuaram transações com acionistas controladores, direta ou indiretamente, referentes, dentre outros, por avais prestados pelos controladores em garantia de debêntures, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado. O efeito destas transações foi uma despesa de R\$ 689 (R\$ 4.732 em 31/12/2016), respectivamente. Adicionalmente, a Companhia registrou uma receita de R\$ 801 (R\$ 1.001 em 31/12/2016), oriunda de contrato de locação.

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original	Vencimento	2017	2016
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Bond 10 anos	1.744.000	out/17	-	2.577.296
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Bond 30 anos	1.118.000	abr/44	1.654.000	1.629.550
Diacon S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	137.700	ago/18	128.019	397.238
Armacero-Matco S.A., Salomon Sack S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	214.793	dez/18	226.700	-
Gerdau Holding Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.188.125	jan/20	1.711.649	1.801.389
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.117.750	jan/21	1.570.546	3.345.222
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	1.973.313	jul/18 - dez/21	1.797.856	2.061.260
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	130.164	ago/25	6.550	-
GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.606.346	abr/24	3.031.974	2.987.154
Sipar Aceros S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	436.959	set/18-set/21	85.920	434.706
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	1.501.275	abr/23	1.792.291	1.832.625
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Contratos de Financiamento	98.359	set/18 - fev/19	287.690	354.585
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Contratos de Financiamento	-	Indeterminado	-	55.130
Comercial Gerdau Bolivia	Controlada	Contratos de Financiamento	-	nov/17	-	13.036
Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	2.960.203	jan/20 - fev/21	2.158.271	2.627.205
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 25 anos	103.596	out/37	168.708	166.214
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 30 anos	46.460	mai/37	76.084	74.959
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	556.247	out/24 - dez/30	282.534	318.784
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	7.007	dez/18	7.007	304.194
Siderúrgica Zuliana, C.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	50.010	dez/18	33.080	65.182
Gerdau Ameristeel Corporation; Gerdau Ameristeel US Inc.; Gerdau Macsteel Inc.; Comercial Gerdau Bolivia S.A.; Gerdau Aza S.A.; Gerdau Metaldom S.A.; Sipar Aceros S.A.; Gerdau Hungria Holdings LLC; Aceros Corsa S.A. de C.V.; Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.; Gerdau GTL México S.A. de C.V.; Sidertul S.A. de C.V.; Steelchem Trading Corporation; Empresa Siderúrgica Del Perú S.A.A.; Gerdau Hungria Y CIA, S.R.C e Gerdau Laia S.A.	Controladas e Empresas com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	-	out/20	178.200	635.525
Gerdau Aços Especiais S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	70.000	fev/20	-	63.000

c) Debêntures

Das debêntures em circulação, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R\$ 348 em 31/12/2017 (R\$ 33.438 em 31/12/2016), que corresponde a 63 debêntures (5.964 em 31/12/2016).

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa CDI e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

e) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31/12/2017, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 33.942 (R\$ 33.686 em 31/12/2016). Em 31/12/2017, as contribuições para os planos de pensão relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 1.327 – Plano de contribuição definida (R\$ 1.359 em 31/12/2016).

Para os administradores, as opções de compras de ações totalizaram no final do exercício:

	2017	
	Número de opções	Preço Médio de Exercício
		R\$
Saldo em 01/01/2015	1.564.341	19,53
Opções canceladas	(1.130.091)	19,56
Outros	112.420	-
Saldo em 31/12/2015	546.670	18,36
Opções canceladas	(148.491)	20,49
Saldo em 31/12/2016	398.179	16,64
Opções canceladas	(217.819)	15,11
Saldo em 31/12/2017	180.360	17,91

As ações restritas e ações condicionadas ao resultado totalizaram entre os administradores, no final do exercício:

	2017	2016
No início do Exercício	4.831.999	1.669.557
Outorgadas	1.353.930	3.399.729
Exercidas	(240.619)	(237.287)
No final do Exercício	5.945.310	4.831.999

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 25.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R\$ 14.609 no exercício findo em 31/12/2017 (R\$ 14.095 e R\$ 10.999 durante 2016 e 2015, respectivamente).

Durante o exercício findo em 31/12/2017 a remuneração dos membros do Conselho Consultivo foi de R\$ 0 (R\$ 1.958 em 2016 e R\$ 1.129 em 2015, sendo o montante de 2015 referente a remuneração do Conselho Consultivo a partir de sua criação em maio/15).

NOTA 19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2017:

	2017	2016
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	1.149	1.490
Ativo atuarial com plano de pensão - benefício definido	-	55.307
Total do ativo - Não-circulante	<u>1.149</u>	<u>56.797</u>
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	1.084.758	1.144.080
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	316.230	305.447
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	23.876	55.276
Total do passivo	<u>1.424.864</u>	<u>1.504.803</u>
Parcela do Circulante	253	409
Parcela do Não-circulante	1.424.611	1.504.394

a) Plano de pensão com benefício definido – pós emprego

A Companhia, através de suas controladas norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas no Brasil patrocinam plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1 %
Efeito no resultado decorrente da variação na taxa de desconto	(19.286)	15.457

Em 31/12/2017, o saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (1.227.722) (R\$ (1.111.842) em 31/12/2016).

Plano de Pensão de Benefício Definido

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2017	2016	2015
Custo do serviço corrente	60.595	57.619	121.962
Custo financeiro	90.381	199.389	226.406
Receita de juros sobre os ativos do plano	(64.128)	(186.856)	(216.005)
Custo do serviço passado	1.082	2.788	(151.685)
Liquidações/Reduções	(566)	609	(4.510)
Restrição ao custo dos juros devido a limitação de recuperação	21.211	22.916	23.515
Custo líquido com plano de pensão	<u>108.575</u>	<u>96.465</u>	<u>(317)</u>

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.314.592)	(4.174.653)
Valor justo dos ativos do plano	3.456.613	3.292.890
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(226.779)	(207.010)
Efeito líquido	<u>(1.084.758)</u>	<u>(1.088.773)</u>
Ativo reconhecido	-	55.307
Passivo reconhecido	<u>(1.084.758)</u>	<u>(1.144.080)</u>

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2017	2016	2015
Variação na obrigação de benefício			
Obrigação de benefício no início do exercício	4.174.653	4.739.299	3.791.670
Custo do serviço corrente	60.595	57.619	121.962
Custo financeiro	195.557	199.389	226.406
Pagamento de benefícios	(335.471)	(317.505)	(398.778)
Custo do serviço passado	1.082	2.788	(114.899)
Liquidações/Reduções	(52.035)	609	(41.296)
Remensurações atuariais	235.549	186.905	466.829
Transferência para passivo mantido para venda	(101.794)	-	-
Variação cambial	136.456	(694.451)	278.843
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>4.314.592</u>	<u>4.174.653</u>	<u>4.330.737</u>
Variação nos ativos do plano			
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.292.890	3.865.411	3.319.133
Receita de juros sobre os ativos do plano	169.304	186.857	216.005
Contribuições dos patrocinadores	111.450	(47.574)	(14.986)
Liquidações/Reduções	(51.469)	(6.710)	(5.248)
Pagamentos de benefícios	(335.471)	(317.505)	(398.778)
Retorno sobre os ativos do plano	232.214	109.153	(235.275)
Transferência para ativo mantido para venda	(73.127)	-	-
Variação cambial	110.822	(496.742)	984.560
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>3.456.613</u>	<u>3.292.890</u>	<u>3.865.411</u>

O valor justo dos ativos do plano inclui ações da Companhia no montante de R\$ 3.558 (R\$ 1.895 em 31/12/2016).

As remensurações são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes são as seguintes:

	2017	2016	2015
Retorno sobre os ativos do plano	(232.214)	(109.153)	235.275
Remensurações atuariais	235.549	186.905	(202.749)
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	(1.696)	3.065	(44.453)
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes	1.639	80.817	(11.927)

O histórico das remensurações atuariais é o seguinte:

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.314.592)	(4.174.653)	(4.330.737)	(3.791.670)	(3.113.818)
Valor justo dos ativos do plano	3.456.613	3.292.890	3.865.411	3.319.133	3.081.582
Superávit/Déficit	(857.979)	(881.763)	(465.326)	(472.537)	(32.236)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	235.549	186.905	(202.749)	466.829	(272.767)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	(232.214)	(109.153)	235.275	(69.748)	33.417

As remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem e são registradas diretamente nos Resultados Abrangentes.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

	2017	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	48,3%
Renda Variável	-	45,0%
Outros	2%	6,7%
Total	100%	100%

	2016	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	97,0%	45,8%
Renda Variável	-	48,5%
Outros	3%	5,7%
Total	100%	100%

A estratégia de investimento dos Planos Brasileiros é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

As controladas nos Estados Unidos e Canadá possuem um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Companhia. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Essas controladas contratam consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação dos planos americanos varia entre 50% em renda variável (ações), 40% em renda fixa (títulos da dívida) e 10% em títulos alternativos e para os planos brasileiros se aproxima de 100% em renda fixa.

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2017 e 2016, respectivamente:

	2017	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	9,84%	3,25% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2006 e MP-2017
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2017
Taxa de rotatividade	Experiência do Plano de Aposentadoria	Baseada na idade e/ou no serviço

	2016	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	10,87%	3,75% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,25%
Tábua de mortalidade	RP-2000	CPM-2014 e RP-2014
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	Taxas por idade
Taxa de rotatividade	Experiência do Plano de Aposentadoria	Baseada na idade e/ou no serviço

b) Plano de pensão com contribuição definida – pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 132.399 em 2017 (R\$ 143.561 em 2016).

c) Plano de benefício de saúde – pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As controladas nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2017	2016	2015
Custo do serviço corrente	4.441	4.481	5.935
Custo financeiro	12.162	15.494	18.981
Custo do serviço passado	5.769	(75.787)	-
Custo líquido com plano de saúde	22.372	(55.812)	24.916

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(316.364)	(305.447)
Passivo total líquido	(316.364)	(305.447)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

	2017	2016	2015
Variação na obrigação de benefício			
Obrigação de benefício no início do exercício	305.447	446.842	351.538
Custo do serviço corrente	4.441	4.481	5.935
Custo financeiro	12.162	15.494	18.981
Custo do serviço passado	5.769	(75.787)	-
Contribuições dos participantes	1.556	2.212	2.206
Pagamento de benefícios	(14.230)	(14.799)	(17.245)
Remensurações	(14.452)	(3.673)	(45.884)
Variação cambial	15.671	(69.323)	131.311
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>316.364</u>	<u>305.447</u>	<u>446.842</u>

	2017	2016	2015
Variação nos ativos do plano			
Contribuições dos patrocinadores	12.572	12.463	14.733
Contribuições dos participantes	1.556	2.212	2.206
Pagamentos de benefícios	(14.128)	(14.675)	(16.939)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)	(369.086)
Déficit	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)	(369.086)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano - Perda (Ganho)	(14.452)	(3.673)	(45.884)	42.345	(20.980)

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2017	2016	2015
Remunerações	(14.452)	(3.673)	(45.884)
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	<u>(14.452)</u>	<u>(3.673)</u>	<u>(45.884)</u>

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2017	2016
Taxa média de desconto	3,25% - 3,50%	3,75% - 4,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	6,88% - 7,60%	6,40% - 6,80%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de 2026 a 2041	4,00% a 4,50%	4,00% a 4,50%

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	92	(765)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	37.871	(47.434)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

Os valores referem-se a planos de aposentadoria e desligamento e visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R\$ 23.876 em 31/12/2017 (R\$ 55.276 em 31/12/2016).

NOTA 20 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	2017	2016
Provisão para passivos ambientais	85.191	83.806
Parcela do Circulante	21.928	17.737
Parcela do Não-circulante	63.263	66.069

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES COM FIDC – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobrás, mencionados na nota explicativa 17 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento (“FIDC NP Barzel”), cujo valor justo na data de constituição do FIDC foi de aproximadamente R\$ 800 milhões. Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerda S.A.

A Companhia assegura ao FIDC, através de cláusula de ajuste de preço do contrato de cessão, rentabilidade mínima sobre o valor de cessão dos direitos creditórios sobre as ações judiciais. Em contrapartida, caso os valores recebidos nas ações judiciais sejam superiores ao valor de cessão, devidamente corrigidos, a Companhia terá direito a parte substancial desse ganho. Adicionalmente, a Companhia detém o direito de primeira oferta para recompra dos referidos direitos creditórios nas hipóteses de alienação pelo Fundo conforme contrato de cessão para o qual tem registrado R\$ 1.135.077 em 31/12/2017 (R\$ 1.007.259 em 31/12/2016) em “Obrigações com FIDC”.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos exercícios é apresentada a seguir:

	2017		2016		2015	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício	571.929.945	1.137.018.570	571.929.945	1.114.744.538	571.929.945	1.132.613.562
Aquisições de ações para tesouraria	-	-	-	(10.000.000)	-	(19.923.200)
Exercício de opções de compra de ações	-	308.614	-	2.274.032	-	2.054.176
Transferência de ações	-	-	-	30.000.000	-	-
Saldo no fim do exercício	571.929.945	1.137.327.184	571.929.945	1.137.018.570	571.929.945	1.114.744.538

Em 31/12/2017 estão subscritas e integralizadas 573.627.483 ações ordinárias e 1.146.031.245 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 19.249.181 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

Composição acionária						
2017						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Metalúrgica Gerdau S.A. *	557.898.901	97,3	95.471.131	8,3	653.370.032	38,0
Investidores institucionais brasileiros	254.785	0,0	155.227.424	13,5	155.482.209	9,0
Investidores institucionais estrangeiros	7.254.556	1,3	708.109.387	61,8	715.363.943	41,6
Outros acionistas	6.521.703	1,1	178.519.242	15,6	185.040.945	10,8
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	8.704.061	0,8	10.401.599	0,6
	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0
Composição acionária						
2016						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Metalúrgica Gerdau S.A. *	449.712.654	78,4	202.806.626	17,7	652.519.280	37,9
Investidores institucionais brasileiros	41.883.032	7,3	92.721.295	8,1	134.604.327	7,8
Investidores institucionais estrangeiros	11.122.498	1,9	705.652.715	61,5	716.775.213	41,8
Outros acionistas	69.211.761	12,1	135.837.934	11,9	205.049.695	11,9
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	9.012.675	0,8	10.710.213	0,6
	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0
Composição acionária						
2015						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Metalúrgica Gerdau S.A. *	449.712.654	78,4	252.841.484	22,1	702.554.138	40,9
Investidores institucionais brasileiros	49.834.446	8,7	73.686.224	6,4	123.530.670	7,2
Investidores institucionais estrangeiros	13.881.226	2,4	632.717.431	55,2	646.598.657	37,6
Outros acionistas	58.501.619	10,2	155.489.399	13,6	213.991.018	12,4
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	31.286.707	2,7	32.984.245	1,9
	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0

* A Metalúrgica Gerdau S.A. é a controladora da Companhia e a Stichting Gerdau Johannpeter é a entidade controladora da Companhia em última instância.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

2017				
	Ordinárias	R\$	Preferenciais	R\$
Saldo inicial	1.697.538	557	9.012.675	98.189
Exercício de opção de compra de ações	-	-	(308.614)	(22.661)
Saldo final	1.697.538	557	8.704.061	75.528
2016				
	Ordinárias	R\$	Preferenciais	R\$
Saldo inicial	1.697.538	557	31.286.707	382.806
Recompras	-	-	10.000.000	95.343
Exercício de opção de compra de ações	-	-	(2.274.032)	(10.461)
Transferência de ações	-	-	(30.000.000)	(369.499)
Saldo final	1.697.538	557	9.012.675	98.189
2015				
	Ordinárias	R\$	Preferenciais	R\$
Saldo inicial	1.697.538	557	13.417.683	232.585
Recompras	-	-	19.923.200	186.033
Exercício de opção de compra de ações	-	-	(2.054.176)	(35.812)
Saldo final	1.697.538	557	31.286.707	382.806

Estas ações serão utilizadas para atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, ou permanência em tesouraria para posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição das ações

preferências em tesouraria é de R\$ 8,68 em 2017 (R\$ 10,89 e R\$ 12,24 durante os exercícios findos em 31/12/2016 e 2015, respectivamente).

c) Reservas de lucros

I) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

II) Incentivos fiscais - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.

III) Investimentos e Capital de Giro - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Ajustes de avaliação patrimonial - são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizadas em ativos financeiros disponíveis para venda, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas.

Os efeitos de alterações de participações em subsidiárias para os anos apresentados são compostos da seguinte forma:

		31/12/2017		
		Atribuído aos controladores	Atribuído aos não-controladores	Total
(ii) Outras alterações	—	—	(21.698)	(21.698)
Efeitos de mudança de participações em controladas	—	—	(21.698)	(21.698)
		31/12/2016		
		Atribuído aos controladores	Atribuído aos não-controladores	Total
(ii) Outras alterações	—	—	(6.405)	(6.405)
Efeitos de mudança de participações em controladas	—	—	(6.405)	(6.405)
		31/12/2015		
		Atribuído aos controladores	Atribuído aos não-controladores	Total
(i) Aquisição de participação adicional em empresas controladas	—	—	(837,437)	(837,437)
(ii) Outras alterações	—	—	12,726	12,726
Efeitos de mudança de participações em controladas	—	—	(824,711)	(824,711)

(i) Aquisição de participações não controladoras em algumas subsidiárias brasileiras; (ii) Outras variações nas controladas sem perda de controle, que podem incluir, entre outros, aumentos de capital, outras aquisições de interesses e diluições de qualquer natureza.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2017.

O prejuízo líquido do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela reserva de lucros – investimentos e capital de giro, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016	2015
Prejuízo líquido do exercício	(359.360)	(2.890.811)	(4.551.438)
Absorção de prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimento e capital de giro	359.360	2.890.811	4.551.438

No exercício de 2017, a Gerdau S.A. destinou R\$ 85.462 para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de lucros obtidos nos primeiros nove meses de 2017. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja considerado como distribuído utilizando saldo da Reserva de Investimentos e Capital de Giro, conforme demonstrado a seguir:

Dividendos e juros sobre o capital próprio nos anos									
Período	Natureza	R\$/ação	Ações em circulação		Crédito	Pagamento	2017	2016	2015
			(mil)						
1º trimestre	Juros	-	-	-	-	-	-	-	101.200
2º trimestre	Dividendos	0,02	1.709.205	21/08/2017	01/09/2017	34.184	51.225	-	-
2º trimestre	Juros	-	-	-	-	-	-	-	84.318
3º trimestre	Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
3º trimestre	Dividendos	0,03	1.709.267	21/11/2017	01/12/2017	51.278	34.152	67.458	-
4º trimestre	Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Dividendos						85.462	85.377	252.976	
Crédito por ação (R\$)						0,05	0,05	0,15	

NOTA 23 - LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

De acordo com a norma IAS 33 – Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico e Diluído

	2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			
Numerador básico			
Lucro (Prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(120.267)	(239.093)	(359.360)
Denominador básico			
Média ponderada de ações, após dedução das ações em tesouraria	571.929.945	1.137.012.265	
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) – básico e diluído	(0,21)	(0,21)	
	2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			
Numerador básico			
Lucro (Prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(969.954)	(1.920.857)	(2.890.811)
Denominador básico			
Média ponderada de ações, após dedução das ações em tesouraria	571.929.945	1.132.626.373	
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) – básico e diluído	(1,70)	(1,70)	

	2015	
	Ordinárias	Preferenciais
	Total	
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	
Numerador básico		
Lucro (Prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(1.541.242)	(3.010.196)
Denominador básico		
Média ponderada de ações, após dedução das ações em tesouraria	571.929.945	1.117.034.926
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) – básico e diluído	(2,69)	(2,69)

Em virtude do prejuízo nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, a Companhia está considerando o mesmo prejuízo por ação básico e diluído, sem considerar os efeitos no cálculo diluído do potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de incentivo de longo prazo.

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	2017	2016	2015
Receita bruta de vendas	42.156.553	42.935.022	48.701.895
Impostos incidentes sobre vendas	(2.956.896)	(2.765.957)	(3.184.879)
Descontos	(2.282.038)	(2.517.398)	(1.935.775)
Receita líquida de vendas	36.917.619	37.651.667	43.581.241

NOTA 25 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

a) Plano de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

Saldo em 01/01/2015	10.086.234
Outorgadas	9.098.389
Canceladas	(2.717.724)
Exercidas	(3.941.643)
Saldo em 31/12/2015	12.525.256
Outorgadas	13.357.922
Canceladas	(3.046.593)
Exercidas	(2.403.094)
Saldo em 31/12/2016	20.433.491
Outorgadas	3.170.952
Canceladas	(1.901.782)
Exercidas	(2.727.577)
Saldo em 31/12/2017	18.975.084

Em 2017, a Companhia aprovou alterações no plano de incentivo de longo prazo possibilitando a utilização de múltiplas formas de remuneração baseada em ações e alterando a carência de exercício de cada outorga para 3 anos. Em 2017 foram outorgadas Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados.

b) Plano de opções de ações:

	2017		2016		2015	
	Número de opções	Preço médio de exercício	Número de opções	Preço médio de exercício	Número de opções	Preço médio de exercício
		R\$		R\$		R\$
No início do exercício	569.115	16,64	1.074.246	18,36	2.448.973	19,53
Opções exercidas	-	-	-	-	(25.210)	19,56
Opções canceladas	(276.724)	15,11	(505.131)	20,49	(1.349.517)	20,98
No final do exercício	292.391	17,91	569.115	16,64	1.074.246	18,36

A cotação média da ação no exercício findo em 31/12/2017, foi de R\$ 11,19 (R\$ 7,68 e R\$ 7,70 nos exercícios findos em 31/12/2016 e 2015, respectivamente).

A Companhia possui, em 31/12/2017, um total de 8.704.061 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos.

Preço de exercício	Quantidade	Prazo médio das opções	Preço médio de exercício	Quantidade disponível em 31/12/2017*
			R\$	
R\$ 14,39	40.873	1,2	13,89	40.873
R\$ 10,58 a R\$ 29,12	251.518	5,0	18,56	16.795
	292.391			57.668

* O total de opções que venceram o prazo de carência e estão disponíveis para exercício em 31/12/2017 é de 57.668 (57.678 e R\$ 127.899 em 31/12/2016 e 2015).

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no exercício findo em 31/12/2017 foi de R\$ 25.403 (R\$ 38.023 e R\$ 39.657 em 31/12/2016 e 2015, respectivamente).

A Companhia reconhece o custo do plano de opções de ações com base no valor justo das opções outorgadas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Não houve novas outorgas para esse plano durante o exercício findo em 31/12/2017 e durante o exercício findo em 31/12/2016.

c) Demais Planos – América do Norte

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Gerdau aprovou, para as subsidiárias da América do Norte, a adoção do Plano “Equity Incentive Plan” (o “EIP”). As outorgas decorrentes do EIP podem assumir a forma de opções de ações, “Share Appreciation Rights” (“SARs”), direitos de ações futuras (“DSUs”), ações restritas (“RSUs”), performance das ações (“PSUs”), e/ou outras outorgas baseadas em ações. Exceto para as opções de ações, que devem ser liquidadas em ações ordinárias, as demais outorgas podem ser liquidadas em dinheiro ou em ações ordinárias assim como a Companhia determinou no momento da outorga.

Para a parte de qualquer outorga que será pago em opções ou SARs, o preço de exercício das opções ou SARs não será inferior ao valor justo de uma ação ordinária na data da outorga. O prazo de carência de todos os veículos (incluindo RSUs, DSUs e PSUs) é determinado pela Companhia no momento da outorga. Opções e SARs têm um prazo máximo de 10 anos.

Em 2016, a outorga de aproximadamente US\$ 9,9 milhões (R\$ 34,5 milhões) foi concedida aos participantes do EIP. A Companhia emitiu 2.846.835 RSUs e 3.820.894 PSUs, que serão provisionados ao longo do prazo de carência de cinco anos.

Em 2015, a outorga de aproximadamente US\$ 13,9 milhões (R\$ 46,4 milhões) foi concedida aos participantes do EIP. A Companhia emitiu 3.833.542 RSUs e 1.792.456 PSUs, que serão provisionados ao longo do prazo de carência de cinco anos.

Juntamente com a proposta de adoção do EIP, a Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes e nenhuma outra outorga será concedida nesses planos. Todas as outorgas pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31/12/2017, existiam 535.543 SARs e 40.873 “stock options” pendentes nesses planos. Esta outorga é provisionada ao longo do período de carência de 4 anos.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o passivo em aberto para transações de pagamentos baseados em ações incluídas em outras contas a pagar do passivo não circulante nas informações das subsidiárias da América do Norte era de US\$ 9 mil (R\$ 29,8) e US\$ 10 mil (R\$ 32,6), respectivamente.

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmentos de negócio						
2017						
	Operação Brasil	Operação América do Norte	Operação América do Sul	Operação Aços Especiais	Eliminações e ajustes	Consolidado
Receita líquida de vendas	12.562.727	15.433.380	4.025.736	6.228.543	(1.332.767)	36.917.619
Custo das vendas	(10.996.383)	(14.823.590)	(3.523.394)	(5.301.172)	1.331.544	(33.312.995)
Lucro bruto	1.566.344	609.790	502.342	927.371	(1.223)	3.604.624
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(539.613)	(569.696)	(202.862)	(166.656)	(176.081)	(1.654.908)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.513)	29.113	11.260	14.989	47.882	91.731
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(45.279)	(1.069.528)	-	-	-	(1.114.807)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	-	-	-	-	(721.682)	(721.682)
Reversão de passivos contingentes, líquido	-	-	-	-	929.711	929.711
Resultado da equivalência patrimonial	-	(111.581)	41.554	15.460	19.970	(34.597)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	969.939	(1.111.902)	352.294	791.164	98.577	1.100.072
Resultado financeiro, líquido	(564.397)	(46.184)	(74.301)	(122.837)	(335.629)	(1.143.348)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	405.542	(1.158.086)	277.993	668.327	(237.052)	(43.276)
Imposto de renda e contribuição social	(103.263)	201.807	(123.552)	(192.902)	(77.481)	(295.391)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	302.279	(956.279)	154.441	475.425	(314.533)	(338.667)
Informações suplementares:						
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.216.526	59.478	6.490	50.273	-	1.332.767
Depreciação/amortização	909.333	684.121	155.038	344.059	-	2.092.551
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	346.080	584.898	199.647	149.674	1.280.299
Ativos totais	17.051.262	14.872.755	5.208.265	8.834.041	4.335.438	50.301.761
Passivos totais	9.592.948	3.315.546	1.711.963	2.753.091	9.034.272	26.407.820

Informações por segmentos de negócio						
2016						
	Operação Brasil	Operação América do Norte	Operação América do Sul	Operação Aços Especiais	Eliminações e ajustes	Consolidado
Receita líquida de vendas	11.634.862	15.430.814	4.775.598	6.884.733	(1.074.340)	37.651.667
Custo das vendas	(10.405.078)	(14.514.789)	(4.103.231)	(6.238.749)	1.073.906	(34.187.941)
Lucro bruto	1.229.784	916.025	672.367	645.984	(434)	3.463.726
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(678.369)	(778.218)	(253.177)	(284.962)	(244.302)	(2.239.028)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.111	26.223	41.396	14.166	43.951	127.847
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(2.532.300)	(138.765)	-	(246.846)	(2.917.911)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	-	-	-	-	(58.223)	(58.223)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(46.917)	16.366	-	17.780	(12.771)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	553.526	(2.415.187)	338.187	375.188	(488.074)	(1.636.360)
Resultado financeiro, líquido	(603.373)	(63.654)	(96.822)	(148.313)	(33.093)	(945.255)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(49.847)	(2.478.841)	241.365	226.875	(521.167)	(2.581.615)
Imposto de renda e contribuição social	13.140	133.818	(107.124)	(64.348)	(279.800)	(304.314)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(36.707)	(2.345.023)	134.241	162.527	(800.967)	(2.885.929)
Informações suplementares:						
Receita líquida de vendas entre segmentos	885.050	90.267	6.386	92.637	-	1.074.340
Depreciação/amortização	952.848	874.299	182.672	526.136	-	2.535.955
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	303.526	404.522	-	90.796	798.844
Ativos totais	18.672.770	16.459.784	5.582.926	11.970.202	1.949.459	54.635.141
Passivos totais	10.761.705	3.407.444	1.651.590	6.519.255	8.020.494	30.360.488
Informações por segmentos de negócio						
2015						
	Operação Brasil	Operação América do Norte	Operação América do Sul	Operação Aços Especiais	Eliminações e ajustes	Consolidado
Receita líquida de vendas	12.977.327	17.312.166	5.477.228	8.882.071	(1.067.551)	43.581.241
Custo das vendas	(11.433.115)	(15.800.270)	(4.800.063)	(8.333.189)	1.076.111	(39.290.526)
Lucro bruto	1.544.212	1.511.896	677.165	548.882	8.560	4.290.715
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(821.152)	(814.393)	(313.521)	(371.481)	(261.938)	(2.582.485)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.638	18.379	2.985	21.791	50.207	97.000
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(834.665)	(1.882.239)	(354.468)	(1.924.868)	-	(4.996.240)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(72.774)	36.550	-	11.722	(24.502)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	(107.967)	(1.239.131)	48.711	(1.725.676)	(191.449)	(3.215.512)
Resultado financeiro, líquido	(624.526)	(234.183)	(98.557)	(288.021)	(1.633.609)	(2.878.896)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(732.493)	(1.473.314)	(49.846)	(2.013.697)	(1.825.058)	(6.094.408)
Imposto de renda e contribuição social	60.804	5.196	(104.308)	(283.633)	1.820.363	1.498.422
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(671.689)	(1.468.118)	(154.154)	(2.297.330)	(4.695)	(4.595.986)
Informações suplementares:						
Receita líquida de vendas entre segmentos	817.494	121.292	685	128.080	-	1.067.551
Depreciação/amortização	928.861	836.660	192.014	650.374	-	2.607.909
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	725.356	575.845	2.082	89.599	1.392.882
Ativos totais	20.791.119	27.324.285	7.046.438	17.077.208	(2.144.341)	70.094.709
Passivos totais	12.831.815	7.214.899	2.451.835	9.369.552	6.256.225	38.124.326

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América do Sul: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia, despesas corporativas, ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas, reversão de passivos contingentes, líquido e reversão de atualização de passivos contingentes, líquido, no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

	Brasil	América Latina ⁽¹⁾	América do Norte ⁽²⁾	Europa/Ásia	Informações por área geográfica Consolidado
	2017	2017	2017	2017	2017
Receita líquida de vendas	13.450.378	4.769.526	18.142.218	555.497	36.917.619
Ativos totais	23.872.075	6.009.394	19.629.950	790.342	50.301.761
	Brasil	América Latina ⁽¹⁾	América do Norte ⁽²⁾	Europa/Ásia	Consolidado
	2016	2016	2016	2016	2016
Receita líquida de vendas	12.229.582	5.828.564	17.917.485	1.676.036	37.651.667
Ativos totais	24.266.983	6.159.387	23.463.447	745.324	54.635.141
	Brasil	América Latina ⁽¹⁾	América do Norte ⁽²⁾	Europa/Ásia	Consolidado
	2015	2015	2015	2015	2015
Receita líquida de vendas	14.033.792	6.653.980	19.813.519	3.079.950	43.581.241
Ativos totais	22.803.505	9.327.457	36.048.019	1.915.728	70.094.709

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

NOTA 27 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	2016	2016
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	57.062.113	60.924.807
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	6.464.512	8.354.147
Responsabilidade Civil	Operações industriais	535.896	527.974

NOTA 28 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade e são efetuados anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

A Companhia mantém constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

Durante o quarto trimestre de 2017, a Companhia verificou um aumento na taxa de desconto em uma intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício no segmento América do Norte, onde o aumento na taxa de desconto antes do imposto de renda foi de 0,5% em relação a 2016.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 1.114.807 (R\$ 2.917.911 em 2016), sendo R\$ 265.369 (R\$ 239.329 em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa (nota 28.1) e R\$ 849.438 (R\$ 2.678.582 em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade do ágio (nota 28.2).

28.1 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Em 2016, em virtude da paralisação de certas atividades devido a mudanças relevantes na economia da região onde estão situadas estas unidades e da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos destas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 239.329, sendo R\$ 138.765 no segmento América do Sul e R\$ 100.564 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$

138.543 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas para este teste são as mesmas apresentadas na nota 28.2 do teste de recuperabilidade do ágio.

28.2 Teste de recuperabilidade do ágio

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. No quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e com base nos eventos descritos anteriormente, principalmente pelo aumento da taxa de desconto antes do imposto de renda no segmento América do Norte, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 para o segmento América do Norte. Em 2016, os testes identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.678.582 para o segmento América do Norte ocasionados pela deterioração das condições econômicas refletidas na queda da margem EBITDA à época.

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2017 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2016); b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 3% (3% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2016).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 13,6% (13,1% em dezembro de 2016); b) Aços Especiais: 13,1% (14,0% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 14,7% (14,6% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 15,2% (14,9% em dezembro de 2016).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 849 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 2.679 milhões em 2016); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 437 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 724 milhões em 2016); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.989 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.601 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.747 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.225 milhões em 2016).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 506 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 872 milhões em 2016), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.422 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.170 milhões em 2016), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 265 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 486 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 999 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 425 milhões em 2016).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 310 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 661 milhões em 2016); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$

3.596 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.301 milhões em 2016); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 318 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 561 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.254 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 673 milhões em 2016).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

NOTA 29 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. A Companhia apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2017	2016	2015
Depreciação e amortização	(2.092.551)	(2.535.955)	(2.607.909)
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	(5.514.721)	(6.508.834)	(7.018.129)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(23.423.950)	(22.863.693)	(27.126.417)
Fretes	(2.281.773)	(2.279.459)	(2.538.071)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(1.114.807)	(2.917.911)	(4.996.240)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	(721.682)	(58.223)	-
Reversão de passivos contingentes, líquido	929.711	-	-
Outras despesas/receitas	(1.563.177)	(2.111.181)	(2.485.485)
	<u>(35.782.950)</u>	<u>(39.275.256)</u>	<u>(46.772.251)</u>
Classificados como:			
Custo dos produtos vendidos	(33.312.995)	(34.187.941)	(39.290.526)
Despesas com vendas	(524.965)	(710.766)	(785.002)
Despesas gerais e administrativas	(1.129.943)	(1.528.262)	(1.797.483)
Outras receitas operacionais	260.618	242.077	213.431
Outras despesas operacionais	(168.887)	(114.230)	(116.431)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(1.114.807)	(2.917.911)	(4.996.240)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas	(721.682)	(58.223)	-
Reversão de passivos contingentes, líquido	929.711	-	-
	<u>(35.782.950)</u>	<u>(39.275.256)</u>	<u>(46.772.251)</u>

NOTA 30 - RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimento de aplicações financeiras	85.153	142.965	270.742
Juros recebidos e outras receitas financeiras	<u>141.462</u>	<u>109.080</u>	<u>107.660</u>
Total Receitas Financeiras	226.615	252.045	378.402
Juros sobre a dívida	(1.323.448)	(1.540.797)	(1.471.526)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	<u>(402.836)</u>	<u>(469.208)</u>	<u>(308.840)</u>
Total Despesas Financeiras	(1.726.284)	(2.010.005)	(1.780.366)
Variação cambial, líquida	(4.057)	851.635	(1.564.017)
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	369.819	-	-
Ganhos e perdas com instrumentos financeiros, líquidos	<u>(9.441)</u>	<u>(38.930)</u>	<u>87.085</u>
Resultado Financeiro, Líquido	<u>(1.143.348)</u>	<u>(945.255)</u>	<u>(2.878.896)</u>

NOTA 31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

I) Em 8/01/2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou autorizar a aquisição de ações de sua própria emissão, em um prazo de até 3 meses contados a partir da data de autorização, de até 10.000.000 ações preferenciais (GGBR4) ou American Depositary Receipts – ADRs (GGB). Esta autorização tem o objetivo de atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação no mercado. As aquisições serão suportadas por reservas de lucros existentes, cabendo à Diretoria fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação. Em 17/01/2018 o programa de recompra de ações foi concluído.

II) Em 31/01/2018, a Companhia anunciou um acordo definitivo de venda da sua usina produtora de fio-máquina localizada em Beaumont, Texas, assim como duas unidades de processamento para a Optimus Steel LLC por US\$ 92,5 milhões (equivalente a R\$ 292,5 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui a usina da Companhia localizada em Beaumont, Texas e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products. A usina tem uma aciaria com capacidade de produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhão em rolo. Em 2/04/2018, a Companhia, através de um comunicado ao mercado, informou que a venda foi concluída.

III) Em 14/02/2018, a Companhia comunicou a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento.

IV) Em 26/02/2018, a Diretoria efetuou proposta relativa à dividendo por conta de reservas de lucros pré-existentes, que serão calculados e creditados sobre as posições detidas pelos acionistas em 09/03/2018, no montante de R\$ 51,0 milhões (R\$ 0,03 por ação ordinária e preferencial), com pagamento previsto para 21/03/2018, e foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração em 27/02/2018.

ANEXO 12.01

ATESTADO

Eu, **Gustavo Werneck da Cunha**, atesto que:

1. Revisei este relatório anual da **Gerdau S.A.** no Formulário 20-F;
2. Conforme meu entendimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica relativa a qualquer fato de relevância, nem omite a declaração de qualquer fato de relevância que seja necessário para garantir que as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram emitidas, não sejam enganosas com respeito ao período coberto por este relatório;
3. Conforme meu entendimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório, representam justamente, sob todos os aspectos relevantes, a condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa da empresa em e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os outros administradores declarantes da Empresa e eu somos responsáveis por estabelecer e manter controles e procedimentos de divulgação de informação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Decreto de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) e controles internos sobre a preparação das demonstrações financeiras (conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f)) para a empresa, e declaramos ter:
 - (a) Formulado tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou ter supervisionado a formulação dos mesmos, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à empresa, incluindo suas subsidiárias consolidadas, nos sejam repassadas por outros nessas entidades, especialmente durante o período para o qual este relatório está sendo preparado;
 - (b) Elaborado esses controles internos sobre relatórios financeiros, ou causado esses controles internos sobre a preparação das demonstrações financeiras a serem elaborados sob nossa supervisão, de forma a garantir a confiança em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras e sobre a preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - (c) Avaliado a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da empresa e apresentado, neste relatório, nossas conclusões relativas à eficácia desses controles e procedimentos de divulgação de informações, no período coberto por este relatório e com base nessa avaliação; e
 - (d) Apresentado neste relatório toda e qualquer mudança no controle interno da empresa sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado de forma significativa, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar, o controle interno da empresa sobre relatórios financeiros.
5. Os outros administradores declarantes da empresa e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente sobre o controle interno sobre relatórios financeiros, aos auditores da empresa e ao comitê fiscal do Conselho de Administração (ou às pessoas ocupando funções equivalentes):
 - (a) Todas as deficiências significativas e problemas relevantes na formulação ou operação dos controles internos sobre relatórios financeiros que tenham uma probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros; e
 - (b) Qualquer fraude, de importância crucial ou não, envolvendo a administração ou outros colaboradores que possuam um papel significativo nos controles internos da empresa sobre relatórios financeiros.

Data: 2 de abril de 2018

/s/Gustavo Werneck da Cunha

Gustavo Werneck da Cunha
Presidente

ANEXO 12.02

ATESTADO

Eu, Harley Lorentz Scardoelli, atesto que:

1. Revisei este relatório anual da **Gerdau S.A.** no Formulário 20-F;
2. Conforme meu entendimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica relativa a qualquer fato de relevância, nem omite a declaração de qualquer fato de relevância que seja necessário para garantir que as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram emitidas, não sejam enganosas com respeito ao período coberto por este relatório;
3. Conforme meu entendimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório, representam justamente, sob todos os aspectos relevantes, a condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa da empresa em e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os outros administradores declarantes da Empresa e eu somos responsáveis por estabelecer e manter controles e procedimentos de divulgação de informação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Decreto de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) e controles internos sobre a preparação das demonstrações financeiras (conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f)) para a empresa, e declaramos ter:
 - (a) Formulado tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou ter supervisionado a formulação dos mesmos, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à empresa, incluindo suas subsidiárias consolidadas, nos sejam repassadas por outros nessas entidades, especialmente durante o período para o qual este relatório está sendo preparado;
 - (b) Elaborado esses controles internos sobre relatórios financeiros, ou causado esses controles internos sobre a preparação das demonstrações financeiras a serem elaborados sob nossa supervisão, de forma a garantir a confiança em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras e sobre a preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - (c) Avaliado a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da empresa e apresentado, neste relatório, nossas conclusões relativas à eficácia desses controles e procedimentos de divulgação de informações, no período coberto por este relatório e com base nessa avaliação; e
 - (d) Apresentado neste relatório toda e qualquer mudança no controle interno da empresa sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado de forma significativa, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar, o controle interno da empresa sobre relatórios financeiros.
5. Os outros administradores declarantes da empresa e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente sobre o controle interno sobre relatórios financeiros, aos auditores da empresa e ao comitê fiscal do Conselho de Administração (ou às pessoas ocupando funções equivalentes):
 - (a) Todas as deficiências significativas e problemas relevantes na formulação ou operação dos controles internos sobre relatórios financeiros que tenham uma probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros; e
 - (b) Qualquer fraude, de importância crucial ou não, envolvendo a administração ou outros colaboradores que possuam um papel significativo nos controles internos da empresa sobre relatórios financeiros.

Data: 2 de abril de 2018

/s/ Harley Lorentz Scardoelli

Harley Lorentz Scardoelli
Vice-Presidente Financeiro

ANEXO 13.01

CERTIFICAÇÃO CONFORME A SEÇÃO 1350
DO CAPÍTULO 18 DO CÓDIGO DOS ESTADOS UNIDOS (USC),
ADOTADA EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 906
DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Em relação ao Relatório Anual da Gerdau S.A. (a “Companhia”) no Formulário 20-F para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme submetido à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (U.S. Securities and Exchange Commission) na data de assinatura deste documento (o “Relatório”), eu, **Gustavo Werneck da Cunha**, Chief Executive Officer, atesto, conforme a seção 1350 do capítulo 18 do USC, como adotada em conformidade com a seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002, até o limite do meu conhecimento:

(i) o Relatório cumpre todas as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários (U.S. Securities Exchange Act) de 1934; e

(ii) a informação contida no Relatório representa justamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Empresa.

/s/ Gustavo Werneck da Cunha

Nome: Gustavo Werneck da Cunha

Cargo: Presidente

Data: 2 de abril de 2018

ANEXO 13.02

**CERTIFICAÇÃO CONFORME A SEÇÃO 1350
DO CAPÍTULO 18 DO CÓDIGO DOS ESTADOS UNIDOS (USC),
ADOTADA EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 906
DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002**

Em relação ao Relatório Anual da Gerdau S.A. (a “Companhia”) no Formulário 20-F para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme submetido à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (U.S. Securities and Exchange Commission) na data de assinatura deste documento (o “Relatório”), eu, Harley Lorentz Scardoelli, Chief Financial Officer, atesto, conforme a seção 1350 do capítulo 18 do USC, como adotada em conformidade com a seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002, até o limite do meu conhecimento:

(i) o Relatório cumpre todas as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários (U.S. Securities Exchange Act) de 1934; e

(ii) a informação contida no Relatório representa justamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Empresa.

/s/ Harley Lorentz Scardoelli

Nome: Harley Lorentz Scardoelli
Cargo: Vice-Presidente Financeiro
Data: 2 de abril de 2018

ANEXO 23.01

CONSENTIMENTO DA FIRMA DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração da
Gerdau S.A.

Autorizamos a incorporação por referência na declaração de registro no Formulário S-8 (Nº 333-179182 e Nº 333-171217) da Gerdau S.A. de nosso relatório datado de 2 de abril de 2018, com relação ao balanço patrimonial consolidado da Gerdau S.A. em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e a efetividade dos controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2017, que está anexo ao relatório anual Formulário 20-F da Gerdau S.A. em 31 de dezembro de 2017.

KPMG Auditores Independentes
Porto Alegre, Brasil
2 de abril de 2018

ANEXO 23.02

CONSENTIMENTO DA FIRMA DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE

Consentimos com a incorporação por referência, nas Declarações de Registro no Formulário S-8 (Nº 333-179182 e Nº 333-171217) da Gerdau S.A., de nosso relatório datado de 14 de março de 2017 relacionado às demonstrações, incluído neste Relatório Anual - Formulário 20-F.

/s/ PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Porto Alegre, Brasil
2 de abril de 2018